

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PATRÍCIA BOSENBECKER

**UMA COLÔNIA CERCADA DE ESTÂNCIAS:
IMIGRANTES EM SÃO LOURENÇO/RS (1857-1877)**

**PORTO ALEGRE
2011**

PATRICIA BOSENBECKER

**UMA COLÔNIA CERCADA DE ESTÂNCIAS:
IMIGRANTES EM SÃO LOURENÇO/RS (1857-1877)**

Dissertação de Mestrado em História apresentada à banca avaliadora como parte das exigências do curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADORA: PROF^a. Dr^a. REGINA WEBER

PORTO ALEGRE

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Regina Weber

Prof. Dr. Karl Monsma

Prof. Dr. René Gertz

Prof. Dr. Marcos Witt

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a. Regina Weber, pelo apoio, incentivo e orientação; ao PPG-História da UFRGS, pela acolhida; ao Professor Dr. Karl Monsma, pelo incentivo, discussões e conselhos; à Casa do Estudante, pela recepção; aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pela atenção e prontidão; aos colegas com os quais troquei informações durante as horas de pesquisa; aos amigos que estiveram ao meu lado durante este trajeto; ao meu amigo e revisor Pedro Paulo Pons, pela sua dedicação; aos familiares que estiveram comigo nas excursões pelos cemitérios no interior de São Lourenço; ao meu companheiro, pelos bons conselhos; aos meus pais, pelo apoio emocional e financeiro; à minha família (tios, primos, irmãos, enfim, toda família!), pelo incentivo e pela força; ao Zé, Juliano e Rafael, pelos comentários e pelas horas de descanso; à Ângela e ao Nei Fernando, pelo apoio incondicional. Enfim, a todos que estiveram presentes neste percurso, os meus agradecimentos.

“Uma experiência única é sempre importante para discriminar seus próprios fatores: por conseguinte, para fornecer sua própria interpretação.”

“Do mesmo modo, essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.”

Marc Bloch, 1944. (BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 65)

Sumário

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	3
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I.....	22
A COLÔNIA SÃO LOURENÇO E SUAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS	22
1.1. – As estâncias e a colônia	22
1.2. – Os primeiros grupos familiares da Colônia São Lourenço.....	43
CAPÍTULO II.....	64
OS COLONOS NOS DOMÍNIOS DE RHEINGANTZ.....	64
2.1 – Os conflitos na colônia e o <i>movimento de 1867</i>	67
2.2 – A intervenção do Governo da Província e as lideranças locais	84
CAPÍTULO III	104
IMIGRANTES E ESTANCIEIROS: AS RELAÇÕES NOS POVOADOS LOCAIS	104
3.1 – Família e vizinhança na comunidade colonial.....	106
3.2 – Comércio e negociantes: atividades em comum.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
FONTES	148
ANEXOS	153

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ANEXO 1 - Mapa de localização de São Lourenço do Sul.	153
ANEXO 2 - Croqui: a colônia cercada de estâncias	154
ANEXO 3 - Lista de embarque de imigrantes	156
ANEXO 4 - Título de propriedade	157
ANEXO 5 - Documento de doação de terreno para construção da primeira igreja católica da colônia	158
ANEXO 6 - Gráfico de nacionalidade dos pais.	159
ANEXO 7 - Gráfico de origem ds pais e mães no RS.	159
ANEXO 8 - Diagrama de rede familiar	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de padrinhos – Dilly - Rosskoph	55
Tabela 2 - Origem dos pais (homens) por província brasileira (exceto nascidos na Freguesia)	126
Tabela 3 - Origem dos pais (homens) nascidos fora do Brasil	127
Tabela 4 - Produção total da Colônia São Lourenço (em alqueires)	129
Tabela 5 - Produção da Colônia São Lourenço destinada à venda	129
ANEXO 9 - Relação de batismos dos filhos dos casais Specht - Halfen - Seus	161
ANEXO 10 - Relação dos batismos católicos até 1863	162
ANEXO 11 - Cronograma da Revolta de 1867	164
ANEXO 12 - Distribuição das famílias nas primeiras picadas coloniais	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRS – ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

APERS – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

BPP – BIBLIOTECA PÚBLICA DE PELOTAS

BRG – BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

PMSLS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL

SEPLAG – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO RIO GRANDE DO
SUL

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço, no sul do Estado do Rio Grande do Sul, tanto em termos das relações estabelecidas entre os próprios imigrantes quanto daquelas com os grupos sociais anteriormente instalados na região, que eram na sua maioria de origem luso-brasileira. O estudo da introdução desses colonos pode contribuir para a análise das relações entre grupos sociais de origens diversas, assim como para a compreensão das formulações identitárias, geradas a partir desses contatos interétnicos. Para tanto, analisaremos a inserção dos imigrantes nesse espaço já ocupado por grupos anteriormente estabelecidos, as relações entre esses imigrantes e as destes com os moradores locais, no período da fundação da colônia, em 1857 – 1858, até 1877 (ano da morte de Jacob Rheingantz, proprietário do núcleo), abrangendo, portanto, duas décadas de existência dessa colônia.

Segundo Roche (1969, p. 179), a Colônia São Lourenço era “uma ilha agrícola numa mancha florestal, no meio de uma zona luso-brasileira de pecuária, na planície”. Essa descrição define de maneira singular a situação da referida colônia, fundada dentro dos limites do município de Pelotas, que era um pólo de colonização portuguesa e o centro econômico da Província na época, posição demarcada pelo sistema de criação de gado e de produção regional de charque, ou seja, pelas estâncias e pelas charqueadas. A expressão “ilha de colonização” foi empregada no sentido de salientar o isolamento dos colonos, afastados dos grandes centros de colonização e que, por tal razão, apresentariam diferenças sutis nas condições de vida comparando-se com as dos colonos da região serrana do Rio Grande do Sul. No entanto, a multiplicidade de contextos e de grupos que se entrecruzaram na região colonizadora mais ao sul do Estado gaúcho apagou a solidão da ilha e a reconfigurou como espaço central de relacionamentos entre diferentes grupos étnicos.

Os imigrantes alemães chegaram à Colônia São Lourenço se instalaram *dentro* da Serra dos Tapes, formando uma ilha cercada por estâncias. A partir desse ponto, a estrutura local sofreu alterações, tanto o comércio quanto a agricultura crescem rapidamente e, em poucos anos, a região transforma-se significativamente. Se de um lado estavam os estancieiros, criadores de gado, escravistas e detentores de grandes propriedades de terra;

de outro, estavam os imigrantes, os chamados *colonos*, pequenos proprietários dedicados à agricultura, com base no trabalho familiar.

A colônia forneceu gêneros alimentícios para as duas maiores cidades da região, Pelotas e Rio Grande, e abasteceu a outras, como a de Jaguarão, que também chegou a receber mercadorias. Os produtos eram conduzidos do interior do núcleo até ao pequeno porto local e, levados por embarcações que cruzavam a Laguna dos Patos¹, até ao seu destino final. Esse porto estava localizado no centro da região estancieira, comandada pelos genros e descendentes de José Costa Santos, um dos fundadores do principal povoado local. O pequeno porto fluvial do arroio São Lourenço e o vilarejo ao seu redor (atual cidade de São Lourenço do Sul e sede do município) foi “doador” e loteado pelo neto materno de Costa Santos, o estancieiro José Antônio de Oliveira Guimarães. Tal porto e o núcleo urbano ao redor, fora da área colonial² – confira anexo 2, expandiu-se ao mesmo tempo em que a Colônia se desenvolvia (COSTA, 1999). Oliveira Guimarães foi sócio de Jacob Rheingantz na fundação da colônia São Lourenço (sociedade mantida por apenas de 5 anos), auxiliando na instalação do núcleo. Rheingantz assumiu a função de diretor da mesma até 1877, ano em que faleceu, na Alemanha, durante uma visita aos filhos que estudavam naquele país, e a família continuou administrando o núcleo até 1893, quando a viúva vendeu a colônia para o empresário João Baptista Scholl e retornou à Europa, onde faleceu, no início do século XX (RHEINGANTZ, 1941).

Alguns autores (OBERACKER, 1967, RHEINGANTZ, 1907, COARACY, 1957, IEPSEN, 2008) compararam as trajetórias do empresário Jacob Rheingantz com a de Hermann Blumenau, responsável pela colonização da região de Blumenau, em Santa Catarina.³ Os dois empresários emigraram da Alemanha na primeira metade do século XIX e criaram colônias particulares no Brasil, onde enfrentaram uma série de problemas com colonos e governantes. Segundo Eduardo Iepsen (2008, p. 75), escritores como Carlos Guilherme Rheingantz (1907) e Vivaldo Coaracy (1957) destacaram o sucesso de Rheingantz no Rio Grande do Sul, comparando a iniciativa do empresário de São Lourenço com a de Hermann Blumenau, ressaltando, no entanto, o fato de Blumenau ter enfrentado muitos problemas na região onde instalou sua colônia, problemas que o levariam a entregar a colônia ao governo de Santa Catarina, em 1860, fracassando, em parte, na sua missão

¹ Por mais que seja corrente o uso do termo Lagoa dos Patos, utilizaremos a expressão Laguna dos Patos, uma vez que uma laguna consiste em um lago ou extensão de água que possui ligação com o mar, o que ocorre com a Laguna dos Patos.

² A distância da antiga casa de Rheingantz até a atual cidade de São Lourenço, região da fazenda de Oliveira Guimarães, é de mais ou menos 25 km.

³ Uma discussão sobre este tema pode ser encontrada em IEPSEN, 2008, p. 75 e seguintes.

colonizadora.

Por outro lado, Carlos Henrique Oberacker (1967) procurou destacar a importância cultural do Dr. Hermann Blumenau, influência que, segundo esse autor, Rheingantz não possuía, pois apenas agia como um comerciante. Apesar das comparações e das exaltações às iniciativas empreendedoras de Blumenau e de Rheingantz, a historiografia parece ter procurado mostrar os dois empresários como opositores, independentemente das semelhanças de suas trajetórias de vida, ao menos, até Blumenau se destacar como liderança alemã do sul do Brasil (IEPSEN, 2008, p. 76). Entretanto, nosso interesse não está centralizado nas comparações, ou exaltações, entre Rheingantz e Blumenau, mas, antes, sobre as condições que permeiam a posição de liderança exercida por Rheingantz.

Os grupos imigrantes foram, e ainda são, genericamente, identificados pela designação de “colonos alemães”, mas reuniram elementos prussianos, pomeranos⁴ e de regiões do extremo sul da Alemanha. Em geral, o termo “alemão” se refere a alemães étnicos que emigraram da Alemanha e também da Áustria, França, Hungria, Polônia, Romênia, Rússia, Suíça, da antiga Iugoslávia e de outras partes da Europa, formando um conjunto extremamente diverso e que alimenta condições complexas nas relações internas e externas.⁵ Neste sentido, também é importante salientar possíveis diferenciações nos grupos pomeranos que formavam a maioria dos imigrantes do núcleo de São Lourenço.⁶

A partir da história local, podemos ampliar as discussões sobre a colonização na região e, para tanto, pretendemos utilizar algumas publicações de escritores locais, mesmo que sejam pouco conhecidas. Duas obras inauguram as discussões da historiografia local, publicadas em 1909 no Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, o texto *Colônia de São Lourenço. Breve Histórico de sua fundação, extrahido das notas do arquivo de seu fundador Jacob Rheingantz* de Carlos Guilherme Rheingantz, filho do fundador da colônia Jacob Rheingantz, juntamente com a réplica *A Colônia São Lourenço* de Augusto Moreira Paes, genro do sócio brasileiro de Jacob, abrem uma acirrada disputa pelos principais postos na memória local e acentuam os discursos identitários por um longo

⁴ A Pomerânia foi anexada pela Prússia em 1772, tornando-se uma província do Reino da Prússia. A Colônia São Lourenço recebeu grande contingente de imigrantes dessa região.

⁵ Tais complexidades emergem contemporaneamente nas atuais reivindicações da identidade pomerana, o assunto pode ser visto em Thum (2009), Ferreira e Heden (2009) e Weber e Bosenbecker (2010).

⁶ De maneira geral, a historiografia acompanha a representação homogeneizante que classificou os imigrantes como “alemães” e não tende a distinguir os “prussianos” dos pomeranos, ou de quaisquer outros grupos regionais.

período de tempo.⁷

O tom das duas publicações, além de prestar homenagens aos 50 anos da colônia e aos respectivos personagens defendidos de cada um, também contém uma série de provocações, que mostram os principais motivos das discussões da época. E, é importante lembrar, que foi a partir desta discussão que a versão dominante da historiografia sul-lourenciana ganhou a forma e o conteúdo que, de certa maneira, ainda perdura com algumas poucas correções. O texto de Carlos Guilherme, filho do fundador do núcleo colonial, elevou a imagem do pai a herói local, como corajoso pioneiro e empreendedor, como um empresário que, com o seu trabalho, transformou São Lourenço no município que ele era à época do cinquentenário, ressaltando a contribuição dos imigrantes alemães.

Por outro lado, Moreira Paes revelou, a partir do contrato de sociedade do sogro com Rheingantz, a fundamental importância de Oliveira Guimarães para a construção da colônia São Lourenço. As obras posteriores na sua maioria citam o contrato, mas perpetuam a versão de Carlos Guilherme Rheingantz, que consagrou a imagem do pai como o grande fundador e herói da colonização. Esta versão foi utilizada como referência dos autores posteriores, caso de Vivaldo Coaracy (1957) e Jairo Scholl Costa (1984).

Ao longo do tempo, jornais e escritores contribuíram para a solidificação da imagem de Rheingantz como um herói local, caso do jornal *Voz do Sul*,⁸ durante as comemorações dos 100 anos da colônia. Autores como Vivaldo Coaracy, que escreveu um pequeno livro sobre a história da colônia e do seu fundador, publicaram obras onde reproduziram a maior parte das afirmações de Carlos Guilherme Rheingantz. O escritor local Jairo Scholl Costa, com alguns livros publicados, descreve a história da imigração e a impulsão para o crescimento urbano e comercial, assim como também escreve sobre o desenvolvimento do porto de São Lourenço e da navegação (COARACY, 1957; COSTA, 1999; COSTA, 1984).

Pretendemos usar esses autores para analisar as conjunturas locais, comparando suas posições com as produções mais recentes, como as de alguns trabalhos acadêmicos que estão proporcionando novas visões sobre a história de São Lourenço, caso do trabalho de Eduardo Iepsen (2008), que busca desmistificar o mito de Rheingantz e mostrar os conflitos entre o empresário e os colonos, bem como a forma pela qual a imagem do fundador foi construída e gerida ao longo do tempo. Ou, ainda, a tese de Carmo Thum

⁷ Algumas discussões sobre essas duas obras foram tratadas em Weber e Bosenbecker, 2010.

⁸ Circulou em São Lourenço entre 1948 e 1964 e pertenceu a Pamphilio Friedo Stenzel. O primeiro relato sobre o centenário foi em 05 de outubro de 1957.

(2009), que evidencia a identidade pomerana do município negligenciada pela historiografia regional. Outra contribuição importante é de Jorge Luiz Cunha (1995), que publicou, em alemão, um trabalho em que mostra os problemas entre Rheingantz e os colonos, a partir de fontes encontradas na Alemanha, enviadas ao governo prussiano pelos colonos que denunciavam abusos cometidos pelo empresário.

Como vemos, alguns escritores e historiadores têm desenvolvido trabalhos sobre diversos pontos da colonização “alemã” de São Lourenço, entre eles, Jean Roche (1969), que incluiu uma descrição do empreendimento de Rheingantz em seus estudos, e Ernesto Pellanda (1925), que fez uma das mais severas críticas ao monopólio do comerciante Rheingantz e aos conflitos ocorridos na colônia em 1867. Emílio Willems (1941), por sua vez, comentou sobre os alemães que se fixaram na região ainda antes do estabelecimento da colônia São Lourenço. Luiza Kliemann (1986) tratou dos problemas agrários da região durante a administração da família Rheingantz, em São Lourenço, a partir da década de 1870, quando são registrados confrontos entre os Rheingantz, colonos e posseiros, que reivindicavam áreas ocupadas e loteadas pela família dirigente da colônia. No entanto, carecemos de estudos sobre a formação das estâncias e a posse de terras na região, que nos auxiliariam nas análises que propomos, em especial, para o capítulo 3, tal como existem para outras regiões do Rio Grande do Sul, como é o caso do planalto gaúcho (1850-1920), estudado por Paulo Zarth (1997), ou da região de Alegrete (1825-1865), analisada por Luiz Augusto Farinatti (2007).

Analisando o período colonial do Rio Grande do Sul (1737-1822), Helen Osório descreveu os principais estancieiros e comerciantes estabelecidos nas principais localidades da época, caso de Rio Grande, por exemplo. A autora citou dois dos principais comerciantes do sul do Brasil, os irmãos Manoel e José Antônio de Oliveira Guimarães (os mais importantes estancieiros de São Lourenço), mas não analisou o local onde adquiriram suas sesmarias e passaram a investir na criação de gado, uma vez que não era esse o objetivo de seu trabalho. Mesmo assim, nos servimos de algumas informações iniciais para pesquisá-los e tentar compreender a formação das estâncias na região, mesmo que de maneira superficial.

Por outro lado, a região de Pelotas, de onde se emancipou o município de São Lourenço, era o centro das charqueadas e alguns trabalhos deram conta dessa realidade,

caso das obras de Ester J. B. Gutierrez (1994 e 2004) e de Eduardo Arriada (1994),⁹ mas tais obras não analisam a região costeira da Laguna dos Patos, onde está São Lourenço, que não era formada por charqueadas, mas por estâncias, povoadas com populações que, muitas vezes, mantinham fortes laços com os charqueadores pelotenses. Outras regiões vizinhas, também importantes redutos de estancieiros, como Canguçu e Camaquã, carecem de publicações que possam auxiliar a compreensão do período de constituição das estâncias e da expansão da pecuária na região de maneira geral.

Esses trabalhos, entre outros usados no decorrer desta dissertação, contribuíram para a descrição e análise de alguns pontos que concernem às populações que se encontraram nessas condições particulares. Uma importante contribuição sobre as condições específicas de colonização com grupos alemães vem do trabalho de Marcos Witt, sobre as colônias do litoral norte do Rio Grande do Sul, estabelecidas ainda na primeira metade do século XIX. O autor, que analisa a inserção política de nacionais e de alemães, entre 1840 e 1889, ressalta as diferenças entre as colônias do norte e o principal núcleo da província, a colônia São Leopoldo, principalmente, quanto à diferença de tratamento dada pelo governo provincial às colônias do norte, uma vez que a Colônia São Leopoldo era usada como o melhor exemplo de sucesso do sistema colonizador implantado no Rio Grande do Sul. Esses e outros aspectos tratados pelo autor (como os conflitos e as relações entre produtores alemães e nacionais) serão analisados ao longo dos capítulos deste trabalho.

Por outro lado, a ligação entre a colônia São Leopoldo e a cidade de Porto Alegre (comércio, produtos e capital investido na industrialização) nos levou a questionar a proximidade de São Lourenço com o eixo Pelotas-Rio Grande. Por isso usamos o trabalho de Paul Singer (1977) para acompanhar a questão da industrialização e da decadência de Pelotas e Rio Grande como centros hegemônicos do Rio Grande do Sul, centrando nossas discussões sobre o papel da família Rheingantz no processo de industrialização do sul da Província, por mais que Singer não associe a colonização promovida pela família e a industrialização de Rio Grande (desenvolveremos esses temas no decorrer deste trabalho). Após este pequeno levantamento das principais referências bibliográficas utilizadas, passaremos a descrever as fontes documentais usadas nesta dissertação.

Neste trabalho, iremos utilizar um conjunto de fontes bastante variado, buscando

⁹ Podemos citar outros trabalhos sobre Pelotas, mas que remetem mais ao seu centro urbano, apesar das referências que fazem aos principais charqueadores, como no caso da obra *Opulência e Cultura*, do professor Mário Osório Magalhães (1993).

alcançar o maior número possível de informações sobre determinados imigrantes. Começaremos pelos registros de batismos e de casamentos, focando a análise nos registros católicos, pois os registros protestantes serão usados em menor quantidade, devido à dificuldade de acesso a essas fontes, que também são mais recentes, se comparadas com as das católicas. Os imigrantes católicos aparecem nos livros da Freguesia do Boqueirão (local onde se instalou a colônia – 4º distrito de Pelotas), no entanto, somente resistiram aos efeitos e ações do tempo os livros de casamentos e de batizados.¹⁰ Já os imigrantes protestantes tiveram seu primeiro livro autorizado pelo governo provincial, em 1872, ou seja, período que se distânciava mais de uma década das confrontações iniciais desse grupo religioso.¹¹ Por outro lado, os primeiros cartórios civis da região começaram a funcionar já no limiar da República, em 1887. Poderíamos ter consultado os registros de óbitos do período mais remoto possível dos cartórios, mas a consulta a essas informações, nesses órgãos, tem um grande custo financeiro, que dificulta o desenvolvimento da pesquisa.

Tais dados nos ajudaram a analisar a organização das famílias e as formas como elas procediam nos primeiros momentos da colonização. Já nos processos de inventários recolhemos informações sobre a situação dos filhos ou herdeiros dos falecidos, muitos deles já casados e residindo em outras localidades. Utilizamos, também, listas de entradas de imigrantes, fontes que mostram a composição das famílias e suas ligações com outros membros das levas conduzidas à colônia, além de uma lista de proprietários de lotes coloniais, reproduzida por Coaracy em seu trabalho a partir de anotações do próprio Rheingantz, que pertencem, hoje, ao acervo da Biblioteca Rio-grandense.

Algumas listas de chegada de imigrantes não estão registradas nos livros do governo provincial, que hoje estão no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Os registros do recorte temporal que estudamos encontram-se em dois códices, o C-234 e o C-299, relativos a dois livros de registros de entrada e destinos de imigrantes, sendo que o primeiro compreende o período entre 1857 e 1863, e, o outro, entre 1862 e 1876. Em

¹⁰ O único livro de óbitos católico do Boqueirão, do período imediato à fundação da colônia, foi perdido há poucos anos, conforme informações obtidas no Bispado de Pelotas, que mantém um museu onde se encontram os registros relativos à freguesia de que estamos tratando.

¹¹ Somente na década de 1870 surgem os primeiros registros deste grupo religioso, quando um livro de registro foi autorizado pela presidência da província. O *Register der Deutsch-Evangelischer Gemeinde zu São Lourenço* ou *Registro da comunidade evangélica-alemã de São Lourenço* abrange o período de 1870-1877. O livro foi escrito em alemão por vários pastores e, atualmente, pode ser encontrado na Comunidade Evangélica da Boa Vista. Os registros referem-se a nascimentos, casamentos, óbitos e confirmações. Um segundo volume do livro de casamentos (1876 a 1886) pode ser encontrado no Museu da Biblioteca Pública de Pelotas. Agradeço, especialmente, à colega pesquisadora Érica Hauck, que forneceu informações sobre o “Register der Deutsch-Evangelischer”; ela mantém uma página eletrônica, com informações sobre o livro: <http://web.me.com/gatoatila/PesquisaCol.SãoLourenço/Introdução.html>, as mesmas informações também podem ser encontradas no Instituto de Genealogia do Rio Grande do Sul.

alguns desses registros não há discriminação dos indivíduos que chegaram, apenas aparece a quantidade de pessoas que desembarcaram, como ocorre em dois registros de colonos com destino a São Lourenço no primeiro código, que não especificam os nomes, nem as famílias dos recém-chegados, apenas a quantidade de imigrantes, divididos por sexo, idade e estado civil, num total de 149 pessoas (AHRS, 2004, p. 6).

Algumas listas originais de embarque de imigrantes encontram-se na Coleção da Família Rheingantz, no acervo da Biblioteca Rio-grandense. Essa coleção contém documentos de Jacob Rheingantz que foram doados pelos familiares que residiram na cidade de Rio Grande, os quais foram usados por Carlos Guilherme Rheingantz e por Coaracy em seus escritos sobre a Colônia São Lourenço. Outras listas estão em um maço da agência Steinmann, uma empresa especializada em recrutar emigrantes na Europa, que prestou serviços a Rheingantz por vários anos. Nessa pequena coleção, separada das entradas de imigrantes no AHRS, encontram-se algumas listas de embarque de imigrantes escritas em francês, com as quais podemos comprovar que não se relacionam com os dados contidos nos registros de entrada de imigrantes na província do Rio Grande do Sul. Essas listas também são importantes porque algumas trazem o grau de parentesco entre migrantes, em um mesmo navio, o que não ocorre nos demais registros.

O fato de algumas listas de imigrantes dirigidos a São Lourenço não conferirem com o registro geral de entrada de imigrantes gera algumas preocupações aos pesquisadores do tema, desde problemas mais simples, como a falta de informações sobre os grupos familiares ou a disparidade nos dados relativos à quantidade de imigrantes inseridos, até questões referentes à contratação de colonos pelas agências na Europa, que, em alguns casos, gerava desavenças entre colonos, empresários e as próprias agências, ou, ainda, dúvidas sobre as formas de pagamento dos chamados prêmios, que eram pagos pelo Governo da Província aos empresários, pela inserção dos imigrantes nas colônias.

As dificuldades de encontrar o local de procedência da maioria dos imigrantes nos levaram a percorrer quilômetros, em busca de dados complementares. Assim, coletamos informações sobre o local de nascimento de imigrantes, em lápides de cemitérios. A colônia era dividida em diversas picadas, que hoje formam vários distritos do município. A picada era uma linha aberta em meio à zona de mato, como se fosse um caminho ou uma estrada, onde se demarcavam os lotes coloniais e se assentavam as famílias. Cada picada de São Lourenço possuía um cemitério, mas as lápides, de maneira geral, datam do início da década de 1870, o que nos permitiu notar que alguns dos primeiros imigrantes não chegaram a ser registrados nas listas de entrada ou nos registros religiosos (caso do colono

Kerurg, tratado no capítulo 2, e de Anderson, no capítulo 3).

O principal cemitério católico, existente na época de fundação da colônia, o Cemitério do Boqueirão, datava do período anterior ao da construção da igreja (1830) e estaria localizado ao lado da mesma capela, que, no entanto, foi abandonado quando ocorreu a construção de um novo, em outro lugar, em 1880. Não há indícios de documentação relativa aos sepultamentos na Vila do Boqueirão, nem lápides anteriores às duas últimas décadas do século XIX. Essa falta de registros dificulta a pesquisa, uma vez que não foi possível localizar sepultamentos alemães no antigo cemitério do povoado.¹²

Como dissemos, a maior parte dos registros é esparsa e incompleta, por isso, a nossa opção por utilizar dados coletados nos cemitérios das picadas como complemento às outras fontes, ainda que não tenhamos conseguido alcançar números expressivos de informações mais significativas. Devido às dificuldades de locomoção no interior do município de São Lourenço do Sul, foram visitados apenas 12 cemitérios e catalogadas aproximadamente 600 lápides, dentre as quais pouco mais de uma dezena fornecem dados a serem contabilizados.

Os dados sobre imigrantes coletados em cemitérios estão em alemão, assim como as listas de embarque na Europa. Já os registros de entradas na província estão em português, como também os registros de casamentos e de nascimentos dos grupos católicos, mas não os dos protestantes, que, na maior parte, estão em alemão. No entanto, existem muitos erros e complicações nas grafias dos nomes de origem alemã em documentos escritos em português, já que boa parte desses nomes foi escrita conforme a pronúncia, o que dificulta o reconhecimento dos mesmos.

Buscando compreender a situação desses grupos migrantes e dos moradores locais, quando da chegada dos colonos, usamos como principal fonte os processos

¹² Sabemos que existiram alguns sepultamentos em um primitivo cemitério no Boqueirão, que existiu no local onde uma primeira capela, a de Nossa Senhora da Conceição, havia sido construída pelos povoadores luso-brasileiros que se estabeleceram na localidade. Depois, foi construída a Igreja atual, que teria sido erguida (com ou sem as configurações atuais) entre 1826 e 1830. Nesse local, ao lado dessa Igreja, estava localizado um grande cemitério, onde atualmente existe a rodovia RS-265, que corta a vila do Boqueirão em direção a Canguçu. Por outro lado, conforme o Cônego Almeida Leme, em 16.07.1854, muitos moradores do povoado sepultavam os seus mortos no quintal das suas casas, sendo que cada quarteirão tinha quase um outro cemitério, desrespeitando a Igreja com esse abuso, conforme o padre. Há poucos anos, ainda era possível encontrar antigos jazigos entre as casas do povoado, sendo que parentes vinham de longe e cuidavam de tais túmulos. Portanto, vemos que os problemas com os registros são inerentes à própria formação do povoado ou da constituição da igreja em questão. Soma-se a esse fato a ocupação de algumas áreas, principalmente, nas terras da extinta Irmandade da Conceição, em decorrência do esfacelamento da Irmandade e do crescimento urbano da própria vila. Tais características e condições não foram tratadas ainda pela historiografia ou pelos escritores locais. O processo parece se repetir na parte mais antiga do cemitério atual onde a depredação e a falta de conservação já destruíram grande parte dos túmulos. (A informação de 1854 pode ser conferida no mapa de população daquele ano elaborado pelo referido cônego. AHRs. Clero Católico. Paróquias. Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. AR 09. Maço 18. 1853-58).

criminais do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ao todo, utilizamos 17 processos¹³ desse tipo, de valiosas informações e uma diversidade de conteúdos que servem para ilustrar as relações e a convivência entre habitantes da região. Todos os depoimentos e correspondências citadas nesta dissertação tiveram o português atualizado e algumas inserções feitas, constando esclarecimentos, foram assinaladas entre colchetes.

Para facilitar o entendimento sobre a composição da colônia, são necessários alguns esclarecimentos mais gerais. O primeiro deles diz respeito a Jacob Rheingantz, que é tratado como empresário da colônia, seja pelos colonos, seja pelas autoridades. Da mesma forma, ele também é chamado de diretor do núcleo colonial. Portanto, usaremos as palavras “empresário” e “diretor”, indistintamente, como se fossem, neste caso, simples sinônimos de Jacob Rheingantz. O mesmo ocorre com os termos lote colonial, prazo colonial ou colônia, que possuem o mesmo “significado”, pois ambos referem-se aos lotes coloniais (SEYFERTH, 1990, p. 25). O movimento realizado no ano de 1867 é chamado nos registros da época de “motim”, “revolta” ou “reunião” e, desta maneira, usamos os mesmos termos, indistintamente.

De maneira geral, ao longo do trabalho, analisaremos os seguintes grupos: os moradores do povoado do Boqueirão (fora da área colonial), que é formado por um contingente multiétnico, e os habitantes que formam a colônia São Lourenço, ou seja, os imigrantes alemães, com destaque para Jacob Rheingantz e sua família, liderança alemã do sul do Rio Grande do Sul. A partir desses grupos, identificamos três conjuntos centrais de relações estabelecidas entre os moradores: o primeiro conjunto de relações ocorre entre os próprios imigrantes alemães; o segundo, entre imigrantes e o diretor do núcleo, onde analisaremos quais os tipos de relações que ele estabelece com os colonos, e vice-versa; e por último, as que ocorrem entre imigrantes e moradores do povoado do Boqueirão.

Baseados nessa configuração, podemos trabalhar alguns referenciais teóricos que possuem uma importância destacada, entre eles o de redes sociais, o de relações entre estabelecidos e *outsiders* e o de identidade de grupos étnicos. Desenvolveremos, então, alguns pontos principais sobre estes referenciais teóricos.

O *boom* das análises de redes sociais (ou ARS), para Franco Ramella (1995), começou com a crise na teoria do desapego. Um dos preceitos dessa teoria afirmava que emigrados pobres, em geral expulsos de seus países, começavam um percurso que lhes

¹³ Os processos criminais analisados aqui foram transcritos por mim, como parte do projeto A reprodução do racismo em tempos de mudança: o Oeste paulista e o Sul do Rio Grande do Sul nas épocas do fim do tráfico e da abolição, coordenado pelo Professor Karl Monsma e com financiamento do CNPq. Agradeço a permissão do Prof. Monsma para usar este material em minha dissertação.

levaria a perder sua identidade individual e de grupo ao chegarem aos grandes centros urbanos do Novo Mundo, no entanto, tais migrantes não estavam sozinhos, pois se encontravam cercados por outros indivíduos, grande parte deles, da mesma origem. A mudança de paradigma com relação a teorias anteriores sobre processos imigratórios se deve, em parte, a outra visão da condição imigrante, que levou os pesquisadores a perceberem um novo valor nos vínculos sociais, para Ramella (1995, p. 11): “la emigración dejó de ser una acción de desesperados, compelidos a partir a causa de una situación económica catastrófica, y se transformó en una elección realizada por individuos movilizados por estrategias de superacción social.”

A partir de então, a historiografia buscou compreender a capacidade dos imigrantes se inserirem em redes de conterrâneos, formais ou não, ou manter espaços de solidariedade étnica.¹⁴ Outro importante autor que analisa a estrutura das redes de imigrantes é Charles Tilly (1990), do qual tomamos *Transplanted Networks*, o consagrado texto que se tornou um referencial obrigatório no campo dos estudos migratórios, no qual se fixaram os conceitos de redes sociais e processo migratório a uma concepção mais sólida de estrutura e organização social dos imigrantes. Um aprofundamento dessas noções está no capítulo 1.

Os imigrantes alemães serão trabalhados como um grupo étnico e, portanto, se torna necessário rever algumas discussões mais específicas sobre esse tema, a principal delas refere-se à própria definição de um grupo étnico. Conforme Fredrik Barth, atribuir a um grupo étnico a característica primordial de uma unidade portadora de cultura é uma posição equivocada, pois tal unidade deve ser vista como uma consequência ou um resultado. Analisar um grupo pelas suas características morfológicas culturais contém uma opinião preconcebida sobre a continuidade de tais unidades no tempo e do lócus dos fatores que determinam a forma dessas unidades. Esta ênfase em grupos como portadores de cultura transforma a delimitação de pessoas e/ou grupos em uma classificação em função de traços culturais, o que dificulta a compreensão entre a interconexão de “grupo étnico” e “cultura”.

Para o autor, “as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao

¹⁴ Outro ponto abordado por estes estudos é sobre as trajetórias de cada imigrante. Já Ramella se preocupa, especialmente, com os processos sociais que influem diretamente na natureza e composição da migração e na colocação dos imigrantes no mercado de trabalho dos países receptores.

longo de histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas” (BARTH, 2000, p. 26). Portanto, as distinções étnicas não dependem da ausência de interação, muito pelo contrário, são, por vezes, a própria base sobre a qual os sistemas sociais são construídos.

Ainda segundo o antropólogo, os grupos étnicos devem ser vistos como uma forma de organização social, a partir de uma análise do que é socialmente efetivo. É neste ponto que a atribuição categórica recebe maior destaque. Assim, a “atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando os atores, *tendo como finalidade a interação*, usam identidades étnicas para se caracterizar e caracterizar os outros, passam a formar grupos étnicos” (BARTH, 2000, p 32. *Grifo meu*).

Portanto, o foco central é a fronteira étnica, uma vez que é ela que define o grupo e não o seu conteúdo cultural delimitado. Essa fronteira é uma fronteira social, que canaliza a vida social e inspira uma organização complexa do comportamento e das relações sociais. Dessa forma, o reconhecimento de outra pessoa “como membro de um grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento” (Barth, 2000, p. 34). Por conseguinte, reconhecer o outro como estranho, portanto de outro grupo, implica o reconhecimento de limitações e da compreensão de diferenças nos critérios de julgamento. A manutenção das fronteiras étnicas implica a existência de situações de contato social entre pessoas de diferentes culturas e uma estrutura de interações que permita a permanência de diferenças culturais. Esse processo ocorre, então, através de um conjunto de regras que gerenciam os encontros sociais interétnicos.

Talvez a mais importante característica do trabalho de Barth resida no fato de que, para ele, “o material humano organizado em um grupo étnico não é imutável [...], as fronteiras podem persistir apesar do que poderíamos qualificar figurativamente de ‘osmose’ das pessoas que as atravessam.” (BARTH, 2000, p. 43) Resumidamente, como mostram Poutignat e Streiff-Fenart (1998), o isolamento geográfico e social (ou a ilha referida, anteriormente, de maneira figurativa) não está na base da diferenciação étnica e, na realidade, as fronteiras étnicas persistem, apesar do fluxo de pessoas que as atravessam, e, assim, as relações vitais são mantidas através das fronteiras.

Na abordagem antropológica mais tradicional, o grupo étnico era definido como um grupo cultural, analisado em um contexto de mudança cultural, em geral, abordado com base no conceito de “assimilação”, mas, atualmente, os trabalhos se concentram no conceito de etnicidade. Nesse sentido, os grupos étnicos estão sempre se transformando e o

fato de os seus membros não poderem ser identificados por traços culturais não significa que eles sejam assimilados, já que a “cultura comum pode muito bem ter sido substituída por outras formas de identidade étnica, esta torna-se então o principal elemento da definição de grupos étnicos” (SEYFERTH, 1986, p. 530).

O privilégio dado ao estudo de categorias étnicas, usadas para identificar o grupo seja por membros ou pelos outros, foi criticado por Abner Cohen¹⁵, que afirma que tal abordagem leva a uma série de dificuldades metodológicas e sociológicas, pois o seu tema central seria descritivo e o seu argumento essencialmente circular. Ele afirma que não existe possibilidade dessa perspectiva ganhar força analítica, e que esse procedimento apenas provaria a existência dos grupos étnicos. A diferença entre Barth e Cohen é percebida através das premissas de suas posições. Para o primeiro, como já mostramos, a ênfase está nas categorias de identificação e atribuição, concentrando sua visão nos limites étnicos, já, para o segundo, o ponto central é a etnicidade, termo que Barth não utiliza, apesar de incluir a identidade étnica (SEYFERTH, 1986, p. 531). Essa etnicidade supõe a interação de grupos étnicos diferentes em um contexto social comum, e Cohen enfatiza as questões relacionadas a interação e aos comportamentos dos membros dos grupos. Neste sentido, segundo Seyferth, ele acaba não discordando inteiramente de Barth, pois interação e comportamento normativo são aspectos que fazem parte das características de grupos étnicos através da constituição de suas fronteiras.

Para Cohen (1978, p.116), o grupo étnico “é uma coletividade de pessoas que partilham alguns padrões de comportamento normativo, ou cultural, e que representam uma parcela de um grupo populacional mais amplo interagindo no quadro de um sistema social comum, por exemplo, o Estado”. Dessa forma, apesar de reconhecer a abrangência dessa definição, ele atribui que o principal mecanismo de diferenciação entre os membros de uma unidade étnica é a identidade cultural do grupo. Segundo o autor, para operar, um grupo precisa definir seu quadro de membros e sua esfera de operação, o que é realizado através da definição de sua identidade, que se dá por sua ascendência, pelos casamentos e por suas crenças e práticas rituais, o que, particularmente, nos interessa neste trabalho.

Assim, a formação de uma identidade étnica implica um processo de seleção de traços culturais, e é nesses traços que os atores se apoiam para transformá-los em critérios de “identificação com um grupo étnico” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.129). Dessa forma, as diferenças culturais só são relevantes dentro do contexto de relações onde

¹⁵ Primeira versão: COHEN, 1975, p. ix-xxiv. Usaremos aqui, no entanto: COHEN, 1996. p.370-384.

se organizam as unidades étnicas. Como afirmam os autores:

para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social. Melhor dizendo, as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. (POUTIGNAT; STREIFF, 1998, p. 150)

Em seu princípio, os grupos étnicos evidenciam um ponto que os diferencia de outros tipos de grupos ou classes, esse ponto se refere ao recrutamento dos seus membros, que nos grupos étnicos ocorre no nascimento, exceto em casamentos ou mudança de identidade (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 160). A ascendência coloca-se como uma exigência aos indivíduos, para que estes recebam os seus direitos étnicos. Na concepção de Max Weber, faz parte do grupo étnico uma crença subjetiva na comunidade de origem. O autor ressalta que grupos étnicos são “aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum” (WEBER, 2004, p. 270). Esta crença se torna importante para as relações comunitárias, não levando em consideração a questão sanguínea.

A crença na afinidade de origem geralmente baseia-se na igualdade de costumes e de hábitos, mas quando não, segundo Weber, os grupos podem desenvolver uma força criadora de comunidade, quando esta está amparada por lembranças de uma migração real, e mesmo quando um grupo já está adaptado ao seu novo país e um retorno à sua origem seria insuportável, um forte sentimento de apego a sua “terra natal” continua atuando (WEBER, 2004, p. 270). Como mostraremos, a “origem” comum, em um ambiente de hábitos bastante distintos produzirá efeitos nos habitantes da colônia São Lourenço.

A atração daqueles que se sentem como de uma mesma espécie é inseparável da repulsa perante aos que são vistos como estrangeiros. Dessa forma, não é o isolamento que cria consciência de pertença, mas a comunicação das diferenças que os indivíduos se apropriam para estabelecer as fronteiras étnicas. Para Poutignat e Streiff-Fenart: “é a crença na origem comum que substancializa e naturaliza os atributos, tais como cor, a língua, a religião, a ocupação territorial e fazem-nos percebidos como traços essenciais e imutáveis de um grupo” (1998, p. 162).

Outro importante referencial para este trabalho, complementando o estudo de relações interétnicas, ainda que os autores não tratem de diferenças étnicas, é a obra de Norbert Elias e John Scotson, *Os estabelecidos e os outsiders*, que mostra a divisão entre

dois grupos de moradores em um pequeno vilarejo, sendo um deles estabelecido desde longa data e o outro, de residentes mais novos, designados pelos autores de “outsiders”. O grupo estabelecido “se fechava” contra o outro grupo e o estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano, sem o carisma que os estabelecidos se atribuíam. Tal carisma originava uma virtude específica que era compartilhada apenas pelos estabelecidos, o que levava a recusa de qualquer contato social com os recém-chegados. Esses fatores, aliados ao grau de coesão existente entre os estabelecidos, fazia com que os moradores mais antigos se preservassem nos cargos mais importantes das organizações locais e, através da exclusão e da estigmatização dos outsiders, fortalecessem a sua identidade. Ao longo deste trabalho, desenvolveremos melhor essas questões, assim como outras abordagens, entre as quais as noções de cotidiano e a noção “thompsoniana” de economia moral da multidão, entre outras.

As diferenças entre os imigrantes alemães de São Lourenço e os moradores da freguesia do Boqueirão aparecem na forma de gerir a terra, de produzir, de consumir, e na organização social e política de cada grupo. No primeiro capítulo, trataremos mais especificamente dessas diferenças, discutindo o contraponto entre estância e lote colonial, entre a produção do charque e a agricultura de produção diversificada e de caráter familiar da propriedade colonial. Trataremos, na sequência, da fundação da colônia e de sua inserção em uma região estancieira, além de analisar a organização inicial dos primeiros imigrantes do núcleo, articulando questões diversas, como a construção de escolas e de igrejas e, em especial, a composição e organização dos grupos familiares imigrantes. Essa reestruturação das famílias será tomada a partir de um detalhamento de algumas relações entre esses grupos familiares e a descrição de algumas práticas. Foi fundamental para a compreensão da organização dos grupos familiares o uso da teoria de redes sociais e de discussões que envolvem autores como Franco Ramella, Oswaldo Truzzi, Dimitri Fazito e Charles Tilly.

No interior da organização colonial, o diretor do núcleo de São Lourenço exercia inegável influência e, por isso, nos interessamos em analisar a forma pela qual ele se relacionava com os colonos e executava as suas funções. E, por outro lado, como os colonos reagiam à sua presença. No segundo capítulo, abordaremos a participação do empresário na vida dos colonos nos casos de conflitos e disputas gerados entre ele e os colonos. Neste sentido, pretendemos avaliar o surgimento de lideranças entre os moradores da colônia, sejam como representantes dos colonos ou como opositores ao diretor colonial. Para compreendermos a posição de Jacob Rheingantz e de outros alemães que assumiram

posições de destaque no núcleo, partimos das discussões que envolvem o conceito de liderança étnica, presente no trabalho de Seixas (2006).

No terceiro capítulo, pretendemos avaliar a situação dos grupos familiares no contexto local, procurando mostrar o seu relacionamento ou o seu envolvimento com outros grupos existentes no Boqueirão. Faremos uma pequena análise da composição dos habitantes da Freguesia do Boqueirão, tomando como principais pontos as suas origens e ocupações. Uma das propostas desse capítulo é tentar mostrar os primeiros encontros entre colonos e moradores locais e, para isso, exploraremos algumas atividades desses elementos, como, por exemplo, as atividades comerciais.

CAPÍTULO I

A COLÔNIA SÃO LOURENÇO

E SUAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS

Neste capítulo, pretendemos expor algumas questões sobre o contraponto existente entre os grupos de habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, sejam eles estancieiros, peões, agregados ou pequenos lavradores, e os moradores da Colônia São Lourenço, os colonos “alemães” engajados na empresa de Jacob Rheingantz. Para tanto, vamos delimitar as características do povoado e de seus formadores, explorando a fundação e consolidação das estâncias e da sociedade local. Na sequência dessa delimitação, passaremos a analisar a construção da colônia e suas primeiras e principais características.

Durante o desenvolvimento dessas questões, pretendemos ressaltar algumas transformações ou modificações que contribuíram para a constituição de um novo contexto local após a instalação da Colônia São Lourenço. Desenvolveremos alguns pontos sobre tais temas na primeira parte deste capítulo. Já na segunda, trataremos da formação social da colônia a partir das primeiras levas de imigrantes e das redes migratórias que surgem a partir delas, analisando a composição das famílias e algumas formas de relações que emergem na nova configuração surgida com o núcleo colonial.

1.1. – As estâncias e a colônia

Escrevendo em meados do século XX, Jean Roche, pesquisador que desenvolveu um dos maiores e mais importantes estudos sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, descreveu da seguinte maneira a configuração estância/colônia que observou na região que ora pesquisamos:

Uma primeira diferença entre a colônia e a zona de pecuária aparece no número e no traçado

dos caminhos. Aqui, as fazendas estão afastadas; raros caminhos rudimentares seguem as cristas, sem que a terra traga outra marca da ação do homem que não a dos arames farpados que cercam as pastagens, e alguns ranchos primitivos. Lá, a quadrícula regular dos caminhos une as roças cultivadas e as casas; as carroças, de quatro rodas, dirigem-se para as lojas dos comerciantes, que balizam as estradas ou se juntam em pequenas aglomerações como Boqueirão e São João da Reserva. (ROCHE, 1969, p. 179)

Tais informações são contemporâneas ao centenário da colonização alemã do município de São Lourenço do Sul (1858-1958) e relatam as diferenças na formação da região, assim como o limite visivelmente demarcado entre as fazendas e o espaço colonial. Esta dicotomia estância/colônia que persiste em São Lourenço é o ponto de partida para o nosso trabalho, sendo o objetivo deste capítulo descrever as condições que contribuíram para a formação de São Lourenço, a partir da configuração histórica dos grupos que habitaram a região, com referências aos estancieiros e primeiros povoadores locais e a posterior inserção dos imigrantes alemães em meados do século XIX.

A região de São Lourenço foi composta, na sua configuração anterior à construção da colônia, a partir de sesmarias doadas a portugueses ou luso-brasileiros, assentados na margem da Laguna dos Patos, entre o Arroio Grande (hoje no município de Turuçu) e o Rio Camaquã, disseminando as estâncias no pé da Serra dos Tapes. (Confira a localização do município de São Lourenço do Sul e da região colonial nos Anexos 1 e 2). O povoamento extensivo do local começou com algumas concessões de sesmarias para militares ou comerciantes vinculados a Rio Grande, cidade portuária no extremo sul do Rio Grande do Sul, fazendo parte da proposta de povoamento da região, respeitando critérios ligados ao seu caráter fronteiriço e aos conflitos com os vizinhos do Prata, englobando estratégias político-militares que remontam ao período de Rafael Pinto Bandeira, no último quartel do século XVIII.¹⁶

De maneira geral, esse povoamento da Região Sul brasileira acabou fomentando o

¹⁶ O Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira havia apropriado uma porção de terras na região por volta 1776, na costa da Laguna dos Patos, entre dois rios que nela desembocam, o Arroio Grande e o Carahá, requerendo a referida faixa de terras em 1780, ficando a região conhecida como Fazenda São Lourenço. Legalmente, o primeiro proprietário foi Jorge Colaço, que parece ter formado a estância, entre o Arroio Grande e o São Lourenço. No mesmo ano da concessão definitiva dessa sesmaria (1789), a mesma foi vendida, constando apenas um “pertence” anexo à carta de sesmaria, ao Capitão Mor Manuel Bento da Rocha, que vendeu a Estância de São Lourenço, antes de sua morte, em 1891. O comprador provavelmente foi Manoel Pinto de Moraes, que repassou as terras aos Oliveira Guimarães, uma família que contribuiria para o povoamento local de forma mais significativa. As informações podem ser vistas na justificativa para obtenção de sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite, em 1814, com oposição de Isabel Eufrásia de Oliveira (viúva de Manoel José de Oliveira Guimarães), por Ribeiro Leite ter requerido partes de terras supostamente no terreno da estância São Lourenço. AHRs. Coleção Sesmarias. Nº 536 – maço 39, caixa 14. Ao que tudo indica, José da Costa Santos teria comprado a estância da família Oliveira Guimarães, ou teria assumido o valor da dívida dos Oliveira Guimarães com os antigos proprietários. Já entre o Arroio São Lourenço e o Arroio Carahá ficava outra estância, primeiramente, chamada Olaria e depois denominada Porto de São Lourenço, terras que também pertenciam aos Oliveira Guimarães, onde foi erguida a atual cidade de São Lourenço do Sul. Cf. Anexo 2.

estabelecimento das grandes propriedades, sem o caráter agrícola apresentado pelo restante do Brasil. Se em nível nacional se desenvolveu uma rede fundiária baseada no capitalismo comercial, produzindo em larga escala aquilo que o mercado europeu necessitava, no interior e sul do Brasil Colônia o povoamento esteve ligado à criação de gado, “uma atividade subsidiária da economia de mercado externo” que também estava associada ao latifúndio “como decorrência da criação extensiva e da grande disponibilidade de terras” (PETRONE, 1982, p. 15).

O início do latifúndio ocorre, então, com a ocupação de terras para utilização de campos nativos e a formação de estâncias pastoris. O surgimento destas estâncias está ligado à presença militar (ZARTH, 1997, p. 39-51), pois estes militares recebiam “terras” como gratificação ou pagamento por uma vitória sobre os platinos nas lutas em solo rio-grandense. Mas não apenas os comandantes conseguiram a posse de terras, pois, como veremos, muitos comerciantes receberiam essa benesse. Luís Augusto Farinatti (2007) critica a preponderância legada aos militares na historiografia do Rio Grande do Sul, para o autor:

Associação entre a elite agrária e os altos comandos militares na Campanha Rio-grandense é praticamente uma “idéia-força” na historiografia. Contudo, essa afirmação costuma ser feita por si mesma, sem que esteja acompanhada de um estudo sobre a sua amplitude e as suas características. Como veremos, nem todo abastado senhor da Fronteira era também uma autoridade militar. Muitos deles jamais ocuparam qualquer posto nas forças marciais. Isso, porém, não retira a importância singular que os comandos militares tiveram na estruturação da sociedade do extremo-sul, nem sua conexão inextricável com a economia e a sociedade. (FARINATTI, 2007, p. 168).

Em outros casos, a posse das terras era adquirida através da apropriação das áreas que, com o passar do tempo, acabavam por serem legalizadas. Para Farinatti (2007), da mesma forma que os grandes senhores simplesmente se apossavam de faixas de terra durante a primeira metade do século XIX, a “ocupação simples foi, desde o início dos tempos coloniais, um instrumento utilizado maciçamente por pequenos posseiros produtores de alimentos, que tinham dificuldades para conseguir uma sesmaria” (2007, p. 101).

A estância, apesar da dedicação à pecuária, mantinha relativa auto-suficiência na produção de alimentos; peões e escravos utilizavam roças e criavam pequenos animais domésticos para o consumo de quem vivia na propriedade (ZARTH, 1997, p. 112). As atividades da estância requeriam menos mão-de-obra escrava se as compararmos com a utilizada em uma charqueada, por exemplo. Nas estâncias viviam além de escravos e

peões, agregados, pequenos lavradores e outros grupos que não tinham propriedades próprias e mantinham uma complexa relação com os estancieiros (FARINATTI, 2007, p. 369-374).

A pecuária como forma extensiva do povoamento também foi responsável pela expansão de núcleos populacionais irradiados a partir do eixo Pelotas-Rio Grande, do qual se origina São Lourenço, pois neste contexto surge o povoado do Boqueirão, que é a base do futuro município. Assim, a atividade charqueadora contribuiu para a ocupação extensiva das imediações, isto é, o charque e a instalação e desenvolvimento das charqueadas foram os responsáveis pela formação de povoados e vilas (BARROSO, 2009), em outras palavras:

desse ciclo pastoril resultou a repartição do eixo centro-sul, do que nasceram São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Dom Pedrito, Rosário, Livramento, Quaraí, São Vicente e São Sepé, no interior da campanha; e Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Tapes, Camaquã e Arroio Grande, na serra do sudeste. Até 1850 estava praticamente apossada a metade sul da Província. (BARROSO, 2009, p. 17)

Como podemos observar, São Lourenço do Sul não aparece na descrição de povoados ou municípios criados com o ciclo pastoril. Nessa época, o povoado era conhecido pela denominação de Freguesia do Boqueirão, mas sua formação é semelhante aos outros lugares citados do sul da província. Um exemplo da configuração deste ciclo pastoril local pode ser percebido a partir das informações contidas no mapa da população de Pelotas de 1833. Segundo este "censo", Boqueirão, então 4º Distrito de Pelotas, possuía cerca de 250 casas e 1830 habitantes; sendo que, deste total, 800 moradores eram escravos e outros 250 eram libertos. Esses números são semelhantes aos outros distritos da região, exceto da sede Pelotas que possuía maior contingente escravo.¹⁷

São Lourenço foi elevada à categoria de município, somente em 1884,¹⁸ e sua criação está associada à colônia São Lourenço e à imigração alemã, como fatores propulsores do desenvolvimento comercial, principalmente, através do pequeno porto local – construído pelos estancieiros fora do núcleo colonial - e do crescimento populacional

¹⁷ Ao todo Pelotas estava dividida em cinco distritos. Confira: Mapa da população da vila de São Francisco de Paula, e de seu termo, em dezembro de 1833. IN: ARRIADA, 1994, p. 98.

¹⁸ A sede do município de São Lourenço do Sul, na época em que foi elevado a esta categoria, ainda era a Vila de Boqueirão, sendo que o primeiro nome do termo era Conceição do Boqueirão. Somente mais tarde é que ocorre a transferência administrativa municipal para a Vila de São Lourenço, tanto a transferência quanto as alterações na nomenclatura fazem parte de uma acirrada disputa política local, na qual teve importante papel José Antônio de Oliveira Guimarães, idealizador do projeto. A Vila de São Lourenço foi construída a partir do loteamento dos terrenos de Oliveira Guimarães e o porto era um dos principais negócios que o estancieiro alimentava para prosseguir com sua proposta de alterar o local mais "urbanizado" da região, do Boqueirão para a Vila São Lourenço. Confira o Anexo 2.

nutrido pela colonização¹⁹; cabe ressaltar, no entanto, que a fundação do núcleo colonial ocorre, apenas, em 1858, quando já existia uma comunidade fixada nos arredores e uma relativa organização dessa sociedade, derivada do sistema da estância e do charque.

Os núcleos coloniais de imigrantes começam a surgir no Brasil com a vinda da Corte portuguesa no início do século XIX. A ideia era implantar a pequena propriedade ao lado da grande propriedade, não concorrendo com esta no mercado de trabalho. Para tanto:

a pequena propriedade devia ocupar espaços vazios promovendo a valorização fundiária, e criar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre latifúndio e escravo, camada essa que pudesse ao mesmo tempo ser mercado consumidor, oferecer braços no mercado de trabalho e diversificar a economia com a produção de gêneros para os quais a grande propriedade não se prestava. (PETRONE, 1982, p.17)

Dessa forma, no Rio Grande do Sul a imigração foi dirigida em geral para zonas serranas, enquanto os estancieiros ocupavam os campos do pampa ou do litoral, como no caso de parte das estâncias locais, situadas na costa da Laguna dos Patos. Como afirma Beatriz Azevedo Courlet (2005, p.10), em seu trabalho sobre as identidades em zonas fronteiriças, a "pequena e a grande propriedade nunca chegaram a disputar o mesmo espaço físico no RGS, os colonos tendo sido instalados em terras impróprias para a pecuária, pois o foram em zonas de florestas, de montanhas e, muitas vezes, em florestas habitadas por índios".

No nosso caso, São Lourenço possuía uma colônia encravada na Serra dos Tapes, literalmente rodeada por estâncias e fazendeiros, criando uma condição que, de certa forma, é impar na configuração gaúcha, onde na maior parte das vezes, as colônias permaneceram afastadas ou isoladas da zona pecuarista. De maneira geral, tanto a configuração das estâncias quanto dos lotes coloniais, nos remetem ao turbulento processo que envolveu a distribuição e regularização das terras brasileiras.²⁰ Outro conflito pela terra na região teve origem com a extração de madeiras nos matos da Serra dos Tapes,

¹⁹ Segundo discurso predominante: "O imenso progresso da colônia alemã e naturalmente do porto de São Lourenço, pode ser facilmente constatado, pois no ano de 1858, o porto não tinha qualquer expressão regional. Próximo a ele, apenas fazendeiros e trabalhadores das estâncias que por ali viviam, sem qualquer significado demográfico. Porém, decorridos apenas três anos da fundação da colônia, ou seja, em 1861, é fundada a capela de São Lourenço" (COSTA, 1999, p. 36. *Grifos meus*).

²⁰ Outra configuração diferente da forma padrão (colonização de regiões serranas, afastadas de zonas de pecuária e, relativamente, "isoladas" da população brasileira) pode ser encontrada no litoral norte do Rio Grande do Sul. Esta região, também definida por Roche como uma ilha de colonização de caráter antigo, está próxima de pequenos lavradores nacionais e outros proprietários de maior porte, mas diferente da região onde se localiza São Lourenço, na parte norte não havia "a pressão" ou poder político-social do centro-sul – latifundiários-estâncias-charque –, o que foi desfavorável para as colônias litorâneas, uma vez que o governo provincial mantinha uma política "discriminatória" com relação a situação econômica do litoral norte. Outro importante ponto de diferenciação entre parte norte/sul seria a dispersão dos colonos entre a população local, maior na parte norte (WITT, 2001, p. 88 e seguintes).

recurso ou alternativa financeira muito utilizada por estancieiros, posseiros, pequenos produtores e também pelos colonos alemães.

Pequena propriedade e imigração estão ligadas pelo decreto de 25 de novembro de 1808 que permitiu a posse de terras para estrangeiros. Conforme Giralda Seyferth, este decreto é o ponto de partida para a imigração e para as colônias de imigrantes europeus no Brasil. A colonização varia conforme a região do país, mas o seu principal resultado “está ligado à formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde não havia lugar para o pequeno proprietário” (SEYFERTH, 1990, p. 21). Em algumas regiões, incluindo o Rio Grande do Sul, surge uma sociedade camponesa, baseada na pequena propriedade policultora, trabalhada pela família do proprietário.

Esta pequena propriedade deveria ser auto-suficiente, vendendo os excedentes e produzindo alguns gêneros em maior volume para o mercado interno (PETRONE, 1982, p.60-61), mas tal auto-suficiência era aparente, pois ela já estava submetida às leis do mercado, dependendo de atividades externas à comunidade (SEYFERTH, 1990, p. 21). Para Aldair Lando e Eliane Barros (1980, p. 41-42), a substituição da produção escravista para a produção capitalista marcará a transição para dois tipos de sociedade diferentes: na primeira, a propriedade é um privilégio para um grupo bem definido; na segunda sociedade, o investimento na força de trabalho proporcionará melhor gerenciamento nas aplicações da produção, onde a terra transforma-se em equivalente de capital.

De maneira mais genérica, no que concerne às colônias, estas possuíam uma organização própria que não só a diferenciava da forma como viviam os moradores dos povoados gaúchos mas também da forma pela qual viviam os imigrantes ainda na Europa, onde se localizavam em aldeias e raramente no campo, ou seja, a configuração colonial de picadas, que é adotada nas colônias em questão, é um aspecto diferenciado do processo, que seguia o modelo de colonização:

implantado durante a ocupação de São Leopoldo, cuja área foi dividida em doze picadas ou linhas as quais, direta ou indiretamente desembocavam na sede da colônia. Os lotes dos colonos agricultores situavam-se nas picadas. Na sede da colônia encontravam-se a administração colonial, os primeiros comerciantes e artesãos, a igreja, o padre ou o pastor. Invariavelmente, durante todo o processo de colonização, as sedes das colônias que foram sendo instaladas se transformaram em pequenos povoados – vilas ou picadas – que não passavam inicialmente de aglomerados rurais, nos quais se constituíam os centros administrativos das colônias e também seu centro comercial, artesanal, escolar, religioso e social. Esta organização social foi muito importante na reprodução do sistema agrário colonial, na medida em que essas vilas funcionavam como ponto de encontro dos agricultores. (MERTZ, 2008, p. 8)

No entanto, as diferenças entre colonos e estancieiros não estavam apenas na

organização de suas propriedades e na forma como construíram os seus sistemas produtivos. Os estancieiros, por exemplo, formavam uma sociedade centrada em valores próprios, inserida no contexto da sociedade colonial e, posteriormente, imperial, constituindo uma rede de várias famílias, algumas interligadas por casamentos, outras por alianças originadas na escolha dos padrinhos para o batismo das crianças, criando, assim, relações de compadrio e parentescos fictícios (HAMEISTER, 2007). Os membros destes grupos ainda demonstravam ou desejavam possuir um *status* de superioridade, como elite dominante, condutora dos costumes, devendo ser copiados e imitados por todos aqueles que tencionavam fazer parte desta sociedade “única”.

Podemos ainda mencionar um sentimento de posse com o lugar, observada a partir dos documentos, quando estes referem-se ao povoado do Boqueirão e às propriedades dos estancieiros, o que inclui, no pensamento deles, os escravos existentes na região; gerando nos “luso-brasileiros” uma tendência de poder, que se apresenta como um meio de legitimação para a posição social que eles próprios se atribuíram, como uma posição de vantagem, seja ela moral ou material. Por estarem fortemente identificados com o meio, “um local por eles constituído”, demonstram aspectos semelhantes à definição de *estabelecidos* (ELIAS, SCOTSON, 2000). E, da mesma forma, os imigrantes alemães podem ser identificados, nesse caso, como os *outsiders*.

Os moradores antigos, os *estabelecidos*, formavam um grupo de famílias que possuíam um passado comum, enquanto os recém-chegados, os imigrantes alemães, raramente apresentavam essa característica.²¹ Esta última configuração pode ser percebida nas regiões de São Leopoldo e de Novo Hamburgo, principais centros de imigração alemã do Rio Grande do Sul, estudadas por Ellen Woortmann (2000, p. 209-210), onde grupos migrantes eram divididos pelo governo brasileiro nas picadas, intencionalmente, entre protestantes e católicos ou, como ocorreu em outras ocasiões, os colonos que eram originários da mesma localidade foram instalados em linhas ou picadas diferentes, assim como aqueles que vinham na mesma viagem. O objetivo da divisão destes indivíduos era evitar a constituição de núcleos “fechados”, ou seja, aqueles formados por imigrantes que possuíssem vínculos entre si e que pudessem trazer antigas rivalidades para o novo continente, o que poderia, segundo os governantes brasileiros, gerar conflitos internos nas

²¹ Por outro lado, os imigrantes também podiam apresentar um tipo de ideologia de superioridade ética, que talvez neste momento não tivesse força suficiente para sobrepor os *estabelecidos*, mas que com algumas condições e certo tempo de desenvolvimento poderiam emergir. Por exemplo, em algumas ocasiões grupos imigrantes, de forma estereotipada, chamavam os brasileiros de caboclos, considerando-os preguiçosos e indolentes (SEYFERTH, 1990, p. 81). Em geral, estas distinções estavam fundamentadas em uma espécie de “ética do trabalho” (WEBER, 2002).

picadas. Portanto, a proposta do governo baseava-se em um tipo de precaução contra rixas e disputas que ele próprio desconhecia e que o levou a interferir na acomodação das famílias na nova localidade e a dificultar o entrosamento destes grupos recém-chegados.

Para Woortmann, essa condição criava “uma espécie de colcha de retalhos em que uma grande diversidade de trajetórias se entrecruzavam, movidas pelo estímulo da emigração” (2000, p. 210). As famílias que formavam as colônias eram, em geral, menores, formadas pelos pais e alguns filhos pequenos, e seu campo de ação limitava-se a uma rede de relações com pouca amplitude, o que contribuía para o seu “isolamento”. Assim, as decisões destes grupos tinham pouco impacto na nova condição em que se encontravam ou, dito de outra forma, as suas deliberações não penetravam nos grupos já *estabelecidos*, ou maiores e mais antigos, de maneira que pudessem provocar alterações significativas.

Por outro lado, e apesar destes fatores, Woortmann lembra que a emigração não era um projeto individual, pelo contrário, era um projeto “que envolvia não apenas a família imediata do migrante, mas sua parentela mais ampla e vizinhos”. Este é o principal argumento de Charles Tilly (1990): o imigrante não se faz sozinho; o que significa dizer, conforme Dimitri Fazito (2002), que as normas, instituições e a interação cotidiana que regem o contexto social definiriam a “condição de migrante” dos indivíduos. “Claro que indivíduos migraram, às vezes, sozinhos. Mas o fizeram como participantes de um processo social que se estendia muito além deles próprios. É esse o sentido da afirmação de Tilly: 'não são os indivíduos que emigram, mas sim a rede' (1990, p. 84)” (TRUZZI, 2008, p. 215). Ou seja, a imigração se produz a partir de grupos de pessoas interligadas através de laços íntimos e um destino comum, tratando-se, portanto, de um processo coletivo (FAZITO, 2002).

Por outro lado, as famílias antigas que moravam na região há duas ou três gerações, passaram por um processo grupal juntas “que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 38). Essa configuração garantia certa coesão ao grupo, que não existia no grupo imigrante, visto nesta perspectiva, como um grupo único e também homogêneo. Os recém-chegados eram para os *estabelecidos* um grupo de pessoas estranhas, sem vínculo com o lugar ou com os moradores mais antigos, que “tinham raízes profundas no lugar; todos os imigrantes, a princípio, eram pessoas desenraizadas” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 67). Internamente, as famílias antigas respeitavam uma hierarquia, onde cada uma tinha uma posição *fixada*; tal ordem, juntamente com os seus critérios, eram somente conhecidos no nível da prática

social e não de maneira explícita. Entre si as famílias ligavam-se por laços de intimidade emocional, através de vínculos de parentesco, amizade ou de inimizade.

Antes de prosseguir com o estudo do povoado e dos imigrantes fundadores da Colônia São Lourenço, é importante estabelecer algumas fundamentações sobre a perspectiva de rede que iremos utilizar para analisar a formação do núcleo colonial e as relações entre os primeiros imigrantes. A adoção dessa perspectiva interessa aos que se ocupam dos fenômenos migratórios porque tais fenômenos normalmente ocorrem segundo critérios mais seletivos de origem e de tipo de imigrante e, também, porque eles não ocorrem isoladamente, ou como resultado de decisões ou escolhas individuais, mas através de grupos de pessoas, vinculadas por familiaridade e pelo destino em comum (TRUZZI, 2008).

Oswaldo Truzzi, apropriando-se das noções de Douglas Massey, afirma que redes migratórias podem ser definidas como um complexo de laços interpessoais, que servem para ligar tanto migrantes quanto não-migrantes ainda no local de origem dos viajantes e, posteriormente, no local de destino. Estes laços se multiplicam por meio de vínculos de parentesco ou de amizade, que formam redes, que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando seus significados, engajando recursos e controlando comportamentos. É a partir dessas redes, constituídas num estágio anterior ao da viagem, que os candidatos a migrantes conseguem, com migrantes já estabelecidos nas sociedades receptoras, as informações sobre as oportunidades, e também sobre as dificuldades, que podem encontrar. Dimitri Fazito (2002), também amparado em Massey, argumenta que os laços sociais, formados na adaptação dos migrantes ao processo migratório, são reforçados pela experiência comum vivida por imigrantes.

Os estudos de “redes sociais da migração” focam suas análises nas dimensões e conteúdos das relações sociais dos que participam do processo migratório, sendo que sua perspectiva pode ser mais facilmente compreendida a partir de uma escala micro, priorizando ações e interações pessoais. Ou seja, tais análises não se limitam a investigar somente a cadeia migratória, aquele fluxo populacional permutado por regiões, que origina uma rede migratória centrada em grupos específicos. A análise de redes observa as relações de um indivíduo, buscando identificar padrões de comportamento e os grupos que se correlacionam com tais padrões.

A análise de redes sociais ou ARS tem como principal característica abranger os dados relacionais, aqueles que expressam relações (conexões e laços) entre indivíduos e grupos, também denominados “objetos” (FAZITO, 2002). Por fim, a ARS identifica

constrangimentos sobre comportamentos e busca explicar as diversas estruturas e como elas interferem ou não nos comportamentos dos atores. Nota-se que os estudos podem ser diversificados, abrangendo os mais variados tipos de relações, seja de parentesco, vizinhança ou amizade.

Para Franco Ramella (1995), o conceito de redes se tornou um valioso instrumento para se estudar a ação social, pois a rede de relações do indivíduo pode ser percebida em termos dos condicionantes que exerce sobre o seu comportamento, marcando certas limitações em suas ações, ou ainda em termos do uso que cada ator faz da rede para conseguir seus próprios fins. Essa concepção contrapõe os ideais da teoria neoclássica econômica e da sociologia funcionalista de que as relações sociais produziram efeitos nulos no comportamento do indivíduo.

Apesar do consenso em considerar o migrante como um ator racional, capaz de atuar em seus próprios interesses, há uma divisão entre as abordagens, já que o imigrante pode ser visto tanto como um ser com racionalidade absoluta, como com racionalidade relativa, sendo que, na primeira hipótese, o imigrante é visto como um ator isolado, como um ser independente que decide e atua indiferente do contexto social e, no segundo caso, o imigrante é visto como um indivíduo colocado no interior de redes de relações, interagindo dentro dos fluxos recíprocos de comunicação e intercâmbio, ou seja, o imigrante estaria orientado pelas influências derivadas das redes às quais pertence e seus objetivos corresponderiam aos contextos sociais de referência. Estas questões criaram ou um indivíduo hipo-socializado, ou um indivíduo hiper-socializado.

Atualmente os imigrantes são vistos como atores racionais que perseguem os objetivos e mobilizam para tais fins os recursos que tem à sua disposição. Esses recursos, na maior parte das vezes, são considerados recursos relacionais (RAMELLA, 1995). E, desta forma, o imigrante passa a ser visto como um agente mobilizador de seu capital social (TRUZZI, 2008, p. 207).

A teoria de redes sociais põe em cheque dois pontos importantes de referenciais consagrados: o primeiro é a ideia da sociologia funcionalista de que os vínculos pessoais perdem influência frente à afirmação de critérios universalistas dos processos de recrutamento industrial do moderno mercado de trabalho, o segundo discute fundamentos da teoria neoclássica do mercado de trabalho, que ignora os vínculos pessoais, considerados fenômenos ligados a sociedades rurais atrasadas que sucumbiriam frente a sociedades modernas e industrializadas. O equívoco estaria justamente no fato de que é através dos vínculos pessoais que os indivíduos vão compartilhar e transmitir informações,

ponto central para a teoria de redes.

Este processo pode ser visualizado, por exemplo, a partir da conexão entre trabalho disponível e indivíduos que o procuram. A vaga de trabalho existente somente será preenchida se a oferta e a demanda entrarem em contato, o que irá ocorrer no interior de uma trama de relações onde a informação do trabalho disponível será passada a um indivíduo, é neste sentido que a rede de relações atua, como um meio transmissor de informação, o que não era considerado pela teoria econômica neoclássica. Assim, a informação e a forma pela qual ela é transmitida fazem parte do problema central da análise social. Entretanto, nesta visão a informação não é um bem livre no mercado, nem plenamente disponível, pois as informações que o indivíduo recebe, dependem da rede de relações a que ele pertence (RAMELLA, 1995, p. 18-19; TRUZZI, 2008, p. 209).

Existem algumas dificuldades na aplicação concreta do conceito de redes nas abordagens migratórias numa perspectiva histórica, uma vez que se torna mais problemática “a utilização de fontes capazes de reconstituir com alguma fidelidade e de modo sistemático os laços sociais que prevaleciam entre os migrantes, as informações a que tinham acesso e, sobretudo, a mentalidade que as avaliava” (TRUZZI, 2008, p. 214). Neste sentido, casamentos, batizados, listas de embarque e desembarque podem contribuir com informações mais detalhadas sobre a origem e algumas práticas dos imigrantes, principalmente, sobre as matrimoniais que, por um lado, podem ser importantes para manter a coesão dos grupos e, por outro, podem servir para aproximarem imigrantes de moradores *estabelecidos*.

Ramella ainda aponta para o uso na pesquisa histórica do conceito de análise de redes através da micro-história e sublinha o uso intensivo das fontes nominais. Esta proposta tornou possível ao trabalho histórico uma perspectiva que percebe a sociedade através de um conjunto de relações, de formas e de sistemas de relações, distanciando-se da visão da sociedade como um conjunto de categorias construídas *a priori*. Assim, a sociedade é pensada em termos de suas relações e não em termos de categorias agregativas e, desta forma, rompe-se com as operações preliminares de classificação que eram utilizadas para agrupar ou diferenciar indivíduos a partir de atributos compartilhados (operários ou camponeses, nativos ou imigrantes, etc).

Deste modo, são as redes de relações das quais os indivíduos fazem parte e que eles constroem, as que estruturam as oportunidades, que por sua vez, não dependem de atributos ou de características pessoais, mas das relações entre os atores sociais. A análise da composição das redes e de suas formas se tornam centrais por proverem uma chave

explicativa (TRUZZI, 2008).

Na análise que propomos, estudaremos ainda a composição social do povoado de Boqueirão,²² um centro político e social, formado por grupos de povoadores descendentes dos primeiros moradores do local e da região (Rio Grande, Canguçu e Camaquã). Além de estancieiros, formavam o pequeno povoado, capatazes, peões e seus familiares, assim como, um contingente de trabalhadores livres (como veremos mais detalhadamente no capítulo 3), dedicados ao extrativismo e à agricultura de subsistência, esta última atendia às demandas dos habitantes do povoado e também das estâncias, que nem sempre garantiam, dentro dos seus limites, a produção de todos os itens que necessitavam. Estes lavradores raramente tinham a posse da terra onde produziam e grande parte deles estava subjugada pelo controle político e econômico dos estancieiros (ZARTH, 1997).

Esses lavradores e peões tinham origens muito diversas, contemplando desde portugueses procedentes de várias localidades (Lisboa, Porto, Braga, Açores, etc.); brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, de cidades como Curitiba, Laguna, e do próprio Rio Grande do Sul); espanhóis (ou seus descendentes); além de argentinos, uruguaios e um paraguaio. Tal multiplicidade de povoadores, que também é percebida em todo o território do Rio Grande do Sul, é importante para o estudo do grupo, pois estes contribuem na formação das identidades locais.²³

Existiam, ainda, outros imigrantes na região, como era o caso de italianos e franceses, que moravam na Freguesia do Boqueirão, exercendo em geral atividades comerciais,²⁴ e um considerável número de escravos, quilombolas,²⁵ libertos e descendentes, que também estão inclusos no grupo de estancieiros devido à sua relação social, política e econômica com os demais integrantes, constituindo parte significativa dos

²² A partir de 1830, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. A Freguesia compreendia uma área que seria maior do que o atual município de São Lourenço do Sul, o qual tem sua gênese nessa freguesia. O povoado era a parte mais “urbana” da freguesia, onde estavam a igreja, o cemitério, a residência onde o subdelegado recebia a população, as residências de moradores e alguns comércios.

²³ Levantamento de dados realizado pela autora, entre 2007 e 2008, principalmente, nos livros de registros católicos do povoado, relativo ao período de 1848 a 1870, (Cf. BISPADO DE PELOTAS. Livros I, II e III de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão). Para anos anteriores e sobre os primeiros grupos familiares da região, conferir livros de registros de Pelotas e Canguçu (BETEMPS; JACOTTET, 2006; NEVES; 1998). As próximas informações também são retiradas desses livros.

²⁴ Acredita-se que, estabelecidos antes ou no decorrer da Guerra Farroupilha (1835-1845), podemos citar as famílias Olimpiado, Labegorre, Marroni, Signorin, Manfrino, entre outras.

²⁵ Segundo as atas da Câmara de Vereadores de Pelotas, pertencentes ao Museu da Biblioteca Pública de Pelotas, em especial as discussões entre os anos de 1847 a 1860, quando aparecem reclamações de moradores da Freguesia do Boqueirão sobre bandos que praticavam ataques a fazendas da localidade e que moravam nos chamados quilombos. Alguns homens foram recrutados na comunidade para destruírem os quilombos, mas devido a contingentes de número insignificante e pouca organização das autoridades, os grupos armados, ao que tudo indica, não foram realizados.

habitantes do povoado e arredores.

Entre as primeiras famílias que constituíram o grupo de povoamento do local estavam os descendentes de Joaquim Gonçalves da Silva; da família Centeno, que por sua vez, tem ligações muito próximas com os Gonçalves da Silva; os de José Cardoso de Gusmão, um dos primeiros proprietários de terras na área de São Lourenço; os Cardoso Osório, descendentes de Thomaz Luis Osório; os Baptista Barbosa, filhos e netos do Capitão Antônio Rodrigues Barbosa; os filhos do Cel. Simão Soares da Silva; além dos Rodrigues da Silva; Rodrigues Mendes; Rodrigues de Quevedos;²⁶ os Rodrigues Prates; os Sanches; os Bilhalva; entre outros tantos nomes que juntos somam cerca de 250 famílias estabelecidas desde 1786 até o final das disputas na região cisplatina (confira Anexo 2).

À época da chegada das primeiras levas de imigrantes, o povoado do Boqueirão concentrava as atividades dos moradores locais, principalmente, ao redor da igreja do povoado, um antigo oratório de estância, construído por moradores da fazenda que deu nome ao lugar e por um dos estancieiros de maior expressão local, José da Costa Santos (avô materno de José Antônio de Oliveira Guimarães, financiador da colônia e um dos responsáveis pelo desenvolvimento da vila de São Lourenço, à margem da Laguna dos Patos e fora da área colonial). Para exemplificar as relações locais, vamos utilizar a história da família e dos descendentes de Costa Santos.

José da Costa Santos recebeu terras na região por volta de 1800, casado com Dona Ana Joaquina Gonçalves da Silva, dona de terras vizinhas, trabalhou na construção da capela do Boqueirão, que, já em 1815, tinha um pároco próprio, o seu cunhado, Padre Roberto Antônio Gonçalves da Silva. Quando faleceu, Costa Santos tinha 3 filhas solteiras, cabendo à esposa a difícil tarefa de encontrar bons maridos para as filhas. Sua filha mais velha casou-se com Francisco Vieira Braga; a mais moça, com Antônio Francisco Santos Abreu, e a do meio, Tereza, com Inácio José de Oliveira Guimarães, todos eles estancieiros e dignos representantes das famílias locais (Cf.: ABREU, s/d; FLORES, 2001, p. 102; RUBERT, 1998, p. 68-70). Os genros, anos depois da prematura morte de Costa Santos, receberam quase todo o patrimônio da família, que foi dividido por Dona Ana Joaquina em partes iguais.

Estes casamentos são importantes porque através da composição familiar dos grupos dominantes podemos perceber sua capacidade de inserção em ramos diversos de

²⁶ Este era um grupo familiar bastante extenso, oriundo de São Paulo, que vem para povoar a região que hoje é o limite dos municípios de São Lourenço e Canguçu. Tal região ficou conhecida como Campos Quevedos, hoje distrito do município de São Lourenço, assim como uma parte da colônia, próxima de áreas que pertenceram à família, foi denominada Picada Quevedos.

atividades econômicas e militares, ao mesmo tempo em que percebemos o campo de ação e influência dos grupos dominantes:

No que se refere aos grupos dominantes, por exemplo, João Fragoso tem demonstrado, em seus estudos sobre a elite do Rio de Janeiro no século XVII, que um dos principais elementos estratégicos dessa “nobreza da terra” era a composição de uma complexa engenharia parental, através da qual os grupos familiares conseguiam levar poder e influência muito além de sua região de residência e reiterar sua posição entre os principais do lugar. (FARINATTI, 2007, p. 205-206)

Dos casamentos das filhas de Costa Santos tomaremos o caso de Inácio José de Oliveira Guimarães (1800-1850), um líder farroupilha extremamente reverenciado pelos conterrâneos, foi deputado republicano e chefe regional da revolta, apesar de não ter graduação militar, um requisito fundamental para postos de maior responsabilidade – o que pode explicar o fato de não ocupar o cargo de Presidente da República Rio-grandense (1836-1845), para o qual foi algumas vezes indicado. Delegado de Polícia por décadas, Inácio tornou-se um dos principais líderes políticos da região e sem perder influência, nem o carisma dos moradores locais, foi um dos mais ricos e importantes estancieiros da Freguesia.

Como já mencionamos anteriormente, nem todo estancieiro era um comandante militar. Inácio, por exemplo, era Guarda Nacional da Reserva, que assim como as antigas Milícias "eram forças não-profissionais compostas por moradores locais, mas tinham por tarefa principal resguardar a ordem social e a segurança interna" (FARINATTI, 2007, p. 170). Na Guarda Nacional estavam alistados os isentos do serviço militar, e quem tinha melhor posição social preenchia os cargos de oficiais, assim, "essa gente 'de bem' era considerada produtiva para a sociedade e não deveria ser desviada com frequência de seus negócios e tarefas para carregar o peso do serviço militar" (FARINATTI, 2007, p. 171). Ao mesmo tempo em que recebiam reconhecimento deviam prover por suas próprias mãos o fardamento, o armamento e a montaria e, principalmente, não recebiam soldos pelos trabalhos prestados.

Mesmo sem uma patente militar, Inácio José de Oliveira Guimarães agia como um "comandante",²⁷ principalmente, pela sua capacidade de reunir homens, recursos, cavalos e outros animais, além de produtos como fumo ou artefatos de couro (como rédeas por

²⁷ Conforme as correspondências da época farroupilha. Estas fontes formam a Coleção Varela publicada nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Devido à grande quantidade de volumes publicados até o presente momento (19 volumes), a busca pode ser feita, em cada volume, a partir do nome dos envolvidos na Guerra dos Farrapos; para o caso de Inácio sugerimos em especial os volumes 3 e 9.

exemplo), características fundamentais atribuídas aos comandantes deste tipo. Por mais que não fosse um “senhor da guerra” (FARINATTI, 2007), estava envolvido com "toda uma série de obrigações, de prestações de favores e ajuda que eram esperadas por parentes, aliados e subalternos" (FARINATTI, 2007, p. 169), obrigações que eram comuns aos comandantes da região da Fronteira e da Campanha rio-grandense.

Nascido em Rio Grande, Inácio perdeu o pai, Manuel, aos 12 anos; logo após, sua mãe casou com o seu tio, Tenente-Coronel José Antônio de Oliveira Guimarães. O pai e o tio de Inácio, os irmãos portugueses Manuel e José, eram sócios de um comércio: o primeiro tratava de negócios em Rio Grande, o outro, no Rio de Janeiro, e ambos receberam mercês em reconhecimento ao seu trabalho e algumas faixas de terras também, que foram sendo ampliadas através de compras e trocas realizadas pelo tio-padrasto Tenente-Coronel José Antônio. A família chegou a possuir 4 sesmarias de terras na região de São Lourenço, sendo que suas mais importantes propriedades eram a Estância São Lourenço e a Estância do Salso. Inácio foi o único herdeiro da família, tanto dos bens quanto do legado político e social do pai e do padraсто.

A formação das estâncias na região de São Lourenço ainda carece de pesquisa mais minuciosa, com relação aos Oliveira Guimarães, segundo Helen Osório (2007, p. 295-296), Manoel era um dos maiores negociantes e charqueadores de sua época, além de ser o segundo maior proprietário de escravos do período que a autora analisa (1737-1822), contando em seu inventário com 135 escravos. José Antônio investia recursos no comércio de Manoel, que por sua vez, devido a esta sociedade, devia o equivalente a 40% do seu patrimônio ao irmão. O tenente-coronel José Antônio morava no Rio de Janeiro, onde exercia outras atividades comerciais paralelas. Com a morte de Manoel, José Antônio se estabeleceu em Rio Grande e assumiu os negócios do irmão.²⁸ De fato, podemos afirmar que algumas negociações, que buscaram acertar as contas, envolveram casamentos, trocas de faixas de terra, animais e até escravos. Muitos acertos só ocorreram após o casamento de Inácio, por volta de 1830, caso, por exemplo, de litígios entre datas de terra e partes da Estância de São Lourenço e suas adjacências, disputadas por vários estancieiros locais.

A primeira mulher de Inácio, Tereza, faleceu devido a uma doença durante a guerra dos farrapos, deixando três filhos (entre eles José Antônio, o financiador colonial,

²⁸ Não podemos precisar se o casamento entre o tio de Inácio e sua mãe foi realizado para saldar as dívidas do irmão ou para resguardar os bens e o patrimônio dos Oliveira Guimarães. A mãe de Inácio, Isabel Eufrásia, era filha do estancieiro Capitão José Rodrigues Martins, que possuía bens consideráveis nessa época. Após o falecimento do 2º marido (tenente-coronel José Antônio), Isabel casou pela 3ª vez e Inácio recebeu todo o patrimônio da família. Estas informações foram encontradas nos inventários dos membros da família.

que herdou o nome do tio-avô; os outros filhos faleceram ainda pequenos). O viúvo se casou novamente, pouco tempo depois, ainda no decorrer da guerra farroupilha, com Perpétua, prima da primeira mulher e filha de Bento Gonçalves, com quem teve mais quatro filhas. Após a morte de Inácio, o filho José Antônio, então com 20 anos, assumiu os negócios e o legado de prestígio da família, casando-se com uma das suas primas, também neta de José da Costa Santos.

José Antônio de Oliveira Guimarães (1830-1895) foi emancipado, pois ainda era menor de idade quando seu pai faleceu, mas, no entanto, durante alguns meses ficou sob a responsabilidade de um tutor legal, que, por sua vez, era amigo íntimo da família e pessoal de Inácio, Domingos José de Almeida, outro importante líder farroupilha e influente vereador de Pelotas. Anos mais tarde, um dos filhos de Domingos de Almeida casaria com uma das filhas de Inácio, realizando um antigo desejo das famílias. O vereador Domingos de Almeida também foi o responsável por instruir Rheingantz sobre os terrenos devolutos da Serra dos Tapes (onde seria construída a colônia) e pode ter contribuído para a aproximação e a sociedade de José Antônio de Oliveira Guimarães e Jacob Rheingantz. A história da família de José Antônio confunde-se com a história do Boqueirão (e conseqüentemente com a de São Lourenço do Sul) e mostra como se organizavam as famílias e as relações locais antes da chegada de Rheingantz e dos imigrantes alemães.

Os construtores do povoado veem-se como “donos do lugar”, formando um núcleo distinto de pessoas “poderosas e respeitadas”, representando, portanto, um ideal de superioridade. Esse fator, juntamente com condicionantes econômicos, pode contribuir para explicar porque o principal núcleo urbano não está dentro dos limites geográficos da colônia, uma vez que a construção da vila de São Lourenço ocorreu por pressões de José Antônio de Oliveira Guimarães, principal líder político local, que loteou parte das terras da sua fazenda para erguer a atual cidade e doou outra parte, onde funcionava o porto que atendeu às demandas comerciais da colônia desde a sua fundação. José Antônio encaminhou recursos e entrou em disputa com padres e outros estancieiros para mudar a sede da freguesia de lugar, um projeto no qual estava engajado desde pelo menos 1857, ainda antes da instalação do núcleo colonial. No terceiro capítulo iremos analisar algumas conseqüências e aspectos da tentativa de transferência da freguesia para terras de Oliveira Guimarães.

Assim, quando os imigrantes alemães chegaram à região do Boqueirão encontraram um espaço socialmente constituído, formado por um sistema no qual famílias estão organizadas e se relacionam em grupos extensos, não restritos exclusivamente a uma

família, mas sim, a uma rede de famílias formada socialmente conforme a ordem de procedência de seus membros. Essas velhas famílias²⁹ nunca se formam isoladamente, pelo contrário, elas se aglutinam em redes com hierarquia interna de status e um alto grau de casamentos endogâmicos. Os membros desse grupo são selecionados a partir de requisitos específicos e são motivados a estabelecerem-se no povoado, em fazendas próximas, mesmo que fosse por imposição e desejo dos seus idealizadores, como Costa Santos, que doa pequenos terrenos ao lado da igreja para capatazes e peões, e também para escravos, que liberta em seu testamento, onde também distribuiu esmolas para viúvas, deixando aos cuidados da esposa a realização de seus projetos e obrigações, como casar as filhas e terminar a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que ganhou um novo terreno para sua construção.

A nova igreja foi finalizada em 1830, quatro anos após o falecimento de Costa Santos. O povoado se desenvolveu rapidamente (apesar da decadência enfrentada após a Guerra dos Farrapos) e concentrou as atividades religiosas e administrativas da região, tendo pároco próprio, delegado de polícia, juiz de paz e outras autoridades que representavam a Freguesia do Boqueirão. A história da família de Costa Santos e, principalmente, dos casamentos de suas filhas, dos quais destacamos um, mostram o tipo de relações mantidas no seio das famílias povoadoras do local, que aqui representam as *famílias antigas* ou os *estabelecidos* de São Lourenço. É nesse contexto que as famílias estão inseridas, perpetuando esse comportamento que reproduz um conjunto restrito de normas e padrões de conduta e, é nesse sentido, que elas se organizam como um grupo de *estabelecidos*.

Uma das formas usadas para fortalecer e solidificar o poder social e econômico desses grupos ocorre com a manutenção de indivíduos no exercício de cargos públicos ou administrativos, mesmo no nível local. José Antônio de Oliveira Guimarães foi vereador por volta de 1860, também Subdelegado de Polícia por décadas, e se envolveu na construção de outro povoado, o de São Lourenço, junto a sua fazenda, que hoje é a "cidade" e sede do município, do qual foi, em 1884, o seu primeiro administrador. Em 1857, conseguiu reunir recursos e parentes que, apesar de um pouco contrariados, concordaram em participar do projeto colonial de Rheingantz e ajudaram a construir a

²⁹ A antiguidade contida no termo refere-se, portanto, às relações sociais específicas entre os membros das famílias; tais relações produzem sentimentos exclusivos do grupo, sendo que esses vínculos alimentam o alto grau de coesão dos seus membros, o que, finalmente, acaba por manter sua superioridade. A dinâmica do funcionamento destas redes é, no entanto, conturbada, pois o fato das "famílias antigas" se conhecerem e terem sólidos vínculos entre si, não significa necessariamente que eles se "estimem". O fundamental é que elas excluam os outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 172).

colônia.

O contrato entre os dois foi firmado em 15 de março de 1857, sendo que cabia ao empresário Rheingantz o recrutamento dos colonos e administração do núcleo colonial, tarefa exercida pelo seu pai, Guilherme Rheingantz, no momento inicial da colônia, e ao estancieiro ficou designado o papel de comprar outras terras para dar acesso à colônia e completar seus espaços, além de prover agasalhos, alojamento e transporte aos colonos do porto de São Lourenço até seus lotes, incluindo ainda o repasse de animais vacuns, cavalares e aves de criação. Uma das últimas cláusulas do contrato definiu que Oliveira Guimarães poderia “tirar dinheiros a prêmio” para realizar as medições e subdivisões dos lotes. Para este trabalho, em 8 de julho do mesmo ano, o estancieiro contratou o agrimensor Carlos Otto Knüppeln e lavrou outro contrato com seus aliados, que financiaram recursos em moeda corrente,³⁰ onde garantia o pagamento do dinheiro que recebeu (Cf. PAES, 1909. p. 165 a 167).

De certa forma, o contrato entre Oliveira Guimarães e Rheingantz, que durou 5 anos, possibilitou a construção da colônia, ligando o empresário alemão ao líder político local e, dessa maneira, às redes familiares locais (possíveis investidores). Tal proximidade foi importante para a fundação do núcleo colonial e para o estabelecimento do empresário no interior da Serra dos Tapes, ao mesmo tempo em que Rheingantz contribuiu com sua colônia para a formação do porto nas terras de Oliveira Guimarães e para o crescimento do comércio na região. Sendo, portanto, uma aliança estratégica para ambos, pois possibilitava a realização dos planos políticos e comerciais tanto de Oliveira Guimarães como de Rheingantz.

Um exemplo da força dessa aliança, e dos resultados que ela pôde alcançar em um momento mais imediato à fundação do núcleo, é o primeiro relatório da colônia enviado à Presidência da Província, em 1858. O documento é uma “carta de apresentação” escrita por Oliveira Guimarães, que detalha a fundação do núcleo e introduz politicamente Rheingantz como o *seu sócio* e articulador do projeto colonizador.³¹ O diretor mantinha um diálogo

³⁰ O contrato com Rheingantz teria gerado discórdias entre a família de Guimarães, que não queria tal associação (ABREU, s/d, p. 21), mesmo assim os principais parentes se responsabilizaram juntamente com Guimarães, entre os aliados estavam o tio e sogro Antônio Francisco dos Santos Abreu e o tio Francisco Vieira Braga, além da parentela com grau mais distante de parentesco e demais fiéis aliados do distrito: Paulo Joaquim de Souza Prates; Zeferino José Soares; Jeronymo Pereira da Silva; Pedro Ferreira Lapubla; Francisco de Paula Soares; Vicente Vieira Braga; Lourenço Henrique Crespo; Américo Pereira da Silva; Antero Rodrigues Soares; José Maria Ferreira e Vicente Caetano Pinto (PAES, 1909, p. 166, 167)

³¹ Relatório de José Antônio de Oliveira Guimarães ao Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 20 de Fevereiro de 1858. AHRN. Colonização. São Lourenço – Anos de 1863-1867. Maço 72, Caixa 37.

com os governantes provinciais e possuía contatos políticos suficientes para transitar no âmbito político do Rio Grande do Sul, mas, certamente, uma aliança desta proporção, com nomes locais, parecia garantir maior segurança para o desenvolvimento dos planos de ambos fundadores.

A construção e organização da Colônia São Lourenço foi um projeto do empresário renano Jacob Rheingantz, que, até 1857, foi sócio de uma casa comercial em Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul. Ele havia emigrado da Europa por volta de 1840, esteve nos Estados Unidos por cerca de 3 anos, onde deveria encontrar um dos seus irmãos, que já morava naquele país, ao desembarcar, no entanto, recebeu a notícia de que seu irmão falecera. Forçado a reorganizar seus planos, conseguiu trabalho em uma empresa envolvida com o comércio de embarcações e, assim, acabou no Brasil, quando acompanhou a entrega do Vaporzinho Rio-grandense à firma de Guilherme Ziengenbein, em Rio Grande. Após a chegada, Rheingantz ficou trabalhando com Ziengenbein, até que em 1848 casou com a enteada de seu patrão, Maria Carolina, e tornou-se sócio da firma, passando a zelar pela filial da empresa em Pelotas (Coaracy, 1957).

Nos anos seguintes, Rheingantz procurou terra e recursos para organizar uma colônia. Em 1855, com informações do Vereador de Pelotas Domingos José de Almeida, tomou conhecimento de um terreno devoluto na Serra dos Tapes,³² que já era visado pelo governo provincial e, também, pelo municipal para a construção de uma colônia de imigrantes pelo menos desde 1847. Entre 1856 e 1857, comprou as terras do Império e buscou possíveis financiadores dispostos a colaborar com o empreendimento (COARACY, 1957), mas precisava convencer os brasileiros de que sua colônia seria viável e que era digno de confiança para administrar o negócio. Uma tarefa difícil que angustiava o seu procurador, Luiz Braga, fazendo este concluir que eram poucos os que conheciam o tipo de empreendimento na região, e que “eles (os estancieiros e charqueadores, descendentes de luso-brasileiros estabelecidos em Pelotas) só gostam de ver os dinheiros amontoados e sem aplicação alguma para benefício seu ou do público”, sendo esta “a ilustração destes ricos que só enxergam a ponta de seu nariz”.³³

³² Conforme carta do vereador Domingos de Almeida para Jacob Rheingantz: “Importo Vmçe. por a presente de que na Freguesia do Boqueirão existe um ótimo terreno devoluto com proporções para acomodação de mais de 500 famílias, que queiram cultivar e enriquecer-se do produto da lavoura e da indústria, que podem desenvolver pela facilidade de transporte na Lagoa dos Patos, que lhe fica próxima, não desista do projeto concebido, contando como deve contar com o franco e leal apoio do Exmo. Sr. Presidente da Província e comigo para tudo o mais em que ver espera ser prestável.” (Carta de Domingos de Almeida a Jacob Rheingantz, enviada em 30 de outubro de 1855. Acervo da Biblioteca Pública de Pelotas).

³³ Carta de Luiz Braga a Jacob Rheingantz escrita em 31 de março de 1857. BRG. Coleção Família Rheingantz.

Apesar do desapontamento de Braga, o principal financiador, o estancieiro Oliveira Guimarães, já havia se comprometido com o projeto, e Rheingantz passou a lutar para conseguir dinheiro com outros estancieiros e charqueadores. Após a assinatura do contrato com Guimarães, Luiz Braga articulou charqueadores da Costa do Arroio Pelotas, através do Sr. Paiva, para arrecadar valores para trazer a primeira leva de imigrantes. Conforme uma de suas cartas, ele apenas havia conseguido “poucas assinaturas”, mas que as subscrições continuariam e o apoio de alguns vereadores de Pelotas e Rio Grande era uma vantagem que se conseguia perante o Governo Provincial.³⁴ Independentemente destes “empréstimos” a construção da colônia se efetuou por contrato entre Rheingantz e Oliveira Guimarães, que delegou ao “prussiano”, no primeiro momento, a tarefa de agenciar os colonos e entregar a eles comida e ferramentas.

O uso do termo prussiano (natural da Prússia) é recorrente nas fontes, sejam elas listas de imigrantes, livros de registros católicos, correspondências, entre outros documentos. Não queremos dizer que não encontramos o termo alemão ou Alemanha em alguns documentos, aliás, podemos dizer que ao longo do século XIX a documentação que confrontamos mostra um crescimento do uso do termo alemão, ou seja, é mais frequente encontrarmos o termo “alemão” nos documentos que trabalhamos, principalmente, com a aproximação do fim do século e da Unificação Alemã, mas salientamos a considerável regularidade com a qual nos deparamos com o termo prussiano ou Prússia.

A utilização do termo “alemão” genericamente revela que “um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não membros o caracterizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição” (POUTIGNAT; STREIFF, 1998, p. 143). Tais definições tendem a ser globalizantes e são capazes de ativar categorias unificadoras e também diferenciadoras, mas o importante é que a identidade étnica nunca se define somente de uma maneira endógena, pela transmissão da essência e das qualidades étnicas entre seus membros, uma vez que a pertença a um grupo é questão de definição social, através da interação entre a auto-definição dos membros e a definição dos outros grupos - a chamada definição exógena, que é aquela que se dá através da rotulação e da atribuição por um grupo externo. Portanto, o uso do termo “alemão”, ou o seu significado, é uma construção posterior, inserida na formação e consolidação da identidade do grupo, onde a Alemanha passa a ser a referência,

³⁴ Braga falou em 3 contos e 400 mil réis arrecadados inicialmente, e citou entre as famílias apoiadoras: Ribas e o Dr. Affonso Guimarães. Cf. Cartas de Braga para Rheingantz, em 31 de março e 13 de abril de 1857. BRG. Coleção da Família Rheingantz.

o lugar “de origem” (WEBER, 2002). Este processo tratou de silenciar as diferenças regionais para edificar uma categoria unificadora. Tal solidificação se deve a uma junção de rotulações externas e estratégias defensivas de pequenas comunidades no contexto da sociedade local de *estabelecidos*, detentores de maiores recursos.

Desta forma, as diferenças regionais passam despercebidas em registros, mesmo antes do uso do termo “alemão”, pois o termo prussiano também “esconde” muitas diferenças regionais, uma vez que a Prússia durante boa parte do século XIX englobou províncias, conquistou territórios e ampliou seus domínios, tornando prussianos os habitantes de províncias diversas. Este fato foi observado nesta pesquisa com os “pomeranos” emigrados para São Lourenço, que aparecem nos registros como provenientes da Prússia, sendo possível, em apenas raros documentos, identificar a origem pomerana dos migrantes. O mesmo ocorre com as outras províncias dominadas pela Prússia.

A primeira leva de imigrantes “alemães” foi agenciada pelo próprio Rheingantz, já nas levas seguintes esse trabalho seria realizado por agências especializadas, ainda trataremos neste capítulo da composição das primeiras levas. Na primeira viagem de colonos para São Lourenço, Rheingantz aproveitou para trazer alguns de seus familiares, que ainda estavam na Prússia. No primeiro ano, a colônia recebeu cerca de 200 imigrantes (PELLANDA, 1925, p. 148), seguindo com contingentes constantes, sendo a maioria de pomeranos e a minoria de renanos (RHEINGANTZ, 1877), incluindo, ainda, alguns imigrantes austríacos, dinamarqueses e belgas. A sede do núcleo foi instalada no lugar, posteriormente, chamado Coxilha do Barão (homenagem ao Barão Curt von Steinberg, genro de Rheingantz, que possuía propriedades e plantações naquele local). Nesta picada, uma das primeiras da colônia, estão ainda a casa do fundador, uma igreja católica, outra protestante, alguns comércios e as residências de alguns moradores, além dos monumentos comemorativos à imigração alemã e em homenagem ao fundador e diretor da colônia, Jacob Rheingantz.³⁵

A Coxilha do Barão faz parte da continuação da Picada de *São Lourenço*, que recebeu as primeiras levas; na *Picada Reserva*, hoje São João da Reserva, foram instalados, nos primeiros momentos da colônia, galpões para depósito de ferramentas, sendo que a maior parte de suas terras pertenceu a um dos cunhados de Rheingantz. Cada nova leva de imigrantes que chegava à colônia era enviada a uma picada já preparada para

³⁵ Conforme Iepsen (2008, p. 59) os monumentos em homenagem a Rheingantz, contíguos a sua residência, fazem parte de uma materialização da memória do fundador.

receber os respectivos colonos. Era o próprio diretor quem organizava as levas pelas picadas, sendo que os grupos eram distribuídos conforme a sua chegada, salvo raras exceções (em geral, quando os imigrantes não gostavam das terras, por serem alagadiças ou muito rochosas). As primeiras picadas, na parte central da colônia, foram abertas entre 1858 e 1865, entre elas encontram-se: a *Picada Moinhos* e a *Picada das Antas*, depois a *Picada Boa Vista* – um importante entreposto comercial –, seguida pela *Picada Quevedos* e *Travessão Quevedos*, e pela *Picada Bom Jesus*, que abrigou um dos primeiros colégios para pastores da região sul do Rio Grande do Sul (costuma-se dividir Bom Jesus em I e II; o mesmo ocorria com Quevedos, também dividido em I e II).

Em seguida encontra-se a *Picada Pomerana*, que recebeu lotes a partir de 1866; a *Picada Bonita* e a *Picada Cerrito*, com lotes a partir de 1869; e ainda as picadas *Sesmaria*, *Harmonia*, *Feliz* e o *Travessão Feliz*. Já em meados da década de 1870, aparecem a *Picada Benedito* e a *Picada Progresso*. Por fim, na década de 1880, foram criadas as *Picadas Taquaral* e *Travessão Taquaral*, duas *Picadas do Arroio Grande*, a *Picada Arroio do Touro*, duas *Picadas Evaristo* e o *Travessão Evaristo*, depois, duas *Picadas Pinheiros* e o *Travessão dos Pinheiros*. Estas últimas abrangem partes, que após a criação do município de São Lourenço do Sul, passaram a pertencer aos municípios de Pelotas (caso das Picadas do Arroio Grande, Cerrito, Progresso, e Picada do Arroio Bonito) e de Canguçu (PELLANDA, 1925, p. 150). Cada uma dessas picadas possuía escolas, igrejas (grande parte delas improvisadas), cemitérios e pequenos comércios. Confira a listagem dos moradores das primeiras picadas no Anexo 12.

Depois de desenvolvidos alguns pontos importantes sobre o espaço onde foi construída a Colônia São Lourenço, passaremos a explorar a configuração inicial dessa Colônia, mais precisamente a complexa organização das famílias imigrantes trabalhadas nessa pesquisa. Para tanto, procuramos analisar os grupos familiares a partir da primeira leva de imigrantes que se dirigiu para o núcleo colonial de Rheingantz.

1.2. – Os primeiros grupos familiares da Colônia São Lourenço

Partimos das listas de embarque ou chegada dos imigrantes para formar os grupos familiares, privilegiando algumas formas de relações que passam a existir entre as famílias após a sua fixação na colônia, momento no qual os grupos recém-chegados passam por uma fase de desorganização (WILLEMS, 1941; ELIAS, SCOTSON, 2000), devido ao

rompimento das suas relações familiares, de vizinhança e de amizade, para logo depois, se estruturarem em uma nova configuração, onde os grupos que constituíram as primeiras levadas parecem exercer forte influência, não só determinando as práticas a serem seguidas, mas também servindo de elo entre os que chegam mais tarde e os outros colonos, garantindo, assim, espaços privilegiados na sociedade em formação. Vamos analisar alguns destes pontos a partir das relações iniciais entre estes primeiros grupos familiares.

Em 31 de outubro de 1857, embarcaram, em Hamburgo, os primeiros imigrantes com destino à Colônia São Lourenço. O próprio Rheingantz esteve na Alemanha naquele ano para tratar do empreendimento com a empresa Guilherme Hühn e Cia, uma agência especializada em selecionar e providenciar o embarque dos interessados. A companhia reuniria 88 colonos na primeira leva, que chegaria à Colônia, em 15 de janeiro do ano seguinte, marcando oficialmente a fundação da mesma, e, por isso, ainda hoje são homenageados nas comemorações locais como pioneiros da colonização na região, o que inclui uma placa, com os sobrenomes de cada família, exposta em um dos monumentos da Coxilha do Barão, defronte à casa de Rheingantz. Em outro momento de afirmação de memória,³⁶ a lista foi transcrita por Carlos Guilherme Rheingantz, no seu histórico da fundação, e por Coaracy, no livro publicado por ocasião do centenário da colonização em São Lourenço.

A leva era composta por treze imigrantes solteiros, entre homens e mulheres, e quinze famílias, algumas com relações de parentesco entre si, mas divididas em grupos familiares diferentes, como irmãos e suas esposas ou pais e filhos já casados; seguindo os critérios de organização dos grupos imigrantes para a entrada no país que eram importantes na medida em que os prêmios oferecidos pelo governo pela introdução das famílias eram pagos através da formação de grupos de famílias, onde eram discriminadas as crianças por faixa de idade, em maiores e menores de doze e com até um ano de idade, além das questões referentes aos mais velhos, que em alguns casos não geravam o pagamento de prêmios (ROCHE, 1969; HUTTER; NOGUEIRA, 1975). A ideia era que fossem privilegiados homens e mulheres aptos para o trabalho e que as famílias fossem capazes de garantir um bom número de trabalhadores, de preferência jovens e mais fortes fisicamente para o emprego nas atividades agrícolas, na derrubada dos matos ou até na abertura das

³⁶ Podemos usar as noções que Michael Pollak (1989, p. 10) desenvolve para considerar a listagem dos primeiros imigrantes, exposta em um monumento próximo a casa de Rheingantz, como parte de um processo de solidificação da memória, e sua posterior transcrição nos livros comemorativos da colonização do município como um trabalho de enquadramento de memória realizado por “atores profissionalizados”, figuras centrais neste processo, embora sejam, em muitos casos, integrantes dos grupos envolvidos.

picadas, por exemplo.

No decorrer da pesquisa, percebemos que boa parte das listas de embarque ou chegada de imigrantes ao Rio Grande no Sul não informava os locais de origem dos migrantes, constando apenas a referência à Prússia, que dominava politicamente várias regiões, como a da Pomerânia, de onde Rheingantz traria a maioria dos imigrantes. Entretanto, nessa primeira lista de colonos dirigidos a São Lourenço é possível identificar alguns imigrantes provindos da Pomerânia, caso das famílias Heling e Zibell, que provinham de Klein Raddov (região que hoje pertence politicamente à Polônia).

A não identificação destes locais de origem pode dificultar a análise sobre a procedência de grupos familiares pomeranos presentes na colônia, pois na maioria das vezes são recebidos apenas como prussianos. Em alguns casos, podemos comprovar a origem destes grupos com o cruzamento de dados coletados em cemitérios, pois, nestes, encontramos as cidades natais grafadas nas lápides, embora sua ocorrência não remeta à totalidade dos grupos familiares. Outra opção, são os registros de casamento ou de nascimentos, mas infelizmente somente alguns poucos apresentam a origem dos pais e avós, quando estes últimos são citados, o que raramente ocorre nos registros católicos pesquisados.

Se seguirmos as informações desta primeira lista de imigrantes podemos perceber a diversidade de regiões de procedência dos colonos de São Lourenço, por exemplo, a família de André Haase vinha da Saxônia, com esposa e uma filha pequena; já de Hamburgo, vinha a família Hadler, um casal e duas meninas ainda pequenas, juntamente com os avós paternos de mais idade; da mesma procedência era o casal Nebel, que também trazia filhos pequenos, estes dois grupos familiares possuíam grau de parentesco entre si (as mulheres eram irmãs). De certa forma, podemos avaliar que estamos próximos a um padrão entre grupos familiares, onde se apresentam como já referimos anteriormente, famílias menores, com filhos pequenos, ou seja, famílias que formavam redes com um campo de ação mais limitado neste momento inicial de migração. As famílias Hadler e Nebel, por sua vez, possuem uma rede maior em formação, que podemos chamar de cadeia migratória e, por isso, ao longo do capítulo, iremos acompanhar alguns eventos em que estas famílias estavam presentes.

O funcionamento de cadeias ou redes migratórias se torna importante para entendermos alguns procedimentos de determinados grupos familiares. Franco Ramella (1995, p. 19 e 20) analisa o trabalho de Margareth Grieco, que estuda a emigração em cadeia através de grupos de parentes. Grieco, por sua vez, faz uma crítica ao modelo de

difusão da informação aceito e utilizado na maioria das investigações sobre migração (informações trocadas entre indivíduos migrantes e não migrantes, numa constante relação entre destino e origem). Tal modelo estava baseado no pressuposto de que a difusão da informação, responsável pelo desenvolvimento dos fluxos migratórios, se deve à proximidade física entre os indivíduos, onde a informação se difundiria como uma epidemia, ou seja, “quanto mais próxima uma aldeia de outra da qual haviam partido imigrantes, maior seria a possibilidade de 'contágio' da 'febre' migratória” (TRUZZI, 2008, p. 205).

Franco Ramella afirma que Grieco propõe que a difusão da informação tem por base os “vínculos pessoais fortes” (onde existe o reconhecimento de relações recíprocas), que transmitem a informação de trabalho aos potenciais imigrantes e ainda garantem a sua acolhida e incorporação na sociedade receptora. Deste modo, a força de uma relação pessoal está dada pelo reconhecimento de relações recíprocas e não pela proximidade física das pessoas.

Ramella (1995, p. 20) explica e exemplifica como funcionam os vínculos fortes da seguinte forma, que ora resumimos: tomamos dois indivíduos, A e B, que vivem na mesma aldeia ou região da Europa. Ambos conhecem um indivíduo C que emigrou para a América. No entanto, A e C possuem vínculos fortes de relação, que B não tem com C. O indivíduo A receberá informações privilegiadas de C, informações que B não receberá nem de C, nem de A, somente se A e B tiverem um vínculo forte que garanta a confiabilidade em repassar a informação. Assim, esta não transitará necessariamente entre os vizinhos, porque os canais por onde ela é transmitida estão sujeitos às relações sociais fortes, independente da distância ou da frequência pela qual as pessoas se encontram. Portanto, em uma mesma comunidade, existem indivíduos que possuem informação e outros que não possuem. Sendo que os laços fortes irão influenciar possíveis migrantes, que baseados em tais vínculos formaram as redes migratórias.

Nesta pesquisa, as famílias Nebel e Hadler são, como veremos ao longo deste capítulo, um exemplo de rede formada pela informação. As famílias citadas até este momento foram assinaladas na lista de embarque como famílias protestantes, já as próximas famílias aparecem como católicas e, portanto, a primeira lista possui uma maioria católica, configuração que é inversa aos números totais de colonos inseridos em São Lourenço, onde os protestantes formam quase dois terços dos imigrantes. Por sua vez, a

maioria dos católicos da colônia era da Renânia-Palatinado,³⁷ sendo que alguns eram provenientes do distrito de Bad Kreuznach, no qual está localizada a cidade natal de Rheingantz, Sponheim, caso da família Neutzling, formada por dois irmãos, Pedro e Felipe, que era casado e tinha duas filhas, Ana e Catarina.³⁸

Do distrito vizinho de Damscheid vinham três irmãos da família Dietrich: João, Pedro e Catarina.³⁹ Seguindo a primeira lista de imigrantes, estava João Link e seus dois filhos, mas não há referência à esposa, nem aparece assinalado na lista a situação dos grupos relativa à condição de solteiros ou viúvos, por exemplo. O último grupo de Damscheid é a família Rickes, chefiada por Pedro e sua mulher, que juntos traziam cinco filhos entre três e treze anos, sendo que a sexta filha, a menina Ana Maria, nasceu ainda no navio, no natal de 1857, e foi batizada, na Colônia São Lourenço, em fevereiro do ano seguinte, tendo por padrinhos o casal Neutzling, Felipe e Maria Magdalena, que vinha na mesma embarcação.

Este seria o primeiro batismo de imigrantes alemães registrado nos livros da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, mas não há indicação de que a celebração tenha se realizado nas dependências da referida igreja do povoado, e, segundo consta no registro, pais e padrinhos eram “todos católicos da Prússia e os primeiros colonos da fundação da Colônia São Lourenço, nesta freguesia”.⁴⁰ Cabe ressaltar que pessoas que vêm da mesma cidade (ou de lugares próximos) podem apresentar alguns laços ou serem “conhecidas”, e, mesmo quando não o são ou não tenham tido contato, podem estabelecer laços mais rapidamente (até mesmo pelo próprio compartilhamento de sua situação imigrante), reforçando-os no novo contexto, quando as famílias estão em processo de reorganização, promovendo redes familiares de caráter mais complexo, como

³⁷ A Renânia (Rheinland) é uma região do oeste da Alemanha, às margens do Rio Reno. A maior parte de seu território passou a pertencer politicamente à Prússia após o Congresso de Viena (1815). Nos dias atuais, a região está dividida em dois Estados: a Renânia-Palatinado e a Renânia-Norte Vestefália.

³⁸ Conforme informações da cartilha da Família Neutzling, escrita pelo Presbítero Dr. Cláudio Neutzling, em 2000, a família Neutzling começou o processo de imigração na década de 1840, quando dois primos de Pedro e Felipe migraram para os Estados Unidos. Na Alemanha, ainda permaneceram um irmão e um primo dos imigrantes de São Lourenço.

³⁹ Na transcrição de Carlos Guilherme Rheingantz e de Coaracy (que parece ter escrito a partir dos textos de Carlos Guilherme) há um erro quanto a este grupo. Catarina aparece como mulher de João, o que não confere com a lista original de embarque, onde não há indicação de casamento. Nesta lista não aparece o nome das esposas, apenas a referência, em alemão, de esposa, seguida pelo nome de solteira ou da família de que provinha. Por exemplo, a esposa de Felipe Neutzling, aparece como mulher de Neutzling, nascida Leidinger. O irmão, Pedro Dietrich, não foi encontrado na colônia, e em seu lugar aparece o nome de Jorge Dietrich, que, segundo acreditamos, é o mesmo Pedro citado na lista. (Lista dos passageiros que foram engajados como emigrantes, pelo que assinam e que seguem no navio holandês Tweek Vienden, cap. W. Nordhoek. Partida de Hamburgo, em 31 de outubro de 1857.; COARACY, 1958, p. 45; RHEINGANTZ, 1909, p. 159; AHRM, Mapa artístico da Colônia São Lourenço relativo ao ano de 1858, maço 72, caixa 37).

⁴⁰ BISPADO DE PELOTAS. Livro I de Batismos do Boqueirão, p. 140.

irá ocorrer com estas famílias em especial.

Somados a esse grupo está a família Dilly, o casal e seus quatro filhos, que provinda de Spabrücken, também na Renânia; já as famílias de João Peil e Francisco Prietsch eram as mais numerosas, sendo que cada uma delas era composta por seis filhos, e parecem estar mais afastadas de novas redes nesse momento, o mesmo ocorre com as famílias de Guilherme Wulff e de Cristiano Bohrer. Depois destes, havia alguns solteiros no navio, entre os quais, três mulheres solteiras: Caroline Jörg, de dezesseis anos, de Idar, na Prússia, a mesma procedência da família Bohrer; Guilhermina Schaefer de dezessete anos, de Altona; e Joana Lange, que provinha do Holstein e tinha 20 anos. Esta última, apesar de ser registrada como solteira, não estava desacompanhada na viagem, uma vez que, conforme os registros religiosos, as esposas de Nebel e Hadler (citadas anteriormente) eram irmãs de Joana.⁴¹ Assim, como podemos perceber, estas duas últimas famílias parecem ter um projeto de imigração de maior proporção, pois, como veremos, os membros da família irão se reunir ao longo do tempo na colônia São Lourenço. Já entre os homens, eram seis solteiros (não contamos aqueles que vieram entre parentes, caso dos Dietrich): A. Grovermann, de Hannover; Francisco Nachtigall e G. Bernhardt de Osterfeldt; Henrique Tillmann, também prussiano, P. Hoffmann de Sponheim e, por fim, W. Schröder, de Lübeck. Estes, com maior dificuldade, também irão se incorporar a grupos familiares maiores.

Na continuação da primeira lista de imigrantes alemães para São Lourenço estavam os familiares de Jacob Rheingantz, que viajavam em uma cabine à parte. Segundo Coaracy, “tão grande era a confiança que o fundador da Colônia depositava no empreendimento que iniciava, que não hesitou em arrancar toda a família à mansão tradicional de Sponheim, a fim de transplantá-la no Brasil, onde queria que todos os seus se radicassem” (1958, p. 46). A referência aqui é relativa aos pais de Jacob, João Guilherme e Ana Maria Rheingantz, já em idades avançadas, e as irmãs solteiras, que o

⁴¹ BISPADO DE PELOTAS. Livro II de Batismos do Boqueirão.

fundador da Colônia São Lourenço trazia para a Coxilha do Barão.⁴²

A família Rheingantz era a responsável pela supervisão da criação de escolas, de patrulhas, de obras, e até auxiliava a relação com as autoridades locais, mas pouco se envolvia com os outros grupos familiares da colônia, permanecendo distantes de relações de parentesco ou outro tipo de proximidade com os colonos; da mesma forma que também não mantinha esse tipo de relação com membros das famílias estancieiras ou grupos ligados ao comércio em São Lourenço. Esse procedimento é válido para batismos e casamentos, e a exceção é a cunhada de Rheingantz, que, após ficar viúva, casou-se novamente, formando um dos únicos elos entre membros imigrantes e a família do fundador, mas, no entanto, o segundo marido era natural da mesma cidade que os Rheingantz, o que pode ter contribuído para a realização desse casamento.

A referida cunhada era esposa de Guilherme Rheingantz, que foi chamado para trabalhar na construção da colônia, mas faleceu, em 1857, em Rio Grande, deixando dois filhos, sendo que o menor deles, Jacob, nasceu naquela cidade e foi batizado na colônia, mas apesar do nome, os padrinhos foram outros irmãos da família Rheingantz (este batismo e os outros trabalhados nesta pesquisa podem ser acompanhados pelo Anexo 9 e 10). A mulher de Guilherme, Catarina, se casou novamente com Pedro Neutzling, que, como vimos, também era natural de Sponhein. Como lembra Charles Tilly (1990, p. 84), quanto menos chance há de um retorno dos imigrantes ou da família, seja pelas dificuldades de transporte, de reaver antigas posições na sociedade de origem ou pelos custos de um retorno, maior é a confiança em laços previamente estabelecidos, mesmo que eles sejam construídos apenas a partir de uma referência comum.

A cerimônia de batismo não é apenas uma confraternização, pois ela solidifica e amplifica novos laços, que Roche descreve da seguinte maneira:

o nascimento de uma criança suscita a alegre curiosidade das vizinhas, que imediatamente vão em visita, levando cada uma delas um presente. O batismo é administrado solenemente, diante de um padrinho e uma madrinha entre os católicos, dois padrinhos e duas madrinhas, entre os

⁴² A família era acompanhada por outro irmão de Rheingantz, Felipe, que já trabalhava na construção da colônia medindo os primeiros lotes (Lista dos passageiros que foram engajados como emigrantes, pelo que assinam e que seguem no navio holandês Twee Vienden, cap. W. Nordhoek. Partida de Hamburgo em 31 de outubro de 1857). Do restante da família de Rheingantz, apenas uma irmã, Catarina Elizabeth casada com Felipe Madés, continuou na Alemanha, mantendo, assim, os laços com Sponhein; das suas outras irmãs apenas uma se casou e teve filhos no Brasil, Ana, casada com José Regulý, natural da Hungria, dono de uma grande faixa de terras na Picada Reserva; já Maria casou com Eduardo Wilhelrry, mas faleceu ao dar à luz ao primeiro filho, que também faleceu no parto. Os outros irmãos vindos com a família, Margarida, Elizabeth e Felipe Rheingantz faleceram solteiros na Colônia São Lourenço (RHEINGANTZ, 1941). Dos irmãos mais velhos: um falecera nos EUA, como dissemos, e Guilherme, que também estava no Brasil ajudando na construção da colônia, faleceu, em Rio Grande antes da primeira leva de imigrantes chegar da Europa.

protestantes. “Compadres e comadres” atam nesse dia um laço de amizade. Encontram-se na primeira comunhão ou na confirmação, seguida, como o batismo e o casamento, de um banquete a que parentes, amigos e vizinhos são generosamente convidados e retribuem a atenção oferecendo presentes. (ROCHE, 1969, p. 640)

Ampliar os laços entre os membros da comunidade é o que ocorre no dia 13 de novembro de 1859,⁴³ quando o Padre Domingos Galézio, pároco da Igreja do Boqueirão, batizou nove crianças da colônia São Lourenço, entre elas, o sexto dos 10 filhos de Rheingantz, Henrique Francisco. Em 1862, seria batizado outro filho de Rheingantz, Luiz Valentin, que tinha como padrinhos Valentim e Margarida Bauer; que retribuíram convidando os Rheingantz, Jacob e Carolina, para apadrinharem a pequena Carolina Tereza, que completava o seu primeiro aninho. A esposa de Valentim era prima por parte materna de Jacob Rheingantz que, como podemos ver, manteve a união da família e seu distanciamento com relação aos outros imigrantes no que diz respeito aos batismos dos filhos, já que não houve colonos como padrinhos dos mesmos.

O primeiro filho de Pedro e Catarina Neutzling, ex-cunhada de Rheingantz, foi chamado Felipe, tendo por padrinhos Felipe e Magdalena Neutzling, estreitando ligações com o lado paterno da criança e, portanto, se afastando, em parte, da família Rheingantz (já que havia dois meninos que eram filhos de Guilherme Rheingantz, sobrinhos de Jacob Rheingantz). Estes batismos não ocorreram nas dependências da Igreja do Boqueirão, mas na casa do diretor da colônia, sendo que somente mais tarde apareceriam celebrações na Igreja para grupos alemães.

Entretanto, os batismos seguintes são casos diferentes, já que os outros sete batismos do final de 1859 não são de famílias católicas, mas de protestantes. Entre eles estão a filha de Gaspar e Maria Vollrath e a filha de João e Catarina Peil, que receberiam o nome de suas respectivas madrinhas. Já o casal Frederico e Elizabeth Kuhn batizava a primeira filha, esse grupo havia feito seu registro em Porto Alegre, em 14 de julho de 1859, sendo que nesta viagem seguiam os patriarcas Christiano e Elizabeth, que seriam padrinhos no batismo da neta, mas, no entanto, apesar dos pais viajarem no mesmo grupo e terem o mesmo sobrenome, eles não foram assinalados como casados.

Essa prática de batismos católicos para famílias protestantes mostra, em um primeiro momento, a falta de condições que atendessem às demandas dos colonos, como a falta de pastores nas colônias, ou, ainda, uma possível quebra, mesmo que não definitiva,

⁴³ Os registros deste dia são do Livro II de Batismos do Boqueirão. Por um erro na transcrição desse livro, não copiamos o número de páginas do mesmo. Quando retornamos ao Bispado de Pelotas para numerar essas páginas, o livro não foi mais encontrado.

de algumas condutas ou práticas dos grupos que estavam se reorganizando, e, ao mesmo tempo, procurando estabelecer novos vínculos com os outros grupos familiares. Podemos mostrar outro exemplo, proveniente da família Klumb, que chega a São Lourenço, em novembro de 1860. Os patriarcas João e Margarida estavam acompanhados pelos seis filhos homens, com idades que variavam de dezenove a vinte e nove anos, o mais velho deles, Jorge, aparece acompanhado por Carlotta Lang, e na lista é acrescentado um inocente de 6 meses, filho do casal, mas sem referência ao nome ou a qualquer outra informação (AHRS, 2004, p. 142). Em fevereiro de 1862, foi batizado o primeiro filho deles nascido no Brasil, Pedro, que tinha então, pouco menos de um ano de idade, este é o único membro da família Klumb registrado nos livros católicos do Boqueirão neste período.⁴⁴

Ao longo da pesquisa podemos perceber que não ocorreu um erro ou equívoco nesses registros e descartamos a possibilidade de possíveis reconversões ou cortes profundos com crenças trazidas da Europa, uma vez que cada família protestante que aparece nos registros católicos registra apenas uma criança nesses livros, mas segue em anos posteriores, mantendo suas celebrações no culto protestante. É o caso dos Peil, que batizaram a primeira filha nascida no Brasil em uma religião diferente da que professavam. Mas, anos mais tarde, a menina faria a confirmação na igreja luterana.⁴⁵ Dos batismos acima descritos, dois tiveram entre padrinhos famílias católicas que tinham origem naquela primeira leva de imigrantes para a colônia.

Vale lembrar que uma das dificuldades da época era a inexistência de registros e a falta de pastores nos núcleos coloniais, o que levou ao surgimento de colonos-pastores e colonos-padres, que não tinham formação para exercer a atividade. É o que ocorre em São Lourenço, onde, até 1870, só havia um pastor na colônia, o Pastor Henrique Schmidt, um alfaiate que celebrava as cerimônias, rezando as missas improvisadamente. Schmidt

⁴⁴ BISPADO DE PELOTAS. Livro III de Batismos do Boqueirão, p. 2. O mesmo ocorre com as famílias de: Guilherme e Mathilde Krüger, que batizam Antônio no mesmo dia de Pedro Klumb, os padrinhos são João e Emília Kath, também protestantes; de Henrique e Elizabeth Schaefer ou Schäfer (ela nascida Link); de Henrique e Helena Lautenschlaeger; da família Hadler e Nebel, que batizam apenas um filho cada uma nos livros do Boqueirão.

⁴⁵Listagem de confirmações da Colônia São Lourenço (1872-1876) - Cópia do livro de registro autorizado pela Presidência da Província, cedido gentilmente pelo Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul. O livro original integra a coleção *Register der Deutsch-Evangelischer Gemeinde zu São Lourenço* ou Registro da comunidade evangélica-alemã de São Lourenço, que abrange o período de 1870-1877.

recebeu uma licença da presidência da Província para atuar,⁴⁶ mas não produziu livros de registros de batismos, casamentos ou óbitos (RHEINGANTZ, 1877). Assim, de modo semelhante ao que foi observado por Airton Luiz Jungblut (1994, p. 141), “desprovidos, inicialmente, de apoio eclesiástico, eles (imigrantes alemães) foram obrigados a entregar a manutenção de sua religiosidade a leigos, que faziam o possível para mantê-la, mas nem sempre de maneira satisfatória”.

Em muitos casos, era o próprio Estado que pressionava os imigrantes a registrarem seus filhos na Igreja Católica, e assim seguirem professando esta religião (DREHER, 2007), mas independentemente desse fato, essas famílias protestantes, que estão registrando seus filhos em outra religião, não aparecem novamente nos registros, nem seus filhos seguem católicos. O que ainda pode representar não um desligamento de práticas religiosas anteriores, mas uma desestruturação desses grupos, que estão nesse momento se reorganizando e procurando formar novas relações. A situação religiosa dos imigrantes era uma preocupação pertinente, pois segundo Dreher (2007), a questão da religião envolve discussões sobre cidadania, principalmente pelo fato de que:

só a religião católica era reconhecida pelo estado e era por ele mantida. O que fazer com o batismo e o casamento de protestantes, quando não havia o registro civil? Onde sepultar os protestantes, já que os cemitérios eram administrados pelas irmandades? Deputados, senadores e funcionários públicos tinham que jurar defender a religião do Estado. Só católicos podiam exercer funções públicas até 1881. (DREHER, 2007, p. 193)

No entanto, o problema religioso não se restringia somente aos protestantes, uma vez que o catolicismo brasileiro da época, de caráter devocional, se distinguiu profundamente do praticado por alguns grupos católicos alemães e italianos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, esse catolicismo mesclava tradições ibéricas, açorianas, como as festividades do Divino Espírito Santo (presentes também na Igreja Católica do Boqueirão), cristãs-novas, africanas e indígenas.

Outras diferenças entre católicos locais e grupos imigrantes alemães dizem respeito à organização da igreja, que para os grupos já estabelecidos era feita pelos estancieiros, que construíam as capelas e as mantinham, e apesar da participação dos moradores dos arredores nas missas, estes não contribuíam com a manutenção da capela;

⁴⁶ Provavelmente se trata de Johann Heinrich Schmitt, nascido em 15.09.1797, falecido em 11.10.1881, sepultado na Picada Quevedos. Seria um dos colonos mais experientes e de mais idade que morava em São Lourenço, que por volta de 1863, teria 66 anos. Nesse mesmo ano, Schmitt foi nomeado pastor, conforme requerimento enviado ao presidente da Província, em 26 de maio de 1863. Ficou no cargo, até 1876, depois que em outro requerimento, pediu a nomeação de um novo pastor porque Schmitt estava em idade bastante avançada (WITT, 2008, p. 54 e 55).

diferente do que ocorre com os imigrantes alemães, que possuem uma auto-organização religiosa. Além disso, as lideranças alemãs são, em geral, figuras masculinas, diferente do que ocorre nas fazendas, onde a vida religiosa é coordenada por mulheres (DREHER, 2007, p. 195).

Ainda segundo Dreher, esta auto-organização se dava pela forma como a comunidade geria o espaço da igreja, que compreendia toda uma vida social, pois seu espaço não compreendia somente a capela e o cemitério (que é a configuração encontrada nas colônias, onde o cemitério é construído ao lado da capela), mas também a escola, o salão de festas, o campo esportivo e a casa paroquial (DREHER, 2007, p. 197). Assim, outra característica destas comunidades são a escola e o professor como elementos de uma ação pastoral (KREUTZ, 1994), o que terá grande efeito na formação dessas comunidades.

Percebemos durante a pesquisa que ocorreram poucos batismos de grupos protestantes na Igreja católica se comparados com a quantidade de imigrantes que professam esta religião, em geral, dois terços dos imigrantes de São Lourenço, ou seja, a quantidade de colonos que perpetua tal comportamento é pequena em relação ao total de protestantes. Assim, mesmo que os imigrantes fossem forçados a registrar seus filhos na religião oficial, a pressão teve poucos resultados para esses grupos.

Outra prática era revezar os padrinhos entre aqueles que vieram no mesmo navio até a colônia, principalmente, entre aqueles que tinham a mesma origem ou, melhor dizendo, eram naturais da mesma cidade. Oswaldo Truzzi (2008) lembra que não podemos deixar de analisar “o grau em que as redes pré-emigratórias” operam no novo país, podendo influenciar desde as opções profissionais até as taxas de endogamia, associações, entre outros aspectos dos grupos migrantes. Para ele:

[...] compreende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após a emigração. Daí o valor estratégico dos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade, normalmente estudados segundo uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns. (TRUZZI, 2008, p. 210).

Um exemplo da prática de revezamento de padrinhos ocorreu em dezembro de 1860, quando Pedro e Elizabeth Rickes batizaram a pequena Otília, que tinha por padrinhos João Dietrich e Otília Dilly. Os Dilly retribuiriam o convite e, no mesmo dia, Inácio e Salomé (ou Selma) dariam o primeiro sacramento ao filho Jacob, apadrinhado por Jacob Rickes e Ana Neutzling, ou seja, os filhos mais velhos começam a participar das

atividades da nova comunidade, mantendo e reforçando laços de proximidade entre o grupo em questão.⁴⁷

Como podemos observar no Anexo 10, estas famílias revezavam os padrinhos entre si, marcando a construção de um grupo mais coeso, centrado nos seus membros. Esta configuração nos remete ao que Ellen Woortmann descreve sobre os laços que se formam dentro dos navios, antes da chegada dos imigrantes aos seus destinos, onde muitos vínculos se estruturavam ou reestruturavam a partir de um corte com a Europa, que ocorria na viagem e nos primeiros momentos na nova situação de colonos.

Conforme Woortmann (2000, p. 224), “a decisão de emigrar, como disse, era irreversível, inclusive por causa das próprias condições de viagem. Despedidas feitas, contas pagas e bens vendidos, a viagem também representava a abdicação a direitos de herança e outros laços. Perdia-se o lugar”. No entanto, conforme a autora, para muitos colonos chegados ao Rio Grande do Sul, o lugar de origem “não valia a pena ser lembrado”, uma vez que correspondia a um período de lembranças ruins, tempos de fome, humilhações e subordinações, mesmo que os primeiros tempos da nova condição imigrante também o fossem. Assim, durante a travessia do Atlântico, a Europa começava a ser esquecida por aqueles que, juntos, começavam uma vida diferente, com uma nova organização social.

Dessa forma, a vivência e convivência durante a viagem de travessia pode unir grupos imigrantes que passaram a compartilhar um importante evento da sua nova condição. Estes laços de amizade e proximidade eram mantidos e ampliados, por exemplo, quando as famílias que vinham no mesmo navio eram assentadas em lotes vizinhos e, principalmente, quando elas já possuíam graus de parentesco trazidos dos lugares de origem ou criados a partir de casamentos entre os grupos que viajavam juntos. Estes laços podem ser chamados “irmãos de navio” ou “cônjuges de navio” (WOORTMANN, 2000, p. 219).

Já com relação às entradas de solteiros na colônia São Lourenço, em geral em bom número (PELLANDA, 1925),⁴⁸ podemos, através de uma pequena amostra, reproduzir o percurso de alguns deles desde a entrada, passando pela formação de uma família e a vinculação a uma rede maior. O primeiro exemplo é Lourenço Schild, que chegou ao Rio Grande do Sul, em 18 de setembro de 1860, de origem prussiana e sem

⁴⁷ BISPADO DE PELOTAS. Livro II de Batismos do Boqueirão.

⁴⁸ É difícil precisar os números exatos de solteiros que entraram neste período na colônia, principalmente, porque a maior parte das estatísticas inclui as crianças e menores de vinte e um anos.

informação de religião (AHRs, 2004, p. 142). Lourenço casou com uma das filhas da família Dilly, Otília, por volta de 1861, sendo que o primeiro filho do casal, Pedro, recebeu o nome do padrinho Pedro Rickes, continuando, desta forma, com as práticas de trocas de padrinhos entre estes grupos familiares.⁴⁹

Outro solteiro, João Berger, chegou, no início de 1862, e também aparece como prussiano no registro e sem informação de religião (AHRs, 2004, p. 162). Berger casou com Maria Labegorre, filha de franceses moradores da freguesia do Boqueirão. No início de 1868, a filha do casal foi batizada, sendo apadrinhada pelos avós maternos, prática comum para os batismos de primogênitos; nesse mesmo assento, o pai foi assinalado como natural da Baviera.⁵⁰ Outro representante solteiro é João Rosskoph [ou Roskoph], que chegou, em 1859, com apenas dezessete anos (AHRs, 2004, p. 115), casando, por volta de 1865, com outra filha dos Dilly. No batismo das filhas Maria Ana e Catarina os padrinhos são os avós maternos e Lourenço Schild, cunhado de Rosskoph, sendo que, no mesmo dia deste último batismo, o casal Rosskoph seria padrinho da pequena Ana, filha dos Schild. Neste último caso, podemos observar que aproximadamente quinze anos após a chegada à colônia, as famílias procuravam reforçar as ligações entre si, a partir dos casais formados no Brasil entre irmãos, cunhados, tios e outros parentes mais próximos,⁵¹ fortalecendo o núcleo familiar principal, confira quadro abaixo.

Tabela 1 - Relação de padrinhos – Dilly - Rosskoph

Data do batismo	Nome da Criança	Padrinhos	Identificação dos padrinhos
Filhos de Lourenço Schild e Otília Dilly			
30.11.1862	Pedro	Pedro Rickes e Elizabeth Seus	Compadres dos avós

⁴⁹ BISPADO DE PELOTAS. Livro III de Batismos do Boqueirão. p. 13.

⁵⁰ As informações sobre estes eventos foram retiradas de BISPADO DE PELOTAS. Livro III de Batismos do Boqueirão, p. 91, 117v e 143v. O nome de algumas madrinhas do último batizado ficou ilegível, dificultando o reconhecimento das mesmas. O termo acento utilizado aqui designa o registro escrito de batismos ou casamentos em um livro.

⁵¹ O recasamento era outra forma de inserção em grupos familiares imigrantes. Era comum nas travessias do Atlântico, quando um dos cônjuges falecia na viagem, o viúvo ou viúva se casar com um solteiro (a), ou ainda, dois casais de viúvos se casarem, seja em alto mar, ou após chegarem ao destino final. Esta prática ocorria para contemplar as exigências do governo brasileiro, que restringia a concessão de lote colonial aos solteiros ou viúvos, privilegiando grupos familiares (Cf. WOORTMANN, 2000, p. 212). Já na colônia de Rheingantz, os solteiros também podiam receber os lotes. A mão de obra e o pesado trabalho eram outros fatores que contribuíam para os casamentos entre solteiros e grupos familiares maiores, devido, principalmente, à solidariedade entre os membros que se auxiliavam mutuamente na execução dos trabalhos, como a derrubada de matos, por exemplo.

			maternos Dilly.
26.05.1867	João	João e Ana Maria Rosskoph	A madrinha é irmã da mãe da criança.
22.05.1869	Otília	Carlos Dilly e Otília Rickes	O padrinho é irmão da mãe da criança.
09.04.1871	Carlos	Carlos Dilly e Cristina Scheer	O padrinho é irmão da mãe da criança.
06.11.1873	Maria	João e Ana Maria Rosskoph	A madrinha é irmã da mãe da criança.
Filhos de João Rosskoph e Ana Maria Dilly⁵²			
24.09.1865	João	João Rosskoph e Salomé Dilly	Os padrinhos são o avô paterno e avó materna.
20.11.1870	Maria Ana	Inácio Dilly e Ana Maria Rosskoph	Os padrinhos são o avô materno e avó paterna.
06.11.1873	Catarina	Lourenço Schild e Catarina Dilly	A madrinha é irmã da mãe da criança.

Fonte: Livro III de batismos do Boqueirão. Pgs. 13, 60, 80v, 103, 117v, 122, 143 e 143v

Outra forma de fortalecer o grupo familiar era trazer da Europa o restante dos parentes. Foi o que fez João Rosskoph que trouxe alguns familiares para morar com ele (não foi possível identificar quando e quantos familiares ele trouxe ao Brasil, veja batismo de Catarina Rosskoph). Em fevereiro de 1862, o restante da família Lange chegava à Colônia São Lourenço, Miguel, de 65 anos, e Maria, de 67, juntavam-se às filhas Juliana Hadler, Ana Margarida Nebel e Joana Lange (Joana era mais conhecida por Ana, casou-se, provavelmente, em 1861, com Jorge Dietrich⁵³, comerciante da região da praia de São Lourenço e integrante da primeira leva juntamente com a esposa), quatro anos após a saída delas da Prússia. No registro dos pais da família Lange, o casal é assinalado como protestante e como “colonos espontâneos” (AHRs, 2004, p. 158), ou seja, que não foram contratados por agentes e, portanto, não geravam prêmio aos empresários e/ou colonizadores.

No final do mesmo ano, outra família reencontraria o restante do grupo na colônia, os pais João e Suzana se juntavam aos irmãos Dietrich da primeira leva: João, Catarina e Pedro (ou Jorge, como já referimos), trazendo os irmãos mais novos da família. Esta última família também foi assinalada no registro como protestante, mas é encontrada

⁵² Ana Maria, esposa de João Rosskoph, faleceu, em 24 de junho de 1879, deixando 3 filhos: João de 14 anos, Catarina de 6 anos e Clara de 3 anos (Inventário de Ana Maria Rosskoph. APERS. Processo nº 890. Caixa 006.0431, Estante 140 A). A última filha de Lourenço e Otília Schild também foi chamada Clara, nome da esposa de Carlos Dilly, irmão de Otília e Ana Maria. Com relação aos batizados de crianças em que os pais das mesmas não tinham grau de parentesco com os casais da família Schild e Rosskoph, encontramos apenas uma criança batizada por cada grupo (Livro III de Batismos do Boqueirão).

⁵³ Existiram dois Jorge ou George Dietrich na colônia São Lourenço. O outro Georg Dietrich morava na colônia, era nascido em 1824 e casado com Ana Elizabeth Scheid e parece não ter parentesco com o marido de Joana Lange.

entre os registros católicos (AHRS, 2004, p. 176). Em 1866, João e a irmã Catarina Dietrich oficializariam os seus casamentos com os irmãos Kneip, Ana Maria e Jacob. A família Kneip chegou à colônia em agosto de 1860, acompanhada pela mãe, a viúva Ana Maria Kneip, de 44 anos (AHRS, 2004, p. 137), estas duas famílias vieram de cidades próximas, localizadas no mesmo distrito.⁵⁴ Neste registro observamos outro ponto importante que envolve o destino final destes imigrantes, apontado no livro como Rio Grande, mas como podemos constatar o destino era São Lourenço.

É importante sublinhar “o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros” (TRUZZI, 2008, p. 203). Para o autor, os imigrantes usavam algumas estratégias como forma de organizar o projeto migratório da família, assim:

Como alternativa, determinados núcleos familiares podem ter a estratégia de enviar em primeiro lugar o chefe, individualmente, para sondar oportunidades e enfrentar o período mais crítico de adaptação à nova terra. Ao cabo de alguns anos e de várias remessas monetárias, os demais membros da família vão também se deslocando, reunindo-se progressivamente ao pioneiro, num processo característico das imigrações em cadeia. (TRUZZI, 2008, p. 204)

Além do pioneiro, filhos mais velhos ou solteiros também podiam migrar primeiro. Foi somente a partir de 1862 que a colônia recebeu levadas mais expressivas em quantidade, conforme mostra Pellanda (1925, p. 148) baseado nos relatórios dos Presidentes da Província, até 1861, existiam em São Lourenço apenas 431 colonos, mas, em 1863, estavam na colônia pouco mais de mil imigrantes, sendo que, até o fim de 1864, entrariam mais 330 pessoas no empreendimento de Rheingantz. Esses relatórios afirmam que a maioria deste contingente era de protestantes. Pellanda ainda comenta que em 1860, quando havia apenas 213 moradores na Colônia São Lourenço, somente 87 seriam católicos (PELLANDA, 1925, p. 156) e dez anos depois os cálculos de Mulhall apontavam que cerca de um terço da população professava essa religião (MULHALL, 1974, p. 117). Estamos, portanto, lidando neste capítulo com um grupo minoritário, os católicos, mas independente disso, as práticas dessas famílias continuam a contribuir para a compreensão do grupo como um todo.

Uma dessas famílias exemplifica de maneira especial as trajetórias desses grupos imigrantes. O caso das famílias de Halfen e Specht mostra as ligações entre os grupos

⁵⁴ Para os batizados das crianças confira o Anexo 10. Conforme informações retiradas do jazigo de Jacob Kneip, ele nasceu em Liesenfeld, e a esposa na localidade vizinha de Dammscheid. Cemitério Ecumênico de São João Da Reserva.

familiares conforme são reproduzidas no Brasil e demonstra as formas e dificuldades de emigrar da Europa. Em 28 de maio de 1861, chegou à Colônia o chefe da família Schneid, chamado João, com dois filhos: Jacob e Margareth, acompanhados de um parente chamado José Halfen, de 27 anos. Já havia, no entanto, outros integrantes da família Schneid na colônia, mas com graus de parentesco mais distantes. Um ano e quatro meses depois chegaram ao Brasil Pedro e Suzana Specht, que era irmã de José Halfen. O casal não trazia filhos, mas era acompanhado na viagem pelos irmãos de Pedro, Felipe e José, e pela mãe de Suzana, dona Ana Halfen. Junto havia um primo da família, João Schneid com 27 anos de idade.

José Halfen casou-se com Catarina, filha de Felipe e Magdalena Neutzling, imigrantes da primeira leva de imigrantes em 1858. Os primeiros filhos do novo casal receberam o nome de Suzana e de Pedro, o primeiro teria por padrinhos o casal Specht, já o segundo teve por padrinhos o casal Pedro e Ana Seus.⁵⁵ A família Seus também era “próxima” dos Specht e dos Halfen, proximidade que se acentuou no Brasil após o casamento de Pedro com Ana Neutzling, irmã de Catarina, esposa de José Halfen. Aliás, Pedro Seus, seus pais e mais cinco irmãos e parentes da mãe dele, vieram na mesma viagem que José Halfen.⁵⁶ (Confira Anexo 8).

Truzzi destaca e questiona a eficácia das propagandas distribuídas por agentes recrutadores na Europa, que lucravam com o número de imigrantes recrutados (apesar da importância destes recrutadores no deslocamento de famílias inteiras para espaços de colonização), em contraposição aos contatos pessoais, onde a “pessoa ou a família que pensava em emigrar tendia a confiar mais nas informações fornecidas, ao vivo ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, por exemplo” (2008, p. 206). Desta forma, um dos pontos centrais das chamadas relações sociais primárias é a confiabilidade das informações repassadas entre os grupos.

Este grupo, Specht-Halfen-Seus, pode ser analisado pelo diagrama Anexo 8, que mostra as relações iniciais destes grupos católicos; já no Anexo 9 pode ser visto o jogo de padrinhos que se revezavam entre os batismos. Em um primeiro momento, parecem existir apenas pequenos laços entre os grupos, mas quando comparamos o diagrama com a tabela de padrinhos, notamos o quanto estas famílias estavam interligadas, começando a formar uma rede familiar específica. O irmão de Pedro Specht, José casou no início da década de

⁵⁵ BISPADO DE PELOTAS. Livro III de Batismos do Boqueirão, p. 108 e 133v.

⁵⁶ Folhas avulsas contendo listagens de imigrantes embarcados em Antuérpia. AHRS. Colonização. Agente de Colonização em Anvers. Steinmann e Cia, anos 1858-1864, maço 33, caixa 19. Documentos em francês

1870, sendo que no batismo de sua filha Ana Maria, em 1872, observamos a continuação do envolvimento entre estes três grupos familiares, Specht, Seus e Halfen, pois a menina teria por padrinhos Felipe Specht e Ana Maria Seus.⁵⁷

Dos filhos do casal Pedro e Suzana Specht, Felipe e Magdalena Neutzling e de José e Catarina Halfen a maioria migrou para outras cidades; desta última família, por exemplo, apenas quatro dos doze filhos continuaram na colônia São Lourenço. Dos Neutzling, no entanto, apenas cinco filhos estavam vivos em 1875, ano em que faleceu a matriarca da família. Já os Specht ainda tinham a maior parte dos filhos morando em São Lourenço, no início do século XX, sendo que duas das suas filhas casaram com irmãos Kneip, filhos de Jacob e Catarina, também imigrantes católicos das primeiras levas.⁵⁸

Como podemos observar, os laços familiares são fundamentais para a formação e desenvolvimento das redes. As principais características destas relações podem contribuir para a compreensão da sociedade local que se desenvolvia. Dimitri Fazito (2005), baseado em Wellman, faz uma síntese das principais características dos laços familiares das redes pessoais comunitárias e sua contribuição para o suporte social. Em primeiro lugar, o autor afirma que os laços tendem a ser fortes, baseados na intimidade dos indivíduos, fazendo dos laços fortes um dos mais influentes aspectos do processo migratório. Fazito lembra, ainda, que nas redes pessoais a maior parte dos laços efetivos ocorre entre parentes íntimos, já os parentes mais distantes podem se converter em parentes imediatos, dependendo das forças dos laços. No entanto, é certo que parentes íntimos possuem mais confiança e apoio afetivo.

Uma terceira característica mostra que as redes familiares mais densas, aquelas em que os laços são mais fortes e concentrados, tendem a se organizar em núcleos mais íntimos, e a manter relativo isolamento com o restante dos parentes e amigos. Em quarto lugar, o autor argumenta que, mesmo distantes, os parentes mais íntimos tendem a conservar a confiança e as trocas afetivas, que é um aspecto importante, na medida em que mesmo familiares íntimos, separados entre origem e destino de imigrantes, não repassam ou substituem as relações de confiança para os parentes com laços fracos. Dessa maneira, Fazito destaca, na quinta característica, que laços imediatos entre parentes fornecem mais apoio social, maior comprometimento nas trocas afetivas e confiança mútua, e que os laços

⁵⁷ Este batismo nos remete ao fato de que muitos nomes tiveram suas grafias assinaladas de forma diferentes nos livros de batismos da Igreja do Boqueirão; a forma como o nome Specht é apresentado varia conforme a pessoa que escreve o registro, o que causa dúvidas sobre a pessoa que aparece no acento. BISPADO DE PELOTAS. Livro III de batismos do Boqueirão, p. 140.

⁵⁸ APERS. Processo de Inventário n. 47, de 1857, Caixa 006.0513; Processo de Inventário n. 1031, de 1896, Caixa 006.0252; Processo de Inventário n. 108, de 1906, Caixa 006.0275.

fracos entre parentes e vizinhos suportam maior apoio em transações econômicas.

Como vimos, os grupos Specht-Halfen formam uma estrutura familiar bastante particular, centrada em laços fortes, aprimorando relações de parentesco e construindo um grupo familiar extenso a partir da união e aproximação dos seus membros, assim como outros grupos católicos que chegaram na década de 1860 também se juntariam a essa rede mais ampla. Outros grupos também irão proceder de forma semelhante, restringindo suas relações a certas famílias, que é o que ocorre com as famílias Scheer e Lamius, que já tinham graus de parentescos antes de emigrarem; com as famílias Thiel e os Platt; assim como os grupos Griesbach, Kaul e Bosenbecker.

Estas três últimas famílias vieram juntas ao Brasil em meados de 1862 (AHRS, 2004, p. 166), sendo identificadas no registro como grupos protestantes. Da família Griesbach vinham casais e seus filhos, chefiados por João, André e Frederico Griesbach (não foi possível identificar o grau de parentesco entre eles). Frederico e sua esposa, Catarina, batizariam seus filhos com os padres da igreja do Boqueirão, diferentemente dos outros componentes do grupo.

Já o grupo da família Kaul era composto pelas famílias de dois irmãos, André e Felipe, que fizeram opções religiosas diferentes quando chegaram ao novo lar. André e a esposa batizaram as filhas nascidas no Brasil, com padres do Boqueirão; Margareth, Elizabeth, Margarida e Luiza nasceram entre 1863 e 1868, e tiveram por padrinhos membros das famílias católicas Seus, Kneip, Prietsch e, do outro grupo, Kaul, chefiada por Felipe, que, entretanto, manteve a religião protestante.⁵⁹ No entanto, os dois irmãos, André e Felipe, foram sepultados no Cemitério da Coxilha do Barão, que é protestante.⁶⁰

A família de André Kaul manteria laços fortes de proximidade e amizade com a família de João Bosenbecker. Estas duas famílias, além de migrarem para o Brasil no mesmo navio, provinham da mesma localidade, Waldböckelhein, localizada no distrito renano de onde eram originadas outras tantas levas (bastante próximo, também, da cidade

⁵⁹ BISPADO DE PELOTAS. Livro III de Batismos do Boqueirão, p. 13, 60 e 91v. Alguns filhos de André Kaul, nascidos na Alemanha, casaram com licença do Governo da Província, por professarem a religião protestante. BIBLIOTECA PÚBLICA DE PELOTAS. Museu da Biblioteca Pública. Registro de Certidão de Casamentos Evangélicos, p. 10v e 24v.

⁶⁰ A parte frontal e mais nova deste cemitério foi construída no início da década de 1870 e é formada por grupos protestantes, mas não podemos afirmar o mesmo para a área mais ao fundo do cemitério, com uma parte destruída, marcada inclusive por um desnível no terreno, e que apresenta os jazigos mais antigos do local. Como ele está localizado nas proximidades da residência de Rheingantz e o cemitério católico da picada é o de Santa Cecília, que data do início de 1880, existe a possibilidade que a parte aos fundos do cemitério do Barão fosse utilizada pelos dois grupos religiosos. No lugar, existem apenas algumas indicações de antigos túmulos, com cruces de ferro e grades contornando os mesmos, o que é raramente encontrado nos cemitérios da colônia. Algumas lápides estavam caídas e quebradas em 2007, quando foram coletados estes dados (entre elas a de Felipe Kaul).

natal de Rheingantz). No fim da década de 1870 começariam os casamentos entre os filhos destes dois grupos, sendo que três filhas de Kaul se casariam com três filhos de Bosenbecker.⁶¹

Da família Bosenbecker as mulheres seguiram a religião protestante, caso de Ana que se casou com Augusto Heller, de origem protestante, e de Ana Maria, que foi casada com o Pastor Alexandre Leopoldo Voss.⁶² Mesmo com a posição religiosa do Pastor Voss, o primeiro neto da família Bosenbecker, e primeiro filho de Voss, foi batizado pelo Padre do Boqueirão. João Leopoldo nasceu em 1 de maio de 1873 e teve por padrinhos os avós João e Sara Bosenbecker.⁶³ Este fato revela complexas relações de parentesco, na medida em que o importante neste exemplo é a relação entre os avós e o primeiro neto, fazendo os pais da criança aceitarem a solicitação do batismo católico dos avós.

Através destes diversos exemplos, queremos mostrar que os projetos migratórios podem se originar e se organizar através das redes familiares, seja por laços de consanguinidade ou de afinidade, que oferecem apoio social através de vínculos afetivos, por exemplo, tendo por base as regras de reciprocidade. Entre os principais fatores que contemplam o apoio social estão a força dos laços e a natureza das relações entre pais e filhos (FAZITO, 2005).

Outras formas de relações contribuem para a formação desse sistema, como as relações de vizinhança, de amizade ou as fundadas nas comunidades religiosas. Estas últimas apresentaram alguns aspectos de difícil tratamento, caso dos batismos católicos para crianças protestantes, que se configuraram como uma atividade religiosa isolada, a que os pais pareciam em um primeiro momento aderir.

Como dissemos, anteriormente, algumas pressões do governo poderiam explicar porque os batismos foram registrados pela Igreja Católica, mas, é bom lembrar, que já em meados da década de 1860, as comunidades, católicas e protestantes, começam a construir seus espaços, seja pela arrecadação de recursos e de materiais para erguer capelas, seja para organizar escolas para as crianças; e a partir de 1863, o Pastor Schmidt passa a atuar com licença do governo provincial. Mesmo assim, alguns casos são diferentes, como o que ocorre com a família Thurow, que batizou todos os seus oito filhos na Igreja Católica do Boqueirão, e, no entanto, o casal Christiano e Eliza (que era de origem protestante) foi

⁶¹ BISPADO DE PELOTAS. Livro II de Casamentos do Boqueirão e Livro III de Batismos do Boqueirão, p. 55 e 107; Cemitério Particular de Quevedos; BIBLIOTECA PÚBLICA DE PELOTAS. Museu da Biblioteca Pública. Registro de Certidão de Casamentos Evangélicos.

⁶² Também dono do jornal *Der Bote von São Lourenço*, fundado em 1892 (IEPSEN, 2008, p.93).

⁶³ BISPADO DE PELOTAS. Livro III de Batismos do Boqueirão, p. 141v. O casal Voss teve onze filhos.

sepultado na parte protestante do cemitério de São João da Reserva.⁶⁴

Entre outros fatores, a proximidade destas famílias era reforçada ainda pelas relações de vizinhança. Muitos grupos pertenciam às mesmas picadas e já possuíam antecedentes juntos, como a viagem para o Brasil, reproduzindo ligações pela disposição nas áreas coloniais. Conforme o Anexo 12, podemos observar a disposição dos grupos familiares entre as primeiras picadas da Colônia São Lourenço, onde a maioria dos grupos trabalhados, além de graus de parentesco que possuíam entre si, eram também vizinhos, principalmente, na primeira picada, a de São Lourenço, que reuniu os imigrantes da leva de fundação do núcleo. Isso quer dizer, que os grupos viajavam juntos, eram vizinhos e ainda possuíam laços e vínculos por parentescos, como os casamentos entre membros familiares de segunda geração.

Esse tipo de configuração não ocorre, por exemplo, nas colônias da região de São Leopoldo e de Novo Hamburgo, estudadas por Ellen Woortmann, aonde dificilmente famílias da mesma origem ou que vinham no mesmo navio ficavam em lotes vizinhos umas das outras. A autora pode constatar que, desse modo:

Não havia, pois, uma identidade compartilhada. A única característica cultural comum era a religião, pois cada localidade, ou “picada” (Pikad ou Schneiss, Schneitz, no dialeto local), era constituída por determinação do governo, apenas por católicos ou por evangélicos. Os colonos estabelecidos em determinada “picada” nem sequer eram os companheiros de viagem de um mesmo navio. (WOORTMANN, 2000, p. 210)

Mostramos neste capítulo que boa parte dos primeiros imigrantes chegados à Colônia São Lourenço manteve e fortaleceu os laços entre si. É o caso de grupos familiares que provinham das mesmas localidades e que na colônia se reúnem através de vínculos de parentesco, como os batizados que demonstramos. A maioria destes imigrantes casou com outros imigrantes alemães, mantendo altas taxas de endogamia na primeira e segunda geração, estas taxas também são percebidas nas demais colônias alemãs do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969, p. 368).

Para as novas configurações familiares dos grupos podemos notar que os imigrantes apresentam uma “estrutura social mais familiar e vicinal do que no país de origem” (WILLEMS, 1946, p. 253), ou seja, após a chegada à colônia, as famílias, que já não possuem aquela articulação com a Igreja e o Estado mantidas na Europa, se organizam em uma estrutura familiar mais particular, em grupos comunais, que, após um período de desorganização – do qual os batismos católicos de grupos familiares protestantes são um

⁶⁴ Cemitério Ecumênico de São João Da Reserva.

exemplo –, atendem aos novos interesses e necessidades do grupo na nova condição local.

Assim:

a natalidade elevada associada à endogamia local levava então os teuto-brasileiros à formação de parentelas muito numerosas. Os componentes destas famílias grandes se sentiam muito mais solidários do que no país de origem. As obrigações que seus membros assumiam, uns com os outros, eram mais numerosas e mais importantes do que o podiam ser na Europa. (WILLEMS, 1946, p. 253)

Para fortalecer os grupos na nova estrutura social, os imigrantes procuravam manter certas ligações e, assim, zelar pela família e, também, por sua identidade, principalmente, nas questões que envolvessem as gerações futuras, o que ocorreu através de ligações (casamentos) entre membros de grupos familiares da mesma localidade de origem, por exemplo. Esses grupos, como os de algumas famílias mostradas no Anexo 8, formaram redes de relações na colônia, que dariam origem a grupos mais coesos, configurações que teriam efeitos na constituição da identidade dessas famílias.

No próximo capítulo, vamos avançar pela década de 1860 e mostrar alguns aspectos das relações entre os imigrantes e o diretor do núcleo, que, por sua vez, tem importante papel e influência na vida dos colonos. Neste sentido, cabe ressaltar o surgimento de lideranças locais, a organização dos imigrantes frente às autoridades, buscando assegurar melhores condições de existência, além de discutir os problemas e as dificuldades que envolveram o desenvolvimento da colônia e a situação dos seus moradores.

CAPÍTULO II

OS COLONOS NOS DOMÍNIOS DE RHEINGANTZ

Neste capítulo pretendemos analisar as relações entre imigrantes e entre estes e o diretor Jacob Rheingantz, partindo de um conflito de maiores proporções e consequências, que revelou tensões e disputas no interior do núcleo colonial. Acreditamos ser fundamental a análise dessa revolta à compreensão das condições que envolveram a vida dos colonos na região, e à própria condição de articulador e gerenciador de Jacob Rheingantz. Portanto, nesta segunda parte, trataremos das relações internas permeando os procedimentos e conflitos coloniais.

Antes de abordar a revolta, é preciso esclarecer o papel de Jacob Rheingantz no comércio e na industrialização da região sul do Rio Grande do Sul. Como vimos no primeiro capítulo, Rheingantz trabalhou durante dez anos no comércio das cidades de Rio Grande e Pelotas, juntou seu capital e investiu o que possuía na construção da colônia São Lourenço, contando com a sociedade de estancieiros das circunvizinhanças do núcleo colonial. Anos depois, Rheingantz reorganizou seus recursos e continuou os investimentos no comércio, ao mesmo tempo em que investiu em outros ramos, pois teria construído uma pequena fábrica de tecidos na Picada Reserva, dentro de São Lourenço.⁶⁵ Ao tentar comprar um terreno nas proximidades do porto de São Lourenço e aproveitar as instalações portuárias do local para erguer sua fábrica, teve seus planos frustrados, pois o dono das propriedades, o seu antigo sócio estancieiro, se recusou a vender terras para esse fim. Como veremos, após a revolta dos colonos, Rheingantz ficou morando em Rio Grande, durante dois anos, até retornar a São Lourenço em 1869.

Na década de 1870, seus filhos mais novos foram estudar na Alemanha e, em 1873, a família fundou a Fiação Rheingantz, em Rio Grande, (também denominada Companhia União Fabril, primeira fábrica de tecidos do Brasil). Essa fábrica foi comandada pelo primogênito de Rheingantz, o comerciante Carlos Guilherme (1849-

⁶⁵ Conforme o jornal *Voz do Sul*, em 14 de dezembro de 1957. “Um pouco da história de São Lourenço do Sul – Impressões de um antigo morador.”, p. 1.

1909), e teria sido construída com o capital de Jacob Rheingantz, do sogro de Carlos Guilherme e de um sócio inglês do mesmo (IEPSEN, 2008, p. 44). Seus primeiros funcionários e gerentes vieram da Alemanha (ROCHE, 1969) e a contribuição dos Rheingantz para a industrialização foi fundamental, pois, conforme afirmou Paul Singer (1977, p. 171), foi com a família Rheingantz “que se inicia [iniciou] realmente a indústria no Rio Grande do Sul”. Vinte anos depois, a firma possuía três fábricas, construía o quarto empreendimento, de chapéus, em Pelotas, e, ao todo, possuía mais de 900 funcionários.

A industrialização promovida pela família Rheingantz, embora atribuída a Carlos Guilherme, tem sua gênese em Jacob, que morre quatro anos após a fundação da União Fabril. Pela sua trajetória, o Comendador Carlos Guilherme recebeu do Imperador Dom Pedro II a condecoração da Ordem da Rosa e, depois de longos anos administrando a Fiação, passou a morar no Rio de Janeiro. Da mesma forma que a família foi pioneira da industrialização, enfrentou os primeiros protestos e a organização dos operários gaúchos, em outro contexto, com manifestações contrárias à exploração de mão de obra e com reivindicações de melhorias das condições de trabalho.

Queremos propor com estas reflexões que, ao longo da década de 1860, a família aumentou seu capital e ampliou seu campo de ação, o que torna a análise do crescimento da colônia e dos desentendimentos com os colonos fundamentais para entender a consolidação econômica da família Rheingantz. Passaremos, então, a analisar a revolta dos imigrantes, que alterou a rotina da família Rheingantz.

Na colônia São Lourenço, as comemorações do Natal de 1867 foram um tanto tumultuadas, já que o ambiente não era totalmente festivo e havia muita tensão entre os colonos. Pela primeira vez em uma década de existência, a Colônia teria um conflito de grandes proporções, no qual estariam envolvidos, de forma direta, um terço dos chefes de família do núcleo, ou seja, homens que participaram pessoalmente da reunião, somados aos que estavam envolvidos indiretamente com a revolta, uma vez que ela proporcionou algumas alterações no núcleo. No movimento foram expostas antigas mágoas, disputas, rixas e conflitos entre colonos, e entre estes e o diretor Rheingantz, desencadeando uma das maiores “desordens” envolvendo uma colônia alemã na Província do Rio Grande do Sul (PELLANDA, 1925). Passaremos, então, a expor alguns pontos que marcaram o conflito, principalmente, a partir do processo criminal número 520, que investigou a

revolta de 1867 e processou seus líderes.⁶⁶

A utilização de processos criminais neste tipo de análise se deve, em especial, à variedade de informações contidas em depoimentos e declarações dos envolvidos em crimes, conflitos e outras discussões que originam essa espécie de documento. As informações coletadas nesses documentos podem contribuir para o conhecimento de aspectos cotidianos e para o entendimento das relações entre grupos distintos e, eventualmente, entre membros de um mesmo grupo. Uma das justificativas para a utilização dos processos pode estar contida no fato de que:

Os inquéritos policiais e processos criminais permitem maior aproximação da interação cotidiana e das interpretações – produzidas por pobres – da ação própria e dos outros, porque conservam a fala dos pobres, mesmo quando transcrita na terceira pessoa. É preciso considerar a situação social que gerou os autos – uma série de interações de acusados, vítimas e testemunhas com autoridades, incluindo, muitas vezes, a orientação de advogados durante os julgamentos (mas não nos inquéritos). Mesmo assim, com uma leitura cuidadosa de inquéritos e processos, pode-se apreender bastante sobre as maneiras de pensar e agir dos pobres, informações que não se encontram registradas em fontes, como jornais, produzidas pela elite escolarizada. (MONSMA, 2005, p. 163-164)

Devemos ainda cogitar a presença de um tradutor nos processos que envolvem imigrantes, já que muitos deles não falavam o idioma nacional, mas mesmo com as eventuais modificações que ocorrem pelas mãos dos profissionais da justiça, como os delegados e escrivães, por exemplo, que podem filtrar ou alterar partes dos depoimentos, escritos na terceira pessoa, os “autos penais constituem fonte privilegiada para o estudo da vida cotidiana no passado.” (MONSMA, 2005, p. 160). Cabe mencionar que o processo que selecionamos para acompanhar a revolta traz as versões dos líderes deste conflito e, portanto, mostra a condição de vida dos moradores da colônia de uma forma diferente daquela apontada pela historiografia, que, genericamente, salienta o pioneirismo e empreendedorismo dos colonizadores.⁶⁷

Os conflitos, por sua vez, compõem importantes referências sobre as relações entre os grupos, ou entre os membros de um determinado grupo, que vivenciaram tais ocorrências, sendo igualmente importantes para analisarmos distintos aspectos da identidade dos grupos, pois os depoimentos podem revelar, em certa medida, noções de justiça e crenças presentes no dia a dia de colonos e demais habitantes da região. Portanto,

⁶⁶ APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. Este processo é um traslado, ou seja, uma cópia do original produzida pelo Escrivão do Júri de Pelotas. O processo original foi enviado ao Rio de Janeiro, para seguirem os trâmites que envolveram a apelação requerida pelo Juiz de Direito da Comarca local, uma vez que os réus foram absolvidos no primeiro julgamento de Pelotas. Não foi possível localizar o processo original, nem a decisão do julgamento de apelação.

⁶⁷ Sobre historiografia local e a mitificação dos colonizadores presentes na região ver IEPSEN, 2008.

neste capítulo, pretendemos através da análise de processos criminais – somados a outras documentações, como correspondências, por exemplo –, descrever situações que, no nosso entendimento, contribuem para a compreensão da condição colonial dos imigrantes do sul do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, é importante, neste trabalho com grupos diferentes e pessoas variadas convivendo em relações de faces diversas, desenvolver algumas considerações sobre a perspectiva do cotidiano. Não pretendemos cair nas armadilhas do tema e reduzir este conceito a uma forma marginal no texto, como alertou Sílvia Petersen (1995, p. 57). Nestes capítulos, usamos uma extensiva pesquisa de fontes, que nos leva a um campo variado de relações e convivências, que carecem de análises mais específicas.

Segundo Petersen (1995), incluir a perspectiva do cotidiano no trabalho do historiador significa enriquecer analiticamente seu desenvolvimento, uma vez que ela relativiza “o peso do reducionismo estrutural, institucional, objetivista, permitindo reconstruir de forma mais completa e matizada o espaço e o tempo das práticas sociais” (PETERSEN, 1995, p. 59). Neste tipo de análise está presente uma discussão constante entre público e privado, entre o institucional e o informal, onde “novos atores sociais, constituídos fora dos mecanismos institucionais-estruturais, formas autônomas de organizar, resistência e rebelião e novas formas de viver o cotidiano têm forte conteúdo político e não podem ser desconhecidas pelos pesquisadores”. Desta forma, o cotidiano compõe-se de uma “matéria-prima insubstituível”.

2.1 – Os conflitos na colônia e o *movimento de 1867*.

Por volta das quatro horas da tarde, do dia 23 de dezembro de 1867, pouco mais de 200 colonos chegaram à casa do diretor Jacob Rheingantz, que segundo eles “estava em falta do cumprimento de seus deveres”. Ao ver por uma das janelas a multidão que se aproximava, Rheingantz se escondeu, as portas e as janelas da casa foram fechadas, muitas ameaças foram proferidas e, depois de algumas horas, o diretor deixou seu esconderijo para “se entregar” aos colonos. Mesmo refugiado no forro da sua própria residência, ouviu todas as discussões, mas, independente de saber ou não o que acontecia dentro da sua casa naquele momento, o empresário já conhecia as reclamações e os motivos de tanta indignação. Rheingantz não era somente um diretor colonial, era também o dono da colônia, o fundador, o comerciante, o empresário e, principalmente, o árbitro nos conflitos,

atuando como se fosse a própria justiça, ora agindo como um líder, ora como carrasco.

Os motivos que levaram os colonos a tomar a atitude de cobrar seus direitos junto à Rheingantz e os que levaram o empresário a se esconder, a intervenção do Governo da Província e o desenrolar do processo contra dez acusados de liderarem o movimento são elementos que podem nos ajudar a esclarecer muitos aspectos sobre a convivência e sobre o cotidiano dos colonos, e, finalmente, sobre o tipo de relações que existiam entre os membros da Colônia São Lourenço. Portanto, começaremos este capítulo abordando os conflitos e problemas enfrentados pelos habitantes de São Lourenço, através da análise das causas do movimento e o desenrolar de questionamentos e denúncias que, em meados da década de 1860, agitaram e preocuparam os envolvidos com a colonização no Rio Grande do Sul (confira o cronograma da revolta no Anexo 11).

Os ânimos no interior da colônia estavam acirrados ao longo dos anos de 1865, 1866 e 1867, quando grupos de colonos se organizaram e, segundo informações de Rheingantz, faziam reuniões e “encontros” discutindo as atribuições do diretor do núcleo e questionando alguns de seus compromissos e responsabilidades assumidas com os imigrantes. A tensão teria ganhado força após um processo que Rheingantz moveu contra colonos que deviam valores de lotes comprados. Tempos depois, um grupo de imigrantes, formado por mais de 150 pessoas enviou à representação diplomática da Prússia um documento onde denunciava as opressões que sofriam do empresário e pediam providências para que fossem libertados da escravidão em que se encontravam. O documento foi publicado por um jornal alemão em agosto de 1865 (CUNHA *apud* IEPSSEN, 2008, p. 81).

Em julho de 1866, novo documento é produzido e enviado à Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Com mais de uma centena de assinaturas, o abaixo-assinado, em português, trazia cinco exigências dos colonos, que, ao mesmo tempo em que expõem os problemas da administração do diretor, reclamam por estarem sofrendo às opressões, morais e materiais, de Rheingantz e da sorte.⁶⁸

A primeira reclamação foi sobre a venda dos lotes por preços maiores do que os

⁶⁸ As próximas discussões foram desenvolvidas com base nos seguintes documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, coleção Terra e Colonização, maço 72, caixa 37: Correspondência do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 9 de março de 1867; Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura ao Presidente da Província, em 1867, pedindo explicações sobre construção de capela; Correspondência com explicações do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 29 de janeiro de 1867; Abaixo-assinado dos colonos de São Lourenço, de 20 de julho de 1866, encaminhado ao Governo da Província, com reivindicações sobre a administração do diretor da colônia; Correspondência com esclarecimentos do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 12 de setembro de 1867, contendo despacho do Presidente, para ser enviada ao Chefe de Polícia.

acertados, com a emissão de recibos em valor menor,⁶⁹ o que segundo os reclamantes era a prova de que o diretor “prevarica os cofres provinciais e rouba a Fazenda Nacional”; em segundo lugar, os colonos cobravam os títulos de propriedade dos lotes, pois Rheingantz devia fazer esforços para obter os títulos do governo provincial, “com quanto nós saibamos que o Governo não hesitaria de nos mandar entregar os respectivos papéis, se o ‘Diretor’ tivesse tido o cuidado de pedi-los” e pediam ao Presidente da Província que ordenasse à Rheingantz a entrega dos títulos de posse dos lotes; em terceiro, exigiam que os lotes fossem demarcados por um engenheiro hábil e que não fosse parente do diretor, referência ao irmão de Rheingantz, Felipe, que era o responsável pelas medições; a quarta pauta do documento expôs o que seria a mais grave negligência do diretor, que não conseguiu fundar uma escola pública para as crianças, e pediu a bondade do governo para obter uma escola pública, “pelo menos para o sexo masculino”; e, finalmente, a quinta exigência: a demissão de Rheingantz do cargo de diretor do núcleo, pois ele seria o responsável pela ruína da colônia.⁷⁰

Destas reclamações, boa parte estaria na pauta principal do movimento de 1867 e forçaria o Governo da Província a intervir na administração do núcleo colonial. A partir desta correspondência, várias explicações, petições, cartas e relatórios foram trocados entre o Governo Provincial, Rheingantz e o grupo de colonos que encaminhou o abaixo-assinado. Rheingantz responderia oficialmente a esta petição, em janeiro de 1867, chamando-a de “graciosa”. Para ele, os colonos não sabiam que tipo de documento estavam assinando, pois a maioria não entendia português, outros teriam confessado ao diretor que não assinaram o papel, pois não estavam presentes na reunião.

Considerando vários equívocos nas intenções e nos pedidos dos colonos, Rheingantz contestou todos os itens do documento, primeiramente, dizendo que podia vender as terras pelo preço que lhe conviesse, pois era o proprietário delas, até porque o governo nenhuma participação tinha na colônia e que os contratados eram unicamente

⁶⁹ Rheingantz teria acertado com os colonos que o valor dos lotes era de 200\$000 a 250\$000 réis (com variações conforme a localização e qualidade da terra), no entanto, as cobranças chegavam a 450\$000. Segundo denúncias contidas no processo crime nº 520 alguns colonos que já viviam no Brasil e se mudaram para São Lourenço teriam pagado até 800\$000 réis pelos lotes. A especulação imobiliária é problema corrente nas colônias do Rio Grande do Sul, um exemplo pode ser visto na supervalorização de lotes na Colônia Mundo Novo (Taquara), confira Witt (2008, p. 117 e seguintes, especialmente, 120).

⁷⁰ Os procedimentos de Rheingantz (manter o único comércio que recebia as mercadorias dos colonos, na maior parte das vezes, em troca do pagamento dos lotes; cobrar valores maiores pelas terras, etc) lembram, em certa medida, a dependência que os imigrantes europeus sofreram nas fazendas de café de São Paulo, onde os fazendeiros mantinham comércios no interior das suas fazendas, obrigando os imigrantes a gastarem quase todo o salário que recebiam nas próprias vendas. Sem recursos, os imigrantes não conseguiam comprar terras e estabelecer suas famílias, fatos que levaram a vários conflitos no interior de São Paulo.

responsabilidade dele, e, por isso, o governo provincial não podia fazer a “extravagância” de passar títulos dos lotes porque não tinha nada a ver com os assuntos do núcleo. Segundo os contratos que Rheingantz firmou com o Império brasileiro (renovados periodicamente para que o empresário pudesse continuar sua firma de colonização), não era da alçada do Governo Provincial expedir os títulos de propriedade, tarefa que cabia ao proprietário da colônia, já os preços dos lotes eram, se não formalmente, apenas informalmente, discutidos entre as autoridades, e Rheingantz tinha definido por contrato o que poderíamos chamar de preços básicos para seus lotes. Por outro lado, algumas pressões políticas por parte das autoridades locais poderiam “agilizar” a concessão dos títulos e zelar pela tranquilidade do processo de colonização junto às colônias privadas.

O diretor colonial continuou suas explicações negando que os lotes não estivessem medidos e demarcados, disse ter fundado, por conta própria, cinco escolas particulares e que a criação da cadeira pública fora aprovada pela Assembleia Provincial “a instâncias minhas (de Rheingantz) pelos deputados Nascimento Barcellos e Vieira da Cunha”. Afirmou que não havia resposta ao pedido de demissão que os colonos fizeram, tratando, a ele, o diretor “como se fosse um empregado do governo”. Rheingantz tinha a posse das terras, o que fazia do seu empreendimento um núcleo privado, sem nenhuma vinculação ao Estado ou a fiscalizações mais incisivas da parte deste.

A partir desse ponto, Rheingantz parte ao ataque e acusa José Pons, como o maior agitador da revolta dos colonos. Pons teria formado um grupo para construir uma Igreja Católica no núcleo. Segundo o diretor, Pons, Guilherme e João Kath e Jeremias Ostenberg estavam arrecadando dinheiro para a edificação do templo, recursos que seriam usados até nas despesas pessoais dos envolvidos. Rheingantz tentou investigar o grupo e o destino do dinheiro, e, segundo ele, tal procedimento fez brotar o ódio dos envolvidos contra ele. E finaliza pedindo ao governo que providencie a prisão de Pons, pois ele tem “sabido explorar [a raiva] a custo de questões religiosas plantando a cizânia e a desordem em minha colônia”.

A iniciativa do grupo em construir a capela católica ganhou força e chamou a atenção de diversas autoridades governamentais. Donativos foram pedidos ao Ministério da Agricultura, que exigiu explicações do Governo da Província sobre as condições e as demandas da colônia. Por sua vez, o Presidente da Província, Homem de Melo, pediu explicações à Rheingantz, que reconheceu, já em março de 1867, ter tentado impedir os pedidos de doação, mas que o grupo, que foi chamado de turbulento, teria o apoio de políticos locais. Afirmou, então, desconhecer a planta e orçamento da igreja e ponderou aos

governantes que conhecia as demandas coloniais e, assim, quando fosse necessário, ele encaminharia o pedido para erguer a capela. Os turbulentos, para esclarecer, eram Ostenberg, Kath, Schneid, Rheinbrecht, Thurow e Pons, que, para Rheingantz, eram todos “homens vadios e que não são [eram] verdadeiros colonos”.

Rheingantz não apenas se opôs aos pedidos de donativos para erguer a igreja católica, ele tentou se antecipar a esta construção. Em maio de 1867, ofereceu através de um edital uma parte de um lote para a comunidade católica construir a sua igreja, colaborando, em nome de sua esposa, com 500 mil réis para a construção do templo. O diretor teria tentado coordenar a construção de outras capelas pelas picadas desde 1865, mas não obteve respostas favoráveis dos colonos, principalmente, por querer distribuir “cotas” das igrejas para os imigrantes. Sem mencionar qualquer tentativa de construção por parte do grupo de Pons, Rheingantz se limitou a acusar os colonos de desunidos e indecisos (RHEINGANTZ, 1909, p. 163-164).

As acusações continuaram até setembro de 1867, quando Rheingantz pede providências à Homem de Melo, pois se sentia ameaçado e cercado por intrigas. Relata viver em estado de sítio, com a casa fechada e guardada por “bons colonos”, acusa os turbulentos de fazer ajuntamentos nas tabernas da colônia, onde os chefes revoltosos discursavam contra ele. Contou ter sido ameaçado de morte, ter o seu pomar e as roças destruídas, assim como plantações inteiras de “bons colonos”; sendo que as medições mais recentes foram arrancadas e a desordem era tanta que os mesmos turbulentos erguiam cercados e valos. Depois de expor a fragilidade de sua situação, pediu para que fosse formado um distrito policial à parte, com um subdelegado e um oficial de corpo policial, além de medidas para organizar a construção da igreja e criar a escola pública.

A situação de Rheingantz preocupou o Governo, que atendeu, aos poucos, a maior parte das reivindicações do empresário. Como dissermos anteriormente, ao longo da década de 1860, Rheingantz foi ganhando notoriedade e conquistou o apoio de autoridades locais e regionais, o que incluía ligações importantes com políticos da Província, que poderiam intervir a seu favor, como o deputado Vieira da Cunha, por exemplo. Na colônia, foi nomeado um subdelegado para um novo distrito, que compreendia todo o núcleo, mas a principal demanda a ser atendida foi o destacamento de uma força policial, juntamente com a instalação de um comandante no interior do núcleo. Esta força, de poucos homens, possuía algumas limitações, pois seus integrantes não conseguiam se comunicar com os habitantes locais e nem entender seus nomes. Durante o inquérito policial, realizado após a revolta de dezembro de 1867, alguns soldados revelaram conhecer e saber apenas poucos

nomes, exatamente daqueles desafetos do empresário.

No entanto, a chegada do comandante do destacamento, Tenente Francisco Dirceu Marinho de Sá Queiroz, à Colônia causou muita indignação e “desgosto pelo modo despótico porque se portou o dito Tenente, que além de ter mandado fazer um tronco segundo consta, e praticado outras arbitrariedades de igual [teor] mandou fixar um edital, em que proibia a reunião de mais de três pessoas”.⁷¹ O Tenente Marinho estava hospedado na casa de Rheingantz e essa ligação incomodava a muitos colonos, que entendiam a sua presença ao lado do diretor como uma forma de vigiar alguns colonos desafetos do empresário. Após a revolta, o tenente foi convencido a refugiar-se na casa de alemães, no interior do núcleo, até que se retirasse definitivamente de São Lourenço, como veremos ainda neste capítulo.

Outro aspecto determinante na construção da revolta de 1867, além das irregularidades administrativas de Rheingantz, era a postura que o empresário adotava perante algumas cobranças por parte dos colonos. Neste caso, os acusados quando eram perguntados sobre as razões que Rheingantz dava para entregar o título em um valor e cobrar um valor mais alto dos colonos, respondiam que Rheingantz “não dava razão alguma, ou declarava que era por bem dos mesmos colonos, mas que vendo estes que Rheingantz em outras causas, nunca lhe fez [fizera] o menor benefício com justo motivo acreditaram que era um modo de lesá-los”.⁷²

Outra reclamação era sobre a forma de tratamento com que Rheingantz atendia aos colonos, pois, muitas vezes, quando os imigrantes falavam com o diretor, sejam sozinhos ou com um parceiro, eram destratados, fato que teria ocorrido na véspera do movimento, quando dois colonos foram pedir explicações de Rheingantz “pelo fato de *serem abertas as cartas a eles dirigidas*, vindas da Alemanha, o mencionado empresário longe de satisfazer, *essas justas explicações* que lhe foram pedidas, *se irritou contra eles, e os despediu asperamente*”.⁷³

Os problemas para os colonos começavam ainda na Europa, antes do embarque, quando os imigrantes recebiam o valor da passagem de navio e acertavam com as firmas e agentes que representavam Rheingantz o valor e a quantidade de lotes. Por exemplo, um

⁷¹ Depoimento de Cristiano Thurow em 13 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Criminal 520. Caixa 006.0311. O edital proibia os moradores da colônia de andarem armados, de realizarem bailes, de se reunirem em grupos de mais de 3 pessoas (inclusive para jogar cartas, por exemplo, hábito comum na colônia) e de realizarem sepultamentos sem notificar a direção da colônia (COARACY, 1957, p. 98 e 99).

⁷² Depoimento de Jacob Decker em 10 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Criminal 520. Caixa 006.0311.

⁷³ Interrogatório de Jacob Decker durante julgamento em 20 de junho de 1868. APERS. Processo Criminal 520. Caixa 006.0311. Grifos meus.

colono podia comprar inicialmente apenas meio lote colonial, assinando documentos onde se comprometia a se instalar em São Lourenço, o que significava que os valores e as condições já estavam previamente acertados, seja das terras ou das despesas até o núcleo colonial. Os problemas começavam quando, após a instalação no lote e decorridos os prazos para quitação dos valores devidos pelos terrenos, o diretor, segundo o depoimento dos colonos, cobrava dos colonos o dobro do valor acertado inicialmente. Após o pagamento da dívida em sua totalidade - processo que podia levar alguns anos - os colonos obtinham um recibo de quitação no valor combinado na Europa, não do valor realmente pago pelos imigrantes.

Portanto, os colonos estavam denunciando algumas irregularidades em procedimentos do empresário, como a quebra do compromisso firmado com os colonos, ainda no velho continente. Essas obrigações eram previstas pelo contrato de venda das terras onde se instalaria a colônia, passadas pelo Governo Imperial ao empresário, em 1856, contrato que, entre outras questões, regulava o valor e até o tamanho dos lotes que o empresário devia vender a colonos de origem alemã, suíça e/ou belga. Esse contrato inicial teria a validade de cinco anos e, de maneira geral, regulava a forma como o processo de colonização deveria ser conduzido. Esse processo de colonização “privada”, conduzida por empresários, que fixava estrangeiros em lotes coloniais, era semelhante ao processo utilizado pelo governo provincial, que financiava a instalação das famílias (transporte até o núcleo, ferramentas, sementes), com carência de alguns anos (em geral 2 a 5 anos) para o pagamento dos valores (passagem, utensílios, sementes e terras).

A cobrança indevida do dobro da quantia acertada pelas terras, uma das acusações contra o empresário de São Lourenço, além de gerar uma fraude nos recibos emitidos com valores menores dos que Rheingantz realmente recebera, livrava o diretor de pagar parte do imposto. Além disso, o empresário não passava o título da propriedade do lote quando este finalmente se encontrava quitado, apenas entregava um recibo e, em alguns casos, era lavrada uma certidão de venda no cartório local - o que fazia parte apenas do primeiro passo para legalizar a propriedade dos colonos. Os títulos de propriedade só seriam emitidos definitivamente após o inventário dos bens por morte de Jacob Rheingantz, em 1877, quando a esposa do diretor passou os documentos para boa parte dos colonos de São

Lourenço.⁷⁴ (Confira o Anexo 4).

Selecionamos um caso para analisar, que demonstra vários aspectos dos problemas que existiam nos lotes de São Lourenço. Este exemplo envolve o colono Felipe Schneid, que, durante o protesto do dia 23 de dezembro, exigiu do empresário a entrega de um lote colonial que teria comprado tempos antes e, naquele momento, estava em poder de outro colono.

O lote número 21 da Picada Boa Vista foi vendido por Rheingantz ao seu primeiro dono, que apenas podemos identificar como Kerurg, devido às diversas formas pelas quais o nome foi grafado nos depoimentos. Kerurg se retirou da colônia, em fevereiro ou março de 1867, sem concluir os pagamentos pelo lote, mas voltou ao núcleo, em abril, quando teria vendido o lote a Schneid, que tratou de fazer suas plantações e tomar posse da dita colônia. Entretanto, quando Rheingantz soube que o proprietário original abandonara o lote, tratou de recuperá-lo, para efetuar outra venda do prazo colonial, e, assim, o diretor entregou o lote ao colono João Link.

Foi assim que, “por meados de maio, Rheingantz, Link, e mais duas pessoas foram à referida colônia, arrombaram a sua casa [de Schneid], e Link tomou conta dela.” Desta forma, Schneid foi despejado do lote porque, com a saída do primeiro dono, o empresário retomou o prazo colonial e o revendeu a Link. Este pequeno lote e seus diversos proprietários enfrentaram vários problemas semelhantes aos que afligiram os outros colonos de São Lourenço e que estão na origem da manifestação de fins de 1867. Entre os problemas estava o fato de o diretor (autoridade máxima da colônia) ter retomado (à força) um lote que não havia sido pago em sua totalidade pelo seu primeiro dono, lote este nunca medido, muito menos demarcado, e que foi revendido pelo colono que o abandonara. De maneira geral, a venda de lotes, quitados ou não, era proibida em colônias do governo do Rio Grande do Sul e de particulares, condição estabelecida com os imigrantes durante a sua instalação nos núcleos.

Dessa forma, o lote além de proporcionar muitas discussões, passou a ter dois proprietários. Questionado sobre a validade do negócio realizado junto ao primeiro proprietário do lote, Schneid não conseguiu confirmar a sua compra, pelo contrário, as

⁷⁴ O processo de Inventário de Jacob Rheingantz não foi encontrado, apenas encontramos em inventários de colonos, o referido título repassado após a morte do empresário e assinado pela viúva, que era então a detentora dos bens de Rheingantz. Em inventários de anos anteriores a 1877, data da morte de Rheingantz, outros documentos, como testemunhos perante o Juiz de Órfãos, responsável pelos inventários, recibos de quitação, ou certidões com o número e localização dos lotes, emitidas por cartórios locais, eram usados para comprovar a propriedade das famílias. Não foi possível precisar a quantidade de colonos que receberam o título de propriedade somente após a morte de Rheingantz.

autoridades acabaram comprovando uma falsificação na escritura de venda do lote, primeiro porque Schneid afirmou que tinha “sido passado a escritura no cartório do escrivão de São Lourenço [sendo] esta assinada [por] Kerurg que presente se achava”,⁷⁵ mas o Chefe de Polícia verificou que a escritura era de um cartório em Pelotas, datando justamente da época em que o empresário tentava retomar o lote colonial e assinada por um suposto procurador de Kerurg, José Pons, já conhecido como desafeto de Rheingantz, condição que evidenciou ainda mais as arbitrariedades de ambas as partes nas negociações deste lote.

Segundo a investigação, Schneid apresentou uma falsa escritura do lote que ele ocupava havia algum tempo. No entanto, o colono disse desconhecer o fato de que durante a ausência de Kerurg, Rheingantz vendera a colônia a Link. Após a sua expulsão do lote, Schneid recorreu à justiça, na tentativa de conseguir recuperar a propriedade,⁷⁶ até que com a realização do protesto retomasse o lote 21. Schneid participou do protesto justamente com a intenção de cobrar do empresário a posse do prazo colonial, que, segundo ele, estava pago e o seu valor, depositado, conforme as ordens do Juiz Municipal de Pelotas.

Assim, Schneid justificou sua presença no protesto, pelo desejo de recuperar o lote, o que evidentemente conseguiu, após Rheingantz assinar uma ordem de despejo a João Link, que tinha a posse da pequena propriedade, sendo que, no mesmo documento, o diretor se comprometia a entregar outro lote ao despejado. Logo após a ordem de despejo ser cumprida pelo Tenente Marinho, Schneid se apoderou novamente do terreno, ficando com ele até à conclusão do processo criminal de 1867.

Independentemente da região, da época e dos grupos envolvidos – alemães, nacionais, ou ambos – as disputas pela terra foram fatores que fomentaram um cotidiano violento, como analisou Marcos Witt (2001, p.66 a 72) em seu trabalho sobre o litoral norte do Rio Grande do Sul. Acertadamente, o autor expôs outra questão produtora de tensões nos conflitos agrários, o fato de que em variadas situações as autoridades que recebiam as reclamações dos colonos ou os agentes responsáveis por tomar as decisões legais para solucionar os confrontos eram os mais envolvidos nas infrações, mantendo uma rede de interesses próprios nos desfechos deste tipo de confronto. No caso da colônia São Lourenço, o diretor é a principal autoridade da colônia, talvez a única, e ao lado dele estavam as autoridades locais, como o Subdelegado Oliveira Guimarães, entre outros

⁷⁵ Depoimento de Felipe Schneid, em 17 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Criminal 520. Caixa 006.0311.

⁷⁶ Não encontramos documentação sobre esse recurso mencionado por Schneid.

estancieiros, todos envolvidos com seus próprios problemas relativos às questões de terra.

A ocupação de terras devolutas era outro fenômeno propulsor de conflitos, pois tanto os colonos alemães como os lavradores nacionais disputavam espaços, supostamente, não ocupados, como ocorria no litoral norte do Rio Grande do Sul (WITT, 2001). Na colônia do extremo sul, quem avançava seus domínios sobre as terras devolutas era o próprio Jacob Rheingantz, chegando às circunvizinhanças da cidade de Pelotas; evitando os espaços à margem da Laguna dos Patos, ocupados pelos estancieiros, e explorando o interior da Serra dos Tapes, onde o diretor encontrava posseiros e quilombolas. Desta forma, o empresário procurava aumentar seu negócio, já que, como ressaltou Emílio Willems (1946, p. 72), “o único móvel da colonização privada é o comércio de terras”. Além da ampliação da extensão das colônias, outras estratégias das empresas colonizadoras eram usadas para aumentar os lucros e os valores dos lotes, como a execução de obras de infraestrutura, tais como estradas e construções de pontes, igrejas e até escolas.

As disputas pelos lotes coloniais nos levam às consequências da administração Rheingantz e de dez anos de descasos do empresário para com demandas dos colonos. Dos quais são fatores extremos a falta de concessão de títulos de propriedade e a demarcação de lotes. De maneira geral, esses problemas acompanham o processo de colonização do sul do Brasil com os imigrantes alemães e, posteriormente, com os italianos. Assim, como podemos perceber, o foco mais objetivo da revolta de São Lourenço é de problemas relativos “à terra”, como títulos, valores, medições, posse, etc.

No entanto, analisando com mais profundidade o processo, percebemos que o centro da questão é outro, ou seja, no nosso entendimento o grande conflito não é provocado diretamente pelas terras, mas pela atitude de Rheingantz e pelo seu relacionamento com os colonos. Lembramos que o diretor, de certa forma, era diretamente responsável pelo problema, pois suas atribuições eram medir, demarcar e vender os lotes, alojar as famílias, comercializar seus produtos nos primeiros tempos, etc; além da postura de liderança que exercia, devido às funções que ocupava como o maior líder local, somando os cargos de diretor, proprietário do núcleo, empresário e intermediador entre imigrantes e autoridades brasileiras; e como promotor da satisfação das necessidades dos colonos.

Problemas relacionados à demarcação, ocupação, propriedade e comercialização dos lotes coloniais eram, genericamente falando, frequentes nas colônias e os resultados destas irregularidades eram preocupantes, na medida em que geravam invasões,

discussões, intrigas e violência despropositada entre os envolvidos e aqueles que muitas vezes não tinham relação direta com os conflitos. Grande parte destes problemas provinha de uma política colonial mal planejada e de erros em contratos irresponsáveis (SEYFERTH, 1999), somados à falta de recursos e à incompatibilidade entre o sistema de colonização e as demandas dos colonos, juntamente com a exploração econômica latente em colônias particulares, como a de São Lourenço. Para a autora, que analisou os motins ocorridos na colônia de Brusque, em Santa Catarina, a documentação disponível sobre o tema revelou que “ao contrário do que pretendiam o governo imperial e os idealizadores da política de colonização, o estabelecimento de colônias não foi um processo tranquilo de ocupação de terras devolutas” e, por outro lado, “nem os imigrantes eram os dóceis camponeses idealizados até por decreto” (SEYFERTH, 1999, p. 297). Protestos, motins ou conflitos serviam para alertar as autoridades competentes sobre o descontentamento dos colonos com a forma pela qual o processo de colonização era conduzido.

Motim é um termo bastante usado pelas autoridades brasileiras da época, em uma tentativa de qualificar ou desqualificar uma revolta de ação popular, impregnando o termo de concepções de desordens (contra o bem da nação, contra os “cidadãos de bem”, entre outras afirmações), principalmente, contra a ordem estabelecida (mesmo que ela seja estabelecida pelos grupos de maior poder social e econômico). Ações, portanto, reprovadas “pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista”, para se apropriar das palavras de E. P. Thompson (1998, p. 167). No entanto, usamos o termo “motim” apenas como referência ao nome dado e usado pelas autoridades envolvidas no caso, uma vez que “o termo ‘motim’ é ferramenta de análise pouco afiada para tantas queixas e motivos particulares. É igualmente um termo impreciso para descrever a ação popular” (THOMPSON, 1998, p. 176).

No Rio Grande do Sul são registrados problemas como a falta de demarcação, divisão e medição dos lotes desde o início da colonização, ainda antes da lei de terras de 1850, como ocorreu nos anos iniciais da Colônia São Leopoldo (TRAMONTINI, 1994). Podemos citar outro exemplo comparativo referente às colônias do litoral norte do Rio Grande do Sul, independente das distinções entre estes núcleos e o de São Lourenço (que é por sua vez, uma colônia mais nova, maior em extensão, de caráter privado e localizada dentro de um poderoso reduto político e econômico do Rio Grande do Sul) é possível mostrar que, como ocorria na colônia de Rheingantz, em São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas também existia irregularidades nos lotes, que não tinham registros e eram vendidos, em muitas situações, sem terem sido sequer medidos, originando confrontos que

prejudicavam os colonos (WITT, 2001).

Por outro lado, Marcos Witt (2001, p. 91) apontou que “as necessidades reais do dia-a-dia fizeram com que eles [os colonos] se movessem, trocassem, vendessem ou arrendassem os seus lotes num total ‘desrespeito’ ao que haviam acordado com o governo”. Estas atitudes, na interpretação do autor, revelam “uma inadaptação do projeto de instalação das colônias à região, um desapego à tarefa agrícola, um descontentamento com o modo de vida, fatores que devem ser levados em consideração quando se fala de formação de núcleos populacionais desta ordem”. Ou seja, as demandas geradas pelas atividades dos colonos requeriam outras posturas por parte do governo ou dos administradores, e, neste ponto, se somarmos em São Lourenço os excessos de Rheingantz, a situação dos colonos podia ganhar dimensões bem conturbadas.

Quando fazemos referência aos excessos do diretor, estamos tratando dos estratagemas que Rheingantz utilizava para conduzir a venda, distribuição e quitação dos lotes da sua colônia. Como tinha “carta branca” para tomar decisões e resolver os confrontos, nem sempre agia em conformidade com as necessidades dos colonos. O lote 21, disputado entre ele e Schneid, é apenas um exemplo. Como a venda do lote não foi concretizada com os respectivos pagamentos do primeiro dono, ele foi tomado à força pelo diretor, que restabeleceu nele um novo colono, que efetuou a compra. Rheingantz não denunciou Schneid, apenas o despejou à força do lote. Mesmo que Schneid tenha forjado a escritura de venda, era necessária uma investigação que fosse além de acusações e despejos mútuos. Investigações deste porte ocorreriam em outros casos, alguns anos depois, quando, por exemplo, o diretor moveu um processo de despejo contra o colono Henrique Constantino Seiffert.⁷⁷

Um dos resultados da reunião dos colonos na casa do diretor foram os chamados “papéis de obrigação”. Nesses documentos, Jacob Rheingantz se comprometeu a cumprir os contratos que assinava com os imigrantes ainda na Alemanha. Contudo, as autoridades policiais que conduziram a investigação sobre a revolta avaliaram a forma pela qual tais documentos foram assinados pelo empresário, uma vez que este se queixava que os ditos papéis haviam sido extorquidos através de ameaças e, desta forma, os documentos não possuíam reconhecimento ou validade jurídica. Segundo Jacob Decker, um dos

⁷⁷ A ordem desse despejo deveria ser cumprida, em 2 de junho de 1874, quando o oficial de justiça Rafael Bento Rodrigues foi ao lote da vítima para cumprir o mandado judicial. No entanto, o oficial foi acompanhado por outras pessoas que invadiram o lote e tentaram retirar a vítima à força da propriedade. O episódio acabou em pancadaria e o oficial de justiça processou Seiffert por agressão. O colono teria tido “uma questão com Rheingantz” sobre o terreno onde morava, mas não há explicações sobre qual seria a questão. APERS. Processo crime 1015, caixa 006.0328.

indiciados como líder da revolta, as primeiras ameaças que Rheingantz sofreu eram dirigidas no intuito de que ele aparecesse junto aos colonos.

O acusado afirmou que, logo após a chegada do grupo de colonos, o empresário se escondeu, fazendo com que o grupo procedesse a buscas na residência, na tentativa de encontrá-lo, o que não aconteceu. A partir de então, o grupo fez diversas e variadas ameaças e, só ao anoitecer, o empresário juntou-se aos revoltosos, devido a estas mesmas ameaças que ele ouviu no seu esconderijo. Foi nestas circunstâncias que o diretor de São Lourenço assinou os documentos de obrigação.

Após este acordo, alguns colonos começaram a pagar as dívidas que possuíam com o diretor Rheingantz, da mesma forma que outros colonos foram cobrar do empresário o dinheiro que fora pago a mais do que aquele acertado ainda na Europa. Um destes casos é o da família de Pedro e Guilherme Könzgen, que aproveitaram a manhã do dia 24 de dezembro para acertar as contas com Rheingantz, sendo que o primeiro foi pagar a dívida que ainda possuía, relativa a um lote colonial, e o segundo, foi receber o que pagou a mais pelo valor do lote, mas todos os cálculos foram feitos com base nos documentos assinados durante a revolta. Guilherme Könzgen possuía um sócio na compra de seu lote, Jacob Vogt, que também recebeu parte do dinheiro referente à restituição que o diretor entregou a Guilherme. Vogt e Guilherme Könzgen foram presos e indiciados por essa transação, entretanto, Pedro Könzgen não foi preso, apesar de ser indiciado.

Segundo o Tenente Marinho, algumas pessoas estavam junto à casa do diretor, naquela manhã, mas não foi possível identificar se outros colonos também tomaram a atitude de acertar as suas dívidas com o empresário. Esse pode ter sido um dos motivos para a saída de Rheingantz do núcleo, na noite de 24 de dezembro, buscando evitar uma situação insustentável, caso o diretor tivesse que pagar diversas quantias aos colonos em um curto espaço de tempo. Assim, após as ameaças que recebeu, o diretor não se sentia mais seguro em sua casa.

Após essa fuga de Rheingantz, um “caixeiro” do empresário ficou responsável por cuidar dos bens “abandonados” na casa do diretor. No entanto, o caixeiro relatou ao Delegado de Polícia de Pelotas que não se responsabilizaria pelos animais e demais bens, temendo outra tentativa de incêndio à casa, além de possíveis furtos. Um dos fatos relatados foi a suposta tentativa de roubo das roupas da família Rheingantz. Suposta, porque “as fazendas” foram encontradas pelos próprios colonos nas proximidades da residência do diretor e teriam sido retiradas da casa pelo caixeiro (que também era parente do empresário), na tentativa de incriminar ainda mais os colonos.

Sem diretor no núcleo naquele momento, e, mais que isso, sem Rheingantz presente, o que era significativo para os habitantes de São Lourenço, uma vez que ele possuía uma amplitude de ações que iam além da atuação de um simples diretor, e na expectativa da chegada do Presidente da Província ou do Chefe de Polícia, os colonos resolveram ampliar as ações e zelar pela disciplina no núcleo. O movimento da multidão de colonos levou a ações inusitadas, disciplinadas e de grandes proporções, e desta forma, para usar os termos de Thompson, nestas ações “o extraordinário é mais a moderação do que a desordem” (1998, p. 180). As atitudes, provavelmente “aprovadas por um esmagador consenso popular”, usam noções de direito e manejam concepções de bem estar social nos remetendo à noção de “economia moral” de Thompson. Veremos algumas destas situações.

Suspeitando do caixeiro de Rheingantz, um grupo de colonos se reuniu e indiretamente pressionou o negociante a deixar a colônia, pois, segundo alguns imigrantes, os colonos não confiavam nele. Logo após, o mesmo grupo convocou o Tenente de Polícia Marinho para fechar as aberturas da casa do empresário e, depois de lacrarem a casa, os colonos providenciaram uma guarda para tomar conta dos bens do empresário. Essa guarda era composta de 12 pessoas armadas e possuía até um revezamento com escala de turno e horários. Cristiano Thurow explicou a formação da guarda e a preocupação com os bens do empresário, segundo ele:

desaparecendo Rheingantz da colônia, procederam os colonos a guardar sua casa e haveres, para não se extraviar coisa alguma, porém, que consultado ele respondente por alguns colonos sobre isso, os aconselhou que viessem ter ao Delegado de Polícia, a quem deviam dar parte para tomar conta dos bens de Rheingantz, em consequência do que nomeou-se uma comissão, de que ele respondente fez parte, a qual vindo aqui [Pelotas] ter com o mesmo delegado, lhe respondera este que continuassem na guarda dos mesmos bens, pois brevemente esperava o chefe de polícia, ao que anuíram conservando-se tudo no estado em que estava, com as portas seladas, pelo tenente de polícia, e uma guarda de dia e de noite. Disse mais, que não havendo a menor intenção de bulir, ou de subtrair quaisquer objetos guardados, sabe ele respondente que de uma outra vez em que veio aqui a Pelotas entender-se com o Presidente [da Província], conjuntamente com outros companheiros, ao voltarem para a colônia, tiveram a notícia, que lhes foi dada por dois indivíduos, que estavam de guarda naquela casa, [onde] havia um arrombamento na parede, que mais tarde se veio a saber, que no porão da casa em que se fez o dito arrombamento, tinham sido vistas quatro pessoas, algumas delas parentes de Rheingantz, que obrigaram aos homens da guarda a beber do vinho que existia [na residência].⁷⁸

Outras providências foram tomadas para garantir a perfeita harmonia entre os colonos e os bens do empresário, como as resoluções postas em prática para manter vivos os animais que existiam na propriedade do diretor da colônia. Apesar de ser uma atitude um tanto controversa, ela garantiu que o empresário não tivesse prejuízo com a perda de

⁷⁸ Depoimento de Cristiano Thurow em 13 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Criminal nº 520, caixa 006.0311.

galinhas, porcos, entre outros animais, mas de número impreciso pelas divergências nos depoimentos. Resumidamente, podemos dizer que um grupo de colonos – e esse grupo é sempre indefinido, sendo que, em raros momentos, podemos perceber a participação dos depoentes nas atividades produzidas –, sensibilizados pela possível morte daqueles animais abandonados, resolveu vender os mesmos em um tipo de leilão improvisado para colonos interessados no negócio.

Esse leilão foi explicado mais detalhadamente por Thurow, que declarou que o empresário deixou na sua propriedade um porco, uma vaca de leite e algumas galinhas, e que tais animais morreriam porque ninguém estava tomando conta deles. Por isso, Thurow se juntou a outros colonos, que decidiram vender os animais do diretor, supostamente em benefício de Rheingantz, para tanto, foi promovido este leilão, onde foram vendidas as galinhas e o porco, “ficando, porém, a vaca depositada em poder de Felipe Kaul, tendo produzidos essas vendas a quantia de vinte mil réis, que ficou parcialmente depositada na mão dos próprios compradores”.⁷⁹ Dessa maneira, esse procedimento relativo ao leilão seria em benefício do próprio empresário, que, evidentemente, se mostrou irritado com a iniciativa.

Tal procedimento pode ser considerado outra atitude contraditória por parte dos colonos que tentavam dar ordem ao próprio motim. Podemos observar certa preocupação com o retorno do diretor, caso da guarda armada que tomava conta da casa e do dinheiro da venda dos animais guardado por colonos em suas casas, que eram atitudes tomadas, provavelmente, não só pelo medo de serem acusados de mais algum crime, mas por um tipo de respeito à Rheingantz e, por outro lado, como uma forma de legitimar o movimento e suas ações, contando com o amparo dos outros colonos. A decisão de não vender a vaca de leite no leilão, ficando esta em poder de um colono vizinho à família Rheingantz, que tomava conta do animal, foi tomada porque o animal era de estimação de Maria Carolina, esposa de Rheingantz. Dessa forma, a vaca de leite não foi a leilão simplesmente porque era de estimação, pois não há outras explicações ou declarações, apenas o fato de ser impensável ao grupo revoltoso vender a vaca de estimação, o que supostamente seria um ato de desrespeito à esposa do empresário, e ninguém queria ser responsabilizado por esta atitude.

Maria Carolina era respeitada pelos imigrantes. Durante o protesto, por exemplo, ela permaneceu à frente das negociações, recebeu e ouviu os colonos e não deixou a sua

⁷⁹ Depoimento de Cristiano Thurow em 13 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Criminal nº 520, caixa 006.0311.

casa em nenhum momento. A esposa de Rheingantz acompanhava todos os assuntos relativos à Colônia, em cartas e relatórios enviados ao governo provincial e imperial podemos perceber que era ela quem finalizava as correspondências, uma vez que estas tinham a sua letra, e que Rheingantz fazia suas anotações em rascunhos para que Maria Carolina corrigisse as palavras e terminasse as correspondências. No acervo da Família Rheingantz, na Biblioteca rio-grandense, podemos confrontar “rascunhos” de Rheingantz, inclusive com algumas palavras em alemão, que mostram que o empresário ainda tinha dúvidas no uso do idioma nacional, e algumas cartas finalizadas, enviadas com a letra de Maria Carolina.⁸⁰

Dessa forma, queremos indicar que Maria Carolina Rheingantz participava das atividades e conhecia a situação de São Lourenço, merecendo ou conquistando o respeito dos habitantes locais. Por outro lado, durante a manifestação de dezembro de 1867 os outros moradores da casa foram retirados pelos revoltosos, caso do professor Sellin, que foi convidado a sair da casa invadida, ficando fora da residência até o fim do protesto. Outro exemplo é a mulher do Tenente Marinho, retirada da casa de Rheingantz pela janela e posta “em lugar seguro”, pois nada se tinha contra ela. De fato, como sabemos “a multidão claramente seleciona os seus alvos” (THOMPSON, 1998, p. 176).

Nas ações dos revoltosos, como no leilão, por exemplo, que não era uma ação ilícita na visão dos colonos, estão compreendidas o que Thompson chama de noções de legitimação. Essas noções têm por base uma concepção tradicional das normas e obrigações sociais e até das funções econômicas de membros das comunidades. Thompson entende por noção de legitimação que:

os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo e da deferência. (THOMPSON, 1998, p. 152)

Nossa intenção, usando as concepções de Thompson, é salientar as práticas locais e a diversidade de posturas nas relações entre colonos e diretor. E, também, mostrar que essa perturbação social não é fruto, exclusivamente, de reações a situações de exploração econômica, ressaltando o complexo jogo de obrigações, de direitos e de deveres existentes entre os locais, na maior parte das vezes, difíceis de precisar ou avaliar. Por outro lado,

⁸⁰ Em outros momentos identificamos diferentes caligrafias nos documentos, que, após comparações com documentos produzidos por familiares, supomos serem das irmãs de Rheingantz.

chamamos a atenção para a ausência de mediações de autoridades civis ou religiosas no interior do núcleo de São Lourenço. Como vimos, não havia na colônia, durante este período, professores, associações culturais, pastores ou padres, que, em muitos casos, intermediavam discussões entre níveis diferentes em circunstâncias conflituosas, como no caso das reivindicações feitas antes do movimento de 1867, ou, até mesmo, durante a revolta. Padres e pastores, por exemplo, são figuras centrais neste processo, pois se inserem como mediadores culturais (SEIDL, 2007).⁸¹

Percebemos, também, a forma de organização dos colonos e quais eram os integrantes mais envolvidos na articulação do grupo, que, até então, nestes relatos, é caracterizado como *o grupo de colonos*, não possuindo uma composição definida, impossibilitando distinguir seus componentes e delimitar a participação dos acusados. Pons, por exemplo, não mediu palavras para esclarecer o episódio do leilão, como mostra na afirmação que fez explicando “que vendeu-se esses animais, por não haver quem deles tomasse conta para os sustentar, e que os encarregados da venda foram Thurow, Decker, Ostenberg e Pedro Könzgen”.⁸² Assim, mais uma vez, os acusados fazem um tipo de jogo com as autoridades sobre quais teriam sido os articuladores do movimento, continuando a incriminar e a inocentar uns aos outros.

A maior parte dos problemas que originaram o movimento de 1867 seria resolvida somente anos depois, como no caso dos títulos de propriedade dos lotes, distribuídos após o inventário dos bens do diretor. Rheingantz ficou fora da colônia, até 1869, e seu retorno não foi pacífico; segundo Kolling (2008), Rheingantz saía pouco pelo núcleo e passou a andar com seguranças ou capangas armados, tratando apenas com colonos em pequeno número. Somente no início de 1870, foi designada pelo governo provincial uma comissão para resolver os problemas da colônia, como os relativos a estradas, a demarcações e a medições dos lotes. Essa comissão elaborou um relatório, delimitando os problemas a partir do nome do colono e da picada onde residia. Os pedidos eram levados ao diretor e, se esse não atendesse à reclamação, a própria comissão buscava resolver a situação.

Aproveitando a presença de representantes do Governo Provincial, em São Lourenço, alguns colonos relataram outros problemas, mostrando que a tensão no interior da colônia

⁸¹ Ernesto Seidl trabalha a importância da mediação de religiosos em áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, conforme o autor: “A lógica da mediação cultural pauta-se pelo fluxo de recursos materiais e simbólicos entre diferentes níveis, esferas e espaços sociais, dinâmica que encontra nos mediadores peça fundamental. Parte das estratégias de legitimação social de determinados grupos sociais, a mediação cultural insere-se entre os esforços de consagração de estilos de vida, práticas sociais e valores culturais, empreendida dentro de diferentes esferas, como a intelectual, a acadêmico-científica, a artística, a político-burocrática e a religiosa.” (SEIDL, 2007, p.78)

⁸² Depoimento de José Pons, em 18 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Criminal nº 520, caixa 006.0311.

era constante. Em março de 1870, oito colonos do Travessão Feliz apresentaram queixa ao Governo de “violências” provocadas naquela picada, que, apesar das reclamações, ainda não tinham sido investigadas.⁸³ Outros problemas persistiriam após a morte do empresário (1877) e novos conflitos, em especial, com posseiros ou moradores locais sem posse das terras onde produziam, que tomariam a agenda dos administrados da colônia a partir da década de 1870 (KLIEMANN, 1986, p. 23-30).

2.2 – A intervenção do Governo da Província e as lideranças locais

As agitações provocadas pelos colonos e a saída de Rheingantz de São Lourenço levaram os administrados provinciais a intervirem no núcleo. Assim, em janeiro de 1868, chegava à colônia o novo diretor nomeado pelo Governo Provincial, o Barão de Kalden, juntamente com o Chefe de Polícia da Província Belarmino da Gama e Melo, encarregado pessoalmente de investigar os acontecimentos. Depois dos primeiros interrogatórios, foram presos dez colonos acusados de serem “os cabeças” do movimento do natal de 1867. Em 18 de fevereiro de 1868, Jacob Rheingantz prestou depoimento como vítima no processo, relatando resumidamente os principais acontecimentos da revolta e afirmando que, após ter a casa invadida, os colonos o ameaçaram de morte e tentaram incendiar sua residência. Nesse depoimento, o diretor acusou os colonos Decker, Ostenberg, Pons, Paulsen, Rheinbrech e Thurow de serem os articuladores do movimento.⁸⁴

Não podemos precisar o motivo pelo qual foram acusados apenas os colonos que apresentamos, uma vez que outras pessoas estavam envolvidas no planejamento dessa reunião, realizada na residência de Rheingantz. Uma das hipóteses é que o Delegado de Polícia de Pelotas, Comendador Alexandre Vieira da Cunha, tenha realizado, previamente, uma investigação policial entre os colonos de São Lourenço, pois foi a primeira autoridade a chegar ao núcleo, para preparar a instalação do Chefe de Polícia na localidade. As autoridades policiais brasileiras ao chegarem à colônia prenderam e interrogaram justamente esses acusados, sem ouvir nas investigações policiais a outros colonos; somente tempos depois, seriam ouvidas outras pessoas, como testemunhas, sendo que, a maioria delas, não habitava o núcleo. O professor Alberto Guilherme Sellin, contratado para dar

⁸³ Relação dos colonos que apresentaram reclamações à Comissão na sessão de 31 de dezembro de 1870. AHRs. Terra e Colonização. São Lourenço, empresário, diretor, diversos. Caixa 37, maço 72.

⁸⁴ Depoimento de Jacob Rheingantz em 18 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p

aulas na escola que Rheingantz mantinha ao lado de sua casa, afirmou que “viu a passar a cavalo Ebert e Alberto Bergmann, que segundo ouviu dizer a outros colonos, andavam fazendo aviso para a reunião que pouco depois se achou a frente da casa de Rheingantz”.⁸⁵ Mesmo assim, os irmãos Bergmann não foram processados, sequer intimados a depor.

Enfim, os processados foram José Pons, Carlos Rheinbrecht, Felipe Schneid, Guilherme Könsgen e o irmão Pedro Könzgen, Jacob Vogt, Jacob Decker, Chistiano Luis Thurow, Jeremias Ostenberg e André Poulsen. Estes dois últimos, Ostenberg e Poulsen, fugiram logo após serem presos e, ao que tudo indica, apenas Poulsen retornou a São Lourenço, alguns anos depois do conflito. Ostenberg teria ficado com alguns dos papéis que o empresário assinou no dia da revolta; já, dos irmãos Könsgen, apenas Guilherme foi processado, e não há informações sobre Pedro, apesar de seu nome estar entre os pronunciados; entretanto, os irmãos não eram acusados pelo motim em si, mas porque, no dia seguinte, acertaram as contas com Rheingantz, baseados nos acordos firmados durante o protesto.

Conforme o Chefe de Polícia da Província, a punição dos acusados, independentemente do grau de participação deles no movimento, era um dever da justiça, devido também à “impossibilidade de tornar efetiva a punição de todos os culpados, o que sempre acontece, quando um grande número de pessoas como no caso presente, que atingiram a mais de duzentos”, sendo que aqueles punidos serviriam de exemplo para conter possíveis crimes desta ordem e, por isso, “a ação da lei [deveria] pesar com todo o seu poder sobre os cabeças que, em tais circunstâncias, se tornam os mais responsáveis”.⁸⁶ Ou seja, era necessária uma punição aos réus, como um exemplo, buscando coibir novas manifestações desse porte.

No primeiro julgamento, realizado em Pelotas, os réus foram absolvidos das acusações pelos jurados, sendo que Jacob Decker e Cristiano Thurow foram absolvidos por unanimidade de votos e o restante dos indiciados foi absolvido, com sete votos cada. O Juiz de Direito João Francisco de Moura Magalhães, que se mostrou irritado com a decisão

⁸⁵ Depoimento de Alberto Sellin, em 16 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p. Alberto Bergmann, e seu irmão, chamado Augusto, foram indiciados pela morte de João Anderson, ocorrida em 3 de fevereiro de 1868. Anderson foi morto quando ameaçava Alberto Bergmann com um facão e, ao ser contido por vizinhos e parentes, acabou recebendo pancadas na cabeça, das quais veio a falecer. Foram processados pelo assassinato vários vizinhos e o cunhado de Anderson, além dos irmãos Bergmann, mas todos foram absolvidos em julgamento. Processo Crime nº 771, réus: Alberto Bergmann, Augusto Bergmann, Augusto Blank, Carlos Perleberg, Carlos Behling, Henrique Reichow e Wilhem Krüger, ano 1868, caixa 006.0321.

⁸⁶ Pronúncia redigida pelo Chefe de Polícia Belarmino Peregrino da Gama e Melo em 19 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311, s/p.

do júri, por ser contrária às evidências resultantes do processo, recorreu da decisão em 25 de julho de 1868, e o processo foi enviado para o Tribunal da Relação no Rio de Janeiro. Infelizmente, não foi possível saber a decisão da apelação, mas os acusados voltaram a São Lourenço pouco tempo depois. Para o Juiz, “os meios de coação que os réus empregaram e executaram para conseguirem os seus intentos que lograram realizar além de constituírem uma verdadeira extorsão são tumultuários e subversivos da ordem publica.” Sendo assim, os réus eram “merecedores de punição”, e entre os motivos para a punição estava o “exemplo [aos] outros colonos, como também porque os perigos que resultam da impunidade, [podiam] seriamente comprometer o futuro da importante e da florescente Colônia São Lourenço”.⁸⁷

Nenhum dos acusados de “serem os cabeças do motim” reconheceu qualquer envolvimento com o planejamento da reunião, apesar de todos esclarecerem às autoridades sobre as motivações da revolta, e, na maior parte dos depoimentos, estes acusados tentaram mostrar surpresa e casualidade sobre o seu comparecimento à casa de Rheingantz. Essas tentativas de afastar possíveis comprometimentos com o “movimento” transformaram as suas declarações em um conjunto de contradições, embaraçando a investigação sobre a revolta. Tratando das declarações dos acusados, podemos ressaltar que a maior parte delas tentava revelar que muitos colonos nem sabiam o que estava acontecendo. Jacob Vogt, por exemplo, afirmou estar pouco tempo no protesto realizado na casa de Rheingantz, pois estava preocupado com sua mulher, que estava doente. Por repetidas vezes, afirmou ter ido à casa de Rheingantz sem ter em vista fim algum, pois não era nem credor, nem devedor do empresário, uma característica importante entre os acusados; confirmando apenas que acompanhou os irmãos Könzgen no dia seguinte, para acertarem as dívidas de suas propriedades com o diretor do núcleo, já amparados pelas resoluções da noite anterior.

Quanto a Carlos Rheinbrecht, apesar de afirmar que já chegou ao protesto tarde, por volta de oito horas da noite, disse que ainda encontrou grande um número de pessoas reunidas, para *ajustar as contas* com o empresário. Mas, no segundo depoimento, reformulou as informações do primeiro, dizendo não saber qual o fim da reunião dos colonos e que só teve esse conhecimento após perguntar aos presentes. Por sua vez, Felipe Schneid relatou que estava trabalhando em sua roça quando foi avisado por um filho de que os colonos, “em massa”, estavam a caminho da casa do empresário. Schneid deixou as

⁸⁷ Pedido de Apelação do Juiz de Direito João Francisco de Moura Magalhães, em 25 de julho de 1868. APERS. Processo Criminal nº 520. Caixa 006.0311. O corpo de 12 jurados era formado por bacharéis de direito e filhos de charqueadores, estancieiros e/ou comerciantes da região de Pelotas.

plantações e foi imediatamente se juntar ao grupo de colonos. Ao chegar à casa do diretor encontrou D. Maria Carolina – esposa de Rheingantz -, o Tenente Marinho – responsável pelo destacamento policial da colônia – e o próprio Rheingantz.

Durante a conversa que o empresário teve com o tenente e dois representantes dos colonos, Ostenberg e Decker, Schneid “aproveitando-se da ocasião entendeu-se também com Rheingantz para lhe passar o papel de sua colônia”.⁸⁸ Schneid serviu-se da confusão gerada pelo protesto coletivo para tentar recuperar ou apropriar um lote que disputava com o diretor há alguns anos, mas o “prazo” colonial⁸⁹ que Schneid queria legalizar tinha naquele momento outro proprietário, instituído pelo próprio empresário.

O Tenente Marinho participou ativamente das negociações com os revoltosos e providenciou o despejo do lote que Schneid conseguiu conquistar junto ao diretor. Depois da revolta, ele continuou exercendo suas atividades: protegeu a casa de Rheingantz, tratou de manter a ordem da colônia e preparou a chegada do Chefe de Polícia da capital. Mas, pouco tempo depois do movimento, Marinho de Sá Queiroz foi avisado de que poderia ser o alvo de um novo movimento de colonos. Auxiliado pelo imigrante Alexandre Matznauer, morador da Picada Quevedos, foi levado para a casa de vizinhos naquela picada. Matznauer parece não ter envolvimento direto nos protestos, mas tinha ligações mais fortes com participantes da revolta. Segundo os registros de batismos, cerca de um ano antes dos acontecimentos conflituosos, Matznauer foi padrinho de um dos filhos de José Pons,⁹⁰ com quem mantinha relações de amizade.

Neste ponto, notamos que alguns líderes do movimento, como Pons e Thurow, possuíam uma rede mais restrita de compadres. Identificamos que Thurow possuía laços fortes com a família de sua esposa, Ema Pierrim, e o seu principal compadre era o vizinho, Pedro Rickes, que trabalhamos no capítulo anterior. Já os outros acusados faziam parte de núcleos familiares extensos e com várias ramificações.⁹¹ Como vimos no primeiro capítulo, estes laços são fundamentais para a convivência e as relações entre os imigrantes, principalmente, porque:

Situar al emigrante en el interior de sus redes de relaciones no significa negal el rol de la

⁸⁸ Depoimento de Felipe Schneid em 13 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p

⁸⁹ O termo prazo colonial, bastante presente nas fontes, é utilizado aqui como sinônimo de lote colonial.

⁹⁰ Bispado de Pelotas. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. Livro de Batismos III, p. 67v.

⁹¹ Bispado de Pelotas. Freguesia de Nossa Senhora do Boqueirão. Livro III de Batismos. Estas ramificações podem ser conferidas a partir do conjunto das listas de embarque e desembarque de imigrantes dirigidos ao núcleo de São Lourenço.

cultura, sino abrirse a un concepto dinámico de cultura en tanto proceso creativo y permanente de construcción e reconstrucción que acontece en la interacción entre los individuos y que, por tanto, no existe ni puede ser estudiado fuera de éstos. (RAMELLA, 1995, p. 16).

Pons e Thurow eram inimizadas declaradas do empresário, e Rheingantz, por sua vez, aproveitou os depoimentos para incriminá-los, como os conspiradores responsáveis pelo “motim”. O primeiro e mais provocador dos inimigos de Rheingantz era José Pons. Acusado como um dos principais líderes do movimento, Pons articulava as reclamações nos bastidores da revolta e era apontado como o principal intermediador dos problemas coloniais junto aos órgãos do governo nacional e, até, com as autoridades prussianas. Pons, para Rheingantz, era “o pior dos turbulentos da colônia”, sendo acusado pelo diretor de ser o autor dos documentos redigidos e encaminhados ao Governo, durante os anos de 1865 e de 1866. Para Eduardo Iepsen, Pons, que é sempre o primeiro a assinar os documentos, foi o autor da petição dos colonos, enviada ao Presidente Homem de Melo, e seria “interessante destacar o próprio modo com que Pons se refere à Rheingantz: ‘diretor’, entre aspas e seguido de um ponto de interrogação e de uma exclamação (?!), demonstrando extrema ironia – como se o empresário tivesse assumido tal título de maneira imprópria, indevida” (IEPSEN, 2008, p. 117).

No entanto, não podemos afirmar se Pons foi, ou não, o autor da correspondência, pois o documento está em português e não foram encontradas cópias escritas em alemão. Pons não falava, escrevia ou lia na língua nacional, apenas Decker, Thurow e Vogt sabiam o idioma nacional e poderiam escrever o documento. Pons pode ter ditado as expressões, ou escrito em alemão e alguém transcrito o documento, mas a sua complexa elaboração e o acesso às informações e/ou às condições de enviar ao governo do Rio Grande do Sul as exigências que operava sugerem uma teia articuladora mais elaborada e detentora de informações privilegiadas, que abrem um campo de ações de cunho político. Enfim, há várias possibilidades sobre a articulação do movimento, que ainda não foram exploradas.

Nenhum dos autores que analisou o tema (IEPSEN, 2008; KOLLING, 2008) ou que falou sobre ele (RHEINGANTZ, 1907; COARACY, 1957) cogitou a possibilidade de existir um participante ou articulador (conselheiro, no mínimo) que não fosse colono de Rheingantz ou imigrante alemão. Podemos avaliar que os colonos revoltosos tivessem conselheiros ou que existissem integrantes no movimento com interesses políticos ou econômicos no conflito, ou um articulador de fora da colônia que possuísse inimizado ou fosse adversário do diretor, uma vez que Rheingantz já possuía nessa época certa visibilidade social e econômica na região, tanto como proeminente alemão e colonizador,

quanto como empresário, tendo “aliados políticos” na capital, em Pelotas e em Rio Grande.

Em sentido contrário, os estudos mais atuais apontam para uma revolta de caráter étnico, um “levante pomerano”, o que não é sugerido pelos documentos enviados aos políticos da província, apesar dos fatores exploração econômica ou condição de servidão, geralmente associada aos pomeranos, que são a maioria dos habitantes da colônia São Lourenço, estarem presentes nas correspondências, sobretudo nas cartas enviadas à Prússia. Nilo Bidone Kolling (2008), que é um dos primeiros a falar em “levante pomerano do natal de 1867”, escreve, a partir da correspondência com reivindicações enviada às autoridades prussianas, em 1865, afirmando que:

Os oito pontos da pauta reivindicatória expressam, de maneira clara, a pauta de desleixo para com a melhoria das condições aqui encontradas e trabalhadas pelos próprios colonos. Em nada mudara a sua situação de servos da gleba da Pomerânia para colonos livres no sul do Brasil. E, conclusivamente, o levante pomerano do Natal de 1867. (KOLLIG, 2008, p. 889)

Para Kolling (2008, p. 884), o levante dos pomeranos foi “uma forma de protesto popular contra a forma de semiescravidão e endividamento, bem como o não cumprimento de promessas da parte do colonizador Rheingantz”; portanto, o autor associa a condição de servidão e exploração do povo pomerano, que perdurou por séculos na Europa, às condições de exploração econômica vivenciadas pelos imigrantes inseridos em São Lourenço. Amparados nesta hipótese, podemos sugerir que Rheingantz teria atuado como herdeiro de representações de superioridade étnica que foram transportadas para a América, permitindo a justaposição entre recortes de classe e étnico na exploração da mão de obra. “Considerados ‘menos’ no jogo de forças culturais” (THUM, 2008, p. 17) os pomeranos foram discriminados por alemães oriundos de outras regiões, sendo vítimas de preconceitos, “menosprezados” e “inferiorizados” por sua condição de submissão e pela exploração econômica que sofriam. As distinções entre alemães, ou prussianos, e pomeranos parecem acentuar-se, juntamente com a ocorrência de uma positividade da identidade pomerana, que ganhou força nas últimas décadas⁹² e que, ao que tudo indica, pode ter incentivado autores a propor a convergência entre servidão pomerana e exploração comercial no contexto colonial.

Como já vimos, o movimento questionou a situação de exploração e a condição de servidão dos camponeses administrados pelo prussiano Jacob Rheingantz, além de expor os problemas administrativos do diretor, principalmente, com as questões da legalização

⁹² Uma análise mais detalhada sobre estas reivindicações pode ser conferida em WEBER e BOSENBECKER, 2010.

dos lotes coloniais. Por outro lado, o domínio comercial exercido pelo empresário aumentava a capacidade de exploração que este detinha sobre os colonos, que, conforme o próprio Kolling, “não queriam ver repetidos os mesmos problemas e mazelas da velha Prússia” (2008, p. 886). Assim, aquele imigrante que não possuía um capital próprio e que estivesse submetido a viver no lote colonial, tendo, ao mesmo tempo, que sobreviver e pagar as dívidas coloniais (que podiam incluir desde o valor da passagem de navio ao Brasil, alojamentos, compra do lote, ferramentas, sementes, roupas e alimentos até que se pudesse produzir para o consumo da família) ficava confinado a uma condição de exploração, a uma servidão semelhante àquela da qual buscaram afastar-se ao emigrarem. Esses problemas, em geral, acompanharam o processo colonizador brasileiro instituído na região sul do país durante o século XIX.⁹³

Como já mencionamos anteriormente, motins e revoltas ocorrerem em diversas regiões coloniais ao longo do desenvolvimento das mesmas (TRAMONTINI, 1994; WITT, 2001, SEYFERTH, 1999) e por motivos semelhantes aos das exigências expostas pelos revoltosos de São Lourenço: medições, títulos de propriedade, má administração dos diretores; indicando as formas exploratórias pelas quais o sistema de colonização com imigrantes “alemães” assentados em lotes agrícolas se reproduziu. Para melhor compreendermos os interesses que desencadearam o motim, passaremos a analisar as características dos seus líderes, presos e julgados, começando pelos irmãos Könzgen, que são os únicos imigrantes presos (ou indiciados, já que Pedro não foi preso, nem compareceu ao julgamento) que podemos afirmar, comprovadamente, serem colonos assentados em lotes comprados de Rheingantz e terem origem pomerana, diferente dos demais acusados, como Pons, por exemplo, que era belga de nascimento e chegou à colônia, em 1863, com capital próprio. Ainda na Europa, Pons trabalhou com o comércio de cereais e casou-se com a filha de um fabricante de cervejas e comerciante da região de Liege, e, segundo depoimentos de descendentes, sua ideia ao emigrar era de estabelecer uma fábrica ou comércio de cerveja no Brasil.⁹⁴

⁹³ A aquisição de terra e a garantia de autonomia são importantes motivadores das migrações transoceânicas do século XIX. Petrone (1982, p. 10) ressalta “o fascínio que o apelo à possibilidade de acesso à terra exerceu sobre os emigrantes”, ideal que contrapunha-se à industrialização européia, ao crescimento demográfico, ao pauperismo relegado às populações urbanas e legislações de hereditariedade que não atendiam as demandas da maioria da população do velho continente, e que trouxeram à América milhares de emigrantes que sonhavam com a aquisição, por vezes romantizada, de um pedaço de terra.

⁹⁴ Alguns documentos, como a certidão de casamento de José Pons, foram repassadas por Pedro Paulo Pons, descendente de José Pons e pesquisador da história da família. Pedro Paulo possui um acervo com documentos que incluem informações sobre a vida de José Pons, na Europa. Gentilmente, o pesquisador cedeu algumas informações para este trabalho.

Quando chegou a São Lourenço, Pons comprou seu lote de um colono e não das mãos de Rheingantz, dono da colônia, que usaria este fato para mostrar ao governo provincial que nunca trouxe “desordeiros” para a sua colônia, e que estes “proveitadores”, abusando de pessoas ingênuas, comercializavam ilegalmente os lotes, provocando “tumultos” entre os colonos “trabalhadores”. Portanto, como vemos, Pons tinha ambições comerciais que nortearam sua decisão de emigrar e recursos materiais e simbólicos que lhe propiciaram assumir um papel diferente no esquema polarizado que existia entre Rheingantz e os colonos por ele assentados. Além disso, Pons parece se afastar das questões que nortearam a demanda étnica de exploração econômica de pomeranos por prussianos. Como veremos, ainda neste capítulo, esses são fatores importantes para a posição de liderança legada ou assumida por Pons, durante o movimento.

Pons acusou Rheingantz de persegui-lo, espalhando pela colônia “caricaturas” suas que buscavam desmoralizá-lo, além de narrar que o diretor espalhou boatos que tentavam denegrir o seu caráter enquanto professor, menosprezando seu trabalho e incitando os colonos a se afastarem dele. Foi em meados da década de 1860 que Pons tornou-se mestre-escola em uma das escolas particulares do núcleo,⁹⁵ enfurecendo Rheingantz, que ironizou a escolha por parte de “inocentes colonos”, supostamente ludibriados pelo professor. O diretor questionou sua nova posição, já que Pons não falava em português e, portanto, não teria condições de ensinar as crianças, por mais que a condição de ensinar o português aos filhos dos colonos não fosse um requisito naquele momento.

O diálogo com a comunidade local é uma das principais características de outro suposto líder do movimento e, também, adversário de Rheingantz, o colono Cristiano Luiz Thurow. Desde que chegou à Colônia, nas primeiras levas de imigrantes, antes de 1860, mostrou-se um dos mais “desordeiros” colonos de São Lourenço, para usar a designação do próprio Rheingantz; contudo, por mais que esta fosse a opinião do diretor e por ele ter sido preso várias vezes e até ameaçar a família de Rheingantz, Thurow era um dos imigrantes que mantinha uma das maiores redes sociais entre os habitantes de São Lourenço, detentor de grande influência entre colonos e nacionais que habitavam os povoados locais. Um dia antes da revolta, Thurow deixou a colônia e dirigiu-se para Canguçu, onde passou o natal, voltando para São Lourenço sete dias depois. Naquela

⁹⁵ Nesta época a colônia contava com algumas escolas particulares, sem administração de Rheingantz, que teria inicialmente ajudado a organizar cinco delas. Tais escolas funcionavam com o pagamento de um tipo de mensalidade, paga pelos pais dos alunos e convencionada entre os mesmos. Esta mensalidade deveria cobrir os custos de uma sala de aula e do professor.

localidade, tinha relações com diretores de escolas, professores alemães e negociantes, estrangeiros e nacionais.⁹⁶

Nos primeiros dez anos de existência da Colônia São Lourenço, quando ocorria alguma confusão ou conflito entre os colonos e, principalmente, entre os colonos e o diretor, certamente Thurow estaria envolvido neles. Esse fato fez de Thurow o principal *turbulento* da lista de “desordeiros” de Jacob Rheingantz, o que pode explicar as posturas do colono na véspera do conflito de 1867, quando se afastou da colônia antes da revolta e retornou somente dias depois; assim como ter sido acusado e preso como responsável por tal movimento, mesmo sem ter estado presente, apesar de o Tenente de Polícia Marinho jurar que o viu entre os revoltosos, tentando de todas as formas incriminá-lo.

A relação de Thurow e Rheingantz foi ao que tudo indica conturbada, desde o princípio, chegando em alguns momentos a conflitos mais agressivos. Um destes confrontos ocorreu no fim da tarde de 19 de julho de 1863, quando Rheingantz teve a família injuriada e ameaçada durante um pequeno tumulto na sua casa, que deixou a mulher, irmãs e filhos pequenos do diretor muito assustados “por verem inimigos capitais dentro da casa.” Desta vez, Thurow estava acompanhado por outro “desordeiro” (segundo Rheingantz), Jorge Dietrich, antigo colono de Rheingantz, que se tornou negociante, construindo um dos primeiros comércios no caminho que levava ao porto de São Lourenço, já fora da área colonial. Nesse período, as casas comerciais, ou pelo menos a maior parte delas, estavam localizadas no povoado do Boqueirão, ou na Capela, para usar denominação mais comum do local nessa época.

No episódio, acompanhados por outros colonos, Thurow e Dietrich entraram na casa do empresário, exigindo que Maria Carolina Rheingantz servisse vinho ao grupo. Rheingantz, que estava na região do porto de São Lourenço, recebeu, já na madrugada do dia seguinte, uma carta da esposa contando os momentos de medo que as mulheres da família passaram. Para melhor compreensão, transcrevemos um trecho dessa carta; antes, porém, ressaltamos que, contígua à residência do diretor, ficava a casa comercial do empresário, a única que neste período recebia a produção dos colonos. Esse monopólio, como veremos, também era questionado pela revolta, pois colocava os colonos na

⁹⁶ Conforme Auto de Justificação que apresentou à Justiça durante o processo que investigou a revolta, como prova de que não estava presente na colônia durante o movimento do natal de 1867 e, portanto, não poderia ter participado da revolta. APERS. Processo nº 520, caixa 006.0311. Thurow, para provar sua não participação no movimento, se utilizou de uma ideia muito presente nos autos do processo, e que ainda veremos ao longo deste capítulo: de que não haveria uma organização anterior ao dia do motim, como se não houvesse uma pauta de reclamações previamente estabelecida (que, aliás, existia desde 1865, apresentada inclusive ao governo provincial), ou agitações entre grupos de colonos, que levaram a instalação de um destacamento policial na colônia e a proibições de reuniões entre imigrantes dentro do núcleo.

completa dependência do empresário, que recebia os produtos dos imigrantes em troca do pagamento das dívidas ou do repasse de mercadorias manufaturadas.

A carta de Maria Carolina começa narrando a chegada de Dietrich e Thurow, com mais dois colonos, que, segundo entendemos, eram parentes de imigrantes que também possuíam “negócios”, como os Klumb, que já tinham uma venda (ou taberna), em 1867. Segundo Maria Carolina:

Neste instante o Born já estava aqui na sala, e querendo por força que eu lhe vendesse vinho, eu lhe respondi que fosse para sua casa e *mandasse um dos seus filhos para comprar*, que em nossa casa não consinto.

De repente, entrou o Sr. Jorge Dietrich, de São Lourenço, o Sr. Cristiano Thurow, Guilherme Klumb, Guilherme Rheimbrect, e também pedem vinho, eu disse-lhes que não vendo em varejo, porém o Cristiano respondeu que aqui é venda e eu tenho que vender, eu lhe respondi que não vendia, respondeu um deles então nos de um copo de água, a mana Maria trouxe um copo com água, e Jorge Dietrich perguntou quanto custa [?], *ela respondeu que água não se vende, como ele bem saberá*, principiou a caçoar com os camaradas: vocês querem água bebem!, não custa nada, bebem umas por de vezes, eu então lhe disse VM.^{CE} quer fazer caçoada saia daqui pra fora, e isto já! Então respondeu o Thurow que tinha que vender por força porque aqui é venda e tu pagas direitos, isto tudo com um tom, muito atrevido, o Reinbrecht disse-lhes vamos embora para este fim eu não vim cá, a senhora diz que não tem vinho vamos embora.

Não respondeu o Thurow aqui é venda, ela não tem querer e tem que nos dar! por um vintém de cachaça eu cuspo a venda toda e a dona da casa tem que limpa-la.⁹⁷

Dietrich não mantinha boas relações com o empresário. Um dos funcionários da sua venda, no caminho para o pequeno porto de São Lourenço, afirmou ter ouvido ameaças de morte ao empresário. Segundo Fernando Nickel, na época com apenas dezessete anos, o seu antigo patrão não só ameaçou o empresário, como tentou pagar a ele pelo assassinato de Rheingantz. Nickel afirmou que:

ouvei Jorge Dietrich dizer para a mulher do mesmo, que quando o diretor da colônia Jacob Rheingantz, fosse para a mesma, e ele soubesse de [o] encontrar só, *que havia de matar com um tiro, e advertindo a mulher dele Dietrich, que ela testemunha [Nickel] podia estar ouvindo e ir contar, ele [Dietrich] respondeu que deixasse ele ir contar que ainda lhe emprestava o cavalo, para ir soar a notícia*. Declarou mais, que indo a casa de negócio do mesmo Jorge Dietrich com Carlos Rheichow, tomar cachaça, Jorge Dietrich lhe ofereceu uma faca de metal [ilegível] e ainda mais meia onça se ele testemunha cortasse a cabeça do diretor da colônia Jacob Rheingantz.⁹⁸

Dietrich negou ter ameaçado o empresário e desqualificou o depoimento do ex-funcionário, afirmando que ele tentava se vingar por ter sido demitido. Em vários momentos, declarou que as acusações contra ele eram “de caso pensado por lhe fazer mal”, e, assim como Thurow, negou ter ofendido ou ameaçado os familiares de Rheingantz.

⁹⁷ Carta de Maria Rheingantz à Jacob Rheingantz em 19 de julho de 1863. APERS. Processo Crime nº 632, caixa 006.0315. p. 3 à 3v. Grifo da autora.

⁹⁸ Depoimento da 5ª testemunha Fernando Nickel, em 31 de julho de 1863. APERS. Processo crime nº 632, caixa 006.0315. p. 11 e 11v. Grifos da autora.

Devido à inimizade entre os envolvidos, Dietrich buscou mostrar que por intermédio de alguns colonos e também através Subdelegado Oliveira Guimarães, tentava se acertar com o diretor da colônia, demonstrando para tanto, boa vontade e iniciativa para acabar com a tensão existente entre ele e o empresário. Apesar do promotor não aceitar a denúncia do crime e o processo não chegar a julgamento, Rheingantz usou o inquérito para acusar seus inimigos como turbulentos e desordeiros, aumentando o rol de acusações contra os dois adversários.

Thurrow deixou o núcleo pouco tempo depois do processo e do retorno do empresário a São Lourenço, em 1869, e construiu uma casa de secos e molhados, nas terras da Irmandade da Conceição, ou seja, tornou-se comerciante no povoado do Boqueirão. Já Pons, ao retornar à colônia, após o processo, em 1869, doou oficialmente pequena parte do seu lote para que fosse construída a Igreja Católica da colônia, que foi um motivo para muitas divergências entre ele e o diretor colonial no início das disputas que levaram ao motim. Na doação (confira carta de doação no Anexo 5), Pons exigiu da comunidade católica Santa Cecília que no terreno doado fosse construído um cemitério e uma casa para moradia do pároco e para servir como escola. Assim, José Pons conseguiu vencer uma das disputas que teve com Rheingantz, ficando na colônia até 1889, quando se mudou definitivamente para outra região colonial de Pelotas.⁹⁹

O papel assumido por Pons e Thurrow nos conflitos entre colonos e Rheingantz, em São Lourenço, nos remete ao argumento de que negociantes, comerciantes e, até mesmo, alguns profissionais liberais possuem uma maior visibilidade social, o que assegura, por sua vez, maior capacidade de exercer uma posição de liderança, devido a certo protagonismo destas profissões (SEIXAS, 2006).

O tipo de liderança depende de variadas circunstâncias, que vão desde o modo de inserção social e de trabalho do grupo imigrante até o grau de sedimentação étnica e distribuição no interior do grupo étnico. Os líderes do movimento de 1867 possuem algumas diferenças com relação aos demais membros do grupo de colonos, pois alguns eram comerciantes e com relações estabelecidas com os habitantes do povoado, caso de Thurrow que, já nessa época, era proprietário de uma “casa de pasto”; alguns dos revoltosos

⁹⁹ O cemitério foi construído, e acreditamos que a casa do pároco também, incluindo um jardim para as crianças brincarem nos intervalos das aulas, outra exigência de Pons. As informações foram retiradas de um processo movido contra a Comunidade Santa Cecília, em 1903, por herdeiros do lote vendido por Pons, em 1889. Os herdeiros acusavam a Comunidade de avançar sobre os marcos da divisa da parte doada para aumentar o cemitério. Anos mais tarde, a igreja foi demolida do local original e construída um pouco acima, restando no seu primitivo local pequena torre marcando a localização original da primeira igreja católica do núcleo. Confira Processo nº 144, força nova, ré Sociedade Santa Cecília, ano 1903, caixa 006.0220.

sabiam ler, escrever e falar em português, caso de Decker; outros chegaram a ser professores, exemplo de Pons. Já Jacob Rheingantz tem sua posição de liderança atribuída, em um primeiro momento, à sua ocupação, à sua posição enquanto diretor de um núcleo colonial de imigrantes alemães e à sua capacidade de intermediar ações entre este grupo e as autoridades nacionais, que é um ponto fundamental para uma liderança. No entanto, como lembra Seixas (2006, p. 21), alguns comerciantes de mais destaque, como o caso do empresário Rheingantz, não seriam os líderes étnicos mais influentes, pois já estariam fora do grupo e sua influência seria mais externa do que interna.

De fato, o grupo revoltoso questiona a capacidade do empresário em intermediar as demandas dos imigrantes frente às autoridades brasileiras e, além disso, acusa o diretor de explorar economicamente os moradores de sua colônia, o que enfraquece consideravelmente seu poder de liderança. Se liderança implica uma ação coletiva mais ou menos formalizada, hierarquizada e organizada (SEIXAS, 2006, p. 32), podemos concluir que as lideranças do movimento de 1867 são de certa forma lideranças dos colonos alemães de São Lourenço, externamente vistos homogeneamente como alemães, mesmo que internamente existissem clivagens profundas, perpassadas por relações de classe e de poder econômico. Essas lideranças reivindicavam melhorias nas suas condições de vida e enfrentavam o principal líder alemão do sul do Rio Grande do Sul, líder esse que ganhava notoriedade fora dos limites coloniais, sendo sempre o mais homenageado colonizador da região.

Por outro lado, a posição de liderança leva ao questionamento sobre o interesse desses líderes. Esse interesse vai do bem geral ao progresso material e coletivo do grupo que representam até a sua intenção, mais pessoal, de alcançar posições de poder e de prestígio (SEIXAS, 2006, p. 32-33). Os interesses dos líderes são, portanto, variados. Se retomarmos o caso de São Lourenço, poderemos remeter a outra importante questão não manifesta, pelo menos não de forma explícita, nas reivindicações do movimento: os interesses comerciais dos líderes da revolta, pois Thurow já possuía um negócio, Pons, como mencionamos, tinha grandes ambições comerciais, Kath e Klumb não indiciados, também estavam envolvidos com o comércio de produtos, assim como os outros processados mantinham algum tipo de negócio informal. Em 1865, um dos tópicos da reclamação dos colonos contra o empresário, publicada na Alemanha, era referente aos domínios comerciais do diretor da colônia:

Rheingantz impede todo o comércio e negócio na colônia por ser ele o único comprador. Ele tem os meios de impedir que alguém outro queira realizar um investimento comercial não

comprando dele os produtos. Assim não há concorrência possível na área comercial. E isto é cada vez mais grave para os colonos, porque estes têm que vender os seus produtos pelo preço que Rheingantz oferece. (CUNHA *apud* IEPSEN, 2008, p. 81)

Desta forma, podemos ver que a exploração econômica que o empresário mantinha era extremamente forte e não deixava margem aos seus opositores ou simples concorrentes. Nesse período, a casa comercial de Rheingantz era a única que recebia e comercializava os produtos coloniais, ou seja, Rheingantz tinha o monopólio da venda da produção dos colonos, além do monopólio do abastecimento da colônia, principalmente, de implementos agrícolas e de roupas e tecidos. Entendemos, no decorrer da pesquisa, que havia outros comércios no interior do núcleo, mas que não compravam ou vendiam os gêneros agrícolas produzidos pelos colonos, pois a maioria dessas casas apenas comercializava bebidas alcoólicas, velas, entre outros objetos de uso mais comum. No entanto, não foi possível identificar qual tipo de produto poderia ou não ser vendido por elas. Na maior parte das vezes, tais comércios são chamados de tabernas. Por outro lado, existiam negócios de pequeno porte, como a casa de pasto que o próprio Thurow chegou a possuir.¹⁰⁰ A limitação econômica enfrentada pelos colonos estabelecidos no núcleo, tivessem eles dívidas com Rheingantz ou não, é um motivo importante a considerar, pois pode ser um dos responsáveis por uma investida de grandes proporções dos opositores de Rheingantz.

Mesmo imigrantes que não fossem comerciantes na Europa poderiam, depois de um certo tempo na nova terra, acalentar pretensões de desenvolver atividades comerciais, pois, tomando por referência a evolução colonial descrita por Paul Singer (1977, p. 159), em sua análise sobre o Rio Grande do Sul, depois de ultrapassar a fase de desmatamento e da agricultura de subsistência, os núcleos coloniais atingiam a expansão agrícola que permitiria a posterior especialização, tendo em vista a comercialização (que o autor chama de fase 3). Rheingantz poderia estar monopolizando para si e sua família uma evolução que em outros núcleos coloniais ocorria de modo diversificado. O diretor não controlava somente o comércio (ou o preço dos produtos) durante os primeiros momentos da imigração em São Lourenço, mas, também, o transporte de mercadorias e a venda e

¹⁰⁰ Esta configuração mudaria lentamente, talvez pela própria força da revolta, mas não podemos deixar de acrescentar que vários comerciantes começaram a se estabelecer no caminho para o porto de São Lourenço e no próprio porto, onde mantinham comércios, que ficaram conhecidos como “casas de exportação”. Com o passar dos anos, os colonos foram completando o pagamento de suas dívidas e não precisavam mais comercializar seus produtos em troca da quitação da dívida que tinham com Rheingantz. Assim, os colonos começaram a reunir várias famílias, que em carroças, se dirigiam pessoalmente até Pelotas para comercializarem os produtos coloniais. A tardia instalação de moinhos na colônia (acreditamos que a instalação do primeiro moinho de grande porte ocorreu em 1865-1866) também contribuiu para o esfacelamento do monopólio do empresário Rheingantz, que não se aventurou neste tipo de negócio.

distribuição de produtos manufaturados ou industrializados, como tecidos e móveis, por exemplo.¹⁰¹

Outra característica dos acusados era tentar mostrar que ninguém sabia do movimento e que a manifestação era espontânea, sem algum tipo de articulação anterior por parte dos colonos; mas tal proposta, na maior parte das vezes, se evadia devido às contradições dos depoimentos destes acusados, pois todos acabaram revelando os motivos que despertaram a ira dos colonos. Por outro lado, as autoridades, chefe de polícia ou delegados não exploraram a existência de possíveis organizações anteriores ao protesto, as quais originaram as correspondências ao Governo, quase dois anos antes da revolta, e que seriam as responsáveis pela instalação do destacamento policial na colônia, em novembro de 1867, para acabar com os rumores que percorriam as picadas, na tentativa de diminuir as tensões entre colonos e Rheingantz.

As contradições, em alguns momentos, são evidentes, principalmente, nas declarações de Decker. Em uma das questões feitas a ele, o Chefe de Polícia Gama e Mello questionou quais seriam as pessoas mais ativas no movimento e Decker respondeu-lhe que não sabia e “que todos tinham igual desejo de se entenderem com o empresário”; logo após, mudando o tom da pergunta, Gama e Mello perguntou quem eram os colonos mais ouvidos e respeitados, tentando reconhecer na resposta os verdadeiros líderes da revolta, mas Decker apenas afirmou “que um dos mais ouvidos e considerados na reunião, foi ele respondente, que exortando os companheiros para não levarem a efeito aquelas ameaças serviu de muito a Rheingantz e a mulher”, ajudando a escrever os papéis, que leu aos colonos para que eles fossem embora. Mas, percebendo que apesar de mostrar que teve papel de interlocutor entre Rheingantz e os colonos, o que seria um aspecto positivo, Decker estava se incriminando, concluiu a resposta declarando finalmente “que em geral todos os colonos mostraram a mesma influência”.¹⁰²

Um dos interrogatórios mais interessantes é o de José Pons, que mescla um tom provocativo, culminando com alguns momentos de ironia. Pons afirmou que não possuía

¹⁰¹ Podemos comparar a evolução econômica da família Rheingantz (investidores coloniais, comerciantes, e, por fim, industriais) e seus investimentos no eixo Pelotas-Rio Grande com a evolução e influência, em especial referida por Singer (1977, p. 165 a 167), exercida por Henrique Ritter Filho, A. J. Renner e Frederico Mentz, em Porto Alegre, grandes comerciantes que expandiram suas atividades ao ramo industrial, promovendo a industrialização da capital do Rio Grande do Sul a partir da exploração do comércio nas colônias e com investimentos na área colonial do Vale dos Sinos e do Caí (empresas de transportes, pequenas indústrias, comércios em geral) e, portanto, promovendo uma industrialização ligada às “consequências da colonização alemã”.

¹⁰² Depoimento de Jacob Decker, em 10 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p

dívidas com o empresário e que apenas queria o título de sua terra, resumindo a sua visão do movimento desta forma:

no dia em que os colonos [estavam] amotinados, em número que ele não sabe precisamente dizer, levado unicamente, *por simples curiosidade*, se dirigira para o lugar da reunião, tendo esta já começado em casa do empresário Jacob Rheingantz, que chegou mesmo a falar com [Dona] Rheingantz, que estava então muito assustada, [e] pedira a ele interrogado, para conter os colonos tumultuosos, que ele interrogado lhe respondera, que *não era mais que um simples mestre de escola, a quem nem uma influência exercia sobre os mesmos*.¹⁰³

No entanto, algumas declarações possuíam tons mais ameaçadores, é o que ocorre quando afirma “que tinha esgotado para com a autoridade do país, todos os meios possíveis, para por um cobro as injustiças de Jacob Rheingantz”.¹⁰⁴ Ou ainda, quando respondeu ao Chefe de Polícia que “para provar a sua inocência, [tinha] toda a colônia a seu favor”. Mas, na maior parte das declarações, tentava tranquilizar, *às avessas*, as autoridades e provocar o empresário. Assim, chegou a declarar que [ouviu] “dizer unicamente com o fim de assustarem a Rheingantz, *que é muito medroso*, e diziam que o matariam, e lhe incendiariam a casa, mas *pelo contrário, nada lhe fariam se ele aparecesse*”.¹⁰⁵

De forma semelhante, Christiano Thurow afirma “que não sabe [sobre o movimento de 23 de dezembro], e que *para ele foi uma surpresa*, quando soube do que havia acontecido, pois quando na véspera seguiu para Canguçu não tinha ouvido dar uma só palavra sobre o que no dia seguinte aconteceu”.¹⁰⁶ Assim, na mesma declaração ele mostrava tudo o que para ele importava: ele não sabia do movimento porque não estava na colônia, atitude um tanto suspeita pelos seus antecedentes com o diretor do núcleo.

Guilherme Könzgen narrou, em seus depoimentos, outra visão do acontecimento, e, segundo suas declarações, ele “estava em sua casa, e passaram os prussianos, estes lhe disseram que iam à casa de Rheingantz, ver se dele obtinham a satisfação de seus direitos, e que no dia seguinte, seu irmão Pedro lhe dissera que Rheingantz tinha anuído a restituir aos colonos o que demais tinha levado no preço das terras.” Era essa uma das principais acusações contra Guilherme e o irmão Pedro, que, no dia seguinte à revolta, acertaram as contas que tinham com Rheingantz, baseados nos valores combinados na noite anterior.

¹⁰³ Interrogatório de José Pons durante julgamento em 20 de junho de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p. Grifos da autora.

¹⁰⁴ Interrogatório de José Pons durante julgamento em 20 de junho de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p. Cobro: termo, fim.

¹⁰⁵ Depoimento de José Pons em 18 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p. Grifos da autora.

¹⁰⁶ Depoimento de Cristiano Thurow em 18 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p. Grifos da autora.

Quando foi perguntado sobre quais seriam os líderes do movimento, afirmou “que não [sabia], nem tem se importado em saber, pois nunca foi contra Rheingantz, com quem sempre se deu muito bem”.¹⁰⁷

Rheingantz, por sua vez, rebateu as acusações e relatou à sua maneira os acontecimentos do dia 23 de dezembro, afirmando que se escondeu porque sabia que os colonos queriam que ele se responsabilizasse pelas obrigações que contraiu com os imigrantes ainda na Europa. Relatou que foi ameaçado e coagido a assinar todo o tipo de documento para satisfazer o desejo revoltoso dos turbulentos. Quando questionado sobre a sua postura com relação à venda dos lotes, disse que sobre tal alegação dos colonos havia algumas inexatidões e que em outra oportunidade já havia apresentado às autoridades, como a do Presidente da Província, e também a Carlos Koseritz e Joaquim Müller, seus relatórios contendo explicações e procedimentos sobre estes problemas.

Joaquim Müller e Carlos Koseritz (1830-1889) ocuparam o cargo de Agente-Intérprete, principal posto de ligação entre governo e imigrantes colonizadores, ambos foram bastante respeitados e influentes na política do Rio Grande do Sul. Koseritz chegou ao Brasil em 1851, intelectual liberal, escreveu diversos livros e participou das redações de jornais do interior da Província e de Porto Alegre, e no final da carreira atuou na Assembleia Provincial (GRÜTZMANN, 2007). Koseritz e Müller atuaram como mediadores, mais reconhecidos publicamente, pois ocupavam cargos na organização do Estado.

Koseritz chegou a ir à Colônia, certa vez, ainda antes do movimento, tentando descobrir quais eram as reclamações dos imigrantes e, provavelmente, oferecendo algum tipo de ajuda, mesmo que fosse com a intenção de publicar posteriormente tais reclamações no seu jornal, pois contou a Thurow, segundo relato deste, que queria as queixas dos colonos por escrito. Entretanto, Thurow não achava que ele teria sua demanda atendida “pela geral indisposição que contra ele existia de parte dos colonos, sempre deprimidos no jornal alemão de que era ele redator, no que nenhuma publicação aceitava em favor dos ditos colonos”.¹⁰⁸ Thurow, que, portanto, tinha acesso à imprensa e condições intelectuais de se posicionar ante ela, mostrou certa ironia ao descrever a chegada de Koseritz, tratando-o como grande homem ou pessoa de muita importância, conforme este trecho de sua narrativa:

¹⁰⁷ Depoimentos do réu Guilherme Könzgen em 15 e 18 de fevereiro de 1868, respectivamente. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p.

¹⁰⁸ Depoimento de Cristiano Thurow em 13 de fevereiro de 1868. APERS Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p.

[...] estando em sua casa deitado com dor de cabeça, não se recorda em que dia, chegou a sua casa um alemão Adam Kuntz dizendo-lhe que tinha chegado o vapor de guerra conduzindo um *homem de muita importância*, mandado pelo governo para tratar com os colonos acerca dos seus negócios, e que esse *grande homem* mandava pedir-lhe para no dia seguinte aparecer-lhe na minha casa de pasto, que existe na colônia, e que prestando-se ele respondente a esse chamado no dia lá compareceu, sendo surpreendido pela presença de Carlos Koseritz.¹⁰⁹

Koseritz, mostrando-se irritado com a recepção que recebeu, questionou a posição de Thurow, mas, apesar da ponderação deste, teve seus pedidos atendidos, pois Thurow começou a reunir os colonos para um encontro com Koseritz, que acabou não ocorrendo, porque outros colonos alemães se reuniram no local onde ele estava hospedado “para correrem com ele”. O intelectual alemão conhecia a região e a empresa de Rheingantz, até porque morou em Pelotas até 1864, onde era redator de um jornal da cidade, quando se envolveu em conflitos com políticos locais, devido a sua postura enquanto opositor ao partido progressista, dominante na cidade. Após um período vivendo em Rio Grande, onde enfrentou problemas parecidos, mudou-se para Porto Alegre, naturalizando-se brasileiro, em 1865 (GRÜTZMANN, 2007).

As principais reclamações, como já vimos, aquelas que Koseritz queria por escrito, eram relativas aos lotes de terra, que geraram, por sua vez, uma variedade de conflitos ocasionalmente “varridos para baixo do tapete” ao longo dos dez anos de existência da colônia. A maior parte desses problemas eram resolvidos pelo próprio empresário ou, melhor dizendo, Jacob Rheingantz tentava solucionar parte dos conflitos com seus próprios recursos e estratégias. Por fim, o diretor reconheceu ter passado os títulos por preço inferior e que “praticou um grande erro, a cujas consequências se submete [submetia] resignado, porém que nada disto fez por proveito próprio, tendo tão somente em vista beneficiar os seus colonos”.¹¹⁰ Mais tarde, o diretor voltaria ao núcleo e retomaria suas atividades, mas muitas reivindicações não seriam sanadas nem pelos representantes do governo, nem por ele quando retornou.

Em 1869, uma comissão¹¹¹ foi nomeada pela presidência da Província com o objetivo de intermediar soluções para resolver os problemas ainda pendentes entre colonos e o empresário. A comissão elaborou um relatório sobre a situação da colônia e a sua

¹⁰⁹ Depoimento de Cristiano Thurow em 13 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p.

¹¹⁰ Declaração de Jacob Rheingantz para o chefe de Polícia, em 18 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime nº 520, caixa 006.0311. s/p.

¹¹¹ As informações referentes a essa comissão foram obtidas no Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue, enviado ao Presidente da Província, João Sertório, em 14 de agosto de 1869; e no *Quadro [esproptico] das reclamações apresentadas pelos colonos de S. Lourenço á Comm.^{ao} especial do Governo, e decisões que ellas tiverão*. AHRs. Colonização. São Lourenço, empresário, diretor, diversos. Maço 72, caixa 37.

última tarefa foi ouvir os colonos em uma reunião convocada através de um edital, que estava afixado nos principais pontos da colônia (como tabernas, por exemplo). Os trabalhos começaram em 22 de dezembro de 1869 e se estenderam até o final de janeiro do ano seguinte; nessas reuniões, o Agente Intérprete da Colonização chamou o empresário Rheingantz para conversar com os colonos, acompanhado pelo Consul da Alemanha,¹¹² que intermediou algumas conversas. Compareceram às reuniões da comissão 143 colonos, reclamando valores cobrados pelo empresário de passagens e de lotes, além da medição e demarcação dos mesmos lotes, como também sobre as delimitações das estradas de algumas picadas. Nessa época, a colônia tinha 448 lotes, distribuídos em 10 picadas.

O Agente Intérprete Lothar de La Rue também chamou alguns colonos experientes e mais “inteligentes” (para se apropriar do termo que ele utilizou) na tentativa de acalmar os ânimos, e, juntamente com um comerciante de Rio Grande (João Berger) apontado como bastante influente entre os colonos,¹¹³ acertaram os últimos detalhes da participação mais incisiva do governo provincial. O Agente Intérprete, ao ler os relatórios sobre a colônia, chegou a cogitar que:

a causa principal da desordem na colônia era em primeira linha a posição tríplice que Rheingantz ocupava na colônia, posição incompatíveis entre si e prejudiciais à manutenção da ordem. Jacob Rheingantz ao mesmo tempo era empresário, diretor e negociante na sua colônia. Se os colonos tinham de recorrer contra o empresário era ao diretor a quem devia procurar, mas que confiança podiam ter nas decisões deste, se era juiz em causa própria!¹¹⁴

Mas, considerando que Rheingantz não agiu de má fé e que se portou da melhor maneira possível ocupando estas posições, mostrou que o diretor agiu precipitadamente e “em lugar de o empresário saber neutralizar estas mancomunicações, auxiliou ele os desgostos por provocações e vexames que praticou contra os colonos bons” e assim “pretendendo mostrar uma energia mal cabida no caso, até que a indignação geral rebentou no atentado de 23 de dezembro”.¹¹⁵ A reunião foi considerada positiva, tendo resultado acordos entre as partes, principalmente, sobre as medições e demarcações de lotes e

¹¹² O Consul acompanhava de Porto Alegre as discussões sobre os problemas de São Lourenço e foi levado à colônia pelo Agente Intérprete.

¹¹³ Conforme observamos nesta parte, foram chamados pelas autoridades da Província, primeiramente, o cônsul da Alemanha, pessoa respeitável e autoridade influente e determinante para apoiar e amparar as decisões entre as partes, e também um comerciante, de Rio Grande, respeitado pelos colonos. Como podemos perceber, e como já falamos anteriormente, várias outras pessoas podem ter articulado questões com os colonos sobre a posição ocupada por Rheingantz. O comerciante referido, João Berger, pode ser antigo colono de Rheingantz, chegado a São Lourenço, em fevereiro de 1862 (POVOADORES DO RS, p. 162).

¹¹⁴ AHRS. Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de La Rue enviado ao Presidente da Província João Sertório em 14 de agosto de 1869. Maço 72, caixa 37.

¹¹⁵ AHRS. Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de La Rue enviado ao Presidente da Província João Sertório em 14 de agosto de 1869. Maço 72, caixa 37.

dívidas dos colonos. Assim, o Agente Intérprete afirmou que o novo diretor da colônia deveria possuir maior autoridade, ocupando algum cargo, como o de Subdelegado de Polícia, por exemplo.

O governo provincial criou o 5º distrito de Pelotas, que correspondia à área colonial, nomeou subdelegado o Tenente-coronel Pedro (Francisco) Affonso Mabilde,¹¹⁶ que passou a ocupar também o cargo de diretor do núcleo, mas a iniciativa não evitou novos conflitos. No início de 1870, ocorreu uma disputa entre colonos da Picada Feliz e Picada Travessão,¹¹⁷ onde os últimos construíram uma estrada entre as casas e plantações dos colonos da Picada Feliz, ignorando a estrada pública. Após xingamentos, ameaças e protestos, o diretor tratou de melhorar o caminho público, construiu pontes, aumentou a largura da estrada e mandou destruir o caminho feito pelos colonos descontentes. Affonso Mabilde mostrou-se preocupado com a falta de respeito para com as autoridades brasileiras, pois os imigrantes “entendem que não devem prestar obediência às autoridades brasileiras, não é possível que uma autoridade do país, jamais exerça as funções de seu cargo nesta colônia, toda composta, como disse, de estrangeiros” e que tal situação era “perigosa para o país”.¹¹⁸

Mabilde identificou os problemas e descobriu que os colonos foram aconselhados a “fazer o pior” por taberneiros,¹¹⁹ que despeitadamente desmereciam as autoridades nacionais. Mostrando-se irritado com a forma pela qual foi tratado, já que fora ignorada sua autoridade, tratou de processar os envolvidos, pois os colonos “de qualquer circunstância aproveitam para de uma maneira infame abusarem da hospitalidade e bondade dos brasileiros, que eles consideram e tratam como nulidades”.¹²⁰ Por fim, denunciava a situação de São Lourenço e desconfiava do futuro que a colônia teria com os desaforos de alguns alemães para com os brasileiros, para o tenente-coronel:

[era] de urgente necessidade que tais desaforos e atrevimentos daqueles estrangeiros, sejam punidos com todo o rigor da lei, e sem contemplação alguma dizem os colonos aqui, que no Brasil não há leis para eles, o que eles coligem e provão pela impunidade dos cabeças da

¹¹⁶ Pedro Afonso Mabilde (1833-1892) era um engenheiro belga, naturalizado brasileiro, que vivia no Rio Grande do Sul, onde trabalhava para o Governo, atuando em diversas colônias.

¹¹⁷ Localizadas no interior da colônia, relativamente próximas da picada sede de São Lourenço, onde funcionava a diretoria do núcleo.

¹¹⁸ Ofício do Subdelegado Affonso Mabilde ao Delegado de Pelotas, de 3 de março de 1870, com denúncia sobre tumultos em São Lourenço. APERS. Processo Crime nº 839, caixa 006.0322.

¹¹⁹ Esses taberneiros eram colonos que possuíam um pequeno comércio onde, em geral, eram comercializados poucos gêneros, como bebidas alcoólicas, por exemplo. As tabernas eram lugares de encontro dos colonos, que se reuniam para conversar e para se divertir, pois nestes lugares eram realizados jogos de cartas, que reuniam grande quantidade de colonos.

¹²⁰ Correspondência de Affonso Mabilde ao Delegado de Pelotas em 8 de março de 1870. APERS. Processo Crime nº 839, caixa 006.0322.

sedição que teve lugar nesta colônia há dois anos (em dezembro de 1867), cujas cabeças foram julgados inocentes e absolvidos pelo Júri de Pelotas, o que não teria acontecido, dizem eles (colonos) se os brasileiros não tivessem medo deles, alemães, e se não estivessem no seu direito de fazerem o que naquele tempo fizeram. Isso aqui é público e notório entre os colonos de São Lourenço.

Apesar das críticas que Mabilde fazia aos colonos de São Lourenço, ele procurou se aproximar e inserir-se nas práticas da população da colônia. Diferente dos procedimentos de Rheingantz com relação aos apadrinhamentos, o tenente-coronel Afonso Mabilde, apesar de permanecer poucos meses em São Lourenço, foi padrinho de duas crianças em novembro de 1870, sendo que um dos afilhados era filho de Cristiano Thurow, preso pelo movimento de 1867.¹²¹ Esses procedimentos podem apontar para o uso de formas tradicionais de solucionar problemas, mesmo com grupos adventícios, através das velhas relações de compadrio, presentes desde muito no país.

Como vimos neste capítulo, a situação dos colonos de São Lourenço era conturbada, passando por conflitos, por vezes violentos, gerados por disputas de terras e por administrações nem sempre transparentes, quando não francamente autoritárias, que em variadas situações, possuíam mais interesses particulares do que compartilhados com os anseios dos imigrantes. Rheingantz era visto como um intermediador fundamental entre interesses dos imigrantes e os de brasileiros. Mas sua “posição tríplice” levou-o a tomar atitudes contraditórias, criando relações de dependência, extremamente prejudiciais aos colonos. Mesmo assim, o empresário não deixou de atender as “carências” e demandas dos seus administrados, que longe das antigas formas de convivência preponderantes na Europa, necessitavam por vezes de um referencial e de auxílio em suas dificuldades ditas mais comunais.

As relações entre estrangeiros e brasileiros são em um primeiro momento mais difíceis de perceber, pois muitos colonos ficaram nos primeiros meses da existência da colônia praticamente confinados à derrubada de matos e ao começo de suas plantações. Mesmo assim, algumas ligações são passíveis de análise. Portanto, no próximo e último capítulo trataremos das relações entre imigrantes e outros habitantes locais: estancieiros, lavradores, comerciantes, escravos, entre outros, sejam eles brasileiros ou também estrangeiros, caso de alguns comerciantes italianos estabelecidos na região. Uma das propostas é tentar investigar os primeiros contatos que ocorrerem entre as levas iniciais que formaram a colônia e os moradores da Freguesia do Boqueirão.

¹²¹ Conforme Livro III de batismos da Freguesia do Boqueirão.

CAPÍTULO III

IMIGRANTES E ESTANCIEROS: AS RELAÇÕES NOS POVOADOS LOCAIS

No capítulo anterior, analisamos a convivência entre colonos e o diretor Jacob Rheingantz. Essa análise nos possibilitou perceber os problemas e os conflitos que os imigrantes enfrentaram durante o processo de colonização na região. Neste último capítulo, pretendemos abordar duas outras questões centrais, a primeira delas é referente às relações de caráter mais comunitário da vida dos imigrantes, já a segunda refere-se às relações entre colonos e demais habitantes da região. Para tanto, utilizamos novamente processos criminais e cartas, para descrever acontecimentos diversos ocorridos ao longo das décadas de 1860 e 1870.

Dividimos o capítulo em duas partes, conforme as relações que encontramos: relações entre familiares e vizinhos, com ou sem a participação e auxílio prestado por Jacob Rheingantz à comunidade, e as relações entre imigrantes e moradores dos povoados locais. Na primeira parte, selecionamos alguns casos que demonstram a convivência entre as famílias e os vizinhos, e, em alguns pontos, a participação de Rheingantz no convívio com os colonos. Neste sentido, ressaltamos que a organização social da colônia é baseada destacadamente na solidariedade familiar e de vizinhança (SEYFERTH, 1990), pela qual os trabalhos coletivos da comunidade, ou de um grupo familiar específico, são executados.

A composição das famílias se alterou da forma como era em momentos anteriores à imigração. Como vimos no primeiro capítulo, a maior parte dos núcleos familiares era composto por pais e filhos pequenos e, em alguns casos, agregavam-se os avós junto aos grupos familiares. Desta forma, o que a literatura sobre o assunto denomina “família camponesa tradicional” constitui-se como uma família de três gerações: “São três gerações (os pais, um dos filhos casados e sua prole) vivendo na mesma colônia (pequena propriedade familiar), onde permanecem também os celibatários (quase sempre mulheres)” (SEYFERTH, 1990, p. 27-28).

As instituições comunitárias étnicas são formadas pela igreja, associações, escolas e pela família, que é responsável pela transmissão e preservação dos valores do grupo. A família exerce a função de socializar os filhos como membros do grupo e “no contexto étnico o papel principal é o controle familiar sobre os casamentos, o que supõe o controle sobre a endogamia” (SEYFERTH, 1990, P. 84). Vimos, em parte, como isso pode ocorrer nas primeiras gerações de imigrantes de São Lourenço e pretendemos compreender ainda alguns pontos sobre essas relações, cruzando informações entre brasileiros e alemães.

Por outro lado, a solidariedade entre membros do grupo, seja para construir casas ou estradas, seja para criar uma comunidade religiosa, com a escolha de uma autoridade religiosa e de alguém para zelar pela educação das crianças, corresponde a um fenômeno determinante na organização mais comunitária que passa a existir nas colônias, principalmente porque:

[...] os novos grupos familiares, vicinais e, em parte, comunais que pouco a pouco se constituíam (após uma fase de desorganização social), iam preenchendo o vácuo deixado pelos poderes públicos organizando-se de maneira a resolver as dificuldades que lhes vinham principalmente da situação nova. O grupo local controlava sobretudo atividades econômicas, religiosas e educacionais que, na Alemanha cabiam a grupos mais amplos. (WILLEMS, 1946, p. 253)

Já na segunda parte deste capítulo, analisaremos aspectos gerais que envolveram os primeiros encontros entre imigrantes e os moradores do povoado do Boqueirão, sendo estes últimos, escravos, libertos, comerciantes, estancieiros ou outros trabalhadores. Nesta parte, torna-se primordial discutir as alternativas comerciais, responsáveis pelas primeiras aproximações entre os grupos. De maneira geral:

As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando “moram juntas num mesmo lugar”, quando constroem seus lares num mesmo local. As interdependências que se estabelecem entre elas como criadoras de lares, nos quais dormem, comem e criam suas famílias, são especificamente comunitárias. (ELIAS, SCOTSON; 2000, p. 165)

Entretanto, a forma pela qual as relações ocorrem podem representar um problema de grandes proporções para o desenvolvimento da análise de qualquer pesquisa, uma vez que as formas de se portar e de se relacionar, intrínsecas aos membros de um grupo, a ordem hierárquica interna dos grupos e os seus critérios, somente são “conhecidos no nível da prática social, ou em outras palavras, num nível baixo de abstração, e não de maneira explícita” (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 38). Mas, independente das dificuldades para se captar a maneira pela qual os seres se apresentam e se relacionam, entendemos que é

possível um entendimento e o desenvolvimento de uma pesquisa histórica entre as diferentes formas de se relacionar que os grupos *estabelecidos* e imigrantes mantiveram, no caso em estudo desta dissertação.

Cabe ressaltar, no entanto, que os temas constantes nos processos criminais, material que iremos utilizar, tratam de aspectos ligados a conflitos, discussões, entre outros desentendimentos e ocorrências, com maior ou menor grau de violência, ou seja, certamente trataremos de situações conturbadas, mas isto não significa que apenas trabalharemos com estes aspectos, pois, como mostraremos, alguns destes casos podem nos revelar, por exemplo, a proporção em que os vizinhos podem se auxiliar mutuamente, fator que é de extrema importância na existência das comunidades locais.¹²²

3.1 – Família e vizinhança na comunidade colonial

Como dissemos, anteriormente, a maior parte dos confrontos entre os colonos era resolvida pelo próprio Rheingantz, como ocorreu com o lote número 21, disputado por João Link e Felipe Schneid. No entanto, alguns conflitos nem sempre envolviam diretamente o diretor da colônia, que se manifestava, mesmo se não fosse o responsável, enquanto diretor, para promover a solução dos problemas que estavam afligindo os colonos. Assim, em muitos casos, a presença do empresário é manifesta. Por um lado, a autoridade e influência que Jacob Rheingantz possuía contribuía para que ele solucionasse muitos problemas e apresentasse soluções adequadas à situação dos imigrantes de sua colônia, mas, por outro lado, seus interesses e seus próprios planos faziam com que ele interferisse indiscriminadamente na vida dos habitantes de São Lourenço. Para mostrar algumas dessas situações que assolavam os colonos, selecionamos diferentes casos sobre as relações entre os imigrantes.

O primeiro deles é referente ao sueco João Gustavo Anderson.¹²³ Em março de 1864, Anderson e Hermann Köhler fizeram compras na venda de Klumb, um comércio ou taberna que funcionava no interior da colônia, que, além de bebidas, vendia alguns suprimentos básicos para os colonos, conforme mostramos no capítulo 2. Anderson e

¹²² São necessários alguns cuidados com as informações oriundas das fontes criminais, principalmente onde existem acusações mútuas e queixas entre rivais, por exemplo, mas, mesmo assim, elas podem fornecer dados indiretos. Confira BRETAS, 2002, p. 7.

¹²³ Processos contra João Gustavo Anderson. APERS. Processo Crime nº 672 de 1864, Caixa 006.0317; e APERS. Processo Crime nº 731, caixa 006.0320.

Köhler aproveitaram o tempo, durante as compras, para beber um pouco. Na volta para suas casas se dirigiram primeiramente à residência de Köhler e descarregaram dos cavalos as compras que eram do dono da casa. Anderson acusou o vizinho de roubar as suas compras e escondê-las na casa, gerando, assim, o estopim de uma disputa entre os dois, que acabou com a morte de Köhler. Embriagado, Anderson saiu a pé pelo caminho e contou a todos que estavam na estrada da picada onde morava que havia assassinado Köhler, e não escondeu os motivos do crime, como relatou Augusto Bergmann, vizinho e uma das testemunhas, ao mencionar o suposto roubo das mercadorias.

No caso de Anderson, após o crime, a autoridade policial logo foi chamada, o Subdelegado José Antônio de Oliveira Guimarães, que no ano seguinte começaria a reclamar da sobrecarga de trabalho ocasionada pelas diligências à colônia,¹²⁴ deu ordens para a prisão de Anderson e chamou os dois peritos, para realizarem o Exame de Corpo de Delito na vítima. Como ocorreu em outros processos na Colônia, o primeiro perito chamado foi Jacob Rheingantz, já o segundo, era o cunhado do diretor, José Reguli. Esta é uma prática comum da época, na falta de médicos ou profissionais da área, as autoridades recorriam às pessoas mais importantes ou instruídas da região. Rheingantz ainda prestou outros serviços às autoridades quando Anderson fugiu da colônia, o que ocorreu imediatamente após o crime. O diretor enviou uma carta para o Delegado de Polícia de Rio Grande,¹²⁵ onde comunicava o crime e indicava, conforme suas informações, que o réu Anderson tentaria embarcar no porto de Rio Grande e deixar o Brasil, indicando José Knepper, um estrangeiro, morador naquela cidade, que poderia dar outras informações sobre o foragido; mostrando, assim, que o empresário conhecia não só a região, mas os estrangeiros que moravam nela. Como dissemos, anteriormente, Rheingantz mantinha uma grande rede de relações no eixo Pelotas-Rio Grande, além de ser um reconhecido empresário e comerciante na região.

Os acontecimentos relativos ao crime cometido por Anderson não revelam apenas a violência existente na colônia, ou, ainda, o consumo de bebidas alcoólicas pelos colonos, revelam antes de tudo, as relações entre os membros da família do colono, principalmente, após a prisão de Anderson, em 11 de abril, na praia de São José do Norte. Anderson aguardava a partida de um navio inglês ancorado na região e a sua captura mobilizou policiais de Pelotas, Rio Grande e São José do Norte, além do cônsul inglês, que ajudou a

¹²⁴ Carta de José Antônio de Oliveira Guimarães ao Delegado do Termo de Pelotas José Vieira da Cunha. APERS. Processo Crime 701, caixa 006.0318.

¹²⁵ Carta de Jacob Rheingantz ao Delegado de Polícia da Cidade de Rio Grande, em 26 de março de 1864. APERS. Processo Crime nº 672, réu João Gustavo Anderson. Caixa 006.0317. p. 10v e 11.

mobilizar os marinheiros e o capitão do navio que Anderson procurou. Após receber a voz de prisão, João Anderson pediu aos oficiais que o conduziam para buscar os seus pertences no navio, onde a situação do assassino mudou, quando o capitão entregou uma carta que o réu confiou a um marinheiro pedindo que fosse destruída. João Anderson tinha 39 anos nessa época, era sapateiro, mas, conforme relatou, possuía uma colônia (lote colonial) na Picada Bom Jesus, onde morava há cerca de três anos. Antes de chegar ao Brasil, morou por algum tempo em Montevideú.¹²⁶ Ele era casado e na carta encontrada pelos policiais no navio, salva do fogo pelo capitão, contava à sua mulher tudo o que ocorreu após o crime, explicando resumidamente a sua situação e mostrando as resoluções que tomou durante o caminho.

Anderson fugiu a pé pelo mato em direção a Pelotas, atravessou rios, dormiu embaixo de árvores, sempre atento a possíveis perseguidores, policiais ou não. Após passar por Pelotas, escolheu a primeira casa do caminho para pedir comida e abrigo, onde teria encontrado uma mulher que lembrou a sua esposa, e pondo-se a chorar contou à família que o abrigou tudo o que acontecera com ele nos dias que sucederam ao assassinato. Segundo o tradutor da polícia de Rio Grande, a carta não foi terminada, pois faltava a descrição de como chegou a Rio Grande e se recebera mais ajuda da família que narrou no seu texto. Após a entrega da tradução, o Delegado de Polícia de Rio Grande Tenente-coronel Francisco da Silva Flores intimou o réu a prestar novo depoimento, onde deveria explicar os motivos da carta, porque queria se desfazer dela e porque não a acabou. Sem negar que havia matado Hermann, afirmou que estava embriagado e que brigou com a vítima, sendo atacado por ela e recebendo socos e empurrões.

Na análise do processo, percebemos que a carta escrita para a sua mulher foi importante para a decisão do júri, que absolveu Anderson, considerando o crime como legítima defesa. O promotor público recorreu da sentença e, apesar de não termos o resultado do segundo julgamento, o réu foi libertado e voltou à colônia, algum tempo depois. O fato de Anderson estar bêbado quando cometeu o crime foi outro ponto de debate no julgamento. Em seu trabalho sobre o consumo de bebidas alcoólicas e os conflitos sociais na Colônia Ijuí, Alisson Droppa (2009, p.51) argumenta que é recorrente em

¹²⁶ A trajetória de Anderson nos leva a outra questão, referente aos imigrantes com qualificações profissionais que não migravam propriamente como agricultores. Anderson migrou primeiramente para outras regiões da América, antes de se estabelecer em São Lourenço, onde, ao que tudo indica, não se adaptou à condição de colono. Por vezes, notamos que Anderson usava expressões em discussões com parentes que possuem um cunho mais político (usou termos como engajados alemães, traidores, desertores, etc), assim, não podemos deixar de notar que Anderson apresenta características peculiares. Muitos imigrantes com estas características foram atraídos para regiões de fronteira, lugares com maiores meios de locomoção e de fuga. Sobre o trânsito de imigrantes nas áreas de fronteira, confira SILVA JR., 2004.

processos criminais os réus usarem como subterfúgio o fato de consumirem grandes quantidades de bebidas alcoólicas para conseguirem um abrandamento das penas, explicando que um ato violento não podia fazer parte da sua personalidade se não fosse a ingestão de “bebidas espirituosas”. Outro aspecto que, em geral, soma-se ao rótulo de “bêbado” é a sua vinculação com outra qualificação negativa, a de “desordeiro”, formando uma singular classificação, acionada, por exemplo, para desclassificar socialmente um adversário ou qualquer indivíduo que desrespeitasse regras de conduta estabelecidas ou determinadas no interior de um grupo específico. Por mais que “o ato de beber ou de consumir bebidas alcoólicas é algo intrínseco às sociedades” (DROPPA, 2009, p. 38), algumas análises deixam esse fator de lado “para dar vazão a um repertório de acusações” e ver o ato de beber como um ato individual, “de estar bêbado”.

Por mais que estas categorias sejam acionadas, por vezes automaticamente, é preciso ter clareza de que “não é somente o fato de consumir bebidas alcoólicas que torna alguém um criminoso, um ‘bêbado’, mas sim uma ampla variedade de condicionantes que nem sempre interagem da mesma forma” (DROPPA, 2009, p. 102). Por isso, iremos examinar as ações de Anderson no interior da família e entre os outros imigrantes. Isto nos é revelado com a volta dele à Colônia, que desencadeou novas preocupações para a sua família. Em 28 de abril de 1867, o diretor da colônia escrevia ao subdelegado comunicando mais uma ocorrência envolvendo João Anderson. Rheingantz resumiu à Oliveira Guimarães os acontecimentos do dia, afirmando que Anderson tentara matar o sogro “que veio se abrigar na minha casa, tendo por várias vezes, tentado tirar a vida não só deste velho, como da sogra e de sua própria mulher; todos estes pedem a sua segurança”.¹²⁷ No mesmo bilhete, o diretor contava que Anderson já havia matado um colono e que, agora, dizia às pessoas que também mataria a ele, Rheingantz.

As afirmações de Jacob Rheingantz mostram um cotidiano violento e difícil de encontrar na documentação desse período, inclusive nos processos criminais,¹²⁸ pois existem poucas denúncias de maus tratos, violência doméstica, ou outras ocorrências de agressões entre membros de uma mesma família ou de uma residência. Nesse processo, temos a oportunidade de perceber como as relações podiam ser tempestuosas, e ao mesmo tempo, como as famílias podiam se unir para lidar com essas situações. Neste sentido, os

¹²⁷ Carta de Jacob Rheingantz ao Subdelegado José Antônio de Oliveira Guimarães. APERS. Processo Crime nº 731, caixa 006.0320. p. 4

¹²⁸ As referências aos Processos Criminais fazem parte de um levantamento realizado pela autora nos processos originados na região onde está instalada a Colônia São Lourenço, no período que compreende o intervalo entre 1830 e 1900 (aproximadamente).

imigrantes são percebidos como atores racionais, que criam “relações na base de sua própria experiência, de sua própria possibilidade e ação” (PETERSEN, 1995, p. 60). É a partir das “práticas cotidianas”, buscadas entre relações de parentesco, vizinhança, reuniões, que podemos perceber as formas de organização, de resistência e das relações sociais de indivíduos que deixaram poucas fontes de pesquisa que pudessem compreender sua realidade. É no âmbito do cotidiano que podemos confrontar, por exemplo, as condições de um mundo privado-familiar e sua relação com espaços públicos.

No final de abril, Anderson foi conduzido à cadeia de Pelotas e o delegado Alexandre Vieira da Cunha assumiu o inquérito, uma vez que a sobrecarga e os problemas familiares de Oliveira Guimarães impediam que a autoridade local conduzisse o caso.¹²⁹ Assim, devido às impossibilidades que afligiam o subdelegado, as testemunhas do caso de Anderson foram ouvidas em Pelotas, o que era um transtorno para as pessoas que deviam comparecer na cidade e para as autoridades que, em muitos momentos, acabavam sem testemunhas. O não comparecimento nos depoimentos nesse período, de maneira geral, não era punido pela Justiça, que compreendia as dificuldades de moradores de áreas mais distantes dos centros urbanos. Essa situação mudaria na década seguinte, quando as testemunhas eram ameaçadas com prisão, caso não comparecessem às intimações realizadas pelos oficiais de justiça.

A primeira testemunha a depor contra Anderson foi Jacob Rheingantz, que explicou que atravessou o caminho de João Anderson quando a família da mulher dele procurou a sua casa em busca de *proteção*. O Diretor procurou qualificar Anderson como um homem temido na Colônia, especialmente, por seus antecedentes violentos, e que sua família sofria com ameaças constantes. O empresário relatou ainda que Luiz Blank, sogro de Anderson, foi à sua casa “corrido pelo mesmo réu [Anderson], tendo a fortuna de escapar-se em consequência de vir em um cavalo superior àquele em que vinha montado o réu”.¹³⁰ Rheingantz não poupou esforços para mostrar o perigo que Anderson representava

¹²⁹ Nesse mês, falecera a avó materna de Oliveira Guimarães, Dona Ana Joaquina da Silva Santos ou Don'Ana (como era chamada e forma pela qual ainda é tratada hoje quando referida pelos moradores locais), o que provocou grandes disputas entre os familiares. Don'Ana, que chegou a ser a maior estancieira de São Lourenço, havia passado quase todos os seus bens aos genros, ainda em vida, antes da Guerra dos Farrapos, mas fizera algumas doações ao afiliado e neto Oliveira Guimarães, incluindo uma área de terras que o subdelegado vendeu a Rheingantz para ampliar a colônia. Os genros vivos de Don'Ana e seus netos eram os principais estancieiros e líderes políticos da região, e, com sua morte, a tensão entre a família retornou e velhos conflitos passaram ao topo da lista de discussões. Cabe lembrar que Oliveira Guimarães também era casado com uma neta de Don'Ana, uma de suas primas, o que aumentava seu poder de decisão dentro do círculo familiar.

¹³⁰ Depoimento de Jacob Rheingantz em 4 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 731, caixa 006.0320. p. 9 e 9v

aos seus colonos, pois ele era “temido na Colônia como um homem naturalmente desordeiro e perverso”.¹³¹ Neste sentido, Rheingantz serviu à família de Luiz Blank oferecendo proteção a ela, o que, certamente, estava incluído nas atribuições de colonizador, fundador, empresário e diretor de São Lourenço. Outro aspecto que precisa ser esclarecido neste momento é relativo ao fato que o empresário aparece em praticamente todos os processos citados, fato que não se deve a uma escolha proposital dos processos que tivessem a presença do diretor, simplesmente porque Rheingantz estava envolvido, seja de forma direta ou indireta, nos processos da década de 1860 onde havia alemães presentes.

Essa questão nos leva à discussão sobre o papel de uma liderança étnica, independente de seu campo de atuação. Para Seixas (2006, p. 33), o papel do líder, tanto dentro da comunidade quanto no espaço externo a ela, é de fundamental importância para a compreensão de sua posição, e por isso, baseado em Martiniello, Seixas estabelece quatro papéis dos líderes étnicos, nas esferas cultural, política, social e psicossocial. Os papéis dessas lideranças seriam: manter os limites étnicos da comunidade; representar a comunidade e atuar como porta voz de seus interesses, mesmo que esta função seja formada através de redes clientelares internas; a prestação de ajuda mútua; oferecer um modelo de referência; e reforçar o prestígio social da sua comunidade.

Se analisarmos as ações de Rheingantz, perceberemos que ele oferece proteção aos imigrantes, acompanha os inquéritos, clama a ajuda das autoridades, leva informações a agentes policiais, entre outras posturas que toma com relação a família de Blank. Outras atribuições podem aparecer, como no caso de auxílio na busca de alojamento, na procura de um emprego (como veremos mais à frente, no caso na criada Carolina), na disponibilização de recursos em geral, e de mediações junto ao governo ou a outras autoridades, mesmo que isto possa gerar conflitos, como vimos no capítulo 2, ou alguns privilégios restritos à liderança, como o de reconhecimento ou o de favorecimento por parte de políticos, por exemplo.

Como mencionamos no capítulo 1, Rheingantz migrou em busca de oportunidades de trabalho, depois de anos trabalhando como comerciante, montou sua própria colônia, trazendo muitos imigrantes da região próxima ou vizinha a qual morava, o que entendemos como importante fator de confiança nos vínculos estabelecidos. De certa forma, sua proeminência como líder já era, em maior grau, externa, mas, como percebemos com os

¹³¹ Depoimento de Jacob Rheingantz em 4 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 731, caixa 006.0320. p. 9v

casos que trabalhamos agora, o diretor, não somente pelo cargo que ocupava, mas, talvez, também, por sua trajetória, se mantinha como referência, visto como um líder “poderoso”, isto é, com poder legal e capacidade de proteger imigrantes desfavorecidos ou com dificuldades dentro da colônia. No entanto, esse acúmulo de papéis e a quase inexistência de outras pessoas com o mesmo poder, certamente, retardaram a oposição às arbitrariedades de Rheingantz junto aos habitantes de São Lourenço.

No conflito entre Blank e Anderson, os vizinhos também auxiliam e confortam a família, sendo várias as ocasiões em que a família teve de buscar ajuda com os vizinhos mais próximos, na tentativa de evitar conflitos mais agressivos com Anderson. Esses procedimentos tornaram os problemas dessa família em particular, conhecidos da vizinhança, públicos, na medida em que envolveu e preocupou aquela comunidade. Nesse sentido, alguns vizinhos de Blank confirmaram que presenciaram ameaças e agressões por parte de Anderson contra a sua família, e, ainda, segundo esses vizinhos, os problemas teriam começado quando Anderson descobriu que o sogro tomou posse da sua colônia e que sua mulher voltou para junto da família, sob a proteção do pai, após a sua primeira prisão em 1864. Anderson também chegou a ameaçar outro morador da colônia, Alberto Beulke, de quem pretendia comprar um novo lote de terras com a ajuda do seu sogro, mas Blank se recusou a comprar novas terras para o genro e acrescentou que tomou o lote de Anderson para pagar suas dívidas.

Depois dessa atitude, Blank, com medo de ser assassinado, passou a procurar a casa de outros colonos, para se refugiar, já o seu outro genro, Guilherme Liermann, interferia nos conflitos da família, para abrigar em sua casa a esposa e até um irmão pequeno de Anderson. Notamos que a família de Blank estava intimamente ligada ao patriarca Luiz. Chegados, em 1861, Luiz e a esposa tinham quatro filhos, sendo que era a filha mais velha quem estava casada com Anderson. Em 1867, a filha mais nova já havia casado com Liermann e os dois filhos do sexo masculino possuíam suas próprias plantações e auxiliavam o pai. Todos os filhos moravam e estavam próximos de Luiz Blank. Neste caso, temos a configuração da conjuntura colonial que “tem características fortemente patriarcais, pois a autoridade do pai é indiscutível, principalmente quando dispõe sobre a economia doméstica e a herança da terra.” (SEYFERTH, 1990, p. 28). O conflito nessa família envolve, portanto, o rompimento de Anderson, primeiro e mais velho genro de Blank, com a autoridade e com a posição ocupada pelo sogro, que ajuda os filhos, cuida, regula e organiza as suas vidas.

Se lembrarmos o que argumentou remotamente Willems (1946, 254), “a

reorganização social dos imigrantes envolvia a elaboração de um sistema de normas capaz de orientar a conduta dos imigrantes e, principalmente, de seus descendentes”, perceberemos que Blank está cumprindo um importante papel ao gerenciar a sua família, pois está compartilhando e ensinando condutas aceitáveis aos filhos e genros. Tais condutas e normas, que não são explícitas, nem fáceis de identificar historicamente, regulam a forma de agir dos grupos. Queremos dizer que, em nosso entendimento, Anderson não foi aceito pela família Blank, nem cumpriu os papéis que eram dele esperados, enquanto genro, o que é mais uma característica desfavorável para o imigrante João Anderson, que, assim, não conseguiu tornar-se membro da rede de relações dessa família, nem se estabelecer em redes de vizinhança e de amizade no interior de São Lourenço.

Uma das testemunhas que depôs contra Anderson foi Manoel Silveira Duarte, que era um dos colonos não alemães da colônia São Lourenço. Manoel era português de nascimento, tinha 47 anos na época, morava no núcleo, desde 1859, e mantinha boas relações com o diretor e com os vizinhos, tanto que também acabou envolvido indiretamente no conflito entre a família de Anderson, pois presenciou a perseguição a Luiz Blank até a casa de Rheingantz, no fim de abril, e ajudou a levar Anderson para a subdelegacia.¹³² De maneira geral, entre os alemães que estão nos processos analisados, a maioria sabia ler e escrever em alemão, ou no mínimo, sabia assinar o nome, o que representa um estágio de extrema importância nesse período, tanto para alemães quanto para nacionais. Silveira Duarte não sabia ler nem escrever, nem assinar seu nome, diferentemente dos outros depoentes. Como de costume, alguém assinava o depoimento *a rogo* daquele que depôs, em geral, pessoas que assistiam às declarações, e no caso de Manoel, Rheingantz assinou o depoimento por ele, mostrando, mais uma vez, que estava acompanhando todos os detalhes das histórias que envolviam os colonos. Ainda neste capítulo, falaremos um pouco mais sobre Silveira Duarte e sobre os colonos nacionais da Colônia São Lourenço.

João Anderson, por sua vez, negou ter ameaçado o empresário de morte e acusou as testemunhas de estarem mentindo por causa de Jacob Rheingantz, pois, segundo ele, todas dependiam do diretor, que estava empenhado em comprometê-lo.¹³³ Notamos, no entanto, que uma das explicações para a suposta perseguição que Anderson mencionava,

¹³² Depoimento de Manoel Silveira Duarte em 4 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 731, caixa 006.0320. p. 13. Manoel afirmou que enganou Anderson para que este o acompanhasse até a subdelegacia.

¹³³ Interrogatório do réu João Gustavo Anderson em 15 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 731, caixa 006.320. p. 20v.

aparece quando Beulke afirma que ele se refugiava na casa de um professor após as brigas com o sogro. Não foi citado o nome desse professor, mas um dos poucos professores, nessa época, sem ligação com Rheingantz, era, justamente, um dos principais opositores do empresário, José Pons. Anderson pode ter compactuado dos ideais do grupo de opositores de Rheingantz, o que pode ter sido um dos motivos para as acusações proferidas por ele de que todas as testemunhas dependiam do diretor e, conseqüentemente, eram suspeitas em suas opiniões. O imigrante não foi pronunciado pelo Promotor Público por crime de tentativa de morte, pelo qual tinha sido denunciado, já que o seu crime era de ameaças de morte, o que prejudicou a denúncia e a qualificação do réu no processo.

Anderson continuou vivendo na colônia e a descrição de sua participação na revolta de 1867 não foi significativa, pelo contrário, deixou várias lacunas nas atividades que pode, ou não, ter realizado durante o movimento.¹³⁴ Em 3 de fevereiro de 1868, uma semana antes do início dos depoimentos dos acusados de liderarem a revolta, Anderson faleceu, após mais uma briga na colônia, desta vez, o conflito ocorreu com o vizinho Alberto Bergmann. Dias antes, Anderson teria provocado e ameaçado Bergmann, que teve de fugir de casa, procurando um dos inspetores da colônia,¹³⁵ para se queixar de Anderson. O inspetor Fernando Nickel, vizinho dos envolvidos, aconselhou que, se Anderson retornasse, os vizinhos deveriam dar voz de prisão a ele, chamando o inspetor para prendê-lo. Anderson voltou, armado de um facão, para ameaçar Bergmann, que foi socorrido pelos vizinhos, que juntos tentaram conter Anderson com paus e porretes. Um dos vizinhos acertou uma pancada na cabeça de Anderson, vindo este a falecer no mesmo dia.

Anderson foi sepultado e o caso só foi investigado por conta da presença do Delegado de Polícia de Pelotas, Alexandre Vieira da Cunha, que preparava a chegada da comitiva comandada pelo Chefe de Polícia da Província, que se dirigia à colônia para investigar a revolta de 1867. Os dois processos criminais, da revolta e do assassinato de Anderson, tramitaram paralelamente, sendo o de Anderson presidido pelo Delegado Vieira da Cunha, que imediatamente ao saber de sua morte, ordenou ao subdelegado local que

¹³⁴ Segundo vários depoimentos de testemunhas e réus do processo que investigou a revolta de 1867, Anderson era opositor de Rheingantz, mas não teria provocado mal ao empresário durante o movimento, e que havia sido assassinado dias antes dos depoimentos, sem maiores detalhes sobre o ocorrido. Notamos que os colonos mantiveram relativo silêncio com relação a seu assassinato. APERS. Processo Crime nº 520. Caixa 006.0311.

¹³⁵ Esses inspetores estavam subordinados à direção da colônia, não às autoridades brasileiras, confira discussão no próximo subcapítulo.

exumasse o corpo de Anderson para proceder ao auto de corpo de delito.¹³⁶ Foram acusados sete colonos pela morte do imigrante, um deles, cunhado do assassinado, mas nenhum deles relatou quem foi o autor da pancada que levou Anderson à morte. Todos os acusados processados foram absolvidos da acusação de assassinato.¹³⁷

Conflitos entre colonos não são incomuns, mas poucas disputas, nesse período, que compreende os primeiros anos de São Lourenço, transformaram-se em processos criminais. Já mencionamos o fato de que Rheingantz trabalhava internamente para dissipar focos de conflitos e garantir a “ordem” na sua colônia. Por outro lado, algumas confusões entre os imigrantes ficavam entre as partes envolvidas e as autoridades policiais locais, especialmente, com o Subdelegado Oliveira Guimarães, o qual era profundamente envolvido com os assuntos da colônia. O cargo de subdelegado que Oliveira Guimarães exercia contribuía para manter a ordem, conforme a vontade do diretor colonial, como ocorreu, em 1864, quando parece ter eclodido outro movimento armado contra Rheingantz, desta vez um pequeno aglomerado de colonos descontentes tentou atacar o empresário, sendo liderados por Thurow, que acabou preso durante alguns dias. O conflito foi resolvido na esfera local e sem a produção de inquérito ou investigação, também não encontramos informações sobre a possível detenção do colono.¹³⁸

Em 1865, o colono João Deterich levou seu problema à Justiça, quando denunciou seus vizinhos Christiano Thurow e Pedro Rickes por estragos e perdas na sua lavoura, provocados pelos animais soltos dos acusados. Deterich parece ter procurado conversar com os vizinhos, com o diretor e, finalmente, ao apresentar sua denúncia na subdelegacia, pretendia chegar a uma solução, mesmo que sua avaliação do dano causado fosse um tanto elevada, cerca de 200 mil réis. Oliveira Guimarães ouviu as 5 testemunhas da parte, mas não demonstrou interesse no problema, uma vez que não produziu nenhum auto ou levantamento dos estragos nas plantações, motivo pelo qual ele próprio não aceitou a

¹³⁶ O Subdelegado Vicente Vieira Braga afirmou estar com graves incômodos de saúde e impossibilitado de proceder ao exame, realizado, finalmente, dias depois. Pela ação do tempo e por falta de profissionais habilitados, o subdelegado desistiu de exumar o corpo e baseou o referido auto nas respostas de duas testemunhas que sepultaram o imigrante, uma delas, era o inspetor Fernando Nickel. As informações sobre o assassinato de Anderson foram retiradas do processo que investigou o crime. APERS. Processo Crime 771, caixa 006.0321, p. 8 e 8v.

¹³⁷ Este resultado poderia ser diferente se, por exemplo, fossem encontradas mais escoriações no cadáver de Anderson durante o corpo de delito. Como referimos, o subdelegado Vieira Braga não mostrou interesse no crime, pois liberou o enterro de Anderson e somente apareceu para exumar o corpo do falecido dias depois, impossibilitando conclusões eficientes sobre as condições em que ocorreu a morte do colono.

¹³⁸ Depoimento de Jacob Rheingantz em 18 de fevereiro de 1868. APERS. Processo Crime 520, caixa 006.0311. s/p.

denúncia, arquivando o processo.¹³⁹

Esse caso, que no primeiro momento parece um problema simples entre vizinhos, tem outro alcance, pois essas pequenas rixas, além de contaminarem as relações entre os colonos até que conflitos mais violentos acontecessem, escondiam alguns problemas administrativos, tratados, posteriormente, na revolta de 1867, como a falta de marcação dos lotes e, em uma visão mais ampla, as formas como o processo de colonização privada se operava, pois era o próprio Rheingantz quem promovia as demarcações. A colocação de cercas foi uma das acusações que o diretor fez contra os revoltosos de 1867, que teriam tomado a liberdade de fazer as demarcações por conta, o que segundo ele afrontava sua autoridade.

Na questão da invasão do gado nas plantações de Deterich, apesar da participação de uma das inimizadas de Rheingantz, o diretor não se posicionou, nem se manifestou sobre o problema, mantendo distância das questões que envolviam a exata demarcação dos lotes, bem como da construção das estradas das picadas, estas últimas, quando resolvidas pelos colonos, tinham resoluções por vezes desastrosas, como ocorreu, em 1870, no Travessão Feliz, quando os colonos desistiram de esperar a marcação da estrada e resolveram marcar a estrada pelas plantações de vizinhos (o que forçou Mabilde, diretor interino, a resolver o problema, por conta dele, sem autorização do empresário para pagar as pontes e os trabalhos de construção da estrada e a indenização das plantações dos envolvidos).

O apoio de Oliveira Guimarães foi enfraquecendo ao longo da década de 1860 e, após a ocorrência da revolta de 1867, Rheingantz parece mudar suas estratégias, pois, na década seguinte, começamos a encontrar documentos sobre ordens de despejo, por exemplo, como a de Henrique Seiffert, em 1874, referida no capítulo 2, o que não ocorria antes, quando o empresário expulsava por sua conta quem não pagava os valores pelas terras compradas, como analisamos no caso de Schneid, no capítulo anterior.¹⁴⁰

Por outro lado, vimos que Rheingantz também auxiliava alguns colonos, como ocorreu no caso envolvendo os familiares e vizinhos de Luiz Blank, quando atendeu as demandas requeridas pela Justiça, acompanhando testemunhas a depor, assinando seus depoimentos, passando informações para os delegados e lançando mão da sua rede de relações para a captura de Anderson, quando ele esteve foragido. Assim, Rheingantz agiu

¹³⁹ APERS. Processo Crime nº 681, réus Christiano Thurow e Pedro Rickes, ano 1865, caixa 006.0317.

¹⁴⁰ Conforme: Processo Crime nº 1015, réu Henrique Constantino Seiffert, ano 1874, caixa 006.0328. e Processo Crime nº 520, ano 1868, caixa 006.0311.

de maneira enérgica para repelir a ação dos chamados “desordeiros” e, no mesmo sentido, não poupou esforços para promover a satisfação das necessidades dos “bons colonos”, termo que o próprio diretor utilizou para se referir a colonos tidos como “pacíficos”, “ordeiros” e trabalhadores. Selecionamos outro caso para mostrar a união entre vizinhos e a comunidade, assim como a intervenção ou auxílio de Rheingantz. Cabe ressaltar que nesse processo, os acusados, um casal de colonos, foram tratados e caracterizados com uma qualidade fundamental, a de serem bons trabalhadores.

O casal era formado pelo marido Fernando, que já estava doente, e pela esposa Henrieta, que estava no fim de uma gravidez. Eles foram “cuidados” pelos vizinhos, em especial, pelas vizinhas, que passavam as noites com a mãe, ajudando posteriormente com o recém-nascido e estando sempre presentes com a família. Essas mulheres apenas não foram chamadas a depor no processo que ocorreu mais tarde, o que era comum nesse período. Outros vizinhos eram recrutados para auxiliar no trabalho de lavoura ou para recolher lenha, por exemplo. Durante os momentos mais difíceis da família, Rheingantz enviou dois colonos de sua confiança para ficarem com o casal, mais tarde enviou médico à casa e tratou de auxiliar como pudesse a Justiça no episódio que ocorreu com a família Fich, em abril de 1867.

Os vizinhos da Picada Harmonia e o diretor acompanharam durante alguns meses as perturbações que afligiram o casal Fernando e Henrieta Fich¹⁴¹ e, preocupados com a situação de demência pela qual passavam marido e mulher, permaneceram vigilantes, guardando o sono e a segurança da família, por várias noites, o que não foi suficiente para evitar a morte do filho recém-nascido. Em 21 de abril, a mãe “sofrendo de um estado de alienação mental” matou o filho de apenas cinco dias de vida, sepultou o corpo e desenterrou por mais de uma vez o filho, tentando amamentá-lo. A investigação e a descrição da situação dos pais, Fernando e Henrieta, não revelam apenas detalhes sobre o cotidiano desses colonos, mas apresentam reflexões essenciais para discutirem-se as crenças e o convívio de imigrantes nas mais diversas realidades, que vivenciaram no interior de um mundo rural.

Alguns meses antes do nascimento do filho, o pai, Fernando Fich, começou a apresentar atitudes “estranhas”, conforme os vizinhos, e acabou por tornar-se mudo, não pronunciando mais nenhuma palavra. Por várias vezes, foi socorrido por esses mesmos

¹⁴¹ Fernando e Henrieta tinham a mesma idade, 30 anos, eram naturais de Vogelhager, na Prússia, e moravam havia 3 anos na Colônia São Lourenço. Em 1864, ano em que a família chegou à colônia, o casal tinha dois filhos: Joana e Francisco, que teriam em 1867, 7 e 5 anos, respectivamente.

vizinhos que o surpreenderam aos gritos, sem conseguir explicar o que lhe afligia. A mãe, grávida, sofreu com o estado debilitado de saúde do marido, e, assustada, começou a ter alucinações, cometendo o infanticídio, que não negou, em suas declarações.

As testemunhas que se apresentaram à Justiça tinham em comum o fato de serem quase todas vizinhas umas das outras, além de serem prussianos e protestantes, eram homens adultos e casados, que conheceram a família na viagem ao Brasil.¹⁴² O primeiro a depor foi Carlos Timm, que contou resumidamente tudo o que sabia sobre o casal, prestando um dos depoimentos mais detalhados e extensos do processo. Timm começou caracterizando a família e contando uma de suas experiências, quando teve de socorrer Fernando Fich; segundo ele, o casal sempre vivia em harmonia e “Fernando era homem *excessivamente trabalhador*, a ponto de ele testemunha, e seus vizinhos, ai observarem *que não devia trabalhar com tanto excesso*, mesmo porque, notarão que Fernando diariamente se ia tornando mais *sombrio e taciturno*, assemelhando-se a um estado de idiotismo”.¹⁴³

As declarações de Carlos Timm afirmando que o réu era uma pessoa “muito trabalhadora” já revelam o primeiro axioma para este caso, o recurso e o uso do “homem trabalhador” são frequentes e vão de encontro ao “desordeiro” e, acima de tudo, a expressão é utilizada como uma das mais importantes qualidades de um colono. Timm declara que Fich, ao passar do tempo, se tornou sombrio e que suas atitudes refletiam o fato dele estar trabalhando em excesso, pondo em risco a sua saúde. João Strehlow, outra testemunha, também comentou sobre a boa imagem que Fich mantinha na comunidade, e relatou “que a ré estava em perfeito estado de alienação mental, e que antes vivia em muito boa harmonia com seu marido, o réu, e que sabe que este era homem muito trabalhador e estimado”.¹⁴⁴ O mesmo disse Frederico Pagel, que não sabia nada do crime, mas que conhecia a família, e para ele, Fernando e Henrieta viviam “em perfeita harmonia, *que ambos eram muito trabalhadores*, e que *pelo o seu comportamento se tornaram dignos da estima de seus vizinhos*”.¹⁴⁵

Muitas pessoas, fossem amigos ou vizinhos, como o vizinho Carlos Luckow,

¹⁴² Conforme: Lista de colonos a bordo do navio Adler, cap. F. W. Schweichel, destinados a São Lourenço. Partida de Hamburgo em 3 de maio de 1864. Documento 71 - primeira lata. Coleção da Família Rheingantz. Biblioteca Rio-grandense. Documento em alemão no qual são citados 26 grupos familiares, entre eles as famílias de Fich, Bartz, Pagel, Timm, Strehlow e Luckow.

¹⁴³ Depoimento de Carlos Timm em 7 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 745, caixa 006.0320. p. 11v e 12. Grifo da autora.

¹⁴⁴ Depoimento de João Strehlow em 7 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 745, caixa 006.0320. p. 13v e 14.

¹⁴⁵ Depoimento de Frederico Pagel em 7 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 745, caixa 000.320. p. 15v e 16. Grifo da autora.

passaram pela casa dos Fich com intenção de prestar “algum serviço” à família, e na residência puderam perceber que a ré estava com sua saúde alterada, mas pouco foi descrito sobre os problemas de Fernando. O diretor da colônia também se preocupou com a situação da família e mais uma vez se fez presente, buscando auxiliar no que fosse preciso, como contou Frederico Pagel, que “passou em casa dela [Henrieta Fich] uma noite por ordem do diretor da Colônia, para prestar qualquer serviço à ré, assim como todas as noites já ficara algum de seus patrícios”.¹⁴⁶ Frederico Bartz, um dos mais velhos a depor, na época com 50 anos de idade, também esteve na casa a mando do diretor e realizou serviços no lote, em geral, esses serviços diziam respeito ao corte de lenha, e de pasto, e ao trato dos animais.

Como amigo, Carlos Timm alertou sobre os perigos que a família podia correr com o estado “de idiotismo” de Fernando Fich. Na continuidade do depoimento, Timm revela alguns momentos críticos que a família viveu, sendo sempre amparada pelos vizinhos, como ocorreu, em certa tarde, quando Fernando gritou desesperadamente, sem motivos aparentes, atraindo a atenção dos vizinhos mais próximos. Henrieta tinha “manchas denegridas” no rosto e passava a maior parte dos dias falando em Jesus Cristo. Após o parto, Timm, em companhia da sua mulher, passou a primeira noite com o bebê e Henrieta. Na noite do segundo para o terceiro dia depois do nascimento do filho, alguns colonos descobriram que o recém-nascido estava morto, que Henrieta o havia enterrado, e depois, tentado amamentá-lo.

O médico da colônia, Dr. Guilherme Hermann, chegou mais tarde juntamente com Rheingantz, que acompanhou os procedimentos legais que envolveram o caso policial. Os réus tiveram interpretes, curadores e outros auxílios legais comuns à época. O Subdelegado Oliveira Guimarães remeteu os presos à Pelotas, alegando não ter condições de tomar conta do casal, e ainda, devido ao grave estado de saúde de Fernando, que não pronunciou uma única palavra durante o processo, apesar do Delegado Vieira da Cunha declarar que tentou todos os meios para fazer o réu falar. Já Henrieta falou sobre os acontecimentos que vivenciou com sua família e se mostrou arrependida ao lembrar-se do sepultamento do filho, realizado pelos vizinhos.¹⁴⁷ A decisão do júri de Pelotas, em 22 de junho daquele ano, foi absolver a ré; apesar de considerá-la culpada do crime, os jurados alegaram que ela

¹⁴⁶ Depoimento de Frederico Pagel, em 7 de maio de 1867. APERS. Processo Crime nº 7445, caixa 000.0320. p. 15v. Pagel era o mais jovem a depor, tinha 23 anos e era o único que não morava na colônia, mas em Camaquã, podemos perceber que ele trabalhava algumas vezes para Rheingantz.

¹⁴⁷ Interrogatório de Henrieta Fich, durante julgamento, em 22 de junho de 1867. APERS. Processo Crime nº 745, caixa 006.0320, p. 43v.

sofria de um estado de alienação mental. Assim, ela e o marido foram liberados, não sabemos para onde, nem como o casal passou a viver após essa decisão, já que não havia instituições que recebessem pessoas com a saúde comprometida, uma reclamação do juiz de direito que presidiu o julgamento.

Podemos ver, ao longo da descrição do caso de Henrieta, que tanto os vizinhos quanto o diretor Rheingantz prestavam auxílio ao casal de colonos. Esse auxílio se dava de formas diversas: primeiro pelas vizinhas e amigas, que faziam companhia para Henrieta, depois com os cuidados para com o recém-nascido e a mãe; amigos da família aconselharam Fernando a cuidar de sua saúde; outros vizinhos e colonos ajudavam com as atividades do lote colonial: plantações, pequenas reformas, corte de lenha para a cozinha e o trato de animais; os vizinhos amparam e cuidam dos preparativos para sepultar o filho do casal; o diretor organiza os procedimentos legais, acompanha médico e subdelegado, além de estar com as testemunhas durante o inquérito. Assim, o auxílio e amparo dado à família Fich ocorre, de formas distintas, através das relações de vizinhança, de amizade e da posição de liderança do diretor.

A situação da família, após o fim do processo, permaneceu insolúvel. O juiz de direito que presidiu o julgamento ordenou a liberação dos réus, situação que poderia ter mudado se existisse um local que acolhesse o casal doente. Esse não foi o único caso que encontramos mostrando a dificuldade de lidar-se com imigrantes que apresentavam problemas de saúde. Nesse mesmo ano do caso da família Fich, o subdelegado Oliveira Guimarães enviou o alemão Valério Christiano para a Delegacia de Polícia de Pelotas, porque ele havia enlouquecido e vagava pelo distrito do Boqueirão “de forma indecente”.¹⁴⁸ Christiano não contou com o apoio de familiares ou de vizinhos, pois era solteiro e trabalhava no comércio de Joaquim Gonçalves Moreira, no povoado do Boqueirão (fora da colônia São Lourenço). E, como ocorreu com Fernando e Henrieta Fich, não foi possível identificar o que aconteceu com Christiano após a correspondência entre as autoridades policiais.

Além de Valério Christiano, encontramos outros imigrantes alemães trabalhando em casas comerciais fora da área colonial, questão que nos remete ao envolvimento dos alemães com os moradores do povoado do Boqueirão. Este é um dos temas do próximo subcapítulo.

¹⁴⁸ Carta do Subdelegado José Antônio de Oliveira Guimarães ao Delegado de Pelotas. APERS. Processo Criminal nº 701. Caixa 006.0318. p. 22.

3.2 – Comércio e negociantes: atividades em comum

Trabalhar no comércio, longe do controle do empresário Rheingantz, parece ser uma alternativa para alguns imigrantes alemães, especialmente, porque uma das principais características do maior povoado local, o vilarejo do Boqueirão, era a grande quantidade de casas comerciais ou vendas. E ainda, porque esta era a alternativa mais acessível para quem não pretendia trabalhar na agricultura, na condição de colono assentado em lotes de terra. De maneira geral, a participação ou aproximação entre colonos alemães e moradores locais é uma incógnita, pois são escassas as informações ou dados precisos sobre as condições de vida dos habitantes de toda a região de São Lourenço, no entanto, pretendemos reproduzir algumas situações que conseguimos avaliar.

Começaremos com o caso da imigrante alemã Carolina Jerg (ou Jörg) e da casa de negócios dos irmãos Rodrigues Soares. Carolina é uma das mulheres solteiras que estavam na primeira leva de imigrantes dirigida à Colônia, em janeiro de 1858, e não identificamos vínculo de parentesco com outros grupos familiares inseridos na colônia. Vamos acompanhar a curta trajetória de Carolina por São Lourenço e mostrar algumas relações de trabalho e a convivência com outros moradores locais. Em 1859, Carolina estava trabalhando como criada na casa de negócio de Melchior José Rodrigues Soares Junior, que mantinha esse comércio em sociedade com seu “mano” Jeremias Soares da Porciúncula.¹⁴⁹

Nessa época, Carolina tinha 18 anos de idade e trabalhava, ao que tudo indica, desde maio de 1858 com Melchior, morando na casa juntamente com os outros dois criados, a escrava Matildes e o forro Manoel, que dizia que Carolina fora alugada por seu “senhor moço” (Manoel foi escravo do pai dos comerciantes, sendo por este libertado, mas continuou trabalhando para a família). A alemã era tratada como criada branca e chamada de “alemoa” pelos patrões e demais criados¹⁵⁰ (Carolina “Alemoa”, criada “alemoa” ou “a alemoa”), e passava os dias cuidando de seus serviços, sem entender o que acontecia na casa, principalmente, porque, apesar de um ano de convivência, Carolina não falava

¹⁴⁹ As informações repassadas sobre Carolina e seu trabalho foram retiradas do processo criminal que investigou a morte de um parente dos patrões de Carolina. Melchior e Jeremias foram acusados como autores da morte do parente Isaiás José Gonçalves, ocorrida após comemorações com consumo de bebidas alcoólicas, quando os envolvidos trocaram tiros que resultaram na morte de Isaiás. APERS. Processo Crime 507. Caixa 006.0310.

¹⁵⁰ O termo aqui utilizado possuiu uma conotação pejorativa.

português, nem entendia o que lhe era dito neste idioma.

Os donos da venda, os irmãos Melchior e Jeremias, pertenciam a família Rodrigues Soares, primeiros povoadores que chegaram à região. Esta era a terceira geração da família que crescia na região, filhos e netos de estancieiros, os irmãos se dedicavam a outro ramo de atividade, mas não se distanciavam de todo dos negócios praticados pela família, uma vez que os membros desse grupo procuraram diversificar suas atividades, como consta no inventário da avó paterna de Jeremias e Melchior, aberto em 1845,¹⁵¹ que mostrou que a principal atividade dos avôs estava baseada em uma casa com quinta e arvoredos, na margem do arroio Carahá (região do porto de São Lourenço – veja anexo 2), onde a família mantinha prensa e forno de fazer farinha, além de fornos para fazer telhas, tijolos e tapumes. O pai deles, Melchior José Rodrigues Soares, foi um dos principais estancieiros da localidade, sua família era bastante numerosa e politicamente influente, chegando a ocupar alguns cargos. Jeremias, por exemplo, foi Inspetor de Quarteirão por alguns anos, esses inspetores eram nomeados pelo chefe de polícia e eram tidos como representantes da lei, escolhidos entre os partidários do subdelegado. A maioria dos inspetores ficava muitos anos no cargo, o que lhes rendia reconhecimento pelo posto que ocupavam. Esse era o caso de Jeremias, que não ocupava mais o cargo de inspetor, mas continuava sendo tratado e respeitado como tal.

A posição da família pode ser reforçada ao longo das gerações, exercer algum cargo, por exemplo, é condição fundamental para reforçar o prestígio, pessoal e familiar, e legitimar posições no ambiente onde os membros transitavam, ao mesmo tempo em que são importantes as transmissões das tradições familiares de pai para filho. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 172). Esses círculos de famílias funcionavam como “agentes propulsores”, responsáveis pela transmissão de padrões e condutas, mas, para tanto, era necessário que este círculo de convivência lhes permitisse a transmissão e reprodução de seus comportamentos (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 169). Com relação à nossa análise, isto significa que o prestígio dos cargos ocupados por essas famílias não tinha a mesma representação no interior do núcleo colonial de São Lourenço, onde os inspetores e outros representantes, como os subdelegados, não eram “bem quistos” pelos colonos.

Segundo as reclamações enviadas para o Governo da Província, os colonos alemães acreditavam que as autoridades nomeadas de tempos em tempos para essas

¹⁵¹ Inventário de Isabel Eufrásia Osória, 1845. APERS. Processo de Inventário nº 11, caixa 006.101. Isabel Eufrásia era esposa de Baltazar José Rodrigues Soares, com quem teve 6 filhos. Ela faleceu em 1839, mas, devido à Guerra dos Farrapos, o inventário só foi realizado após o fim do conflito.

funções dentro dos limites da colônia não tinham nenhuma utilidade, uma vez que eles moravam longe da colônia, não sabiam o idioma alemão e queriam se livrar de qualquer incômodo.¹⁵² Após as reclamações, as autoridades passaram a designar inspetores alemães para as funções dentro do espaço da colônia, sendo que, na maioria dos casos, os nomeados eram os donos das vendas. Segundo as explicações do governo, os alemães não teriam os requisitos necessários para atender as demandas dos cargos, como a nacionalidade, por exemplo. Entretanto, existiam inspetores alemães, nomeados por picada e ligados ao diretor da colônia, ou seja, esses inspetores não faziam parte da configuração determinada pela legislação brasileira.¹⁵³

Por outro lado, também podemos relacionar o fato de que esses cargos eram almeçados pelos líderes ou cidadãos mais influentes nos povoados porque representavam um importante meio de legitimação de poder político e/ou econômico. Assim, durante uma década, após a criação do 5º distrito, que englobou a colônia São Lourenço, ocuparam o cargo de subdelegado na região: Urbano Soares da Silva, Júlio César Centeno, Francisco Baptista Barbosa, Luiz de Castro Antiqueira, entre outros. Todos eles eram filhos de estancieiros e, a maioria, trabalhava como fazendeiro. Nenhum deles falava alemão, nem morava dentro da colônia, exceto o inspetor brasileiro José Gonçalves Moreira, que, por sua vez, parece ter mais “proximidade” com os habitantes da colônia, pois, anos mais tarde, duas de suas filhas se casariam com alemães.¹⁵⁴

Retornando à história de Carolina, mostraremos como terminou sua trajetória por São Lourenço, a partir de seus depoimentos em um processo criminal que investigou a morte de um parente de seus patrões, em maio de 1859, após comemorações no comércio dos irmãos Rodrigues Soares. Através do processo temos descrições de algumas circunstâncias da vida cotidiana desses pequenos núcleos urbanos, como, por exemplo, que

¹⁵² Abaixo assinado dos colonos contra a falta de segurança e de autoridades policiais na colônia São Lourenço, dirigido ao Presidente da Província, Dr. Américo de M. Marcondes de Andrade, em 23 de outubro de 1878. O documento é referente a crimes ocorridos no ano de 1877 e faz menção aos subdelegados e seus inspetores. AHRS. Colonização. Colônia São Lourenço. Maço 72, caixa 37.

¹⁵³ Os inspetores das picadas estavam subordinados a Rheingantz e tinham por função a conservação de estradas, a comunicação, ao diretor, de nascimentos, casamentos e óbitos, a divulgação dos editais do diretor, zelar pela frequência das crianças na escola e harmonizar pequenas alterações na ordem pública. (Rheingantz, 1909, p. 161). Já os inspetores de quarteirão, regulamentados pela legislação brasileira, podiam ser propostos pelo Juiz de Paz e nomeados pelas Câmaras Municipais, mas estavam subordinados aos delegados de polícia, e, pelo serviço prestado, ficavam livres do serviço militar de primeira linha e da Guarda Nacional, e, além disso, eram autoridades e podiam prender qualquer pessoa que os desobedecesse. Informações do código processual do Império de 1832, Capítulo 2, seção 3 – Dos inspetores de Quarteirão, e art. 204 do mesmo código (Lei de 29 de dezembro de 1832).

¹⁵⁴ Conforme os processos criminais da região de São Lourenço na década de 1870. Com relação às duas filhas de José Gonçalves Moreira, a primeira, Floripes casaria com Adolfo Pons, filho de José Pons. Já Cândida, casaria com Henrique Lautenschläger. Bispado de Pelotas. Freguesia do Boqueirão. Livro II e III de casamentos, p. 49 e 2v, respectivamente.

Carolina chamava de “amo” a seus patrões, mesma forma de tratamento que tinham alguns escravos, ou que nas reuniões realizadas estavam parentes e amigos que confraternizavam em jantares com músicas e bebidas.

Carolina, durante os dois depoimentos que prestou à justiça, estava acompanhada de Jacob Rheingantz, que além de prestar o serviço de intérprete à polícia, orientou e ajudou a imigrante. Após a morte na casa onde trabalhava, Carolina deixou o povoado e mudou-se para Rio Grande, com ajuda do empresário que mantinha familiares e negócios naquela cidade. Novamente, vemos a atuação do diretor, acionando sua rede de relações para auxiliar imigrantes. Mesmo fora dos limites da colônia, podemos ver que Rheingantz usa a influência que conquistou para, assumindo a posição de liderança que lhe cabia, auxiliar imigrantes. Mas, não queremos dizer que ele estivesse sempre envolvido com assuntos relativos aos imigrantes alemães, apesar da sua participação em muitos casos.

Como vemos, o comércio era uma alternativa de emprego para quem não estava disposto a trabalhar em uma colônia, ou para quem não tinha condições de cultivar a terra, trabalhando sozinho, por exemplo. No entanto, o comércio não era uma possibilidade de trabalho apenas para alemães, era um investimento para filhos de estancieiros e para outros estrangeiros que moravam na região, como alguns grupos italianos estabelecidos no Boqueirão,¹⁵⁵ que mantinham vendas em diversos pontos da freguesia. Entre esses italianos estavam os irmãos Vicente e Antônio Marroni, Pedro Sabino, Rafael Manzoni e Pascoal Russo. Assim, podemos avaliar que esses negócios localizados no povoado contribuía com a considerável circulação de pessoas pela região, comerciantes ou não, além de atrair muitos estrangeiros para residir no povoado.

Além dos diversos gêneros vendidos nessas vendas, e comprados por elas, alguns desses pequenos negócios ofereciam aos seus clientes um lugar para descansar ou passar a noite. Os encontros que ocorriam nas casas de comércio, entre os vários grupos que habitavam o povoado, podem contribuir de maneira significativa para o estudo das relações entre imigrantes alemães e “estabelecidos”, uma vez que estas casas eram frequentadas pela população em geral, não apenas fazendeiros ou comerciantes, como também por escravos e libertos e, posteriormente, por colonos alemães. As vendas, portanto, eram casas de grande importância social e econômica, transformando-se em espaços centrais nas

¹⁵⁵ Segundo levantamento de dados realizado no decorrer da pesquisa, estes imigrantes italianos se estabeleceram no povoado em períodos anteriores à colonização na Província tratando-se, portanto, de imigrantes sem ligação com a imigração italiana em massa registrada no final do século XIX – pós-unificação da Itália, momento no qual, o Rio Grande do Sul receberia uma expressiva quantidade de imigrantes desta etnia. Esta imigração, que ocorreu na primeira metade do século XIX, pode ser percebida em toda a região de Pelotas, o mesmo processo ocorre com grupos franceses (BETEMPS, 1999).

relações entre os habitantes locais.

Um espaço de encontro entre os moradores do Boqueirão, por exemplo, era a venda do italiano Antônio Marroni, que, entre outros produtos, fabricava pão para boa parte do povoado. Seleccionamos um caso que envolve essa venda para mostrar alguns frequentadores do local, em um episódio ocorrido na noite de 24 de julho de 1864. Nesse dia, os fregueses da venda presenciariam uma batalha entre Benjamim Cardoso Osório, estancieiro de influente família local, e Felicissino, escravo do irmão de Benjamim. Alguns dos frequentadores da venda naquela noite eram o lavrador português Antônio José Alves, o escravo Felicissino, que conversava com Pedro Sabino, italiano e sócio de Marroni, e um dos filhos do velho português Custódio da Rocha Oliveira, que identificamos como Nicolau Pedro, nascido na freguesia, em 1842, além do peão José Villela, nascido no Rio Grande do Sul. Outro presente, era o lavrador uruguaio Umbelino Rodrigues de Castro. Portanto, nesse episódio podemos ver frequentando a venda, no fim do dia, lavradores, peões e escravos, nacionais e estrangeiros.¹⁵⁶

Uma das dificuldades deste trabalho foi encontrar informações sobre a procedência dos moradores locais. Não foi possível usufruir de censos sobre o contingente populacional da freguesia, já que estes não contemplam o período analisado, nem de documentos que detalhassem a origem dos habitantes que compõem o povoado. Para tanto, resolvemos completar as descrições sobre os habitantes do Boqueirão (contando moradores do núcleo urbano, ou povoado, e das fazendas locais) usando como referência os livros de registros católicos, formando, assim, a partir de uma espécie de amostragem, a composição dos moradores por origem.

Sabemos que nem todos os moradores aparecem nesses livros de registros e que nem todos os registrados possuem algumas informações essenciais ao nosso trabalho, como as relativas a procedência, por exemplo. Por isso, nossa análise se centrou nos pais de crianças batizadas na freguesia, que, teoricamente, teriam mais chances de residirem efetivamente na região. Já as informações sobre os pais destes (avós das crianças batizadas) e dos padrinhos do batismo são incompletas, pois apenas alguns párocos registravam o nome dos avós e a sua origem, e não há uma regularidade nessas informações que permita uma análise sobre a composição desses moradores. Utilizamos o

¹⁵⁶ APERS. Processo Crime 675, Caixa 006.0317. As regiões de Pelotas e Rio Grande recebiam grande contingente de trabalhadores de países vizinhos, ou de outras regiões, seja pelo trabalho disponível nas charqueadas ou pelo grande volume de comércios realizados pelo porto de Rio Grande. Aliás, a característica portuária da região contribui para a passagem de pessoas de origem diversas por tratar-se de uma área de trânsito.

primeiro livro de registros de batismos da Freguesia do Boqueirão, que compreende os anos entre 1847 a 1858, ou seja, compreende o período de uma década antes da fundação da colônia e o primeiro ano de sua existência, contando já com os primeiros batizados de crianças alemãs. Nele encontramos 314 pais e 380 mães, sendo que destes números 20% dos homens e 19% das mulheres não possuíam informações sobre origem.

A primeira informação que encontramos, de certa forma já esperada, é que a maioria dos pais é natural da própria freguesia, pois devemos levar em consideração que o povoado começa a se desenvolver na primeira década no século XIX, sendo que, em 1807, foi construída a primeira capelinha da região, erguida pelos próprios moradores no centro da região estancieira. Em 1815, a capela já estava maior e recebia o seu primeiro padre, o que nos leva a cogitar a possibilidade de que já havia um volume significativo de habitantes. Dos números totais, 116 homens eram nascidos na freguesia ou 37% do total, contra 207 mulheres, 54% do total de mães (Confira os gráficos nos Anexos 6 e 7).

Os homens provinham de regiões mais variadas do que as mães, tanto dos pais nascidos dentro da província como em outras regiões brasileiras (para os homens confira tabela abaixo), chamando atenção os naturais de São Paulo, que somaram 12 pais. O número total de nascidos no Brasil, sem contar os que já eram nascidos na própria freguesia, foi de 86 homens, já as mulheres que nasceram no país somaram 87, sendo 3 paulistas e 1 catarinense, e o restante era natural do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 - Origem dos pais (homens) por província brasileira (exceto nascidos na Freguesia)

RS	SP	RJ	MG	SC	PE	BA	PA
63	12	1	3	4	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Livro I de Batismos do Boqueirão.

Portanto, para os homens, temos 202 brasileiros, 61 sem informação e 51 estrangeiros, ou 16% do total de pais (homens), divididos conforme a Tabela 2 a seguir, entre estes, os portugueses são maioria, mas existem outros imigrantes com um número representativo. Já as mulheres possuem uma esmagadora proporção de brasileiras, um total de 294 nascidas no Brasil (78% das mães), outras 72 não apresentaram informação para origem, e 14 estrangeiras, sendo: 5 uruguayas, 4 alemãs (as primeiras imigrantes de Rheingantz listadas), 3 argentinas, 1 francesa e 1 portuguesa.

Tabela 3 - Origem dos pais (homens) nascidos fora do Brasil

Portugal	Espanha	Itália	França	Argentina	Alemanha	Irlanda	Uruguai	Guiné
20	6	5	4	4	6	2	3	1

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Livro I de Batismos do Boqueirão

Podemos com estes resultados mostrar um pouco da constituição do povoado com relação à origem de seus moradores. Sabemos que é apenas uma pequena amostra, mas que revela alguns pontos importantes sobre a formação do povoado. A maioria dos pais é nascida na própria freguesia, há um volume considerável de pais e mães nascidos na província, mas, também, de um número expressivo de homens estrangeiros e de alguns homens nascidos em outras regiões do país. Já as mulheres tem uma origem mais regional e local. Uma possibilidade para entender porque há mais homens de outras regiões se deve à prestação do serviço militar e policial, e também às oportunidades comerciais.

Outros dados, retirados desse mesmo livro, apontam para quatro casais de origem indígena e apenas três de pais escravos. Com relação às mães, oito eram escravas e onze eram libertas. O pouco número de escravos nesse livro se dá por nele serem registrados apenas os nascidos livres, tendo existido outro livro para crianças nascidas escravas, que, no entanto, não chegou aos dias atuais. Nosso propósito com este pequeno levantamento é proporcionar uma ideia sobre o contingente populacional do povoado do Boqueirão.

Como estamos mostrando, italianos, portugueses, ou filhos de estancieiros brasileiros, mantinham negócios. Esses comércios são importantes por promoverem uma maior interação entre os habitantes da região. Esses estabelecimentos, além de venderem produtos, recebiam e emprestavam quantias em dinheiro ou trocavam mercadorias como forma de garantir negócios, independentemente da condição do freguês, pois tanto estancieiros, como moradores mais pobres do povoado, ou lavradores, negociavam nas vendas.

Da mesma forma, as trocas são importantes meios de aproximação, e não apenas se referem aos produtos, mas também às transferências de técnicas de produção agrícola, como ocorreu no litoral norte do Rio Grande do Sul, onde Marcos Witt (2001) apontou uma maior aproximação entre nacionais e colonos alemães.¹⁵⁷ Os encontros e negócios ocorridos nas vendas entre grupos diferentes podem explicar a inserção social dos

¹⁵⁷ Conforme Witt (2001, p. 108 e 85-86), os lavradores nacionais ajudaram os colonos alemães a plantarem alguns produtos agrícolas, e mais tarde, ensinaram os imigrantes a entenderem e produzirem outros produtos desconhecidos dos alemães, como a cana de açúcar. Tal aproximação entre imigrantes e nacionais não foi vista com bons olhos pelos governantes da província que mantinham uma ideia de colônia mais “fechada”, sem essas trocas.

imigrantes e a permuta entre estes e os trabalhadores nacionais. Witt demonstra a importância das vendas no litoral norte do Rio Grande do Sul, mostrando que, ocasionalmente, “os tropeiros ‘vendiam’ charque aos colonos, e estes, aguardente e rapadura àqueles” (2001, p. 86).

Existe, no entanto, uma diferença importante entre as casas de negócios do povoado e as vendas existentes na colônia. A primeira delas remete ao fato de que alguns comércios do Boqueirão eram de propriedade de filhos de fazendeiros, por exemplo, que mantinham e contribuía para a dominação político-econômica dos estancieiros na região. Para Zarth (1997, p. 175-176), “o colono escapava ao tradicional controle dos estancieiros e chefes políticos locais, que impunham ao lavrador caboclo uma sólida dominação política e econômica.” Mas por outro lado, ainda conforme Zarth, se o lavrador caboclo estava ligado ao estancieiro, o colono estava submetido ao controle econômico do comerciante. Assim, a venda é como uma instituição que permeia a vida financeira e social, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação de dependência entre vendeiro e agricultor (WITT, 2001).

Por outro lado, os colonos tinham mais chances de conseguir quebrar com as tradicionais dependências promovidas pelos interesses e pelo poder econômico dos chefes locais, ocupantes dos níveis mais elevados da política regional, o que contribuía para diminuir, pelo menos em parte, o campo de ação destes, uma vez que os colonos passaram, com certa rapidez, a projetar outras formas de negócios, como o grande fluxo de comércio dos produtos coloniais (toicinho, ovos e até galinhas) para os centros urbanos maiores, aos quais os trabalhadores brasileiros, na maior parte, lavradores pobres, desconheciam.

Entretanto, é extremamente importante ressaltar que, durante os anos iniciais da Colônia São Lourenço, pelo menos até a revolta de 1867, Rheingantz era o único comerciante de grande porte de toda a colônia, o que amplificava o seu poder exploratório sobre os colonos, que, como vimos, se distanciava, mesmo na questão dos lotes coloniais, da autonomia obtida pelos imigrantes em outras regiões. Como vimos no capítulo 2, Rheingantz mantinha o monopólio da venda de toda a produção colonial, pois era ele quem recebia os produtos, às vezes em troca do pagamento dos lotes adquiridos pelos colonos, e comercializava os referidos produtos (Confira nas tabelas a seguir dados sobre a produção agrícola e sobre a comercialização de alguns produtos nos primeiros anos da colônia).

Tabela 4 - Produção total da Colônia São Lourenço (em alqueires)

Período ¹⁵⁸	Trigo	Cevada	Centeio	Feijão	Milho	Batata
Set.1859-ag.1860	215	240	18	334	2430	900
Ag.1860-ag.1861	200	200	4	900	2600	1660
Ano de 1862	200	600	SI	960	6000	9500
Ano de 1863	500	700	200	Colheita ruim por causa da seca.	Safra sofreu estragos dos ratos.	7000
Ano de 1864	750	1050	750	960	800	13.800
Ano de 1865	1000	1400	750	3200	12000	14400

Fonte: Mapas estatísticos da colônia São Lourenço. AHRs. Colonização. São Lourenço, maço 72, caixa 37.

Parte dessa produção era vendida para outras cidades, como Rio Grande e Canguçu, bem como para Pelotas, sendo transportada até o porto de São Lourenço, para seguir viagem por embarcações através da Laguna dos Patos, sendo que boa parte do transporte era realizado pelo vapor Rio-grandense, de propriedade da família do empresário (ou de seu sogro). Em 1864, Rheingantz vendeu batatas para o Rio de Janeiro, mas, devido à forte concorrência que encontrou, acabou perdendo os valores que investiu no transporte, declarando ao presidente da província que iria concentrar as vendas no Rio Grande do Sul. Outra função do comerciante era o abastecimento da colônia, principalmente, de implementos agrícolas e de roupas e tecidos, mas infelizmente não dispomos de informações sobre os itens e quantidades de produtos que o empresário trazia para a colônia.

Tabela 5 - Produção da Colônia São Lourenço destinada à venda (Trigo, cevada, feijão, milho e batata em alqueires).

Período	Trigo	Cevada	Feijão	Milho	Batata	Galinhas	Ovos - dúzias
Set.1859-julh.1860	65	60	160	1050	360	230	320
Ag.1860-ag.1861	200	80	600	1500	620	200	200
Ano de 1862	100	200	700	3800	7000	1600	800
Ano de 1863	Consumo interno		Colheita seria em jan.64	Consumo interno	4500	800	200
Ano de 1864	Consumo interno		Sem informações			2500	8600
Ano de 1865	Consumo Interno		3000	8000	8000	5000	25000

Fonte: Mapas estatísticos da colônia São Lourenço. AHRs. Colonização. São Lourenço, maço 72, caixa 37.

¹⁵⁸ Observações: em 1862, a colheita de feijão e a segunda plantação de batata do ano foram prejudicadas pelo excesso de chuva e do frio. A partir de 1863, os valores estabelecidos para a colheita de trigo, centeio e cevada são aproximados. Rheingantz afirmou que, em 1865, os preços elevados da batata e do milho não incentivavam o plantio de algodão e fumo.

Por outro lado, as cidades de Pelotas e de Rio Grande formavam o principal eixo econômico do Rio Grande do Sul nesse período, a economia local baseada na produção e comercialização do charque e do couro dominou o Rio Grande do Sul até o fim do século XIX. Com o crescimento da região norte da província, de colonização alemã, através de um extenso processo de ocupação, do desenvolvimento da agricultura e, do posterior incremento da agricultura comercial, o norte toma a posição hegemônica do sul. Segundo Singer (1977, p. 164), a importância dos grandes comerciantes da região colonial foi significativa, pois foram “vendistas” alemães que reuniram o excedente da produção de subsistência dos colonos, através do escambo, realizado antes da fase da agricultura comercial. Além disso, esses mesmos comerciantes compravam produtos coloniais, vendiam artigos importados, dominavam o transporte nas regiões e passaram a investir em pequenas indústrias, que se desenvolveram com maior força no fim do século XIX.

Para Singer (1977, p. 170-174), o início da industrialização tem seu centro em Pelotas-Rio Grande, antes da década de 1890, e não em Porto Alegre, que se tornaria o maior pólo industrial somente após a primeira guerra mundial. Neste sentido, o autor ressalta o importante papel exercido pelas empresas Rheingantz no sul gaúcho para a consolidação dessa posição e, particularmente, notamos que Rheingantz agia no seu pequeno centro de colonização como os “vendeiros alemães” a que Singer se refere. Entretanto, Rheingantz manteve um monopólio comercial em São Lourenço, assemelhando-se ao controle comercial-econômico exercido por estancieiros, retardando, de certa forma, o surgimento de outros grandes comerciantes, como ele próprio.

O comércio podia ser uma alternativa, mesmo que temporária, para alguns imigrantes que já chegavam endividados, pois era um meio alternativo para conseguir recursos, aumentando os pequenos rendimentos dos lotes coloniais nos primeiros tempos de plantio, além de contribuir no sustento de famílias com muitos integrantes. Homens mais jovens ou solteiros, por exemplo, trabalharam em comércios locais, como mencionamos no segundo capítulo o caso do imigrante Fernando Nickel, e outros, construíam seus próprios comércios, como Jorge Dietrich, imigrante alemão trazido por Rheingantz, que possuía um dos primeiros negócios localizado no caminho que ligava a colônia ao porto de São Lourenço.

Mais tarde, outros imigrantes aproveitaram para promover o comércio com outras localidades através de embarcações pela Laguna dos Patos, como Fernando Englert, Pedro Timm e a família Ritter, que vinha de São Leopoldo, com capital próprio, para se instalar na região do porto de São Lourenço. Carlos Ritter, por exemplo, comercializava lenha,

comprada, até de proprietários brasileiros, nas estâncias locais, para revender o produto.¹⁵⁹ Essa seria uma alternativa ao monopólio comercial de Rheingantz, seja pelo comércio de tábuas ou pelo de lenha. O próprio empresário intermediou o comércio de 28 mil achas de lenha, em 1860; já em 1865 foram comercializadas 240 mil achas de lenha.¹⁶⁰

Portanto, ao longo do tempo, e com as pressões geradas pela revolta de 1867, Rheingantz parece perder seu monopólio; em 1874, por exemplo, existiam pelo menos 16 comércios, somente na área ocupada da colônia, uma vez que não foi possível precisar o número de casas comerciais que existiam nos limites do povoado, nem no período anterior, nem no posterior à chegada dos imigrantes de Rheingantz.

Escapar do monopólio do empresário Rheingantz não foi tarefa fácil, mas ele não foi o único responsável pela existência de um sistema exploratório, presente na região de São Lourenço, principalmente, aquele vivenciado por pequenos lavradores submetidos ao controle econômico e social de alguns expropriados locais. Cabe analisar algumas questões sobre a comercialização de terras, por mais que não seja interesse desse trabalho avaliar o tema especificamente. Não trabalhamos nesta dissertação com transmissões ou transações de imóveis, o que nos daria mais informações sobre o processo de aquisição de terras, mesmo considerando a presença de posseiros sem legalização das propriedades na Serra dos Tapes, onde se instalou a colônia.

Em primeiro lugar, constatamos que alguns camponeses de origem portuguesa ou brasileira compraram lotes de Rheingantz e se estabeleceram na colônia, escapando da configuração das estâncias, que permitia a instalação de agregados e lavradores submetidos ao controle do fazendeiro. Um colono nacional que se fixou na colônia foi Manoel Silveira Duarte, que criou seus filhos no núcleo colonial, sendo que alguns deles aprenderam a falar alemão e serviam de intérpretes, entre brasileiros e colonos alemães.¹⁶¹ No entanto, a compra de lotes por não-imigrantes alemães não era comum na colônia e, às vezes, até proibida em núcleos do governo. Manoel Silveira chegou ao povoado do Boqueirão antes da construção da colônia, casou e levou a mulher, os filhos, as irmãs e dois cunhados para

¹⁵⁹ Sobre as vendas e as atividades realizadas pelos comerciantes em zonas de colonização alemã ver Witt, 2008, em especial, p. 174 e seguintes. Marcos Antônio Witt avalia vários serviços prestados pelos vendedores, como o empréstimo de dinheiro a juros, o comércio de madeiras, a venda de animais, etc. (p. 190 a 195).

¹⁶⁰ Mapas estatísticos da colônia São Lourenço de 1860 a 1865. AHRS. Colonização. São Lourenço, empresário, diretor, diversos. Maço 72, caixa 37.

¹⁶¹ Um dos filhos de Manoel que sabia alemão era José Maria Duarte. APERS. Processo Crime nº 1166, réus João e Adão Henes, caixa 006.0335. Em 1886, Manoel acabou brigando com um vizinho que teria destruído uma estiva de sua propriedade, sendo ferido no confronto, apesar da presença do subdelegado local. Notamos ainda que Manoel se envolvia, juntamente com outros colonos, nas lutas judiciais da década de 1880 para legalizar lotes de terra, depondo para comprovar a legalidade, ou não, da posse dos prazos coloniais.

morarem na colônia e, até 1860, parece ser o único colono português de São Lourenço, já o restante de sua família era brasileira.¹⁶²

Outro colono nacional era Gregório Carvalho Fernandes, que adquiriu um lote ao lado das terras de José Pons e da futura Igreja de Santa Cecília. Gregório Fernandes casou uma filha com imigrantes alemães e parece ter admitido algumas práticas dos alemães, pois encontramos seu túmulo no cemitério de Santa Cecília, com a lápide escrita em alemão. Fernandes é o único colono que não tem origem alemã sepultado no local, próximo da filha e do genro.¹⁶³ Certamente, estes não foram os únicos nacionais a viverem na colônia, mas são exemplos da capacidade de aproximação entre nacionais e alemães.¹⁶⁴

No entanto, devemos considerar que havia outras opções para adquirir terras na região, apesar das condições não serem muito favoráveis para pequenos lavradores. Entre 1857 e 1858, Oliveira Guimarães, usando de toda a sua rede de relações e de seu prestígio, tentou transferir a sede da freguesia do Boqueirão, que ficava mais próxima do núcleo colonial, para um pequeno povoado que ele estava construindo em uma faixa de terras doada por ele mesmo, junto à Fazenda de São Lourenço, que apesar do nome comum, ficava mais distante da colônia São Lourenço (Confira Anexo 2). Nesse lugar, chamado de porto (ou de praia – referência à costa litorânea da Laguna dos Patos), Oliveira Guimarães conseguiu reunir alguns moradores e construir um porto fluvial (no Arroio São Lourenço, que desemboca na Laguna dos Patos e, na época, cortava suas terras) para receber os imigrantes alemães. A ideia do Subdelegado era incentivar o comércio e ampliar o vilarejo com a venda de novos terrenos desmembrados da sua propriedade. Um relatório do padre Francisco Theodório de Almeida Leme para o governo provincial, em 1858, expôs a

¹⁶² Conforme o Mapa Artístico da população colonizadora da colônia São Lourenço desde 1º de setembro do ano p. p. até hoje. Enviado pelo diretor Jacob Rheingantz ao Governo da Província em 1859. AHRs. Colonização. São Lourenço, empresário, diretor, diversos, maço 72, caixa 37. De acordo com os livros de batismo do Boqueirão, Manoel era natural da Ilha do Faial e teria casado no Boqueirão por volta de 1849, se estabelecendo na colônia ainda em 1857, antes da fundação oficial do núcleo.

¹⁶³ Na lápide consta a inscrição: “Hier Ruth in Gott Gregorio Fernandes geb. 17.April.1843 gest. 12.April.1900.” Acreditamos que Fernandes fosse casado com Catarina Seus, suas filhas Luiza Constância e Júlia casaram-se com descendentes de alemães. As informações são de: APERS. Processo nº 144, força nova, ré Sociedade Santa Cecília, ano 1903, caixa 006.0220; Livro de Casamentos do Boqueirão III, p. 68; e Cemitério Católico de Santa Cecília.

¹⁶⁴ Em 1860, havia 11 “não-alemães” morando na colônia, no entanto, no mapa populacional de 1859, que é uma relação nominal, esses membros são assinalados como pertencentes à família de Manoel, composta por 10 pessoas. No entanto, a mesma relação nominal de 1859 mostra que havia 24 crianças nascidas em São Lourenço que eram filhas de alemães e que não foram assinaladas nas estatísticas de 1860 como brasileiras. No ano seguinte, constam 23 brasileiros nas estatísticas da colônia, entre colonos nacionais e filhos de alemães nascidos em São Lourenço, ou seja, Rheingantz não estava assinalando os nascidos no Brasil como brasileiros, o que confunde a análise dos números, se compararmos nominalmente os moradores. Conforme os mapas da população e produção da colônia São Lourenço para os anos de 1859, 1860 e 1861. AHRs. Colonização. São Lourenço, empresário, diretor, diversos, maço 72, caixa 37.

situação social da freguesia, do povoado e dos primeiros moradores da colônia, e foi uma das ferramentas que o governo utilizou para entender se a transferência da freguesia iria prejudicar ou auxiliar os moradores locais.

Resumidamente, o cônego Almeida Leme mostrou aos governantes a situação de pobreza vivida pelos moradores da região. Segundo ele, após a guerra farroupilha, a falência e a morte de muitos moradores que podiam levar ao crescimento do povoado fez com que a freguesia entrasse em decadência econômica e social. O padre reclamou que os moradores não respeitavam as autoridades, nem a ele, padre, pois até sepultamentos eram realizados na frente das casas, desrespeitando a religião, de tal forma que chegou a pedir ajuda das autoridades policiais para que cessassem essas afrontas. Mostrou, segundo relatos dos mais velhos, que os fazendeiros se uniram e escolheram aquele lugar, o exato centro de uma região de estâncias, para construir uma capela, e que, depois de doações desses estancieiros, muitas pessoas se arrancharam ao redor da igreja, formando o povoado.

Se, em outros momentos, a pobreza geral da freguesia fazia com que as pessoas fossem favoráveis à transferência da sede para um lugar com possibilidades maiores de comércio e de acesso, já que as estradas foram melhoradas, apenas em 1857, para receberem os colonos, a instalação do núcleo colonial alterou a opinião do padre e de outras autoridades. Para Almeida Leme:

a Igreja [mística] de Jesus Cristo é para edificar, e não para destruir, máxime que se achando a Colônia do Rheingantz tão perto, que os colonos todos os dias de preceito vem a pé assistirem as missas paroquiais, não se há de agora mudar a Freguesia para o aqui há pouco tempo tornar-se criar nova paróquia por causa daquela colônia, e quase mil almas de habitantes da distancia de uma légua ao redor, que pela necessidade de todos, estariam sempre a reclamar pela antiga Freguesia.¹⁶⁵

Nesse relatório, temos a confirmação de que, no mesmo ano da fundação do núcleo, os colonos percorriam *a pé* o trajeto que separava a sede da freguesia das primeiras picadas da colônia, para, junto dos moradores locais, assistirem às missas (confira o Anexo 2). Assim, ao mesmo tempo em que a colônia atendia as demandas e projetos de Oliveira Guimarães, trazendo bons negócios para o seu porto, barrava suas intenções mais políticas de trazer a sede da freguesia para a vizinhança da sua propriedade. O padre Almeida Leme reconheceu que a perspectiva dos negócios na parte portuária de São Lourenço traria bons resultados e trabalho para “a gente”, mas se preocupava com a exploração dos moradores

¹⁶⁵ Relatório do cônego Francisco Theodório de Almeida Leme ao presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 24 de outubro de 1858. AHRs. Clero Católico, Paróquias. Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. AR09. Maço 18.

mais pobres, pois na Freguesia do Boqueirão “há [havia] terrenos para a pobreza edificar suas habitações, sujeitas a algum arrendamento, e não em S. Lourenço onde o dono não os dará grátis”.

Portanto, Oliveira Guimarães também loteava terrenos e pequenos lotes para quem pudesse comprar, por isso, alguns comerciantes, imigrantes e lavradores, de origens variadas, foram se estabelecer na região do porto de São Lourenço. A atitude de Oliveira Guimarães oferecia uma alternativa à proposta de colonização de Rheingantz, além de impor um tipo de concorrência. Talvez essa possa ser uma das hipóteses para a pequena quantidade de nacionais vivendo na colônia.¹⁶⁶

Mesmo com todas as possibilidades geradas pelo comércio em geral e pelos negócios da colônia, a principal atividade econômica era a produção de charque e a criação de gado, e, intrínseca a ela, a concentração do poder econômico, político e social nas mãos dos estancieiros. E estes, por sua vez, estão ligados a famílias e suas redes restritas de relações. As famílias “estabelecidas” ao longo do distrito apresentam características peculiares. A maior parte dos grupos mantinha casamentos entre si havia, pelo menos, duas gerações e buscava estreitar os laços através dos apadrinhamentos. Os compadres formavam uma complexa rede que envolvia não somente as relações de família, como também trocas de favores, empréstimos financeiros e apoio político, além de algumas cobranças que, muitas vezes, levavam a desentendimentos. Era nessas redes que os imigrantes alemães encontravam maior dificuldade de penetração. Um exemplo de relações pode ser o comerciante alemão Otto Franz.

Franz mantinha negócios e amizade com estancieiros, e com a parentela deles, na costa do Rio Camaquã.¹⁶⁷ Na maior parte das vezes, Franz era convidado para os encontros que ocorriam em embarcações no rio, a maioria com a marcante presença de “bebidas espirituosas”. O imigrante frequentava o iate¹⁶⁸ de Antônio Gomes de Faria e a venda de João Emílio, um imigrante espanhol, cunhado de Antônio, juntamente com os demais estancieiros locais: Policarpo José de Freitas, Bernardo dos Reis Padilha e José Laura de Resende Filho, todos eles compadres. No entanto, apesar das relações de amizade, o

¹⁶⁶ Essa informação refere-se aos documentos do diretor da colônia, pois, repetimos, não avaliamos nessa pesquisa a compra e venda de terras entre imigrantes e demais moradores locais a partir dos registros de tabelionatos. Um exemplo da utilização deste material pode ser obtida na análise proposta por Witt (2008). O autor avalia alguns investimentos na comercialização de lotes coloniais; sugerimos, em especial, as páginas 142 e seguintes.

¹⁶⁷ APERS. Processo Criminal nº 692 e 706 da caixa 006.0318. Processo Criminal nº 740, caixa 006.0320.

¹⁶⁸ O iate é um veleiro com, mais ou menos, 18 metros de comprimento, possuindo dois mastros e pesando de 20 a 30 toneladas. Essa embarcação era muito utilizada por moradores da região, principalmente, para o transporte de mercadorias (COSTA, 1999, p.65-67).

convívio não era sempre pacífico, como informou o estancieiro João Baptista de Carvalho, antigo Juiz de Paz do Distrito, ao dizer que Otto Franz “tinha a língua cumprida”, o que o colocava no centro de várias brigas.

Assim, nos encontros frequentados por Franz, era frequente a ocorrência de conflitos. Em um dos encontros, realizado na venda de João Emílio, o alemão Otto Franz embriagado, tentou esfaquear José Laura e acabou acertando o estancieiro Manoel Soares da Silva e uma criada deste. Tempo depois, se desentendeu com o filho de João Baptista de Carvalho e, conseqüentemente, com o pai, que deu uma surra em Franz, com um relho, durante um almoço no iate de Gomes Farias. Apesar de tantos conflitos, Otto Franz e os demais fazendeiros continuavam se entendendo ou pelo menos mantendo relações.

De maneira geral, as redes dessas famílias, que chamamos “antigas famílias”, se formam ao longo do tempo, a partir da transferência de poder econômico, prestígio e influência política entre várias gerações desses grupos. Por exemplo, Manoel Soares da Silva era integrante da terceira geração dos Soares da Silva, e, a maioria dos outros, eram filhos dos primeiros estancieiros da localidade, exceto João Emílio, imigrante espanhol, que conseguiu se inserir na rede da família Gomes de Faria através do casamento. Cabe ressaltar que a rede parental vai além dos limites da residência ou dos vínculos de sangue, uma vez que os parentescos podem ser criados por alianças e relações fictícias, como casamento ou compadrio (HAMEISTER, 2003). Mesmo assim, há dificuldades para imigrantes, alemães ou não, penetrarem essas redes familiares específicas, pois:

Em muitos casos, ninguém que não pertença ao círculo dos detentores do monopólio consegue penetrar nele sem o consentimento destes. E, dado que alguma forma de monopólio está sempre na origem e é a condição de eles perpetuarem sua singularidade por gerações, como um grupo de “famílias antigas”, só lhes é possível continuar a existir como tal enquanto têm poder suficiente para preservar esse monopólio. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 169)

Apesar da coesão existente entre alguns membros de grupos familiares locais, os imigrantes alemães conseguiram ao longo do tempo estabelecer e fortalecer as relações com os moradores da região, ampliando, paulatinamente, os círculos de envolvimento. Trabalhamos neste capítulo com algumas situações em que se deram esses primeiros contatos, bem como, a forma pela qual muitos colonos se relacionavam entre si, nos limites coloniais.

Podemos perceber, ao longo dos casos escolhidos para mostrar as convivências entre os grupos e os seus membros, que a composição dos moradores do Boqueirão é diversificada e que os imigrantes conseguem se inserir em pequenas frentes e, através de várias formas, tentam se agregar a círculos mais restritos de relações, um exemplo é o

comércio, pois, mesmo que os negócios atraíssem mais a estrangeiros, era necessária a inserção e a circulação pelas redes de famílias “estabelecidas” para acessar esse ramo de negócio, porque, por mais que sua criação independesse do apoio das “antigas famílias”, ela ainda carecia de ligações estratégicas que possibilitassem seu sucesso e garantissem sua realização. Ou seja, de um ambiente que propiciasse condições positivas de instalação para comerciantes estranhos à comunidade.

Outra forma de avaliar a inserção dos grupos seria através de uma análise das suas escolhas matrimoniais. Como vimos no capítulo I, a primeira e segunda geração de migrantes, pais e filhos vindos da Europa, procurou formar redes com outros imigrantes em condições semelhantes. Por outro lado, notamos na Freguesia do Boqueirão, que, por mais que casamentos entre moradores locais e imigrantes tenham se realizado, como mostramos as ocorrências com as filhas de José Gonçalves Moreira, a incidência desses matrimônios foi pequena. Talvez isto se deva à irregularidade dos registros encontrados nos livros e, também, devido ao grau impreciso de uniões não registradas nesse período.

Apesar dessas lacunas nas fontes documentais, podemos apontar para um grau de proximidade entre moradores da freguesia e colonos alemães, como notamos no relato do Padre Almeida Leme ao mencionar que colonos estavam presentes às missas, o que motiva reflexões e estudos. Mesmo que os brasileiros não se relacionassem ou soubessem os nomes dos imigrantes, alguns já eram conhecidos nos primeiros momentos da colônia. Caso de Cristiano Thurow que conversava sobre política até com Antônio Francisco dos Santos Abreu (quando este passava pelo núcleo colonial), um dos principais estancieiros e políticos da região, tio e genro de Oliveira Guimarães.¹⁶⁹

Portanto, apesar da colônia ser afastada de outros povoados e, ao longo do tempo, ter sido considerada uma colônia “isolada”, podemos ver que a aproximação dos imigrantes alemães dos moradores locais ocorreu de várias formas, possibilitando sua inserção numa comunidade multiétnica e com complexas formas de organização, por vezes, “fechada” e centralizada, tanto no âmbito econômico-político, quanto no social.

¹⁶⁹ Conforme: Depoimento da testemunha Antônio Francisco dos Santos Abreu. APERS. Processo criminal nº 520, caixa 006.0311, s/p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa partiu da ideia de estudar a inserção dos primeiros imigrantes da Colônia São Lourenço, estabelecidos na região a partir de 1858, no intuito de investigar as suas origens, a sua composição e os seus primeiros relacionamentos com a população já existente na região. Além disso, pretendíamos estabelecer uma discussão sobre a influência desses grupos no desenvolvimento da identidade alemã de São Lourenço do Sul. No entanto, ao longo da pesquisa os estudos sobre a composição da população moradora da freguesia foram ganhando amplitude e dividindo espaço com a personalidade de Rheingantz, que, ao revelar a sua grande influência na vida dos colonos, recebeu maior atenção do que era planejado.

Assim, percebemos a necessidade de explorar os momentos iniciais da constituição da colônia e os encontros de imigrantes com pessoas estabelecidas na região. Notamos que não existiam estudos sobre este tema, nem sobre esse período, e muito pouco era conhecido acerca das realidades da vida dos moradores e povoadores de São Lourenço. Também as pesquisas sobre outros assuntos (como a formação das estâncias), tendo como lócus essa região, na segunda metade do século XIX, são bastante escassas. Desta forma, esperamos que esta dissertação também contribua para ampliar o número de estudos historiográficos de campos como da história agrária, para citar um exemplo, área de pesquisa que tem se mostrado bastante dinâmica no Rio Grande do Sul. Quanto ao já extenso campo de estudos de imigração, esta pesquisa poderá contribuir por focar uma realidade cuja especificidade, se já era conhecida, ainda não tinha sido estudada em alguns aspectos que esperamos ter conseguido desvendar.

São Lourenço, pela posição isolada assumida por Rheingantz, se caracteriza como um caso específico de ocupação colonial no sul do Brasil. Ao dominar posições tão diversificadas (mentor do projeto colonial, detentor do cargo de diretor do núcleo, proprietário de terras, comerciante, industrial) e sequer disputar o papel de interlocutor junto aos colonos com mediadores religiosos – que, via de regra, assumiam tais posições (SEIDL, 2007) –, Rheingantz absorveu em si as três fases que Singer atribui ao processo

de expansão colonial.¹⁷⁰ Algumas comparações são geralmente realizadas entre Jacob Rheingantz e o Dr. Hermann Blumenau (OBERACKER, 1967; RHEINGNATZ, 1907; COARACY, 1957; IEPSEN, 2008), também caracterizado pelo forte protagonismo de um líder,¹⁷¹ mas, contudo, como alguns autores já explicitaram,¹⁷² Rheingantz se distancia do Dr. Blumenau justamente por carecer do papel promotor do conjunto de imigrantes que, sem referendar o discurso laudatório da historiografia oriunda de Oberacker (1967), certamente era visível no caso do fundador da principal colônia catarinense.

Mas São Lourenço não desperta interesse histórico apenas por suas particularidades. Apresenta também várias características comuns com outras situações de colonização, como pode ser visto pelos diálogos com pesquisas anteriores a esta. A colônia São Lourenço foi uma grande área de colonização particular, fundada em meados do século XIX, que manteve suas características agrícolas e uma proximidade, mesmo que pequena, com a população já estabelecida, o que também foi sentido em outros núcleos do Rio Grande do Sul. Como vimos, os conflitos oriundos do processo de colonização, tais como os problemas relativos à distribuição e legalização de terras, divergências com diretores, que mantinham administrações não muito transparentes, foram comuns nas áreas coloniais do sul do Brasil, como ocorreu na região de Brusque, em Santa Catarina, analisada por Giralda Seyferth (1999).

Ao concluir este trabalho reconhecemos que a pesquisa deixou em aberto alguns pontos. O primeiro deles trata da rede de relações do Subdelegado Capitão José Antônio de Oliveira Guimarães, importante personagem local, líder político da região, estancieiro, construtor do povoado do porto de São Lourenço e financiador do núcleo colonial. A dificuldade de encontrar fontes documentais sobre a vida, a família e as relações mais íntimas de Oliveira Guimarães levaram a pesquisa a não explorar sua posição e condição de liderança na freguesia. Outro ponto que ficou sem desenvolvimento nesta pesquisa foi o estudo sobre os matrimônios entre os vários grupos, uma possibilidade que acreditávamos poder mostrar de forma mais incisiva as manifestações e escolhas grupais. Novamente, a

¹⁷⁰ Segundo Singer (1977, p. 159) as colônias passavam por três fases de expansão colonial: a primeira fase correspondia ao desmatamento e a agricultura de subsistência, a segunda fase se caracterizava pela expansão agrícola e exportação de excedentes, e a terceira, correspondia à especialização agrícola, tendo em vista a comercialização.

¹⁷¹ O Dr. Blumenau emigrou para o Brasil no fim da década de 1840, permanecendo dois anos no país. Mais tarde, retornou ao Brasil e fundou em 1850 uma colônia de imigrantes em Santa Catarina, que recebeu o nome de São Paulo de Blumenau, hoje município de Blumenau. Em 1860, o Dr. Hermann Blumenau repassou o núcleo colonial para a Província de Santa Catarina, assumindo o cargo, remunerado pelo Estado, de diretor da colônia, até 1882, quando retornou à Alemanha. O Dr. Blumenau era considerado uma das mais influentes lideranças alemãs do sul do país, promovendo e divulgando aspectos culturais dos imigrantes.

¹⁷² Uma discussão sobre estas comparações pode ser conferida em Iepsen, 2008.

condição das fontes, esparsas e muitas vezes incompletas, não permitiu uma análise em profundidade do tema, pois teríamos que pesquisar casais e famílias, a partir de inventários e de cemitérios, e usar de outros meios genealógicos que, somados, além de serem custosos, levariam considerável tempo e esforços, para que fossem concluídos os cruzamentos de dados, tarefa que poderia comprometer o restante do trabalho, já que este era apenas um ponto a ser investigado e não o todo da pesquisa.

Mas, apesar desses problemas, o trabalho avançou, permitindo uma abordagem variada pelas condições que permearam a vida colonial e sua significativa existência na região solidamente formada por povoadores luso-brasileiros. Neste sentido, a utilização das informações contidas em processos criminais foi fundamental para investigarmos o contingente populacional que formou o povoado do Boqueirão e suas condições de vida e de relacionamento. Os processos contêm ricas e raras informações sobre o cotidiano e as formas pelas quais moradores de lugares remotos interagem. A natureza de suas narrativas tornou possível a realização da pesquisa sobre os moradores do Boqueirão e da colônia São Lourenço, uma vez que é um dos poucos materiais que pode revelar a situação de pessoas que não deixaram outras fontes documentais possíveis de análise histórica.

Acreditamos que este trabalho contribuiu para esclarecer algumas questões que envolveram a chegada e o estabelecimento dos colonos alemães no delicado e decisivo momento da construção da colônia, ao mesmo tempo em que propõe uma investigação sobre povoadores e formadores dos pequenos lugarejos do interior do Rio Grande do Sul (momento anterior ao período de colonização alemã). Mostramos, com relação a este último ponto, que muitos povoadores eram lavradores, sem grandes recursos, e estrangeiros. Desta forma, contribuimos também com os estudos que avaliam a formação multiétnica do interior gaúcho, cujos efeitos só se tornaram mais visíveis, posteriormente, quando se ampliou o processo de urbanização, aumentando os contatos interétnicos.¹⁷³

Esperamos também ter contribuído para mostrar os modos diferenciados de acesso à terra e a postos-chaves na economia, como os comerciais. Neste sentido, a participação dos moradores locais nas vendas e negócios pode apontar para outra leitura da convivência entre os grupos locais, mesmo antes da inserção dos imigrantes alemães. O caso de São

¹⁷³ A região de Pelotas, de maneira geral, recebeu grande contingente de estrangeiros que cruzavam a área portuária e de fronteira. Muitos deles se fixaram na região formando associações mais organizadas, como as sociedades de auxílio mútuo, principalmente, no final do século XIX e início do século XX. Sobre o trânsito de estrangeiros nas áreas de fronteira e sobre organizações de auxílio mútuo confira SILVA JR., 2004. Em São Lourenço foram criadas, no início do século XX, duas organizações escolares de caráter religioso, no entanto, Silva Jr (2004, p. 93) não as considerou como associações mútuas, apesar de apontar para esta possibilidade.

Lourenço mostra tanto práticas comunitárias quanto agudos conflitos nessa disputa pelo espaço físico e social. Também mostra que essas disputas, que podemos chamar de “econômicas”, não estão desvinculadas de aspectos culturais, como as diferenciações étnicas que acompanham as diferentes posições sociais no contexto local, e de aspectos políticos, pois a colônia de São Lourenço foi instalada numa região onde lideranças políticas tradicionais já haviam constituído rede de relações de poder que não deixaram de afetar e serem afetadas pela nova configuração social que se processou com a vinda dos imigrantes. O que pode ter sido melhor visualizado com a aproximação, e o posterior distanciamento, entre Rheingantz e Oliveira Guimarães, pois, primeiramente, para dar calor aos interesses de ambos, eles organizaram uma sociedade, que mais tarde, atrapalharia os planos de desenvolvimento e de crescimento dos projetos de cada um.

Conhecer esse ambiente muito diverso também ajuda a compreender os desdobramentos posteriores, fornecendo aos historiadores de outros períodos instrumentos para interpretar tais processos. Como, por exemplo, os discursos do século XX que construíram as imagens dos fundadores coloniais, a de Rheingantz e a de Oliveira Guimarães, as perseguições aos alemães da colônia, durante as guerras mundiais, que também serviu para aflorar antigas rixas entre os moradores de diferentes origens, ou, ainda, as complexas relações entre os grupos pomeranos, que atualmente discutem sua identidade e representatividade enquanto grupo étnico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Egon Ziegell de. *Aconteceu no Sobrado*. Contos da história de um povo da Lagoa dos Patos. . s.n.t.

ALVES, Francisco das Neves. *Fontes documentais para o estudo da história do Rio Grande do Sul no acervo da biblioteca rio-grandense: a coleção Rheingantz (Levantamento parcial)*. IN: *Biblos*, Rio Grande, n. 12, 2000. p, 49-64.

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ASSMANN, Jan. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*. n. 65, Cultural History/Cultural Studies. Spring-Summer, 1995. Tradução John Czaplicka. p. 125-133. Disponível em: www.jstor.org/stable/488538. Acesso: 08.04.2008.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. *O povoamento do território do rio grande do sul/brasil o oeste como direção*. *Revista digital Estudos Historicos – CDHRP*, Agosto 2009, nº 2, ISSN: 1688 – 5317. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/vera_maciel.pdf Acesso em: 20/02/2010.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BETEMPS, Leandro. Aspectos da colonização francesa em Pelotas. In: *História em revista*. Pelotas, v. 5, Dez-1999. ISSN 1516-2095.

BETEMPS, Leandro; JACOTTET, Alda Maria. *Povoadores de Pelotas/RS. Freguesia de São Francisco de Paula (1812-1825)*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2006.

BRETAS, M. L. As empadas do confeitiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v.15, nº 1, p. 7-22, jan/jun 2002.

COARACY, Vivaldo. *A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957.

COHEN, Abner. *O homem bidimensional*. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *The Lessons of Ethnicity*. IN: SOLLORS, Werner (ed.). *Theories of Ethnicity. A classical reader*. New York: New York University Press, 1996. p.370-384.

COSTA, Jairo Scholl. *Navegadores da Lagoa dos Patos*. A saga náutica de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul: Ed. Hofstater, 1999.

_____. Origens históricas do município de São Lourenço do Sul. IN: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL. *Livro do centenário 1884-1984*. São Lourenço do Sul: CORAG, 1984.

COURLET, Beatriz Azevedo. *Identidades em uma zona de fronteira : a região do prata no período colonial*. Anais eletrônicos da Segunda Jornada de História Comparada/FEE: Porto Alegre, out. 2005. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-03.pd"das/2/h4-03.pd](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-03.pd). Acesso em: 20/02/2010.]

DROPPA, Alisson. *Consumo de bebidas alcoólicas e conflitos sociais: a construção dos bêbados criminalizados para o estudo da formação social da colônia Ijuí (1890 a 1920)*. São Leopoldo, PPG-História/UNISINOS, 2009. 137p (dissertação de mestrado)

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio Janeiro: Zahar Editor, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, PPG-História Social/UFRJ, 2007. 421p (tese de doutorado)

FAZITO, Dimitri. *A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade*. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf. Acesso em 21.03.2011.

FAZITO, Dimitri. *A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação*. Seminário da Associação Brasileira de Estudos Populacionais: As famílias e as políticas públicas no Brasil. 21-22 de novembro. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/DimitriFazito.pdf>. Acesso em 31.03.2011.

FENTON, Steve. *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FERREIRA Maria Leticia Mazzucchi, HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e

reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*. FFyL – UBA, n 30, p. 137–154, 2009. Disponível em: http://74.125.155.132/scholar?q=cache:amzcBXsglUkJ:scholar.google.com/+Jacob+Rheingantz&hl=pt-BR&as_sdt=2000 . Acesso em 23/03/2010.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001.

GANS, Herbert. Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. (1979) IN: SOLLOR, Werner (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996. p. 425-459.

GRÜTZMANN, Imgart. *Notas de pesquisa. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890)*. In: *História Unisinos*. 11(1):123-133, Janeiro/Abril 2007.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária - UFPel, 2004

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo do espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Na pia de batismo: Estratégias de interação, inserção e exclusão social entre migrantes açorianos e a população estabelecida na Vila de Rio Grande através do estudo das relações de compadrio e parentesco fictício (1738-1763)*. IN: www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abph_2003_91.pdf Acesso em 17 de junho de 2007.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. 280 pg.

JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. IN: MAUCH, Cláudia e VASCONCELOS, Nara. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: EdULBRA, 1994. P. 139-147.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder. História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KREUTZ, Lucio. Escolas de imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. IN: MAUCH, Cláudia e VASCONCELOS, Nara. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: EdULBRA, 1994. p. 149-161.

KOLLING, Nilo Bidone. A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS. Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (2006). Entre vales e serras: fronteiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. p. 867-892. CD-ROM – ISBN: 987.85.61598.01.3

LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm

LANDO, Aldair e BARROS, Eliane. Capitalismo e Colonização. Os alemães no Rio Grande do Sul. IN: Dacanal, José H. e Gonzaga, Sérgio. *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MERTZ, Marli. *As origens de um sistema agrário singular no Rio Grande do Sul*. Textos para discussão da Fundação de Economia e Estatística/RS. Porto Alegre, set 2008 n°. 40. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/040.pdf>. Acesso em: 20/02/2010.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zelia; TRUZZI, Oswaldo (orgs). *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221.

MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Ed. Bels/IEL, 1974.

NEVES, Ilka. *Canguçu/RS. Primitivos moradores, primeiros batismos*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1998.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2007.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1925.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios na historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs).

Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiência. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: EdUFRGS/EDUNISC, 1995. p. 49-66.

PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social.* *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. IN: *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade.* São Paulo: UNESP, 1998.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna.* Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pg. 9-21.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmassom. *Jacob Rheingantz (1817-1877).* Fundador da Colônia de São Lourenço. Seus ascendentes e descendentes. Separata da Revista Genealógica Brasileira. São Paulo, II Ano, n. 4, 1941.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. 2 v.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista.* Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Núcleo de documentação Histórica. v. 7, n 1, dez. 2001.

SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: DEMARTINI, Zelia; TRUZZI, Oswaldo (orgs). *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas.* São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 13-51.

_____. *Imigração e cultura no Brasil.* Brasília: Ed. UNB, 1990.

_____. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). *Violências no tempo da globalização.* São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.

_____. Grupo Étnico. IN: SILVA, Benedicto. (org) *Dicionário de Ciências*

Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 530-531.

_____. Etnicidade. IN: SILVA, Benedicto. (org) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 436.

SEIDL, Ernesto. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. *Anos 90*. Porto Alegre, PPG-História, UFRGS. Dezembro de 2007. v. 14, n. 16, p. 77-110.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñez. Modelos de liderazgo en comunidades emigradas. Algumas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). IN: Bernasconi, Alicia e Frid, Carina (ed.) *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgo (1880-1960)*. Buenos Aires: Editaral Biblos. 2006.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977. (2ª Ed)

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THUM, Carmo. *Educação, história e memória: silêncios e reivindicações pomeranas na Serra dos Tapes*. Tese (Doutorado em Educação). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009. 384 p.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. *Immigration Reconsidered. History, sociology, and Politics*. New York: Oxford University Press, 1990.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão de terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 55-63.

TRUZZI, Oswaldo. *Redes em Processos migratórios*. IN: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008. pg. 199 a 218.

ULLRICH, C. O. As colônias no sul do Rio Grande do Sul. IN: *História em Revista*. Pelotas: UFPEL, Núcleo de documentação histórica, v.5, 1998.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Ed. UNB, 2004. V 1, 4º Ed.

WEBER, Regina. A construção da “origem”: os “alemães” e a classificação trinária. In:

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FELIX, Loiva Otero. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002. p. 207-215.

_____. Grupos Étnicos, Estratégias étnicas. IN: SIDEKUM, Antonio, ARENDT, Isabel, GRÜTZMANN, Imgart. *Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo*. São Leopoldo: Nova Harmonia / Oikos, 2008. p. 235-255.

_____. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória: universidade Federal do Espírito Santo. n. 18, 2006. p. 236-250.

_____, BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. *Cadernos do CEOM*. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó/SC. Ano 23, n. 32, jun. 2010. p. 347-369. Disponível em: <http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/77/Show>

Toc

WEBER, Roswithia. Características do contexto de valorização de elementos coloniais na formação do turismo. IN: SIDEKUM, Antonio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel C. (orgs.). *Campos Múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo*. São Leopoldo: Ed. Oikos, 2008.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: INL, 1980 [1946].

WITT, Marcos. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITT, Marcos. *Política no litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840/1889*. São Leopoldo, PPG-História/Unisinos: 2001 (dissertação de mestrado).

WOORTMANN, Ellen F. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: *Horizontes Antropológicos – Relações interétnicas*. UFRGS-IFCH Ano 6, nº 14. 2000. pp. 205-238.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL:

Relação dos Colonos Chegadas e Destinos que Tiveram, Códice-299.

Relatório do cônego Francisco Theodório de Almeida Leme ao presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 24 de outubro de 1858. AHRS. Clero Católico, Paróquias. Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. AR09. Maço 18.

Mappa dos Casamentos, Baptismos e Obitos das pessoas livres como captivas que tiverão lugar na Freguesia de N. S. da Conceição do Boqueirão desde 1º de Janeiro até 30 de Junho de 1854. AHRS. Clero Católico. Paróquias. Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. AR 09. Maço 18. 1853-58.

- Coleção Terra e colonização. Agente de Colonização em Anvers. Steinmann e Cia, anos 1858-1864, maço 33, caixa 19.

Lista de embarque no navio Charles Rogier, em 28 de maio de 1861;

Lista de embarque no navio Hädely Vicars, em 10 de setembro de 1862.

- Coleção Terra e colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37.

Abaixo assinado dos colonos contra a falta de segurança e de autoridades policiais na colônia São Lourenço dirigido ao Presidente da Província Dr. Américo de M. Marcondes de Andrade, em 23 de outubro de 1878;

Abaixo-assinado dos colonos de São Lourenço de 20 de julho de 1866, encaminhado ao Governo da Província, com reivindicações sobre a administração do diretor da colônia;

Relatório de José Antônio de Oliveira Guimarães ao Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 20 de Fevereiro de 1858;

Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue enviado ao Presidente da Província João Sertório em 14 de agosto de 1869;

Quadro [espnoptico] das reclamações apresentadas pelos colonos de S. Lourenço á Comm.^{ão} especial do Governo, e decisões que ellas tiverão;

Correspondência do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 29 de janeiro de 1867;

Correspondência do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 9 de março de 1867;

Correspondência com esclarecimentos do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 12 de setembro de 1867, contendo despacho do Presidente para ser enviada ao Chefe de Polícia;

Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura ao Presidente da Província, em 1867, pedindo explicações sobre construção de capela;

Mappa Statistico agricola da Colônia S. L. desde 1 anno. Assinado pelo diretor em 1 de setembro de 1959

Mapa Estatístico da Colônia São Lourenço, 1º setembro do ano passado ao diante. Setembro de 1860;

Mapa Estatístico da Colônia São Lourenço da Província do Rio Grande do Sul relativo ao ano de 1863.

- Sesmarias

Ignácio Ribeiro Leite, nº 536 – maço 39, caixa 14.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

- Processos Crimes. Comarca de Pelotas. Fundo: Pelotas. Cartório: Tribunal do Júri.

Processo Crime nº 507, réus Melchior José Rodrigues Soares e Jeremias Soares da Porciúncula, ano 1858, caixa 006.0310,

Processo Crime nº 632, réus Jorge Dietrich e Cristiano Thurow, ano 1863, Caixa 006.0315;

Processo Crime nº 692, réu João Baptista de Carvalho, ano 1864, caixa 006.0318;

Processo Crime nº 672, réu João Gustavo Anderson, ano 1865, caixa 006.0317;

Processo Crime 675, réu Felicissimo, ano 1865, caixa 006.0317;

Processo Crime nº 701, réu José Luiz de Freitas, ano 1865, caixa 006.0318;

Processo Crime nº 681, réus Christiano Thurow e Pedro Rickes, ano 1865, caixa 006.0317.

Processo Crime nº 706, réu Otto Franz, ano 1866, caixa 006.0318;

Processo Crime nº 740, réu João Baptista de Carvalho, ano 1866, caixa 006.0320;

Processo Crime nº 520, réus José Pons, Cristiano Thurow, Jacob Decker, Felipe Schneid, Jacob Vogt, Guilherme Könzgen, Carlos Rheinbrecht, ano 1867, caixa 006.0311;

Processo Crime nº 731, réu João Gustavo Anderson, ano 1867, caixa 006.0320;

Processo Crime nº 745, réus Fernando e Henrieta Fich, ano 1867, caixa 006.0320;

Processo Crime nº 771, réus: Alberto Bergmann, Augusto Bergmann, Augusto Blank, Carlos Perleberg, Carlos Behling, Henrique Reichow e Wilhem Krüger, ano 1868, caixa 006.0321.

Processo Crime nº839, réus colonos de São Lourenço, ano 1870, caixa 006.0322.

Processo Crime nº 1015, réu Henrique Constantino Seiffert, ano 1874, caixa 006.0328.

Processo Crime nº 1166, réus João e Adão Henes, caixa 006.0335.

Processo nº 144, força nova, ré Sociedade Santa Cecília, ano 1903, caixa 006.0220.

- Processo de Inventário. Comarca de Pelotas:

Inventário de Magdalena Neutzling, 1875. Processo nº. 47, Caixa 006.0513;

Inventário de José Halfen, 1906. Processo nº. 108, Caixa 006.0275;

Inventário de Pedro Spech, 1896. Processo nº 1031, Caixa 006.0252.

Inventario de Ana Maria Rosskoph, 1879. Processo nº 890. Caixa 006.0431.

Inventário de Isabel Eufrásia Osória, 1845. Processo nº 11, caixa 006.101.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE PELOTAS:

Livro de Registro de Casamentos dos que não professam a Religião do Estado, 1876 a 1886.

Carta de Domingos de Almeida a Jacob Rheingantz, enviada em 30 de outubro de 1855.

BISPADO DE PELOTAS.**- Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Do Boqueirão:**

Livro I de Batismos do Boqueirão de 1848 a 1858.

Livro II de Batismos do Boqueirão de 1858 a 1862.

Livro III de Batismos do Boqueirão de 1862 a 1873.

Livro I de Casamentos do Boqueirão de 1848 a 1873.

Livro II de Casamentos do Boqueirão de 1873 a 1885.

Livro III de Casamentos do Boqueirão de 1885 a 1916.

BIBLIOTECA RIO GRANDENSE:**- Coleção Família Rheingantz.**

Carta de Luiz Braga a Jacob Rheingantz em 31 de março de 1857.

Carta de Luiz Braga a Jacob Rheingantz em 13 de abril de 1857.

Lista dos passageiros que foram engajados como emigrantes, pelo que assinam e que seguem no navio holandês Twee Vienden, cap. W. Nordhoek. Partida de Hamburgo em 31 de outubro de 1857.

Lista de colonos a bordo do navio Adler, cap. F. W. Schweichel, destinados a São Lourenço. Partida de Hamburgo em 3 de maio de 1864. Documento 71 - primeira lata.

RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. *Relatorio enviado à Presidencia da Província em resposta ao pedido de esclarecimento sobre a Colonia São Lourenço em 24 de outubro de 1877.*

FONTES IMPRESSAS:

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Povoadores do Rio Grande do Sul, 1857-1863.* Porto Alegre: Est edições, 2004.

NEUTZLING, Dr. Cláudio. *Família Neutzling. 2000.* (cópia da cartilha impressa)

PAES, Augusto Moreira. A Colônia São Lourenço. IN: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909. p. 164-167.

RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. Colônia de São Lourenço. Breve Histórico de sua

fundação, extrahido das notas do arquivo de seu fundador Jacob Rheingantz. IN: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909. p. 143-164.

TESTAMENTO DE JOSÉ DA COSTA SANTOS. IN: ABREU, Egon Ziebell de. *Aconteceu no sobrado*. Contos da história de um povo da Lagoa dos Patos. s.n.t.

VOZ DO SUL. Órgão dos interesses locais. Ano IV, nº. 164 de 14 de dezembro de 1957.

Register der Deutsch-Evangelicher Gemeinde zu São Lourenço ou Registro da comunidade evangélica-alemã de São Lourenço, que abrange o período de 1870-1877

Cemitérios visitados:

Cemitério Católico de Boqueirão;

Cemitério Católico de Santa Cecília;

Cemitério Ecumênico de Boa Vista;

Cemitério Ecumênico de São João da Reserva;

Cemitério Particular de Monte Alegre;

Cemitério Particular de Quevedos;

Cemitério Protestante de Coxilha Do Barão;

Cemitério Protestante de Boqueirão Velho;

Cemitério Protestante São Mateus em Quevedos.

Cemitério Protestante de Sanga Funda;

Cemitério Protestante de Bom Jesus I;

Cemitério Protestante da Comunidade Feliz.

ANEXOS

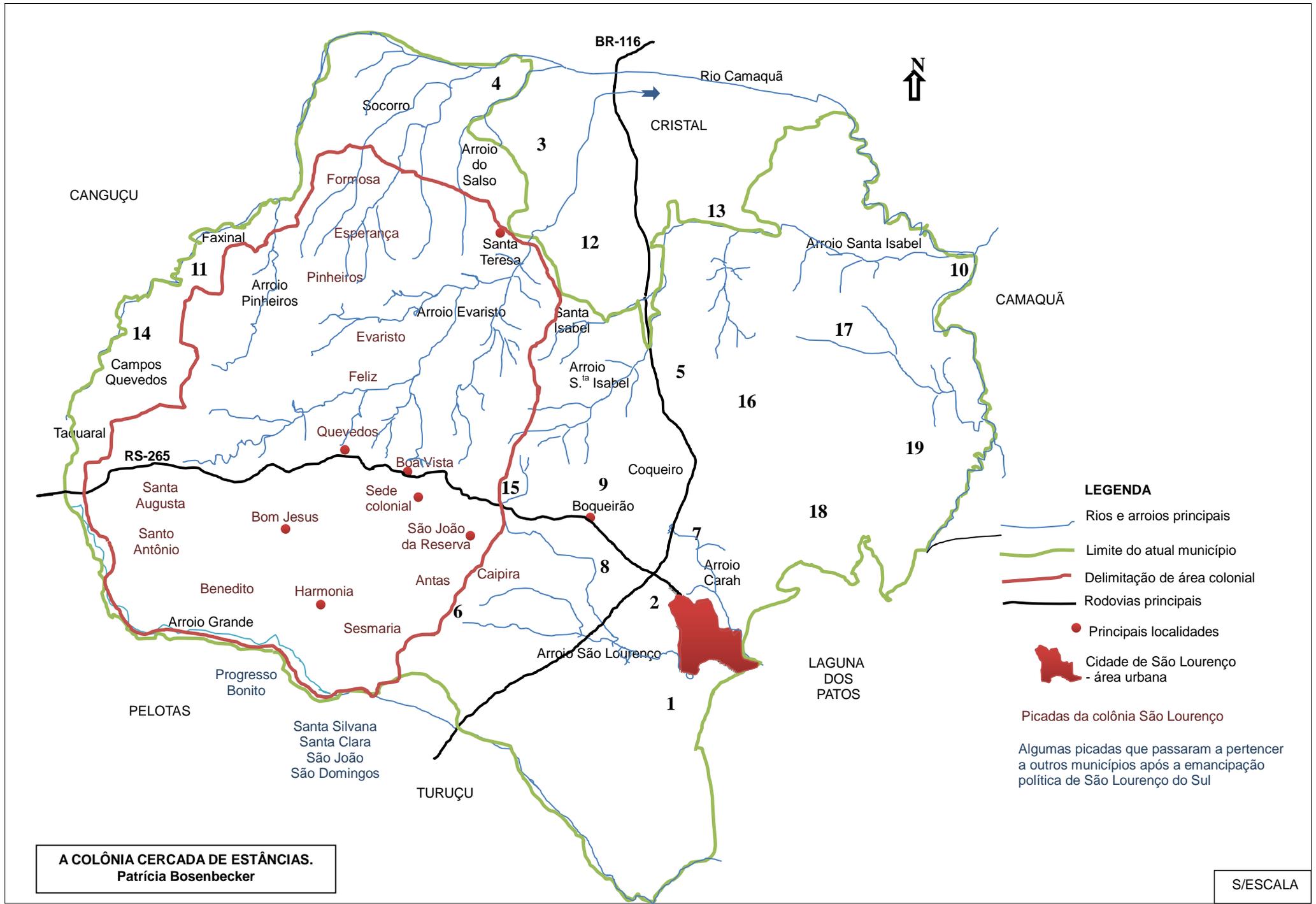
MAPAS:

ANEXO 1 - Mapa de localização de São Lourenço do Sul.



A localização do atual município de São Lourenço do Sul está assinalada em vermelho no mapa do Rio Grande do Sul.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SaoLourencodoSul.svg
Acesso em 04.05.2010.



ANEXO 2.1 – Quadro das principais estâncias da região de São Lourenço¹⁷⁴

Números	Estâncias e seus proprietários
1	A propriedade nº 1 é a Estância de São Lourenço (formada a partir de duas sesmarias). A maior parte das sesmarias foi comprada pela família Oliveira Guimarães, em 1807. Anos depois, a estância passou a pertencer à família de José da Costa Santos.
2 – 3 – 4	Propriedades da família Oliveira Guimarães. A propriedade nº 2 é a fazenda do Porto de São Lourenço (conhecida inicialmente como Olaria), que deu origem a cidade de São Lourenço, junto a esta, estavam datas menores de terra; a de nº 3 é a fazenda do Salso, e a de nº 4 era uma data de matos contígua a fazenda. Estas duas últimas propriedades pertenceram à família somente até 1850.
5	Terras da família Cardoso de Gusmão.
6	Sesmaria dos Potreiros: terras dos descendentes de Inácio Ribeiro Leite, onde estavam assentados, além de familiares, vários agregados e posseiros. Parte da propriedade foi comprada por Rheingantz por volta de 1865, demarcada e medida em 1867.
7	Propriedade e estabelecimento de olaria da Família Rodrigues Soares.
8	Terras de José da Costa Santos e Ana Joaquina da Silva Santos. Junto a estas havia datas de matos menores.
9	Sesmaria do Boqueirão. Pertenceu à família Cardoso Osório, foi o lugar escolhido pelos estancieiros para erguer uma capela a Nossa Senhora da Conceição, sendo que depois de sua construção formou-se um povoado ao redor da igreja.
10	Na costa do Rio Camaquã existiam várias datas de terras pertencentes a vários proprietários, entre eles: família Pereira da Silva, João Emílio, Reis Padilha, Silveira Duarte, Gomes de Farias, entre outras.
11	Região conhecida como Faxinais, possuindo vários proprietários, entre eles: família Moraes, descendentes de Francisco Caetano da Fonseca, família Luna, descendentes de João Pereira da Silva.
12 e 13	Terras da família Vieira Braga. Fazenda Santa Isabel e São João e duas datas de matos já na Serra dos Tapes.
14	Região dos Quevedos, terras da Família Rodrigues de Quevedo, Bilhalva, Andrade, entre outras.
15	Terras da família Pinho
16 e 18	Propriedades da Família Soares da Silva.
17	Outras fazendas que não identificamos os nomes dos proprietários
19	Terras da família Ferreira da Silva

¹⁷⁴ A relação de proprietários de estâncias e sesmarias foi produzida a partir de um levantamento de dados paralelo e auxiliar a pesquisa sobre a colônia. Os dados foram obtidos em documentos relativos a cartas de sesmarias (AHRs) e inventários dos fazendeiros (APERS). Foram relacionados os principais fazendeiros e a localização das propriedades é aproximada, pois demarcamos a região da localização, como a Sesmaria de São Lourenço que compreende toda a área demarcada entre o Arroio Grande, Arroio São Lourenço, Laguna dos Patos e Serra dos Tapes (ou colônia São Lourenço). O período de assentamento desses fazendeiros é anterior à fundação da colônia.

FIGURAS:

ANEXO 3 - Lista de embarque de imigrantes

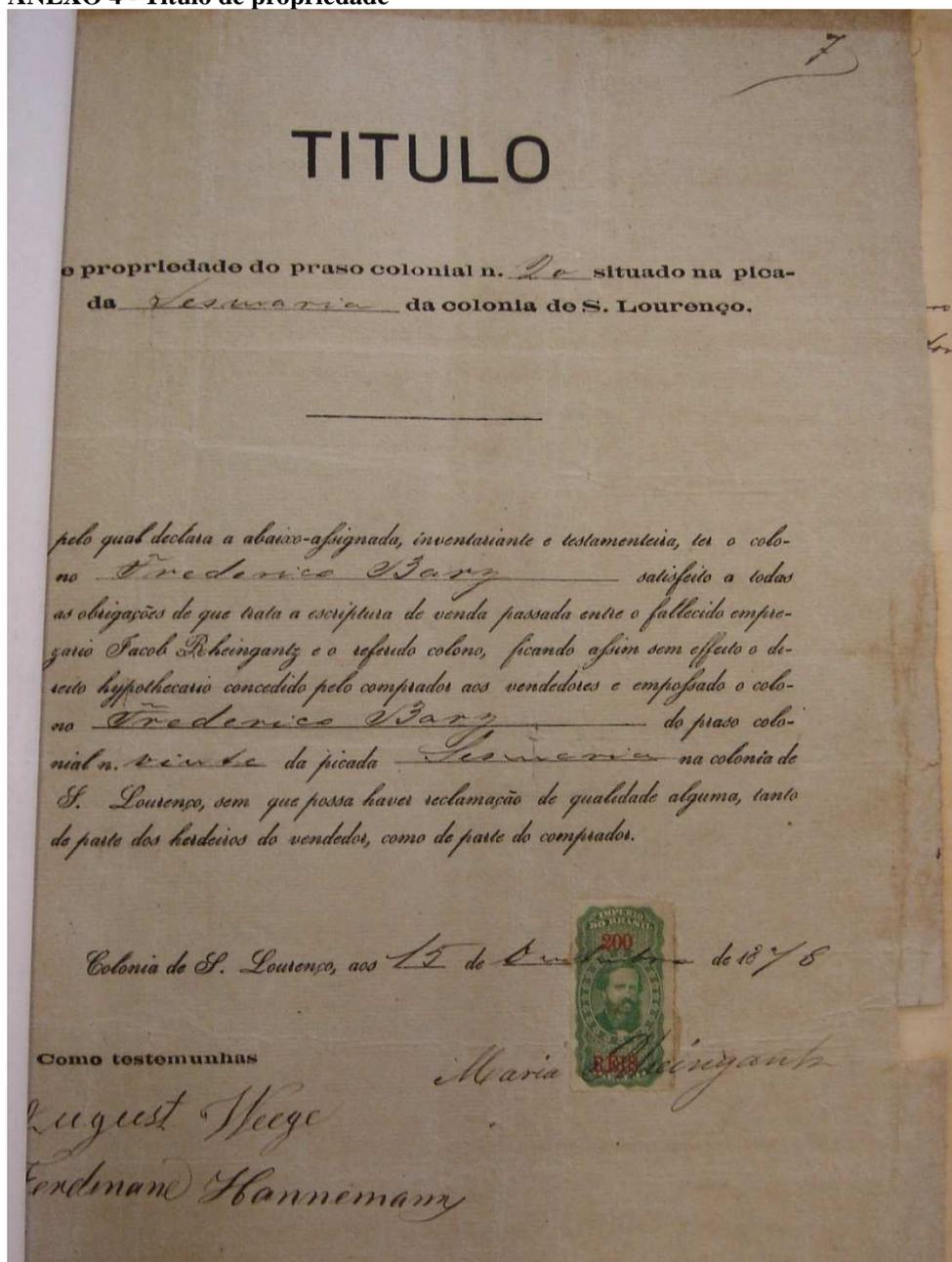
*Liste des Passagers expédiés par la maison Steinmann & Co
à Anvers, à bord du navire 'Hädley Vicars' Capt. Crane
pour Rio-Grande do Sul. Départ le 10 Septembre 1862*

Nome	Prénome	Age	23 ^{es} ans	24 ^{es} ans	25 ^{es} ans	Observations
1. Futer	Richel	57				
	Johann	17	1			
	Anna	11	1			
2. Mallmann	Caspar	16				
	Johann	37	1			
	Nicolaus	20	1			
Knecht	Philipp	25	1			
de famille Mallmann	Margaretha	24	1			
Pere	Johann	31	1			
	Anna	20	1			
3. Specht	Peter	27	1			
	Susanna	25	1			1. Belle-mère de Specht Peter
Kolpa	Anna	19				
Specht	Philipp	20	1			
	Jos. ph	17	1			Cousin de la famille Specht
Schmid	Johann	27	1			
4. Wagner	Peter	20				
	Anna	40	1			
		23	1			
	Catharina	20	1			
	Christina	19	1			
	Elizabeth	16	1			
	Anna	11	1			
	Johann	12	1			
	Johann Peter	5		1		
	Peter	5		1		
	Joseph	5		1		
Rusch	Johann	25	1			
Wagner	Joseph	21	1			
Komanen	Anton	22	1			
Wagner	?	28	1			
Dyler	?	20	1			
Jacobs	?	19	1			
	7 Report			25	3	4

FONTE: Lista de Embarque. AHRS. Caixa 19, Maço 33.

Foto de lista de embarque no porto da Antuérpia. Colonos agenciados pela Empresa Steinmann, em 1862. Nas observações consta o grau de parentesco de alguns migrantes. Esta lista está escrita em francês.

ANEXO 4 - Título de propriedade

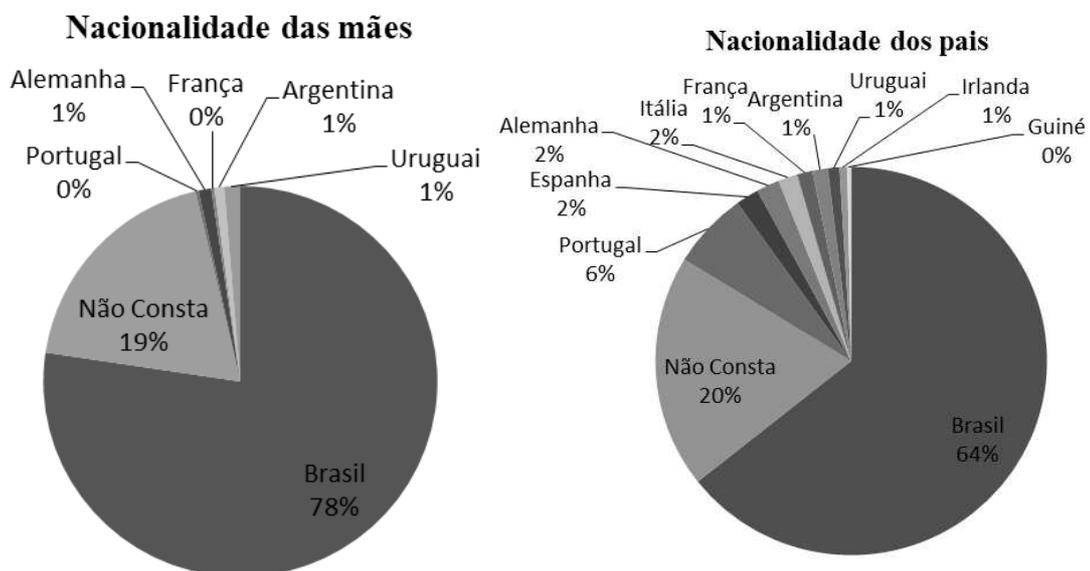


FONTE: APERS. Processos nº 460 – Inventário de Frederico Carlos Bartz.
Cartório do Cível e Crime. Comarca de Pelotas. Caixa 006.00230.

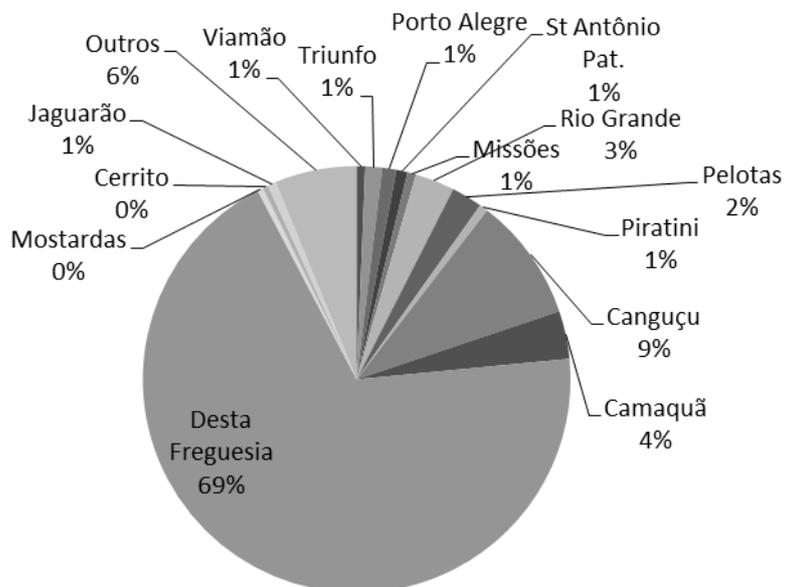
Título de Propriedade do lote colonial de Frederico Bartz emitido por Maria Rheingantz em decorrência do inventário do fundador da colônia Jacob Rheingantz em 1878.

GRÁFICOS:

ANEXO 6 - Gráfico de nacionalidade dos pais.



ANEXO 7 - Gráfico de origem ds pais e mães no RS.



TABELAS

ANEXO 9 - Relação de batismos dos filhos dos casais Specht - Halfen - Seus

Data do Batismo	Nome da Criança	Pais	Padrinhos
30.05.1869	Jacob	Pedro e Ana Seus	Jacob Seus e Elizabeth Neutzling
14.08.1870	José	Pedro e Ana Seus	José Halfen e Ana Maria Halfen
30.05.1872	Pedro Federico	Pedro e Ana Seus	Pedro Specht e Margarida Seus
12.06.1864	Margarida	Pedro e Suzana Specht	José Halfen e Margarida Catarina Schneid
17.11.1866	José	Pedro e Suzana Specht	José Specht e Elisabeth Schneider
03.05.1869	Pedro	Pedro e Suzana Specht	Pedro Seus e Ana Platt
22.11.1871	Maria	Pedro e Suzana Specht	Pedro Schneid e Ana Maria Strieder
13.04.1873	Ana Maria	José e Ana Maria	Felipe Specht e Ana Maria Seus
19.12.1869	Suzana	José e Catarina Halfen	Pedro e Suzana Specht
29.05.1872	Pedro	José e Catarina Halfen	Pedro Seus e Elisabeth [Auartleg]
Relação de batismos em que são padrinhos as famílias: Specht – Halfen – Seus			
08.10.1865	José	João e M ^a Ana Dietrich	José Schneid e Suzana Specht
29.07.1866	Guilherme	Jacob e Catarina Kneip	Guilherme Bauer e Ana Halfen
26.05.1867	Ana	João Daniel e Margarida Fach	Felipe Schneid e Ana Halfen
20.09.1868	Margarida	João Pedro e Ana Maria Platt	José Halfen e Maria [Seus]
05.03.1867	Pedro	Jacob e Elisabeth Soht	Pedro e Suzana Specht
20.12.1868	Pedro	João e Ana Link	Pedro Specht e Ana Wagner
22.10.1871	Catarina	Pedro e Ana Maria Strieder	Pedro Specht e Catarina Schneid
07.06.1873	José	João e Ana Link	José Halfen e Elisabeth [Vie]

Fonte: Livros de batismos (católicos) da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão.

ANEXO 10 - Relação dos batismos católicos até 1863

Data	Nome da Criança	Pais	Padrinhos	Pg.	Liv.
07.08.1858	Catarina	Inácio e Selma Dilly	José Link e Catarina Dietrich	142	Livro I de Nasc.
28.02.1858	Ana Maria	Pedro e Elizabeth Rickes	Felipe e Madalena Neutzling	140	
07.08.1858	Jacob	Guilherme e Catarina Rheingantz	Felipe Rheingantz e Tereza Rheingantz	142	
07.08.1858	Henrique	Francisco e Luiza Prietsch	Henrique Schaefer e Elizabeth Link	142	
05.05.1959	Ana Augusta	Pedro Becker e Maria Madalena Antunes	Augusto José dos Santos e Setembrina Gonçalves da Silva	SI	Livro II de Nascimentos do Boqueirão
15.5.1859	Fernando	Fernando Rockekt e Leonor dos Anjos Carneiro Lunet	Manoel Justino Gomes e Ana Joaquina dos Santos	SI	
13.11.1859	Felipe	Pedro e Catarina Neutzling	Felipe e Madalena Neutzling	SI	
13.11.1859	Catarina	Gaspar e Maria Vollrath	Carlos Schuch e Catarina Dietrich	SI	
13.11.1859	Maria Madalena	João e Catarina Peil	Felipe e Madalena Neutzling	SI	
13.11.1859	Henrique	Henrique e Elizabeth Schäffer	Henrique e Helena Lautenschlaeger	SI	
13.11.1859	João	Henrique e Helena Lautenschlaeger	Avós paternos: João e Catarina Lautenschlaeger	SI	
13.11.1859	Henrique	H. P. e Juliana Hadler	Henrique Nebel e Joana Lange	SI	
13.11.1859	Francisco Henrique	J. H. H. e Ana Margarida Nebel	Guilherme Lange e Joana Lange	SI	
13.11.1859	Elizabeth	Frederico e Elizabeth Kuhn	Avós Paternos: Christiano e Elizabeth Kuhn	SI	
13.11.1859	Henrique Francisco	Jacob e M ^a Carolina Rheingantz	Henrique Francisco Gregenhein e Maria Rheingantz	SI	
27.05.1860	Thereza Angélica	João Henrique e Margarida Gehling	Major Vicente Vieira Braga e N ^a Sr ^a da Conceição	SI	
27.05.1860	Christina	João Henrique e Margarida Gehling	Cristiano e Cristina Smitz	SI	
02.12.1860	Otília	Pedro e Elizabeth Rickes	João Dietrich e Otília Dilly	SI	
02.12.1860	Jacob	Dilly	Jacob Rickes e Ana Neutzling	SI	
25.12.1860	Bernardo	Francisco Prietsch e Luiza Walter	Bernardo e Generosa Schneider	SI	
05.01.1861	Theodoro	Jorge e Catarina Born	José Ribeiro e Cristina Araújo Fredes	SI	
26.01.1861	Carlota	Carlos e Maria Schneider	Chistoph e Maria Joaquina Manfré	SI	
16.02.1862	Maria Angélica	Guilherme e Dorothea Noelter	João [Link] e Maria Angélica	2	Livro III de Nasc.
16.02.1862	Pedro	Jorge e Carlotta Klumb	Pedro klumb e Dorothea Schalch	2	
16.02.1862	Anna	Fernando e Guilhermina	João e Emília Kath	2	

		Maas		
16.02.1862	Antonio	Guilherme e Mathilde Krüger	João e Emília Kath	2v
16.02.1862	Carolina Thereza	Valentim e Margarida Bauer	Jacob e Carolina Rheingantz	2v
16.02.1862	Luiz Valentim	Jacob e Carolina Rheingantz	Valentim e Margarida Bauer	2v
13.06.1862	Maria Felícia	Jacob Mathias e Andreza Maria d'Oliveira	Américo José de Oliveira e Maria Joaquina de Carvalho	7v
30.11.1862	Rickes?	Pedro e Elizabeth Rickes	Felipe e Madalena Neutzling	12v
30.11.1862	Henrique	Felipe e Magdalena Neutzling	Henrique Jenemann e Margarida Neutzling	13
30.11.1862	Jacob	Jacob e Catarina Kneip	Jacob Seus e Maria Ana Kneip	13
30.11.1862	Pedro	Lourenço e Otília Schild	Pedro Rickes e Elizabeth Seus	13
30.11.1862	Margarida	André e Cristina Kaul	Felipe Kaul e Margarida Vall	13
30.11.1862	Catarina	Abram Jung e Catarina Marques	João Klein e Catarina Sies (?)	13
25.03.1863	Pedro	Pedro e Madalena Herrmann	Pedro e Elizabeth Rickes	16v
20.03.1863	Catarina	Frederico e Catarina Griesbach	Pedro Rickes e Catarina Rickes	16
19.07.1863	Henrique Domingos	João Henrique e Margarida Federica Gehling	Domingos Costa Ferreira e Thereza Angélica Braga Ferreira	26
25.10.1863	João	João e Ana Maria Dietrich	João Lautenschlaeger e Catarina Kneip	28v
25.10.1863	Henrique	Pedro e Catarina Neutzling	Henrique ? e Margarida Hoffmann	29
25.10.1863	João Nicolau	Felippe e Ana Maria Seus	João Nicolau [Becker] e Maria Ana Dietrich	29
25.10.1863	Maria Madalena	Carlos e Maria Dorothea Schneider	Santiago Manfrino e Maria Theodora Costa Manfrino	29
02.11.1863	Serafina Maria	José e Ana Reguli Reguli	João [Zimer] e Maria Rheingantz	30
25.12.1863	Catarina	Mathias e Isabel Johanes	Gaspar e Catarina Vollbrath	31

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão.

ANEXO 11 - Cronograma da Revolta de 1867

DATA	OCORRÊNCIA	OBSERVAÇÕES
1865	Colonos de São Lourenço enviam carta às autoridades da Prússia.	Os colonos encaminham uma carta informando sobre a condição de exploração em que se encontram e falando dos abusos de Rheingantz para a Representação Diplomática da Prússia.
Agosto.1865	Jornal publica reportagem na Prússia.	Carta com acusações de maus tratos contra os colonos de São Lourenço e opressões do diretor são publicadas em jornal na Prússia.
10.novembro.1865	Colonos pedem donativos ao Ministério da Agricultura.	O Ministério da Agricultura foi notificado pelos colonos de São Lourenço, que se sentiam abandonados, para ajudar na construção de uma capela.
Julho. 1866	Documento contra Rheingantz é enviado ao Governo da Província.	Em documento enviado à Presidência da Província, colonos de São Lourenço denunciam a falta de legalização dos lotes terras, além de abusos cometidos por Rheingantz contra os direitos dos colonos. Os imigrantes pedem o afastamento de Rheingantz da direção do núcleo.
Janeiro e setembro de 1867	Rheingantz responde as acusações.	Desmente as acusações dos imigrantes e informa que alguns moradores da colônia conspiravam e insuflavam os colonos contra o diretor.
27.maio.1867	Rheingantz lança edital para construir uma igreja católica.	Em segunda tentativa (a primeira foi em 1865) o diretor tentava reunir os colonos católicos para construção de uma igreja. Opondo-se e combatendo a tentativa de Pons e outros imigrantes.
Novembro.1867	Chegada do Tenente Marinho.	Chegava á colônia o comandante do novo destacamento policial, Tenente Marinho, que começava suas atribuições fazendo circular entre os colonos um edital com várias restrições, incluindo a proibição de reuniões e até de jogos de cartas.
22.dezembro.1867	Colonos cobram postura do empresário que abriu cartas vindas da Alemanha.	Colonos pedem explicações ao diretor por ele ter aberto cartas dirigidas a colonos. Rheingantz teria expulsado os colonos de sua casa.
23.dezembro.1867	Invasão da casa de Jacob Rheingantz.	Colonos cercam a casa do diretor em busca de explicações sobre seus procedimentos.
24.dezembro.1867	Rheingantz deixa a colônia.	Na noite de 24 de dezembro, após ser procurado por colonos que queriam receber valores que pagaram a mais pelos lotes, o diretor deixou o núcleo por não se sentir seguro em sua casa.
Após 25.dezembro.1867	Colonos lacram a casa do empresário.	Rheingantz deixou seu cunhado cuidando dos seus bens (casa e comércio). Os colonos suspeitaram de sua atitude, por ter acusado os revoltosos de roubo. O cunhado se retira da colônia e com ajuda do Tenente Marinho, os colonos lacram a casa e montam guarda para evitar roubos.
Entre janeiro e o início de fevereiro de 1868	Os animais de Rheingantz são leiloados.	Os animais (porcos e galinhas) de propriedade da família do diretor são leiloados, para que não morressem na ausência do empresário.
Início de Fevereiro.1868	Chega à colônia o Chefe de Polícia da Província.	O Delegado de Pelotas Alexandre Vieira da Cunha prepara a chegada do Chefe de Polícia que pessoalmente interrogou e prendeu os principais acusados do movimento.
20.junho.1868	Julgamento das lideranças da revolta	São julgados em primeira instâncias os acusados de liderarem a revolta. O júri em Pelotas absolveu os réus. O juiz de direito recorreu da decisão.
Final de 1869	Retorno de Rheingantz a	Após dois anos vivendo em Rio Grande, o

	São Lourenço.	empresário retorna à colônia.
21.dezembro.1870	Uma comissão é nomeada pelo governo e começa a ouvir os colonos.	O governo provincial nomeou uma Comissão, coordenada pelo Agente Intérprete Lothar de la Rue, para ouvir e resolver os problemas pendentes entre Rheingantz e os colonos, convocados por editais.

ANEXO 12 - Distribuição das famílias nas primeiras picadas coloniais

PICADA SÃO LOURENÇO						
Prietsch	Bauer	Lautenschlaeger	Schaefer	Weidhaus	Bammann	Meyer
Schoch	Kneip	Dilly	Nuolten	Hoffmann	Bohrer	Herrmann
Thurrow	Born	Dietrich	Nebel	Rickes	Neutzling	
PICADA RESERVA						
Reguly						
PICADA MOINHOS						
Neutzling	Bammann	Jung	Schild	Kraft	Platt	Klein
Schneider	Kuhn	Thonsen	Arnold	Foerster	Knepper	Kaul
Raabe	Klumb	Angelow	Zundler	Luchnow	Bott	Hollerbach
Heiden	Preichler	Hüber	Meyer	Schröder	Rosskoff	Dietrich
Vollrath	Bauer	Fach	Dr. Hermann	Finknauer	Halfen	Brahn
PICADA DAS ANTAS						
Könzgen	Berenreuther	Decker	Travanz	Nothdurft	Scheunemann	Gehling
Voigth	Schwarz	Brahm	Müller	Schoemer	Fiss	Nickel
PICADA BOA VISTA						
Krauthkremer	Becker	Thiel	Schneid	Jens	Schein	
Pons	Braecher	Kneib	Lamius	Han	Dietrich	
Rheinbrecht	Specht	Kaul	Scheer	Laufer	Klein	
PICADA BOM JESUS						Neuenfel
Kath	Nohrenberg	Wendler	Plamer	Blank	Wachs	Fiss
Erdmann	Buss	Febrantz	Pagel	Zarnott	Neugebauer	Reinbrecht
Krüger	Bolt	klemtz	Raatz	Liermann	Blank	Karnopp
Völtz	Kopp	Scheunemann	Iwen	Herzberg	Ropke	Behling
Schulz	Anderson	Müller	Klug	Bärwald	Barteld	Kröning
Behling	Pagel	Nickel	Voigt	Tessmer	Hänke	Karow
Müller	Janke	Neitzke	Talk	Ehlerth	Schulz	Jecke
Reichow	Thurrow	Becker	Altenburg	Schmeichel	krause	Raddatz
Hall	Becker	Bergmann	Netzke	Radte	Bierhalz	Marten
PICADA DOS QUEVEDOS						
Schreiner	Griesbah	Weimar	Tessmann	Neumann	Bartz	Ostenberg
Link	Travanz	Dieckmann	Bunde	Born	Benke	von der Holm
Britgen	Strieder	Itruche	Büllow	Steimmentz	Abel	Bauermann
Ritter	Engelmann	Brauch	Kringel	Schoch	Timm	Maasem
Schneider	Bender	Palm	Hopp	Schlitz	Rotschild	Peter
Bauermann	Matznauer	Thillmann	Hobus	Milke	Krumerz	Blank
Konrad	Akva	Falkenberg	Becker	Bunde	Doering	Katrein
Heidrich	Rockenbach	Bosenbecker	Dummer	Ehert	Roddatz	Brod
Kirst	Wehrly	Wagner	Lemke	Tannenberg	Ehleth	Polnow
Härter	Petry	Loch	Heller	Voltz	Borck	Reichow
Hütner	Schmidt					
TRAVESSÃO QUEVEDOS			PICADA POMERANA			
Hanke	Treptow	Jandt	Roepke	Hartwig	Iwen	Hanke
Schlack	Müller	Scholl	Kiesow	Stern	Krüger	Sell
Bloedorn	Preibe	Taubenheim	Hellwig	Jahnke	Preppernow	Denger
Radke	Wolter	Timm	Zarnott	Vospagel	Stark	Bubolz
Grossklas						

FONTE: Elaborado pela autora a partir de COARACY (1957).